

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO**

ANTONIA COSTA DA SILVA

**JORNALISMO AMBIENTAL NA REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA:
estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013)**

São Leopoldo

2015

Antonia Costa da Silva

JORNALISMO AMBIENTAL NA REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA:
estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013)

Tese apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de Doutora em
Comunicação, pelo Programa de Pós-
Graduação em Comunicação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS

Orientadora: Professora Doutora Christa Berger

São Leopoldo

2015

FICHA CATALOGRÁFICA

S586j Silva, Antonia Costa da
Jornalismo Ambiental na Rede de Notícias da
Amazônia: estudo da cobertura jornalística sobre a
Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013) / Antonia Costa
da Silva – 2015.
331 f. : il.

Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos
Sinos, Programa de Pós-graduação em Comunicação,
São Leopoldo, RS, 2015.
Orientadora: Profa. Dra. Christa Berger

1. Jornalismo Ambiental. 2. Rede de Notícias da
Amazônia. 3. Belo Monte. I. Título.

CDU 070

Catálogo na Fonte:

Mariana Domelles Vargas – CRB 10/2145

ANTONIA COSTA DA SILVA

“JORNALISMO AMBIENTAL NA REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA: estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013)”

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovada em 04 de dezembro de 2015

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Vângela Maria Isidora de Moraes – UFRR



Prof. Dr. Reges Toni Schwaab – UFSM



Profa. Dra. Beatriz Alcaraz Marocco – UNISINOS



Prof. Dr. Jairo Getúlio Ferreira – UNISINOS



Profa. Dra. Christa Berger – UNISINOS

Aos meus amados filhos: Alysson e Ayanara!

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de vida, que me inspira e me guia em todos os passos.

Aos meus pais, Félix e Francisca, que sempre acreditaram e apoiaram minha determinação em estudar, mesmo estando distante deles por longo período. Agradeço especialmente pelos meses de desenvolvimento da tese, no qual tivemos a oportunidade de conviver diariamente.

Aos meus filhos, Alysson e Ayanara, e ao meu esposo Angelo, pela paciência e pelo amor.

A minha orientadora, grande mestre, professora doutora Christa Berger, um exemplo de jornalista e pesquisadora que me animou a continuar com esse projeto. Muito obrigada. Obrigada pela paciência, pelo companheirismo, pela dedicação, pela disponibilidade, pelo estímulo e pela orientação, sem os quais este trabalho não teria sido possível.

Aos meus irmãos, Conceição, Marlene, José e Jonas pelo companheirismo.

Aos meus sobrinhos Sandro Vitor, educador que eu admiro, e que mesmo à distância sempre mantivemos o carinho e o respeito um pelo outro, e aos demais sobrinhos, Célio, Kartegiano, Sônia, Clarinda, Magno, Soraia, Félix Neto, Flávio, Ingrid Júlia, Augustinho, e ainda outros espalhados pelo Brasil afora.

Ao meu orientador do mestrado, professor doutor José Silvério Baia Horta, muito obrigada. À professora doutora Rosa Helena Dias da Silva, a “Rosinha”, exemplo de luta e alegria, alguém que sempre me acolheu com carinho ao lado do seu eterno “Bem Silvério”.

Aos professores do POSCOM, Unisinos, pelo constante acompanhamento no período de construção deste trabalho.

À CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela bolsa parcial.

À reitora, professora doutora Gioconda Martinez, pelo apoio e carinho nas horas mais difíceis.

À PRPPG-UFRR, pelo acompanhamento e pelas cobranças necessárias para a realização desse trabalho.

Aos professores da banca examinadora, obrigada pelas contribuições.

Aos colegas de turma em 2012.1. Espero que nossa amizade seja perpétua e que nenhum de vocês desista de seus ideais.

Às professoras Vângela Moraes, Elenize Oliveira, Sandra Gomes, Lourdes Gomes, Socorro Alves e aos professores Marcos Braga, Flávio Corsini e Antônio Alves, primeiras pessoas que me incentivaram a fazer o doutorado, o meu eterno agradecimento.

Ao padre Edilberto Sena, missionário e profeta na Amazônia, amigo que pude contar. Agradeço pelo carinho, pelo empenho e pela força nesse processo de estudo. Tenho certeza de que nossa amizade nunca irá acabar. Obrigada, amigo de Fé.

À Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus, especialmente às Irmãs Pura, Bernadete, Marina Paiva, Anselma Lima, Ana Maria, Argentina Cardoso, Anaedite, Lourdes Carvalho, Raimunda Paiva, eternas companheiras que estarão sempre presentes na minha caminhada. Obrigada pela amizade.

À professora Ana Lúcia Sena Cavalcante, pelo incentivo e carinho, e a sua família, de modo especial pela contribuição de seu filho, Didi.

Ao professor Antonio Gioconde, pela dedicação e pelo incentivo nos momentos mais difíceis.

A dom Roque, pela força e pelo incentivo.

A dom Edson Damian, pela amizade, pela disponibilidade e pelo carinho em ajudar-me na busca das fontes dessa pesquisa.

Aos meus colegas professores do curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima (UFRR), por contribuírem na divisão das minhas tarefas nesse processo de doutorado.

À jornalista Joelma Viana, amiga em qualquer hora, pela disponibilidade em conceder material importante para a realização deste trabalho. Sem seu auxílio e sua dedicação em fornecer os dados necessários, essa pesquisa não teria acontecido.

Aos amigos e às amigas que me acolhiam nos meus retornos à Boa Vista, especialmente Jesus, Néia, Sueli, Rita Lira, France, Vângela e sua família, obrigada pela força.

As minhas irmãs-amigas Eliúda, Sofia e Ádria, que sempre acolhem com muito carinho a minha família em Manaus. Obrigada.

À família Ekobrazil, representada aqui pelo senhor Djair Mesquista e pela senhora Rejane Rillo, meu eterno agradecimento.

À minha eterna amiga, Clair, e seus filhos João Paulo e Eduardo pela acolhida no Rio Grande do Sul. Guardarei eternamente no meu coração e na minha memória os bons momentos vividos nas cidades de São Leopoldo, Novo Hamburgo, Canela e Gramado.

À minha amiga Emília Beserra e família, pela acolhida nesse período de estudo.

À querida e amada professora doutora Amparo Carvalho, meu eterno obrigada pelo incentivo.

À família Monteiro, Odinéia Barbosa, minha eterna gratidão.

Ao inesquecível Charles Klemz e à querida Vânia Möller pela imensa colaboração na formatação e revisão desse trabalho, o meu muito obrigada. Valeu pela santa paciência!

.

Fomos informados a respeito dos grandes projetos implementados na região, de modo especial as hidrelétricas, que representam uma nova invasão do capital visando explorar as nossas riquezas naturais e aproveitar o potencial energético de nossos rios, sem olhar para os prejuízos que causam ao meio-ambiente com sua imensa biodiversidade e a destruição da vida e da história de muitos povos tradicionais [...].

Trecho da CARTA DO PRIMEIRO ENCONTRO DA IGREJA CATÓLICA NA AMAZÔNIA LEGAL

Manaus, 28 a 31 de outubro de 2013.

RESUMO

A presente tese de doutorado analisa a cobertura dos fatos ocorridos durante a construção da hidrelétrica de Belo Monte situada no coração da Amazônia brasileira, no município de Altamira, no estado do Pará, feita por uma Rede de Rádios comprometida com causas ambientais, a Rede de Notícias da Amazônia (RNA), no período de 2008 a 2013. A mídia tem papel primordial na mediação de sentidos no processo de construção social dos problemas ambientais. Na Amazônia o rádio é fundamental, particularmente no que concerne a cobertura da hidrelétrica de Belo Monte, que através do Jornal Amazônia é Notícia (JAN) se aproxima da proposta de Jornalismo Ambiental. Através de visitas, observações, entrevistas, dados quantitativos, análise qualitativa do conteúdo das notícias produzidas pelo JAN e veiculadas na RNA referentes à construção da hidrelétrica. Abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo na produção do conhecimento. Ainda que o Jornalismo Ambiental no Brasil necessite de amadurecimento no processo de apuração e divulgação das informações, a cobertura da Rede de Notícias da Amazônia se mostra de fundamental importância e evidencia a sua função social de denunciar e debater a problemática de Belo Monte.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental. Rede de Notícias da Amazônia. Belo Monte.

ABSTRACT

The following doctoral thesis analyses the events coverage occurred during the building process of the Belo Monte dam - which is located at the heart of the Brazilian Amazon, at the Altamira city, in the state of Pará – made by a radio network compromised with environmental causes, the Rede de Notícias da Amazônia (RNA), during the period between 2008 until 2013. The media play a primordial character in the mediation of senses on the process of social building of environmental problems. In Amazon the radio is fundamental, particularly in what is about the events coverage at Belo Monte that, via the Jornal da Amazônia e Notícia (JAN), gets closer to an environmental journalism model. Through visits, observations, interviews, quantitative data, qualitative analysis of the news produced by JAN and played by RNA, which are referent to the hydroelectric station building, it is possible to put together a methodological, critic and epistemologically approach supported by a conception of science that recognizes its active importance in the knowledge production. Even that the environmental journalism at Brazil needs some maturation in the calculation and distribution of information, the coverage of the Rede de Notícias da Amazônia shows to be of a fundamental importance and highlights its social function of denounce and debate the problem Belo Monte.

Keywords: Environmental Journalism. News Network of Amazon. Belo Monte.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bens duráveis	61
Figura 2 - Domicílio com rádio.....	62
Figura 3 - Belo Monte/PA	81
Figura 4 - Manchetes recorrentes	229
Figura 5 - Edições e manchetes sobre Belo Monte.....	230

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Ano: 2008 - 101 Programas sobre meio ambiente	101
Quadro 2 - Ano 2008 - Repórteres	102
Quadro 3 - Notícias sobre Belo Monte em 2008	102
Quadro 4 - Ano: 2009 - 173 Programas sobre meio ambiente	110
Quadro 5 - Ano 2009 - Repórteres	111
Quadro 6 - Notícias sobre Belo Monte em 2009	111
Quadro 7 - Ano: 2010 - 165 Programas sobre meio ambiente	125
Quadro 8 - Ano 2010 - Repórteres	126
Quadro 9 - Notícias sobre Belo Monte em 2010	126
Quadro 10 - Ano: 2011 - 143 Programas sobre meio ambiente	165
Quadro 11 - Ano 2011 - Repórteres	166
Quadro 12 - Notícias sobre Belo Monte em 2012	167
Quadro 13 - Ano: 2012 - 166 Programas sobre meio ambiente	183
Quadro 14 - Ano 2012 - Repórteres	184
Quadro 15 - Notícias sobre Belo Monte em 2012	185
Quadro 16 - Ano: 2013 - 174 Programas sobre meio ambiente	196
Quadro 17 - Ano 2013 - Repórteres	197
Quadro 18 - Ano: 2003 - 101 Notícias sobre Belo Monte em 2013e	198
Quadro 19 - Resumo das manchetes, com temas e conteúdos mais recorrentes ..	227

LISTA DE SIGLAS

- AGU** - Advocacia Geral da União
- ALER** - Associação Latino americana de Educação Radiofônica
- ANATEL** - Agência Nacional de Telecomunicações
- ANEEL** - Agência Nacional de Energia Elétrica
- CAETA** - Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
- CAMECO** - Conselho Católico para os Meios de Comunicação
- CEDI** - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
- CIMI** - Conselho Indigenista Missionário
- CMAMAD** - Comissão Mundial para Assuntos do Meio Ambiente e Desenvolvimento
- COIAB** - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- DEIP** - Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda
- DNAEE** - Departamento Nacional de águas e Energia Elétrica
- ECO-92** - Conferência Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
- EIA** - Estudo de Impacto Ambiental
- ELETROBRÁS** - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
- ELETRONORTE** - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
- FADESP** - Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa
- FUNAI** - Fundação Nacional do Índio
- GT** - Grupo de Trabalho
- IBAMA** - Instituto Brasileiro de Geografia do Meio Ambiente
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ISA** - Instituto Socioambiental
- JA** - Jornalismo Ambiental
- JAN** - Jornal Amazônia é Notícia
- MDTX** - Movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
- MEB** - Movimento de Educação de Base

MPF - Ministério Público Federal
MWh - Megawatt-hora
MXVPS - Movimento Xingu Vivo para Sempre
OM - Média Amplitude Modulada
ONU - Organização das Nações Unidas
OT - Onda Tropical
PDC - Projeto de Decreto Legislativo
PT - Partido dos Trabalhadores
REBIA - Rede Brasileira de Informação Ambiental
RIAR - Rede intercultural amazônica de rádios
RIMA - Relatório de Impacto Ambiental
RNA - Rede de Notícias da Amazônia
SEMTA - Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores
STF - Supremo Tribunal Federal
TCU - Tribunal de Contas da União
UFPA - Universidade Federal do Pará
UHE - Usina Hidrelétrica
UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 MEMÓRIA	16
1.2 ESCOLHA DO TEMA	22
1.3 OBJETIVOS	24
1.4 RELATO DE CAMPO	24
1.5 MOBILIDADE PRODOUTORAL.....	30
1.6 METODOLOGIA.....	31
2 JORNALISMO AMBIENTAL	36
2.1 SABER AMBIENTAL E JORNALISMO	36
2.2 OS PRIMEIROS PASSOS DO JORNALISMO AMBIENTAL.....	44
2.3 DEFINIÇÕES: COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E JORNALISMO AMBIENTAL ...	47
3 REDE DE NOTÍCIAS: A RÁDIO DA AMAZÔNIA.....	55
3.1 BREVE HISTÓRICO DO RÁDIO.....	55
3.2 RÁDIO EDUCATIVA	57
3.3 O RÁDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.....	60
3.4 O RÁDIO NO PARÁ.....	63
3.5 O RÁDIO NO AMAZONAS.....	64
3.6 O RÁDIO EM RORAIMA	65
3.7 O RÁDIO EM RONDÔNIA.....	67
3.8 O RÁDIO NO ACRE	67
3.9 O RÁDIO NO MARANHÃO	68
3.10 O RÁDIO NO AMAPÁ	68
3.11 REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA.....	69
4 HIDRELÉTRICA BELO MONTE E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO AMBIENTAL	79
4.1 BELO MONTE: PROJETO	79
4.2 LUTA NOS MOVIMENTOS	90
4.3 O QUE A MÍDIA DIZ.....	94
5 AS VOZES LOCAIS PARA O MUNDO: PODER E USO DEMOCRÁTICO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	101
5.1 O ANO DE 2008: MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS DE INDÍGENAS, RIBEIRINHOS, MULHERES E RELIGIOSOS.....	101

5.2 O ANO DE 2009: AUDIÊNCIAS, ATOS E MOVIMENTOS CONTRÁRIOS.....	110
5.3 O ANO DE 2010: ENTRE PROTESTOS, DENÚNCIAS E DEFESAS DE BELO MONTE	125
5.4 O ANO DE 2011: LICENÇA CONCEDIDA E MAIS EMBATES.....	165
5.5 O ANO DE 2012: INÍCIO DAS OBRAS E PARALIZAÇÕES	183
5.6 O ANO DE 2013: OCUPAÇÕES, PARALIZAÇÕES E CONTINUAÇÃO DAS OBRAS.....	196
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	231
REFERÊNCIAS.....	235
ANEXO 1 - ENTREVISTA COM JOELMA VIANA	243
ANEXO 2 - ENTREVISTA COM EDILBERTO SENA.....	249
ANEXO 3 - ENTREVISTA COM MIGUEL DE OLIVEIRA.....	253
ANEXO 4 - ENTREVISTA COM ANTONIA MELO	255
ANEXO 5 - ENTREVISTA COM FELÍCIO PONTES.....	268
ANEXO 6 - LINHA DE TEMPO DESENVOLVIDA PELA NORTE ENERGIA S.A	273
ANEXO 7 - CRONOGRAMA CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE	275
APÊNDICE 1 - DIÁRIO FOTOGRÁFICO.....	284

1 INTRODUÇÃO

1.1 MEMÓRIA

“Se você tem metas para um ano, plante arroz.
Se você tem metas para 10 anos, plante uma árvore.
Se você tem metas para 100 anos, então eduque uma criança.
Se você tem metas para 1.000 anos, então preserve o meio ambiente.”
(Confúcio)

Esta introdução tem como objetivo apresentar a minha trajetória acadêmica até a presente data. Para elaborá-la, levei em conta as condições, situações e contingências que envolveram o desenvolvimento do meu trabalho aqui exposto. No decorrer de sua elaboração, procuro destacar os elementos correlacionados com o tema que me propus desenvolver nos meus estudos de doutoramento. Além de este memorial ser um trabalho autoavaliativo, ele é um instrumento confessional das minhas possibilidades de concretizar o meu desejo de cumprir mais uma etapa intelectual de minha vida.

Quando decidi fazer a seleção para ingresso no doutoramento, no POSCOM Unisinos, 2012.1, logo me identifiquei e não tive dúvida em escolher a linha de pesquisa “Linguagem e Práticas Jornalísticas”, pois a ementa e as temáticas se ajustaram a minha trajetória de vida profissional. E, de fato, contribuiu para a efetivação da pesquisa que desenvolvi ao longo dos quatro anos de estudo. Ainda no início, ao ler os currículos do corpo docente do POSCOM fiquei ainda mais segura que era nesse programa que devia consolidar o meu círculo de estudo.

Quando fiz a inscrição para concorrer a uma vaga no pretendido doutorado, apresentei uma sugestão de projeto de pesquisa: “A democratização da comunicação e o jornalismo ambiental: estudo da produção dos programas radiofônicos na Rede de Notícias da Amazônia”. Acreditava que eu teria a possibilidade de analisar como se dá o processo de produção e apresentação da notícia no Rádio, principalmente no contexto relativo às questões ambientais. Averiguar, também, uma possível sustentabilidade em uma região tão cobiçada pelo mundo inteiro: a Amazônia Brasileira. E esta é a proposta da Rede de Notícias da

Amazônia, que une diversas Rádios da região, levando ao ar programas que têm características do jornalismo ambiental.

Carregava comigo, ainda, a pretensão de contribuir com a pesquisa na área de comunicação, ao explorar uma região tão rica em sua biodiversidade e cultura, sendo o rádio o principal meio de comunicação, àquele que consegue alcançar lugares tão distantes que ainda não têm acesso às novas mídias. A ideia permaneceu, mas logo que iniciaram as aulas teóricas, fui convidada a repensar de fato o quê pesquisar e as reais possibilidades.

No segundo semestre, 2012.2, fui aceita no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM) para cursar a disciplina Jornalismo e Meio Ambiente – ministrada pela professora Dra. Ilza Girardi -, e foi nas discussões mantidas durante o decorrer dessa disciplina que estruturei o tema e decidi o que de fato eu deveria pesquisar. Hoje, apresento o resultado final desse trabalho, titulado “Jornalismo ambiental na Rede de Notícias da Amazônia: estudo da cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte (2008-2013)”.

Para concretizar a pesquisa que apresento foi necessário adquirir uma base teórica na área da comunicação, e alguns especialistas me deram sustentação para formar a minha reflexão em torno do tema escolhido e que espero que contribua para a melhoria e qualidade do que aqui está em questão.

Durante o processo, ao longo do período de estudos, sempre me mantive aberta a mudanças, conforme as orientações dos professores e, especificamente, da minha orientadora professora doutora Christa Berger. Confesso que foi um imenso prazer ter sido escolhida para ser sua orientanda. A princípio pensamos na Teoria do Newsmaking, aquela cujo âmbito jornalístico encontra-se na produção própria da notícia. Ela está diretamente ligada à noticiabilidade, aos valores-notícia, aos constrangimentos organizacionais, à construção da audiência e às notícias de produção da notícia em si mesma. As notícias correspondem à realidade, mas são construídas e, por isso, carregam a marca do *newsmaking*, que enfatiza o caráter convencional das notícias, admitindo que elas informam e têm referência na realidade. Contudo, logo vimos que não haveria uma boa associação dessa teoria com o que nos propomos a estudar. Decidimos pela pesquisa empírica e com o uso do método quantitativo e qualitativo.

Em se tratando das experiências profissionais e acadêmicas até então vivenciadas por mim, entre lida e labuta, faço uma retrospectiva e concluo que nada

acontece por acaso. Há algo que nos chama para cumprirmos uma missão nessa vida, e cada um é responsável pelo que constrói ou deixa de construir. Sobretudo quando nos identificamos com teóricos que têm um pensamento aliado ao que almejamos. “Queremos uma justiça social que combine com a justiça ecológica. Uma não existe sem a outra” (Leonardo Boff).

Aqui traço um breve histórico da minha trajetória de vida, afinal, não dá para falar da profissão sem deixar de contextualizar um pouco como surgiu a vocação: desde a minha juventude exerço duas profissões, a de professora e a de jornalista, as quais abracei com muito carinho e prazer. As duas não foram escolhidas por acaso; elas vivem dentro de mim desde criança. Nas minhas brincadeiras de infância sempre tinha uma personagem que era professora. Quanto à área de Comunicação Social, não tinha tanta clareza, pois só conhecia o rádio – no interior do Maranhão não tínhamos acesso à televisão, apenas ouvíamos programas radiofônicos. Entretanto, durante essas sessões eu repetia para a minha mãe que um dia eu iria falar no rádio e todos iriam me ouvir.

O tempo passou, e aos dez anos de idade tive que deixar meus pais que moravam no município de Zé Doca, Maranhão, pois lá o ensino se restringia à terceira série do Ensino Fundamental. Minha professora conversou com meus pais e os aconselhou para que não me deixassem sem estudar, pois ela apostava muito no meu futuro. Foi um momento muito doloroso, sair do interior e passar a viver na periferia de uma grande cidade.

Fui morar com uma tia em Fortaleza, Ceará, numa realidade completamente diferente da que vivi até os dez anos de vida. No Maranhão morei no meio da floresta, convivendo com a fauna e a flora. A minha região pertence à chamada Amazônia Legal Brasileira, portanto, sou amazônida. Mas a vontade de estudar era tanta que superei a saudade e os sonhos de “menina da mata”, como eu era chamada na periferia de Fortaleza. Mas confesso: um dos maiores prazeres é sair do sufoco da cidade e ir para região de mata. Este é mais um motivo que me leva à certeza de que tenho o dever e a obrigação de ser mais uma voz que deve clamar em favor da mãe-natureza.

Quando passei para o Ensino Médio, o antigo Normal, eu estava vivendo outra realidade. Aos quinze anos optei pela vida religiosa (onde permaneci de 1980 a 1995), e como na Congregação das Filhas de Santa Teresa de Jesus o lema é Educação, logo após os primeiros votos fui morar em uma escola dirigida por Irmãs.

Fiquei durante três anos me preparando para ser professora. Morava e estudava dentro de uma escola, o Colégio Antônio Araripe na cidade de Tauá, Ceará, no coração da caatinga do nordeste, onde o curso para normalistas era prioridade. Pela manhã estudava e à tarde já exercia a profissão: auxiliava na pré-escola. Antes de terminar o curso já assumi uma turma de alfabetização. Confesso que foi uma época marcante em minha vida: mais um sonho se realizando, ajudar crianças a conhecer as primeiras letras e palavras. Guardo até hoje a canção de relaxamento que entoava com as crianças ao retornar do recreio. “Foi na relva verde que descansei...”.

No final do curso fiz vestibular para Licenciatura em Teologia, cuja finalidade seria me preparar para ministrar aulas de Educação Religiosa. Após a conclusão, fiz concurso público no estado do Piauí e assumi a coordenação do Ensino Religioso em um Complexo de Ensino que abrangia, na época, quinze escolas públicas da rede estadual em Teresina. No ano de 1990 a Congregação me transferiu para Ribeirão Preto, em São Paulo, cuja missão seria na parte administrativa de um Asilo, um abrigo para idosos. Eram mais de cem internos e, como eu não possuía habilidade para área de saúde, passei a me dedicar à área social e a de ensino. Enquanto vivia essa experiência, fiz vestibular novamente, e desta vez foi para o curso de Jornalismo. Paralelamente, pelo SENAC, realizei o curso de locução e apresentação para radialista. Um complemento para a minha formação na área de Comunicação Social.

No segundo semestre de 1994, logo após a formatura em Jornalismo, fiz uma especialização em Comunicação Social, cujo tema da monografia foi “A Democratização da Comunicação na Rádio Pioneira de Teresina, Piauí”. Paralelo a isso, retomei a sala de aula no estado do Piauí e, desta vez, contribuí com a educação especial. Na época, os alunos ainda estudavam em salas separadas. Posso afirmar que foi um ano totalmente diferente. A educação especial faz com que se reavalie toda a didática e se use bastante a criatividade. No turno da manhã eu era repórter no jornal *O Dia*, o de maior de circulação do Estado naquela época. Eu fazia matérias para as edições “Cidade” e “Geral”.

Em julho de 1996 passei férias em Boa Vista, Roraima; aproveitei o momento para conhecer Manaus e a realidade da Amazônia, no extremo norte do País. Ao retornar de férias fiz a opção de morar em Boa Vista. Voltei no mês seguinte e logo fui ministrar aulas na rede estadual de ensino. A carência de professores era grande

e fui trabalhar no Ensino Médio. Nesse período, o Estado contratava qualquer pessoa que tivesse nível superior para lecionar. Outro desafio! Ao mesmo tempo fui trabalhar como jornalista na Rede Amazônica (TV Roraima), filial da Rede Globo. Exerci as funções de chefe de reportagem, redatora, repórter e produtora.

No período de 2001 a 2002 lecionei no curso de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima, contratada como professora substituta. No ano de 2002 prestei concurso na rede estadual para a área de Magistério. Embora o concurso fosse para lecionar de primeira a quarta séries, na hora da lotação fui convidada para continuar no Ensino Médio.

Em 2003, deixei a TV Roraima e assumi o departamento de jornalismo da FM Monte Roraima, Rádio da Fundação Educativa José Allamano, ligada à Diocese de Roraima. Além do Radiojornal, que ia ao ar de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 7h45, eu também produzia e apresentava um programa de variedades, “Monte Roraima Show”. Era nesse programa que eu abria espaço para debater assuntos diversos, entre eles a questão ambiental.

Foi um período em que me engajei com a causa indígena, no apogeu das discussões da homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Nessa época, contribuí voluntariamente com as matérias para o site do Conselho Indígena de Roraima, só que eram reportagens sem assinaturas. Recordo muito bem de uma viagem que fiz para a área que estava em conflito e elaborei três matérias relacionadas ao meio ambiente. Uma tratava de lixo hospitalar jogado em uma grande vala no meio das serras. Quando chovia, as águas já contaminadas escorriam para o rio Maú, que divide Roraima, Brasil, da República Guyana Inglesa. A outra foi sobre venenos jogados em plantações de arroz (projetos dos não índios, que foram obrigados a deixar a área após a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol) e que escorriam para o rio Contigo. Registramos, ainda, outra matéria sobre os peixes que morriam devido aos agrotóxicos jogados nos arrozais. Essas matérias serviram para que o IBAMA realizasse uma audiência pública para debater tais situações, como processos judiciais para apurar os culpados.

Durante a minha permanência na FM Monte Roraima tive a oportunidade de participar de duas oficinas que refletiam e discutiam a criação da Rede de Notícias da Amazônia, RNA. Uma foi em Santarém do Pará, na Rádio Rural de Santarém, e a outra em Manaus, no Amazonas, na Rádio Rio Mar. Quem administrou as duas oficinas para os radialistas da futura Rede foi o professor doutor Manuel Dutra, da

Universidade Federal do Pará (UFPA). Recordo e ainda guardo comigo os textos estudados sobre a questão ambiental. Portanto, fiz parte do lançamento de uma semente de uma comunicação diferenciada na Amazônia. No entanto, quando a RNA foi efetivada, em maio de 2008, eu estava cursando o Mestrado na Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Não participei efetivamente do quadro dos correspondentes das emissoras parceiras. Em maio de 2014 tive o privilégio de ministrar uma oficina de capacitação em Manaus para os atuais repórteres da Rede. Nessa oficina percebi o quanto a equipe tenta se interligar e todos têm a preocupação de trazer notícias relacionadas ao meio ambiente, sobretudo sobre problemas que afetam a Amazônia.

Em 2004 fiz concurso público para professora efetiva para o curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. Confesso que essa decisão em minha vida deu segurança e satisfação, pois, há mais de 20 anos venho abraçando as duas profissões. No curso sou professora e tenho a responsabilidade de contribuir na formação dos futuros jornalistas. Fiquei na chefia do departamento, momento de contribuição com meus colegas e com a instituição. No departamento temos colaborado com algumas comissões de trabalhos, orientações de TCCs e participação nas bancas.

Em 2007 pude voltar a estudar e, dessa vez, cursei mestrado em Educação e, novamente, com a proposta de “Educomunicação”, quando realizei a minha dissertação unindo Educação e Comunicação, cujo título é: “A Educação Indígena Makuxi pelas Ondas da FM Monte Roraima”. Um programa produzido e apresentado por professores indígenas que ensinam lições de língua makuxi via Rádio.

Nos anos de 2009 a 2010 ocupei o cargo de Diretora de Relações Sindicais da Seção Sindical dos Docentes da Universidade de Roraima (Sesduf). Uma forma de contribuir com o debate sindical por uma universidade gratuita e de qualidade, além de melhorias salariais para a categoria.

Contribuí na graduação com as disciplinas que ministrei: Introdução às Técnicas Jornalísticas, Jornalismo Comunitário, Telejornalismo, Metodologia do Trabalho Científico, Metodologia da Pesquisa em Comunicação, Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), entre outras. Tenho também contribuído com a extensão universitária, por meio do programa Rede Terecom/Comunicação e Cidadania na Comunidade do bairro Santa Teresa (Boa Vista, RR). Este programa de extensão universitária foi desenvolvido em conjunto pelo professor Edileuson

Almeida, que era coordenador, e por mim, como vice-coordenadora. O programa envolveu em média 70 jovens da periferia e acadêmicos/bolsistas do curso de Jornalismo, e tinha por missão recebe-los para a produção de conteúdo comunitário (sonoro e audiovisual), considerando que é função da universidade a socialização do conhecimento com a participação de estudantes, professores e da comunidade, e que os mesmos são sujeitos que, juntos, vão refletir sobre a mídia e o exercício da cidadania, na qual a comunicação é elemento-chave.

O curso de Comunicação Social da UFRR tem sido sustentado com poucos professores devido à fase de qualificação dos seus docentes. Enquanto alguns se afastam para cursar doutorados, outros ficam com a responsabilidade de manter o curso. No plano de Qualificação Planfor, fiquei licenciada a partir de março 2012 até fevereiro 2016, e espero agora estar apta para tal missão. Só assim poderei também melhor contribuir com a pesquisa na Amazônia.

1.2 ESCOLHA DO TEMA

Este trabalho teve por foco um aprofundamento do tema “jornalismo ambiental” e uma melhor compreensão de como a Amazônia é interligada pela notícia por meio da Rede de Notícias da Amazônia (RNA), bem como auxiliar na reflexão se a postura desse meio de comunicação corresponde de fato aos princípios básicos da temática do jornalismo ambiental. Atualmente, a RNA tem dois programas: o Jornal Amazônia é Notícia (JAN) e o programa de educação ambiental denominado “Caminhos da Amazônia”. Contudo, este estudo se concentra, especificamente, no JAN.

Quando se ouve falar em Amazônia, é natural que nossa memória nos remeta à grave questão ambiental que hoje por lá se concentra: devastação das florestas, ameaças à biodiversidade e ao seu patrimônio natural. Mas defendo que a Amazônia deve também nos levar a pensar em situações humanas e questões sociais preocupantes, como indígenas perturbados em seu espaço e agredidos em suas culturas; o crescimento caótico dos grandes centros urbanos; os conflitos sociais por causa da disputa pela posse das terras; as iniciativas inadequadas ao ambiente. Essas questões poderão ser ainda mais agravadas caso sejam constatadas, no futuro, o que atualmente vêm sendo alertado por especialistas:

consequências negativas dos impactos ambientais causados pela construção de uma das maiores hidrelétricas do mundo: Belo Monte.

A RNA se propõe a ser um instrumento de comunicação diferenciado para atender os povos da Amazônia, com notícias educacionais, culturais, ambientais e de gênero, tendo por eixo a formação da consciência crítica e participativa dos e das ouvintes da região. Pretende ser, também, um instrumento de comunicação democratizada na Amazônia, priorizando o ponto de vista dos protagonistas sociais, a partir de fontes fidedignas de informação.

Nesse sentido, o desmatamento da Amazônia é tema relevante não só para os moradores da região, mas para os brasileiros em geral, porque, além da importância que esta floresta tem para o mundo, ela está localizada em território nacional e as pressões da comunidade internacional quanto à sua preservação são contínuas. Como agravante de tal situação, a construção de hidrelétricas nessa região poderão acarretar novos e graves problemas ambientais. Exemplo disso é a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, localizada no estado do Pará.

A partir dessas preocupações, lanço questões urgentes a serem respondidas: quando o rio Xingu estiver no seu limite de destruição, com suas águas poluídas, a floresta que o circunda inundada, provocando a extinção de espécies animais e vegetais, como será possível garantir o fornecimento de energia “limpa” e barata? O que será feito quando essa energia não for mais suficiente? Provavelmente novas barragens serão construídas, mas até quando teremos rios vivos para manter as hidrelétricas? O que move essa tese é saber se a RNA, com seu objetivo de praticar o jornalismo ambiental, está contribuindo para que seus ouvintes entendam melhor e sejam capazes de discutir tudo que envolve a construção de uma hidrelétrica na Amazônia.

Pelo fato da Amazônia ser uma região de difícil acesso por sua extensão geográfica, há lugares em que o rádio ainda é o único meio de comunicação social utilizado por seus habitantes. Como muitas emissoras nessa região estão ligadas a grupos partidários ou de algum político diretamente que priorizam seus interesses, é necessário um meio comunicativo imparcial. A RNA, por interligar rádios educativas e comunitárias, mesmo com algumas ligadas à Igreja Católica, através das Dioceses, pode ser um instrumento de comunicação que esteja mais próximo disso.

Contudo, questões importantes precisam ser respondidas, pois suas respostas regularão este estudo. Como os jornalistas da RNA produzem conteúdo

de qualidade e de interesse dos ouvintes que moram na Amazônia legal? De que forma os programas veiculados pela RNA priorizam de fato o jornalismo ambiental, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável? Como é valorizado o ponto de vista dos lutadores sociais dessa região? Há interesse em valorizar as culturas dos e das amazônidas? Como é possível fazer com que um veículo de comunicação seja abrangente, com fatos e histórias de tanta gente diferente? Como os(as) ouvintes contribuem na produção das notícias veiculadas? O jornalismo ambiental é o carro chefe na hora da elaboração e execução das pautas dos programas veiculados na RNA? Quais os critérios de escolhas das notícias? Quais são as vozes predominantes na cobertura das pautas que tratam da Hidrelétrica de Belo Monte?

Embora existam outros meios de comunicação, como a televisão e a Internet, o rádio não perdeu a sua característica principal: a capacidade de ser imediato na divulgação dos acontecimentos, sem a necessidade de envolver muitos equipamentos e recursos humanos. Pensando nestas e em outras vantagens, pretendemos averiguar a influência desse meio de comunicação na aprendizagem, no processo cultural dos povos indígenas e migrantes que habitam a Amazônia Legal.

1.3 OBJETIVOS

Objetivo geral

Analisar se a RNA contribui, por meio da cobertura jornalística, com possibilidades de revitalização dos valores étnicos e com a plena cidadania dos povos que habitam a Amazônia.

Objetivos específicos

Verificar (1) de que forma o Jornalismo Ambiental é produzido na RNA; (2) se a cobertura da construção da hidrelétrica de Belo Monte foi destaque no JAN; (3) se a RNA corresponde aos princípios do Jornalismo Ambiental.

1.4 RELATO DE CAMPO

Após a Qualificação do projeto de Tese, aprovada no dia 15 de julho de 2014, fiz a viagem de Porto Alegre (RS) para Boa Vista (RR).¹ Feitos os contatos necessários, iniciei a nova etapa do trabalho, a pesquisa de campo. No dia primeiro de setembro de 2014 saí da cidade de Boa Vista (RR) às 14h30 e, às 15h30, cheguei a Manaus. Enquanto a aeronave da Companhia TAM fazia sobrevoos para aterrissar no aeroporto internacional Eduardo Gomes, veio em minha mente que ali iniciava de fato a minha pesquisa de campo. Relembrei que todas as vezes que chego a Manaus durante o dia tenho uma sensação de liberdade e felicidade ao avistar aquele grande Rio Negro e a mata muito verde. E pensei: o que seria o mundo sem as belezas da nossa rica Amazônia! Fui acolhida pela minha amiga Eliúda Carneiro e sua filha Ádria.

Na manhã do dia dois de setembro acordei cedo e fui para o campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Um ambiente que também me deixa com uma sensação de satisfação, pois foi nessa instituição que fiz o mestrado em Educação, e, ainda, por ser no meio da floresta, onde me sinto como se estivesse em minha casa. Para completar minha alegria, encontrei minha amiga-irmã, professora Elenize Cristina Oliveira da Silva, que também é doutoranda em Educação na UFAM. Uma pausa para almoço e colocar o papo em dia. Sentadas no chão do novo espaço de convivência relembramos a época do mestrado (2008), falamos da nossa instituição (Universidade Federal de Roraima), de política, família, estudos, sindicatos entre outros assuntos. Uma pausa merecedora de ser registrada. A amiga foi para sua casa e eu continuei na UFAM.

Aproveitei a hemeroteca do curso de Comunicação Social para consultar bibliografia da área de radiojornalismo na Amazônia. Encontrei uma relíquia, o livro *Rádio e o país das Amazonas*, de Luis Nogueira, obra que muito contribuirá com minha revisão bibliográfica. Um assunto que requer atenção especial para que nós, pesquisadores da região, não deixemos de registrar a nossa contribuição com a história do Rádio na Amazônia. No final da tarde, muito quente, com uma temperatura de 37 graus, retornei para a residência de minha amiga Eliúda. Ônibus lotado, uma realidade vivida diariamente pelos trabalhadores e trabalhadoras da grande Manaus.

¹ Diário fotográfico no Apêndice 1.

Na manhã do dia três de setembro aproveitei a carona de minha amiga que é advogada e atua no Tribunal de Contas do Amazonas. Como a sede do seu trabalho fica em direção a UFAM, segui com ela até um bom pedaço para depois terminar o trajeto de ônibus. Fui direto para a biblioteca para continuar bebendo dos acervos que a UFAM disponibiliza. Pausa para almoço, horário que encontrei novamente minha amiga Elenize. No retorno, ao passar na mata que une os blocos, me senti como se estivesse na minha casa materna, e então aproveitei e fiz uma ligação para minha mãe, que está no Ceará, para falar desse sentimento e da beleza do campus da UFAM. Durante à tarde fiquei na biblioteca. A falta de energia elétrica seguida de imenso calor nos obrigou a sair do recinto, não havia condições de permanecer. Isso me fez refletir: será que a energia que está sendo projetada para ser distribuída pela Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, vai ajudar a região? Só o tempo dará essa resposta. Fim de tarde, novamente a batalha do ônibus coletivo superlotado rumo ao descanso na casa de minha amiga Eliúda. Um cansaço!

Manhã do dia quatro de setembro, o mesmo percurso em busca de leituras na biblioteca e na hemeroteca, fazer cópias das obras raras encontradas. Uma passada na livraria do bloco da faculdade de Educação e Comunicação para averiguar as novidades na minha área de interesse. Adquiri um livro sobre a Amazônia. À tarde fiz uma visita ao Coroadó, uma comunidade onde morei na época do mestrado. Ao retornar, quatro anos depois, percebi que os problemas ambientais, como a questão da limpeza pública e dos esgotos a céu aberto são os mesmos. Um calor insuportável! O asfalto tão quente que descolou o solado da minha sandália, e na hora veio ao meu pensamento: o que acontecerá com as nossas gerações futuras que sofrerão ainda mais com o aquecimento global?

Dia cinco de setembro, feriado em Manaus, dia da Independência da Amazônia. Aproveitei para ler a obra sobre sustentabilidade e almoçar com amigos de minha amiga Eliúda. Percebi Manaus de uma forma bem diferente: uma cidade tranquila, menos trânsito, as suas belezas naturais revigoradas com as obras do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC). Novas avenidas, a sensação é de que até o vento corria mais livre.

Dia seis de setembro, o dia para descanso e preparar a mala para seguir com meu roteiro de pesquisa de campo. Na madrugada do dia sete de setembro, três horas da madrugada, segui para o aeroporto Eduardo Gomes para embarcar para a cidade de Santarém, no Pará. Cheguei ao amanhecer do dia sete de setembro, e me

hospedei na casa de familiares da gestora da RNA, Joelma Viana. Fui bem acolhida e passei o domingo descansando.

Dia oito de setembro, pela manhã, fui para o cais (porto) da cidade, acompanhada de dona Maria José, mãe de Joelma Viana, que conhece toda cidade. Conheci o mercado do peixe, vi a qualidade do pescado que chega ao cais. Peixes enormes sendo comercializados. Sinceramente, nunca tinha visto exemplares tão grandes! Ainda passamos no Mercado Central da cidade, muitas frutas, verduras e hortaliças fresquinhas. A pergunta na minha mente: será que teremos enormes peixes daqui a alguns anos com tantos projetos de hidrelétricas para os rios da Amazônia?

Na tarde desse dia acompanhei Joelma Viana na produção, edição e apresentação do Jornal Amazônia é Notícia.² Após esse trabalho, entrevistei-a. Tivemos uma conversa bem descontraída, na qual ela faz um relato da RNA. Em seguida, entrevistei o padre Edilberto Sena.³ Ele fala com propriedade cada etapa que acompanhou da realização da RNA e dos projetos que pensa para o futuro. Essas entrevistas fornecem segurança e certeza de que o objeto empírico é muito rico em conteúdo e sinto que fiz a escolha certa. O dia foi produtivo, porém, muito cansativo física e mentalmente. Estava um calor muito grande na cidade e minha pressão arterial deu um alerta: 22 por 12.

No dia nove de setembro, logo pela manhã, tive a oportunidade de entrevistar o jornalista Miguel de Oliveira⁴, ouvinte da RNA e um apaixonado pelo Rádio. Entrevista essa que contribuiu nos argumentos desse trabalho. Bastante simpático, fez questão de relatar sua experiência como jornalista na região amazônica. O bate papo foi produtivo, mas saí direto para o Hospital da Unimed para tomar as providências para amenizar a pressão arterial que não conseguia controlar com os remédios rotineiros. Passo o restante do dia em observação e tomando medicamentos, afinal, no dia seguinte seguiria para a missão mais esperada: conhecer a realidade da cidade de Altamira “in loco”.

Dia 10 de setembro, antes de embarcar para a cidade de Altamira retornei ao mercado do peixe. Sinto de perto o balançar das ondas do Rio Tapajós que traz os barcos com passageiros que transitam nas águas dos rios da Amazônia e nos quais

² Material trabalhado no capítulo três. Entrevista no Anexo 1.

³ Entrevista trabalhada no capítulo três. Entrevista no Anexo 2.

⁴ Editor de *O Estado do Tapajós*. Entrevista no Anexo 3.

vêm o pescado e as frutas tropicais para serem comercializados em Santarém. Sigo para o aeroporto de Santarém com a sensação de que, se não cuidarmos da mãe natureza, da preservação dos rios, não teremos a certeza de que em alguns anos pela frente haverá tanto pescado, hortaliças e frutas das vazantes que os ribeirinhos trazem para as cidades. Na estrada que liga o centro da cidade de Santarém, passo na mata, e sinto o cheiro gostoso de ar puro. Embarquei às 8h, de Santarém para Altamira. Às 8h30 cheguei no pequeno aeroporto de Altamira. Emoção na descida: pela primeira vez vejo o Rio Xingu, uma exuberância, uma paisagem de encher os olhos. O que antes era apenas imaginário, agora era real. Tive uma vista privilegiada daquele rio encantador que parece dar boas vindas.

Sigo para o hotel no centro da cidade. No trajeto já percebi que a cidade de Altamira está bastante movimentada e com várias obras de infraestrutura. Conversei com o taxista e ele explicou que a cidade teve um aumento muito significativo nos últimos cinco anos, devido às obras de Belo Monte. Após o almoço dei uma volta pelo centro e fui me informar como poderia chegar até a Usina de Belo Monte. Conversei com as pessoas nas ruas e numa dessas conversas encontrei um idoso que me recomendou muitos cuidados na cidade, pois a mesma apresentava sinais de perigos como assaltos e estupros. Indaguei os motivos e ele disse: “Minha filha, depois que começaram os trabalhos da obra dessa Usina, acabou o sossego de nossa pacata Altamira. Isso aqui virou uma zona de perigo constante, perdi até o gosto de morar aqui”. Perguntei para ele se isso não era progresso para a cidade e ele discordou: “É nada! A energia está mais cara, subiu preço de tudo! Os pequenos comerciantes faliram, não tem emprego para nossos jovens porque não tinham preparo, só vem gente de fora. Tá difícil!”.

No dia 11 de setembro, cedinho, fui atrás de um transporte coletivo para conhecer a Usina. Aliás, observá-la apenas do lado de fora, pois para entrar eu teria que enfrentar uma longa batalha burocrática. Como tenho apenas a vontade de falar e escrever sobre algo que eu realmente conheça, fui de van de linha e desci em frente ao canteiro principal. Fui logo barrada pelos guardas da guarita que inclusive me aconselharam não permanecer ali, era muito perigoso. Agradei, fiz algumas fotos e segui viagem em outro transporte de linha. Uma poeira terrível, mas o local era muito bonito. Percebi que as obras seguiam a todo vapor e estava bem avançado o processo de construção. Fui até a balsa na localidade conhecida Belo Monte. Fiz a travessia, fotografei o rio Xingu, molhei meus pés e conversei com as

peças que faziam a travessia. Nesse local da travessia haverá períodos de muita seca devido a Volta Grande que encherá devido à construção da Usina. Retornei para a cidade de Altamira num táxi que estava atravessando a balsa. Avistei os condomínios das residências de alguns trabalhadores da Usina. É uma região belíssima!

Dia 12 de setembro, fui contemplar o nascer do sol no cais e conversar com as pessoas que ali estavam. Eram senhores da comunidade, perguntei sobre Belo Monte e eles lamentavam, disseram que não viam Belo Monte como benefício para a cidade, apesar de reconhecerem que tinham algumas melhorias na infraestrutura da cidade. Porém, os moradores estavam percebendo que o bispo dom Erwin tinha razão em alertar ao povo dos males que a hidrelétrica traria para a cidade. Muita gente seria expulsa de suas casas, os índios de suas comunidades, não poderiam mais pescar. Ao retornar, fui direto para a sede da ONG Xingu Vivo para Sempre para entrevistar a coordenadora Antonia Melo.⁵ Junto com Antonia Melo estava a Irmã Missionária Inês, colega de Irmã Dorothy Stang.⁶ Na ocasião, estava também uma integrante do Greenpeace⁷, a jovem Raquel que também entrevistou as duas. Ou seja, acabou sendo uma coletiva. Um bate papo bem descontraído. Foi uma manhã muito produtiva, pois ouvi relatos de quem acompanha todo processo de Belo Monte, e me deu a certeza do que já li e ouvi de áudio sobre o assunto. Antonia Melo, embora só a conhecesse antes pela mídia, parecia-me bem familiar.

Na manhã do dia 13 de setembro, embarco para a cidade de Belém, capital do Pará. Ao sobrevoar, vejo novamente o rio Xingu e dou um até logo sem saber

⁵ Antonia Melo, coordenadora do Movimento Xingu Vivo é um dos símbolos de resistência da luta contra Belo Monte. Nascida em 1949, na cidade de Piripiri no Piauí, vive desde os quatro anos de idade na cidade de Altamira, região do Xingu, no Pará. Em 1970, casou-se e teve cinco filhos. Em 1983 concluiu o curso de magistério. A militância começou nas Comunidades Eclesiais de Base, na luta pela libertação de todas as formas de escravidão. Faz parte dos que foram “expulsos” da área que sofre alagamento por conta da construção de Hidrelétrica de Belo Monte. Conhecida internacionalmente pela sua liderança na luta em defesa dos povos da floresta, dos agricultores, mulheres crianças na região do Xingu. Ela faz parte da lista dos ameaçados de morte. Na entrevista do dia 12 de setembro de 2014, ela ainda se recuperava de uma cirurgia de coração, que a mesma admite ser consequência da luta nos últimos anos. Ex-militante do Partido dos Trabalhadores, deixou o partido e tornou-se uma crítica dos governos Lula e Dilma, pois não aceita o modo de como o projeto de Belo Monte foi imposto: “goela a baixo”, e chama Belo Monte de “Monstro.” O bispo da prelazia do Xingu, dom Erwin Kräutler, declarou em 2011 que Antonia Melo “é admirada nos dois hemisférios, nas Américas, na Ásia e na Europa. Quem fala em Xingu Vivo Para Sempre se refere a esta mulher, mãe e irmã de todos os povos do Xingu”. (Entrevista no Anexo 4).

⁶ Missionária norte americana, assassinada em fevereiro de 2005 a mando de fazendeiros, na zona rural do município Anapu, no sudoeste do Pará. Ela defendia o uso sustentável da terra em Anapu.

⁷ Uma organização global e independente que atua desde 1971 para defender o ambiente e promover a paz, inspirando as pessoas a mudarem atitudes e comportamentos.

como ficará de fato aquela imagem alguns anos depois da concretização da obra de Belo Monte. Na cidade de Belém fiquei hospedada em casas de familiares e, na tarde do dia 15 de setembro, fui muito ansiosa ao encontro com o procurador da República Felício Pontes.⁸ Fui recebida em seu gabinete, na sede da Procuradoria. Muito atencioso, concedeu-me uma entrevista que por alguns momentos foi interrompida para atender alguns telefonemas. Voz firme, olhar sereno, falou de seu trabalho frente aos povos ribeirinhos, indígenas, da periferia, especialmente dos que habitam a região do Xingu. Mostrou a página do MPF com as ações contra ao empreendimento Belo Monte. Falou também da importância da RNA, do Rádio na Amazônia para divulgação do seu trabalho na região.

Na manhã de 14 de setembro fui ao encontro do jornalista Lúcio Flávio.⁹ Confesso que foi uma frustração, ele não compareceu ao local da entrevista marcada e não atendeu às ligações. Infelizmente minha passagem já estava comprada de volta e não pude remarcar. Tive que me conformar com as leituras de suas obras e as cito nesse trabalho. Retorno para o sul para continuar a receber as orientações devidas para o relatório final da tese.

1.5 MOBILIDADE PRODOUTORAL

Após as viagens de campo e o recebimento das orientações da tese, fiz outra viagem na companhia de minha orientadora professora doutora Christa Berger para a cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Dessa vez para cumprir com as obrigações do Programa de Formação Doutoral Docente, o Prodoutoral¹⁰ do qual fui

⁸ Felício Pontes Júnior, procurador da República, 49 anos, paraense, neto de um canoieiro e outro caminhoneiro, tem sido uma das principais vozes contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Até 2014, afirma durante entrevista, o MPF já entrou com mais de 20 ações contra o empreendimento Belo Monte. Fez mestrado em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC do Rio de Janeiro. Como diz a jornalista e escritora Eliane Brum: "Felício Pontes Jr. é um procurador que suja os sapatos na terra às vezes ensanguentada do Brasil". Isso porque, na sua trajetória, exerceu a função de advogado no Rio de Janeiro para favelados e crianças; foi oficial da Unicef em Brasília, depois do concurso para MPF, retorna para Pará. Nem sempre dá expediente em sua confortável sala com ar-condicionado, passa bom tempo de seu trabalho no meio dos povos indígenas, quilombolas, agricultores e ribeirinhos da Amazônia. E para chegar a esses povos, anda horas e horas de voadeiras, enfrenta trilhas e dorme em redes nas comunidades. Entrevista no anexo 5.

⁹ Jornalista e Sociólogo. É autor de diversos livros sobre meio ambiente e Amazônia. Desde 1987 publica o *Jornal Pessoal*. Já recebeu vários prêmios em reconhecimentos ao seu trabalho. Várias publicações contra Belo Monte.

¹⁰ Tem como objetivo geral estimular a elaboração e a implantação de estratégias de melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão das IFES. É um programa que se caracteriza por favorecer a mobilidade dos bolsistas das IFES de origem para as IES de destino durante o tempo de duração da

bolsista. Embarcamos de Porto Alegre (RS) para Boa Vista (RR), na tarde do dia 20 de outubro de 2014. Na agenda da visita da professora Christa foram incluídas duas viagens nas duas fronteiras de Roraima: Guyana Inglesa, no dia 21 de outubro, e Venezuela, no dia 24, incluindo uma passagem na Comunidade Indígena na região de São Marcos. Na tarde do dia 22 ela participa de um encontro com os professores do curso de Comunicação Social da UFRR, Sala de Reunião do CCLA, Bloco I, do qual faço parte no quadro do colegiado. Mas o ponto destacado nessa viagem foi a aula aberta destinada aos acadêmicos do curso de Comunicação Social da UFRR e profissionais da área, cujo tema foi: “As múltiplas faces do jornalismo contemporâneo”, no auditório do CCH da UFRR.

1.6 METODOLOGIA

Para dar conta do objeto empírico deste trabalho, dividi a pesquisa em duas partes: 1. Visitas, observações e entrevistas sobre a hidrelétrica de Belo Monte, a RNA, o JAN e, 2. Análise de conteúdo das notícias veiculadas na Rede de Notícias da Amazônia referentes à construção da hidrelétrica. Esses dados foram colhidos em viagens, visitas, entrevistas, pesquisas em vários meios de comunicação, a Rádio Rural de Santarém, do Pará, a sede que faz a produção final do JAN, da RNA. A gestora da RNA, Joelma Viana forneceu os scripts do referido radiojornal, bem como todas as gravações do programa em MP3. Ao todos são 1.404 edições datadas desde a primeira edição, do dia 19 de maio de 2008 até o dia 31 de dezembro de 2013, período que foi determinado como recorte da pesquisa. Quanto às entrevistas, as mesmas foram realizadas após a minha Banca de Qualificação, aprovada em julho de 2014, conforme mencionado anteriormente.

As informações coletadas na primeira etapa serviram para dar o contexto que circunda a produção das notícias e, ao mesmo tempo, contribuiu para a análise qualitativa das matérias analisadas. Estas foram abordadas pela análise de conteúdo. Conforme Lírio (2013), este tipo de análise tem sido defendido nas

ciências sociais como uma das metodologias que se afina com os pressupostos do materialismo histórico dialético. Franco (2008, p. 10 apud LÍRIO, 2013, p. 43) aponta que essa metodologia é um procedimento de pesquisa, “[...] no âmbito de uma abordagem metodológica crítica e epistemologicamente apoiada numa concepção de ciência que reconhece o papel ativo na produção do conhecimento”.

Franco (2008, p. 12 apud LÍRIO, 2013, p. 43) destaca que o ponto de partida da análise de conteúdo é a “mensagem expressa na forma verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”.

Bardin (1977, p. 24), por sua vez, defende que “a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição conteúdo das mensagens.” O objetivo da análise de conteúdo é a interferência de conhecimentos “relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, interferências estas que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1977, p. 24).

Para tanto, é necessário que se defina as unidades de análise, divididas em unidades de registros e unidades de contextos. Franco (2008, p. 41 apud LÍRIO, 2013, p. 44) define tais unidades de registros como “a menor parte do conteúdo, cuja ocorrência é registrada de acordo com as categorias levantadas”. Entre as unidades de registro propostas por Franco, foi utilizado para fins deste trabalho o “tema”. Essa unidade de registro é definida como uma asserção sobre determinado assunto. “O tema pode ser uma simples sentença (sujeito e predicado), um conjunto, delas ou um parágrafo”. (FRANCO, 2008, p. 42 apud LÍRIO, 2013, p. 44). Quanto às unidades de contextos:

[...] é a parte mais ampla do conteúdo a ser analisado, porém, é indispensável para a necessária análise e interpretação dos textos a serem decodificados (tanto do ponto de vista do emissor, quanto do receptor) e, principalmente, para que se possa estabelecer a necessária diferenciação resultante dos conceitos de “significado” e de “sentido”, os quais devem ser consistentes respeitados, quando da análise e interpretação das mensagens disponíveis (FRANCO, 2008, p. 47 apud LÍRIO, 2013, p. 44).

São três momentos pelos quais a análise de conteúdo se processa: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial. Este último, pra uma pesquisa “com base nos pressupostos do materialismo dialético parte do olhar investigativo com base na contextualização do fenômeno em estudo, ou seja, da

configuração material investigada e não como fruto da abstração do pensamento” (LÍRIO, 2013, p. 44).

Na primeira fase da análise do material coletado – a pré-análise – definiram-se quais os documentos que seriam submetidos à análise, para, então, formular as bases para a interpretação final. Aqui foi definido o período e o tipo de material a ser investigado.

Há algumas regras fundamentais para investigação do *corpus* da pesquisa, como a da exaustividade, que significa “direcionar todos os esforços [...] com o objetivo de configurar e esclarecer o contexto e as condições sociais e políticas presentes e, historicamente, contidas nas mensagens emitidas” (Franco, 2008, p. 53 apud LÍRIO, 2013, p. 44). A da representatividade tem como função orientar “a seleção do material de acordo com a sua relevância e consistência para o estudo em questão. Há também a regra de homogeneidade, que garante a coesão para a pesquisa” (LÍRIO, 2013, p. 44).

Esses critérios são importantes para a seleção do material e, ao mesmo tempo, devem atender aos objetivos estabelecidos pela pesquisa. Todas as regras servem para garantir a objetividade do estudo e para evitar o acúmulo e a coleta de material que não atende aos objetivos propostos causando dispersão na análise (LÍRIO, 2013, p. 44).

A abordagem qualitativa foi contemplada, tanto na análise das entrevistas como das matérias jornalísticas, uma vez que esta compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visa descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significado.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

E, ao trilharmos o percurso da pesquisa qualitativa, a intenção, a meta de exercitar um diálogo fundamenta-se no reconhecimento de que “o processo de condução de investigação qualitativa reflete uma espécie de diálogo entre os investigadores e os respectivos sujeitos” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 51).

O primeiro ponto de partida é o pressuposto de que o mundo social não é um dado natural, sem problemas: ele é ativamente construído por pessoas em suas vidas cotidianas, mas não sob condições que elas mesmas estabeleceram. Assume-se que essas construções constituem a realidade essencial das pessoas, seu mundo vivencial. O emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações. A entrevista qualitativa, pois, fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos.

Os documentos selecionados foram lidos e ouvidos exaustivamente. Para cumprir tal finalidade seguiram-se as observações feitas por Franco (2008) acerca da primeira fase da análise. A leitura flutuante realizada levou em consideração a temática central do estudo que é a cobertura jornalística sobre a Hidrelétrica de Belo Monte feita pela Rede de Notícias da Amazônia, RNA.

Este trabalho está constituído, além desta Introdução, de mais quatro capítulos e pelas considerações finais. O segundo capítulo desta tese trata da questão jornalismo ambiental, uma parte teórica, envolvendo o saber ambiental e o jornalismo. Trata-se de confrontar teoria e prática do jornalismo ambiental, de como o meio ambiente está sendo enraizado na mídia, conforme reflexão de Enrique Leff.

O terceiro capítulo trata da RNA, sua história e o contexto do rádio na Amazônia. Conhecer a RNA se torna essencial para compreender a importância da Rede para a população local e, desta forma, compreender também a sua dimensão enquanto formadora de opinião.

No quarto capítulo, um breve histórico da usina de Belo Monte, o contexto da situação da terceira maior hidrelétrica do mundo e segunda no Brasil. Traz um resumo histórico da construção desta usina, assim como noções de como andam as discussões de possíveis construções de mais hidrelétricas na Amazônia, principalmente em terras indígenas. Debatem-se as razões pelas quais ainda não se resolveu a crise energética brasileira, que assola, principalmente, a população dos grandes centros urbanos, que sofre as consequências dos constantes apagões.

O quinto capítulo destaca o objeto empírico: as manchetes sobre Belo Monte no JAN, um recorte de maio de 2008 a dezembro de 2013. A partir desta análise é possível compreender a função do rádio para a população local, bem como o

jornalismo ambiental, através do rádio, se enraíza na mídia, ainda que seu alcance seja mais local do que global, com as mídias digitais.

Nas considerações finais a intenção é de afirmar o elo entre as partes, os conceitos e as observações encontrando-se, e, ao mesmo tempo, deixar entrever projetos para o futuro.

2 JORNALISMO AMBIENTAL

A questão ambiental tem despertado, cada vez mais, o interesse da sociedade contemporânea. Na esfera da Comunicação, o Jornalismo Ambiental, apesar de ainda não ser tão difundido, vem ganhando espaço principalmente nos veículos informativos que estão em defesa da vida. Neste capítulo, será exposto como esse processo vem ocorrendo, iniciando com uma reflexão teórica acerca do saber ambiental e o jornalismo para, então, compreender o jornalismo ambiental, suas origens e seus conceitos.

2.1 SABER AMBIENTAL E JORNALISMO

A imprensa tem papel fundamental e de extrema responsabilidade na sociedade, em que o cerne é a informação. Ela comunica os acontecimentos e acaba por servir como fonte histórica, conforme observa Berger:

À primeira vista, à Imprensa cabe noticiar os acontecimentos do passado imediato, não só para informar aos cidadãos o que acontece ao seu redor (do bairro ao planeta), mas, também, para registrar o que no futuro servirá de matéria-prima aos historiadores na tarefa de escrever a história do passado. É evidente, nesta passagem, que os fatos acontecidos chegam aos interessados através da descrição que se faz pela linguagem. (BERGER, 2003, p. 17).

O jornalismo ao escrever sobre a atualidade acaba por elaborar uma narrativa do Tempo Presente. Hobsbawm (1998, p. 244) define o Tempo Presente como o “nosso próprio tempo” e aponta para essa “história em aberto”, uma história cuja dinâmica parece dificultar a apreensão de movimentos de mudança ou de persistência de permanências.

Padrós, nesse sentido, expõe que

as dificuldades encontradas na construção da História do Tempo Presente devem ser encaradas a partir da perspectiva de que o fundamental é fornecer uma base explicativa que, mesmo efêmera, seja plausível. Desta forma, responde-se, legitimamente, a uma primeira demanda sobre o assunto em questão. Para tanto, deve-se ressaltar o papel que cumpre a utilização de uma perspectiva global e lógica da história; tal perspectiva enfatiza a necessária vinculação entre o acontecimento e o processo histórico que torna inteligíveis os marcos balizadores da “história mais contemporânea”. Isto é fundamental, pois é a partir de uma base analítica que se pode apreender a história como processo, e não como fragmentação desarticulada, ligando o presente aberto, com todas as suas possibilidades,

com o passado mais recente. (PADRÓS, 2009, p. 36).

Os jornalistas são cruciais ao desempenhar a função básica e primordial da escrita dessa história do tempo presente. Seguindo Berger (2003), o jornalismo é “cutucado” pela realidade, olha os acontecimentos por todos os lados e enuncia fenômenos sociais. Para tanto, a problematização está no referencial, defende a autora. O jornalismo edita o presente, faz a sua análise dos discursos e, por isso, a imparcialidade e neutralidade da prática jornalística ficam abaladas. A construção de um acontecimento pela linguagem enfatiza

[...] a tensão inerente ao fazer jornalístico, pois é na “crença” da superposição entre o real e o texto que reside a credibilidade da imprensa, que foi sofisticando os artifícios para comprovar a existência do real/verdade com a foto, o rádio e a tevê. A instantaneidade, o “ao vivo”, ratificam a aparência do acontecimento acontecendo, logo, fato e relato indistinguíveis. (BERGER, 2003, p. 19).

A interpretação do discurso e a sua conseqüente edição levam a refletir sobre o jornalismo, sobre como ele analisa, interpreta e edita o sujeito e a história. A matéria-prima do jornalismo está, portanto, em algum lugar do social e se torna notícia quando há algum acontecimento que produza a história.

Berger toma a noção de campo para relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica a partir de Pierre Bourdieu. A vida social se reproduz, na modernidade, em campos (políticos, jurídicos, jornalísticos etc.) e, por isso, é importante saber a dinâmica interna destes, bem como as suas interdependências.

Segundo Bourdieu,

[...] com a noção de campo obtêm-se o meio de apreender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade. Pode-se exigir da monografia mais ideográfica proposições gerais sobre o funcionamento dos campos e pode-se levantar, a partir de uma teoria geral do funcionamento dos campos, hipóteses muito poderosas sobre o funcionamento de um estágio particular de um campo particular. (BOURDIEU, 1990, p. 171, apud BERGER, 2003, p. 21).

Cada campo, por sua vez, é constituído pelo capital. Um destes é destacado por Bourdieu como superior, o simbólico. Segundo Berger, “a este capital cabe o poder de fazer crer e é nisto que consiste sua superioridade.” (2003, p. 21). O jornalismo possui esse capital, uma vez que

[...] é da natureza dele fazer crer. O capital do campo do jornalismo é, justamente, a credibilidade. É ela quem está constantemente em disputa entre os jornais e entre estes e os demais campos sociais. E está constantemente sendo testada, através de pesquisas, junto aos leitores. A credibilidade é construída no interior do jornal assim como um rótulo ou uma marca que deve se afirmar, sem, no entanto, nomear-se como tal. Credibilidade tem a ver com persuasão, pois, no diálogo com o leitor, valem os “efeitos de verdade”, que são cuidadosamente construídos para servirem de comprovação, através de argumentos de autoridade, testemunhas e provas. (BERGER, 2003, p. 21).

Bourdieu, quando discorre sobre o poder simbólico, diz que este poder pode “constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo”. (2010, p. 14). O jornalismo tem esse poder quando retira ou acrescenta, quando aprova ou reprova, quando valida ou não. O jornalismo tem o poder de enunciar, de tornar algo como público.

A descrição de fatos, por meio da linguagem, deve ser verdadeira ou passível de comprovação, pois só assim será reconhecida como um poder simbólico. Este poder, nesse sentido, propaga ou reconhece as coisas tal como elas existem; como são na realidade. Essas descrições são de extrema importância, pois evocam o reconhecimento de diferenças, de situações desconhecidas, de parâmetros não pensados, ou disseminam o que é conhecido somente por alguns e precisa ser expandido. São consagrações de pensamentos, de atitudes e de culturas que são, por esse poder, distinguidos.

O jornalista é quem constitui o acontecido pela enunciação. Ele detém o poder de consagrar pessoas e instituições. O jornalista está de posse da palavra e precisa, necessariamente, que reconheçam a legitimidade do seu discurso, para, como diz Bourdieu, “poder manter a ordem ou a subverter” (2010, p. 15).

No jornalismo há o discurso informativo autoritário persuasivo, o informativo autoritário polêmico, o informativo autoritário opinativo, o informativo autoritário irônico. Com tantas classificações, o discurso jornalístico deve ser bem observado para saber qual é o seu tipo.

Os discursos possuem marcas próprias dos meios em que se originam. É possível fazer uma identificação pelo modo como apresentam as notícias em termos de gramática e de disposição dos textos, dos títulos e das imagens e pelo modo como tratam a informação, em relação a sua situação institucional e social. Nesse sentido, discursos são subjetivos, pois carregam características da instituição que os

cria.

Na visão de Schwaab (2011, p. 52),

O discurso jornalístico, assim como todo discurso, é dirigido por vontades outras, da ordem da enunciação, anteriores ao dizer. Nele estão presentes expressões objetivas sobre a realidade e que trazem coladas, como sustentação, um processo imaginário e ideológico de cujos efeitos de sentido dependem de uma complexa rede.

O receptor, por sua vez, é de suma relevância para o meio jornalístico; ele é estudado, observado, para ser cativado por meio da linguagem. O receptor é “incluído” no discurso como estratégia para garantir o êxito. Ele acaba, também, contribuindo “[...] para *produzir* a mensagem que percebe e aprecia, importando para ela tudo que constitui sua experiência singular e coletiva.” (BOURDIEU, 1996, p. 25 apud BERGER, 2003, p. 27). (grifo do autor).

No campo político, o que está em jogo, sempre, é o poder. Logo, o que move o jornalismo é este campo, em que, constantemente, se concentram as forças e os enfrentamentos dos agentes políticos para consolidação de poder. Contudo, é necessário enfatizar que é por meio de discursos fieis aos fatos, à imparcialidade das notícias, à disseminação de ocorrências tal como se deram na realidade, que teremos a legitimação dos jornalistas, para poder, então, reconhecer os agentes políticos.

Jornalistas interagem com aliados e opostos, tendo a linguagem como um artifício de luta, que produz sentidos e constitui poderes. Nessa perspectiva, pode-se inferir que ocorrem enfrentamentos e concentrações de forças entre os jornalistas ao escreverem suas matérias. Isso se dá quando da busca de discursos coerentes, que traduzam a realidade ou que partam de campos diferentes aos que o agente costuma se relacionar.

O jornalista, ao escrever sobre o mundo, testemunha-o e o explica, mas, também, o faz de forma única e pessoal, porque a subjetividade é inerente ao ser humano, e cada um tem o seu modo de relatar fatos, de contar histórias, de informar.

Berger fala do jornalista como mediador, como aquele que está entre dois polos: o público e o poder, e os faz falar. No entanto, independente do rótulo, o jornalista é um sujeito da história contemporânea. Ele vai a campo, escuta, verifica, descobre, faz sua análise e volta para seu computador para escrever seu relato “[...]”

ouve, observa, interpreta e tece seu texto, no computador da empresa jornalística, produzindo a comunicação própria do nosso tempo, assim como escritores e narradores teceram os seus textos e produziram a comunicação do seu tempo.” (BERGER, 2003, p. 33).

O jornalista elabora pensamentos e cria valores por meio da escrita, das imagens e dos sons que divulga pelos meios. Ou seja, detém um poder muito grande no corpo social, formando opiniões, conduzindo a história, podendo direcionar os rumos das sociedades. Isso fica visível, por exemplo, nas manifestações populares massivas, iniciadas em 2013, contra o aumento das tarifas de ônibus urbanos. Como a maioria das pessoas não compreendia o que se passava, a mídia tinha o poder de conduzir quem buscava informação.

Os formadores de opinião têm uma responsabilidade moral de explicitarem as mais variadas visões de mundo e de sistemas que buscam soluções para os diversos conflitos humanos. Diante do caos cada vez mais visível na contemporaneidade em relação ao meio ambiente, há a necessidade urgente de se reorganizar um trabalho científico para difundir tal variedade de visões, sejam elas comprometidas com projetos políticos, privados ou de interesse público.

É nesse contexto que emerge a urgência pelo debate acerca do saber ambiental e o jornalismo ou, nas palavras de Bueno (2007, p. 13), “[...] a relação entre teoria e prática do jornalismo ambiental com um universo mais amplo, que podemos identificar como ‘saber ambiental’”.

Esse saber ambiental não pode ficar reduzido às esferas econômicas ou aos aspectos técnicos-científico, mas é resultado da articulação de múltiplos saberes. Enrique Leff “[...] tem estimulado como poucos a reflexão inter e transdisciplinar sobre a especificidade e os pré-requisitos de viabilidade de uma nova concepção de racionalidade na esfera do planejamento e da gestão – que ele passou a denominar *racionalidade ambiental*”. (VIEIRA, 2002, p. 11).

Vieira aponta para o ideal que Leff persegue, o da resignificação crítica do mundo atual. Cada vez mais há apropriação indevida do desenvolvimento do saber ambiental, e isso se manifesta em universidades, em instituições, na própria sociedade civil ou em movimentos que tem por foco o meio ambiente. Bueno enfatiza que o saber ambiental, assim como o jornalismo ambiental, não é de propriedade de quem detém o monopólio da fala. A sua crítica é em relação àquilo que chama de *síndrome lattes*, das fontes que dispõem do currículo acadêmico: “[...]”

não diz respeito apenas a questões complexas, que reclamam tecnologias de última geração, mas incorpora soluções simples, de dimensão local”. (2007, p. 15).

Leff parte da indagação sobre o que é ambiente, sobre como aprendemos o ambiente e em que princípios se funda um saber e uma racionalidade ambiental. (2002, p. 17). Acrescento a essas indagações a de como a mídia (re)conhece o ambiente. O autor defende uma epistemologia ambiental, que

[...] mais que um projeto com a finalidade de aprender um objeto de conhecimento, é um trajeto para chegar a saber o que é o ambiente, esse estranho objeto do desejo de saber que emerge do campo de externalidade e de extermínio para o qual foi enviado, expulso do logocentrismo e do círculo de racionalidade das ciências. O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento. (LEFF, 2002, p. 17).

A afirmação de Leff faz refletir acerca do senso comum produzido sobre o meio ambiente e como este está enraizado na mídia. Os recentes desastres naturais, com as inúmeras enxurradas, os deslizamentos, a constante falta d’água em São Paulo (e por longo período em 2015) são, infelizmente, as consequências de não se ter dado valor à temática ambiental, ou seja, à epistemologia ambiental. Conforme Leff,

[...] a problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma *crise de civilização*, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. (LEFF, 2002, p. 59).

A trajetória epistemológica ambiental, segundo o autor, passa por um debate acerca do conhecimento nas instâncias teóricas e práticas. Enfatiza, também, que tais saberes foram acelerados com o surgimento da ciência moderna e da institucionalização da racionalidade econômica. Leff defende que, hoje,

a análise do diálogo de saberes não se limita a distinguir seus diferentes modos de apreensão do real e seus possíveis paralelismos e complementaridades. A apropriação econômica do saber converteu-se no meio para controlar e monopolizar o acesso à natureza como fonte de riqueza. O manejo do poder depende do poder econômico e tecnológico. (LEFF, 2001, p. 275-276).

No entanto, o autor defende que as estratégias conceituais para que sejam gerados os instrumentos teóricos e práticos para uma gestão ambiental racional não

podem surgir de modelos econômicos ou de modos tradicionais de planejamento. Na verdade, várias disciplinas estão sendo levadas a pensar a problemática ambiental. Leff argumenta que é determinante que se faça um estudo rigoroso sobre esse “saber ambiental” em todos os padrões reconhecidos, para, então, solidificar outro tipo de alicerce que permita refletir sobre os processos socioambientais e aí, sim, racionalizar de modo produtivo.

Esses estudos acadêmico-científicos nem sempre são desenvolvidos sem a interferência de conhecimentos anteriores, que podem estar ligados a algum tipo de ideologia que possa atrapalhar esse novo olhar. É necessário, portanto, que o mundo científico extrapole esses modelos para poder haver coerência com as reais imposições a respeito deste “saber ambiental”.

Nessa articulação das ciências e na transdisciplinaridade, os meios de comunicação possuem grande relevância, porque divulgam os resultados científicos. Tal divulgação pressupõe um poder. E esse poder precisa estar elencado a essa nova racionalização.

Leff defende que o saber ambiental vai alimentando a construção de uma nova racionalidade social. “O saber ambiental é construído no encontro de racionalidades e identidades, marcado pela abertura do saber à diversidade, à diferença e à outridade, questionando a historicidade da verdade e abrindo o campo do conhecimento para a utopia [...]”. (LEFF, 2002, p. 19). É o poder simbólico ao qual Bourdieu se dedica. O poder pode ser visto em toda a parte, defende Bourdieu (2010), em todos os campos. Porém, é preciso

[...] saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem. (BOURDIEU, 2010, p. 8).

Nesse contexto, os símbolos são os instrumentos da integração social, instrumentos de conhecimento e de comunicação que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui para a reprodução da ordem social. (BOURDIEU, 2010, p. 10). Essas relações de comunicação, segundo Bourdieu, são relações de poder que dependem do material ou simbólico.

Nesse aspecto, é de suma importância atentar para a “luta simbólica” das classes sociais, que clamam por seu reconhecimento, esclarecendo o que é

imperativo para seus interesses, qual é o seu modo de atuar no mundo. Pode-se dizer que estão na luta para impor o seu saber. Na questão ambiental Leff enfatiza que “[...] o saber ambiental transforma o conhecimento para construir uma nova ordem social. [...] está comprometido com a utopia, por meio de novas formas de posicionamento dos sujeitos da história ante o conhecimento”. (LEFF, 2002, p. 188).

A complexidade ambiental leva a um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento. “A construção de uma racionalidade ambiental constitui uma estratégia conceitual nos domínios do poder no saber [...]” (LEFF, 2002, p. 207). Reflete, ainda, que “a complexidade ambiental abre o caminho infinito no qual se inscreve o ser num devir complexificante. Um ser sendo, pensando e atuando no mundo”. (LEFF, 2002, p. 222).

Para essa nova construção, reforço o pensamento do autor, de que há a necessidade de novas conceituações, novas teorias acerca deste “saber ambiental”. Torna-se primordial um modo de “racionalizar produtivamente”, em todos os aspectos, nos modelos científicos, nas normas de conduta jurídicas, sociais, técnicas e na atuação política para, então, haver uma legitimação de uma nova racionalidade ambiental.

O jornalismo ambiental se reproduz no campo político, mas, também, no econômico. Ambos se entrelaçam. Detentor dos enunciados, da palavra, da condução do discurso, está com o poder de fazer crer, de consagrar a sua posição/ideologia. No entanto, com esse poder, há que se direcionar ao saber ambiental racional, pois o jornalismo ambiental é fundamental para a construção do saber ambiental.

Schwaab (2011, p. 145) defende o jornalismo como sendo um

[...] lugar de realização dos conflitos em torno da questão ecológica, explorando-o para a apreensão da disputa de sentido que envolve uma racionalidade ambiental para o enfrentamento da realidade contemporânea, disputa essa na qual as revistas procuram estabelecer um papel (lugar) para si. Seu movimento é sobre as próprias bases epistemológicas da vida social, da produção científica e da validação de comportamentos, um dizer cuja ordem é marcada pela vontade de estabelecer um saber ambiental adaptado aos novos tempos, ao qual as pessoas devem aderir e, para isso, precisam saber “como” aderir.

O jornalismo ambiental, comprometido com os campos político, econômico e social (ou melhor, racional), possui o poder invisível que é o simbólico. Ele deve olhar o acontecimento por todos os lados, com premissas éticas, descrevendo os

acontecimentos e, desta forma, escrevendo a história do tempo presente. Isso significa uma postura de imparcialidade, o que é difícil, visto que o jornalista é um ser, e como tal, tem suas ideologias.

2.2 OS PRIMEIROS PASSOS DO JORNALISMO AMBIENTAL

As principais coberturas jornalísticas concentradas no meio ambiente surgem após a Segunda Guerra Mundial, momento em que a ecologia ganhou força como tema de relevância mundial.

A multiplicação, na segunda metade do século XX, dos problemas relacionados à exploração desenfreada dos elementos da natureza e a degradação ambiental com caráter global intensificaram o debate ecológico e deram origem ao movimento ambientalista. Neste percurso, em proporções globais, alguns marcos e eventos merecem atenção, uma vez que são fundamentais no entendimento daquilo que é reatualizado pelo discurso jornalístico ao dizer o verde. (SCHWAAB, 2011, p. 31).

Com a urgência no debate acerca das questões ambientais o jornalismo também passou a se preocupar com essa questão. Antes de 1992, há que se destacar a primeira organização de jornalismo ambiental, na França. Em 1968 a UNESCO organizou, em Paris, a Conferência sobre a Biosfera¹¹. No mesmo ano surge o Clube de Roma¹², com o objetivo de dialogar e analisar o crescente aumento econômico devido aos recursos naturais utilizados por indústrias. Em 1972, o clube lança o relatório *Os Limites do Crescimento*, com mais de 12 milhões de exemplares vendidos e traduzido para 30 idiomas, iniciando um debate mundial sobre o questionamento do futuro da humanidade.¹³

Em junho 1972 foi realizada em Estocolmo a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente. Dessa conferência saiu a Declaração de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano. Este documento trata da “necessidade de um critério e princípios comuns que ofereçam aos povos do mundo inspiração e guia para

¹¹ Primeira reunião intergovernamental a tentar reconciliar a conservação e o uso dos recursos naturais, o que chamamos hoje de sustentabilidade.

¹² Pelo fato desta primeira reunião ter acontecido na Academia dei Lincei em Roma, Itália, o nome sugestivo de “Clube de Roma” deu denominação à entidade.

¹³ As principais conclusões foram relacionadas aos problemas da humanidade com a industrialização acelerada, o rápido crescimento demográfico, a escassez de alimentos, o esgotamento de recursos não renováveis e a deterioração do meio ambiente.

preservar e melhorar o meio ambiente humano” (ANTONIO, 2008). A declaração contém 26 princípios sobre a preservação do meio ambiente.

O princípio 14 da legislação, o planejamento racional, constitui um instrumento indispensável para conciliar as diferenças que possam surgir entre as exigências do desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o meio ambiente. (BELTRÃO, 2008, p. 119).

A partir dessa iniciativa, começaram a surgir no cenário mundial diversas instituições e grupos erguendo a “bandeira” de defesa do meio ambiente. Países europeus como França, Dinamarca, Alemanha, Noruega estabeleceram novas regras nas legislações ambientais.

No ano de 1980, a Organização das Nações Unidas (ONU) convocou a Comissão Mundial para Assuntos do Meio Ambiente e Desenvolvimento – (CMMAD) para elaborar um relatório sobre a qualidade do meio ambiente que tivesse abrangência mundial. Surge, então, o Relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, no qual foi definido, em 1987, o conceito de desenvolvimento sustentável¹⁴ como aquele que:

[...] atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas. Portanto, cada vez mais se tem consciência da necessidade de se buscar maneiras de preservar os recursos ambientais, assim como formas alternativas de desenvolvimento com preservação ambiental, principalmente após a Segunda Guerra Mundial (CMMAD, 1988, p. 78).

Assim chegamos a junho de 1992, um marco histórico no âmbito das questões ambientais, com a realização, no Rio de Janeiro, da Conferência Geral das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como ECO-92 ou Cúpula ou Cimeira da Terra:

[...] reafirmando a declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, *aprovada em Estocolmo nela se baseando. Com o objetivo de estabelecer uma aliança mundial nova equitativa mediante a criação de novos níveis de cooperação entre estados; setores chaves da sociedade e as pessoas. Procurando alcançar acordos internacionais em que se respeitem os interesses de todos e se proteja integridade do sistema*

¹⁴ Schwaab (2007, p. 19), sobre desenvolvimento sustentável, menciona que essa expressão “[...][...] parece carregar em si um significado consensual: a criação de um modelo econômico capaz de gerar riqueza e bem-estar, enquanto promove a coesão social e impede a destruição da natureza. Tal modelo buscaria satisfazer as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades.”

ambiental e de desenvolvimento mundial, reconhecendo natureza integral e interdependência da terra nossas moradas (BELTRÃO, 2008, p. 120).

Como resultado da ECO 92, foram criados dois importantes documentos.

A partir daí foram dados os passos decisivos para o que hoje poderia ser chamado de globalização dos problemas ambientais. Neste momento a imprensa começou a noticiar mais sobre meio ambiente, com reportagens e artigos sobre os mais variados assuntos dentro da pauta ambiental. O meio ambiente é objeto de investigação constante desde então. (ÂNGELO; CARVALHO, 2008, p. 305).

Outros documentos e eventos surgiram como importantíssimos para o tema: a Carta da Terra¹⁵ (Declaração do Rio) e a Agenda 21.¹⁶ Em junho de 2012, o Brasil foi sede da Conferência da ONU, a Rio+20, que tratou do tema do desenvolvimento sustentável. Paralelamente, foi realizada a Cúpula dos Povos, no Aterro do Flamengo, evento organizado por entidades da sociedade civil e por movimentos sociais de vários países, com o objetivo de discutir as causas da crise socioambiental, apresentar soluções práticas e fortalecer movimentos sociais do Brasil e do mundo.

Fato é que a cobertura jornalística do meio ambiente no Brasil vem crescendo, e

[...] tem experimentado, nos últimos anos, um razoável incremento em virtude da emergência de temas relevantes e controversos, como transgênicos, mudanças climáticas, biodiversidade e biopirataria, conhecimento popular, segurança alimentar, consumo consciente e a expansão desordenada do agronegócio, entre outros ramos. (BUENO, 2007, p. 25).

Porém, Bueno (2007, p. 96) também alerta para o outro lado:

A imprensa brasileira tem feito, sem espírito crítico, a apologia do modelo economicista e agroexportador, que contempla a preservação da biodiversidade como um entrave ao desenvolvimento; adesão sem limites à biotecnologia, com a legitimação da pesquisa e da ciência, como a única saída para o crescimento. Invariavelmente, vê também o conhecimento popular como exótico e primitivo.

¹⁵ A carta envolve questões éticas perante a sociedade tais como: integridade ecológica, justiça social, econômica e democracia, não violência e paz para obter uma sustentabilidade.

¹⁶ Agenda 21 possui 40 capítulos e trata de dimensões econômicas e sociais, entre elas, a busca de uma política internacional que possa ajudar no desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento. Apresenta também os diferentes enfoques para a proteção da atmosfera e para a viabilização da transição energética.

Mais adiante, Bueno (2007) menciona duas questões importantes a respeito: a *síndrome da erva daninha*, como sendo aquela que descarta tudo aquilo que não tem valor comercial, com a anuência da imprensa; e, a *mão de gato atrás do release*, quando agências e assessorias de comunicação favorecem seus financiadores por meio de propaganda.

A questão ambiental também tem sido usada para aumentar a audiência de programas jornalísticos, ou a venda de jornais e revistas, voltando-se para a chamada “notícia espetáculo”. Por isso se faz necessário falar num jornalismo específico, o ambiental.

2.3 DEFINIÇÕES: COMUNICAÇÃO AMBIENTAL E JORNALISMO AMBIENTAL

Jornalismo Ambiental é definido como a especialização da profissão jornalística em fatos relativos ao meio ambiente, à ecologia, à fauna, à flora e à natureza em geral, sobretudo no que se refere às consequências sofridas pelo meio ambiente com as ações humanas.

Conforme Bueno (2005), o jornalismo ambiental passa por um processo de amadurecimento. O autor defende que o conceito deste tipo de jornalismo precisa ter seu próprio significado.

O jornalismo ambiental anseia por um conceito que extrapole o do jornalismo científico tradicional (comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica que tem privilegiado a continuidade das suas pesquisas, sem contextualizar as suas repercussões), que não se confunda, em nenhuma hipótese, com o jornalismo econômico (impregnado pelo canto de sereia do modelo agroexportador, da revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financiado) e que não se apoie no jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites. (BUENO, s/d, p. 1).

Bueno, em texto no qual explora o conceito de jornalismo ambiental distingue a comunicação ambiental do jornalismo ambiental. Ambos “[...] têm como objetivo a circulação e a troca de experiências, emoções, informações e conhecimentos”. (2008, p. 105). Porém, têm amplitudes diferentes: a comunicação ambiental promove a divulgação e a causa ambiental e, o jornalismo ambiental, uma instância da comunicação ambiental, diz respeito unicamente às manifestações jornalísticas.

Comunicação Ambiental	Jornalismo Ambiental
Promoção/divulgação da causa	Manifestações jornalísticas
Temas ambientais	Matérias ambientais
Folhetos, palestras, campanhas publicitárias, livros, vídeos, filmes	Matérias, colunas, editoriais, cadernos sobre meio ambiente, revistas, jornais
Sem compromisso com periodicidade	Periodicidade, atualidade
Jornalista, comunicador, biólogo, agrônomo, advogado, etc.	Exclusivamente por profissionais da imprensa

Para Bueno (2007), o jornalismo ambiental desempenha inúmeras funções, mas destaca três delas, consideradas básicas: a função informativa, a função pedagógica e a função política.

O autor esclarece que a função informativa preenche a necessidade que os cidadãos têm de estar a par dos principais temas que abrangem a questão ambiental, considerando o impacto que determinadas posturas (hábitos de consumo, por exemplo), processos (efeito estufa, poluição do ar e água, contaminação por agrotóxicos, destruição da biodiversidade entre outros) e modelos (como o que privilegia o desenvolvimento a qualquer custo) têm sobre o meio ambiente e, por extensão, sobre a sua qualidade de vida.¹⁷

Já a função pedagógica diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos que incluem, necessariamente, a participação dos cidadãos, para a superação dos problemas ambientais.¹⁸

Quanto à função política, aqui entendida em seu sentido mais amplo e não obviamente restrita à sua instância meramente político-partidária, Bueno (2007) salienta que se refere à mobilização dos cidadãos para confrontar os interesses daqueles que contribuem com o agravamento da questão ambiental.

Nesse sentido, o jornalismo ambiental pode mudar paradigmas, já que, com a informação, a pedagogia e a política mobilizadora leva a “[...] enxergar além das

¹⁷ Mazzarino (2008) expõe que dar mais informação significa dar mais autonomia, que possibilita uma maior capacidade reflexiva.

¹⁸ Berna (2008) menciona que a conscientização dos brasileiros aumentou 30% nos últimos 15 anos (ou seja, até o ano de 2008) em relação às questões do meio ambiente. Isso se dá pela educação ambiental.

aparências e não ser complacente com aqueles que se apropriaram da temática ambiental para formar ou reforçar a imagem”. (ÂNGELO; CARVALHO, 2008, p. 309).

O jornalismo ambiental pode mudar ou construir a opinião pública de acordo com aquilo que defende. Mazzarino (2008, p. 320) expõe a esse respeito que:

O espaço onde se constrói a opinião pública é marcado pela interação entre uma multiplicidade de discursos dos vários campos sociais que se movimentam no sistema social global, discursos estes que chegam aos públicos de forma amplificada ao serem processados via tecnologias (informacionais), e também discursos outros relativos às interações interpessoais (comunicacionais), que podem ou não ser apropriados pelo campo midiático.

Há que se utilizar os mesmos meios que os dos interesses privados e defendidos por um jornalismo não comprometido com o meio ambiente. Tais meios auxiliam para que o público esteja informado e compreenda a extensão do meio ambiente, da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

Trigueiro (2005, p. 77) destaca que:

Na era da informação, na idade da mídia, onde os profissionais da comunicação pertencem ao que se convencionou chamar de Quarto Poder, meio ambiente é ainda uma questão periférica, porque não alcançou esse sentido mais amplo, que extrapola a flora e fauna. O interessante é que esse sentido mais amplo está na origem da expressão meio ambiente, que re[une dois substantivos redundantes: meio (do latim *mediu*) significa tudo aquilo que nos cerca, um espaço onde nós também estamos inseridos; e ambiente, palavra composta de dois vocábulos latinos: a preposição *amb* (ao redor, volta) e o verbo *ire* (ir). Ambiente, portanto, seria tudo o que vai à volta. Mas dizer que meio ambiente é tudo seria simplificar demais a questão.

Bueno (2008, p. 108) define meio ambiente como sendo:

[...] um complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.) mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.).

A partir disso, é necessário ter em mente que a sustentabilidade do meio ambiente é algo mais amplo, não restrito à flora e fauna, mas que faz parte do “saber ambiental”. Por outro lado, há a necessidade do desenvolvimento. Assim, o

conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser essencial para compreender a abrangência do jornalismo ambiental.

Bueno (2007, p. 19) utiliza o Relatório Brundtland, de 1988, para explicar que “desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades das gerações presentes sem comprometer as necessidades das gerações futuras”.

No fundo, ele encerra dois outros conceitos, também bastante controversos, em função dos seus usos e leituras: o conceito de desenvolvimento e o conceito de necessidades. Afinal de contas, de que desenvolvimento e de que necessidades estamos falando? O desenvolvimento e as necessidades que interessam aos países hegemônicos ou aos países pobres? A globalização e o livre comércio (com seus terríveis impactos) estão sendo considerados como agentes desenvolvimentistas? A diversidade cultural está sendo assumida nesse conceito? As necessidades significam posse de bens supérfluos e que impactam o meio ambiente ou levam em conta aquelas que são básicas para o ser humano em todo o planeta? (BUENO apud ÂNGELO; CARVALHO, 2008, p. 310-311).

Essa conscientização é tarefa do jornalismo ambiental, que também não é neutro. Sua tarefa está em desmistificar o desenvolvimento sustentável como sendo algo estritamente relacionado às questões econômicas ou de gestão empresarial. Para o jornalismo ambiental, o desenvolvimento sustentável

[...] tem a ver com a qualidade de vida dos cidadãos e extrapola a vertente meramente econômica. Tem a ver inclusive com o monopólio dos meios de comunicação, que impede o livre debate de ideias e se sustenta pelo incentivo ao consumo exacerbado, quase sempre danoso ao meio ambiente. (BUENO, 2007, p. 21).

O jornalismo ambiental contribui para a formação e mobilização ambiental, democratizando a informação e difundindo o saber ambiental. Desta forma estará incentivando uma militância em jornalismo ambiental de forma crítica, comprometida, e que domina os conceitos básicos.

O jornalismo ambiental é, antes de tudo, jornalismo (que é o substantivo, o núcleo da expressão) e deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate. Não pode ser utilizado como porta-voz de segmentos da sociedade para legitimar poderes e privilégios. (BUENO, 2008, p. 111).

Defende ainda Bueno (2008) que o jornalismo ambiental deve ter o seu próprio “ethos”, uma identidade própria, e que alcance respeito e reconhecimento.

O jornalismo ambiental deve propor-se política, social e culturalmente engajado, porque só desta maneira conseguirá encontrar forças para resistir às investidas e pressões de governos, empresas e até universidades e institutos de pesquisa, muitos deles patrocinados ou reféns dos grandes interesses. (BUENO, 2008, p. 112).

Para seguir esta proposta, a Rede Brasileira de Informação Ambiental – REBIA – adota um código de ética ambiental¹⁹ para “regular” a conduta do jornalismo ambiental, uma vez que a neutralidade no jornalismo é impossível.

3. A REBIA – Rede Brasileira de Informação Ambiental, editora dos veículos *Revista do Meio Ambiente*, *Portal do Meio Ambiente* e boletim digital *Notícias do Meio Ambiente*, prima pela isenção, é independente de qualquer interesse econômico, político ou religioso, rejeita todo o tipo de pressões ou influências que possam por em causa a imparcialidade do seu trabalho.
2. A REBIA garante a proteção das suas fontes que segundo o terreno ou cenário onde se encontram podem correr vários riscos, detenção e morte. A REBIA defende o direito à informação e liberdade de expressão e condena todo o tipo de censura. A REBIA preserva o direito ao sigilo profissional dos jornalistas.
3. A REBIA respeita integralmente as Leis em vigor, especialmente o direito constitucional do público e dos profissionais à liberdade de expressão, às leis de proteção aos direitos dos profissionais de imprensa, às leis de proteção ao direito autoral, entre outras aplicáveis.
4. O direito a um ambiente limpo e a um desenvolvimento sustentável é fundamental e está intimamente ligado ao direito à vida, à saúde e ao bem estar de todos. A REBIA deve informar o público sobre as ameaças ao ambiente – se está no nível global, regional, nacional ou local.
5. Frequentemente, a mídia é a única fonte da informação para as pessoas interessadas em meio ambiente. É dever da REBIA aumentar a consciência destas pessoas nos noticiários que tratam do meio ambiente. A REBIA deve esforçar-se para relatar diversos aspectos e assuntos relacionados com o meio ambiente.
6. Informando o público, a REBIA desempenha um papel vital, permitindo às pessoas recorrer à ação para proteger o meio ambiente. O dever da REBIA está não somente em alertar as pessoas sobre os perigos que a cercam, mas também de acompanhar tais ameaças e em mantê-las informadas sobre as ações tomadas para resolver os problemas. A REBIA deve também tentar realizar reportagens que apresentem soluções possíveis aos problemas ambientais.
7. A REBIA deve dar espaço para todos os lados envolvidos em todas as controvérsias ambientais que estiver cobrindo mantendo o máximo de isenção possível, evitando o comentário especulativo ou alarmista, bem como a reportagem tendenciosa. A verificação das informações das fontes

¹⁹ Itens do código de ética retirados do site <http://www.rebia.org.br/noticias/institucionais/26-codigo-de-etica-da-rebia>.

devem ser feitas sempre através da técnica de cruzamento, seja ela uma fonte comercial, oficial ou não governamental.

8. A REBIA deve promover a igualdade no acesso à informação e ajudar organizações e indivíduos a recebe-la. A recuperação eletrônica dos dados é uma ferramenta útil e igualitária neste ponto.

9. A REBIA deve respeitar o direito à privacidade dos indivíduos que foram afetados por catástrofes ambientais, por desastres naturais e também quando assim desejarem, em qualquer caso.

10. A REBIA não deve hesitar em corrigir uma informação que acreditava estar correta e na verdade estava errada, ou tentar mudar a opinião pública através de análises à luz de conhecimentos futuros. (REBIA, s/d, s/p).

O jornalista tem um compromisso ético. A reportagem ambiental por ele desenvolvida “[...] representa um compromisso exercido a partir de uma visão particular do mundo e deve ser planejada e executada em função disso”. (BUENO, 2007, p. 36).

[...] o repórter ambiental não é um mero tradutor, sua função não é apenas traduzir para a linguagem leiga as informações especializadas enunciadas pelas fontes, por mais competentes que elas sejam. O repórter ambiental não é uma esponja que absorve informações, mas um profissional liberal, um intelectual que elabora e produz o seu próprio discurso, que contextualiza as falas das fontes, que as contrapõem, que tem a sua própria opinião. (BUENO, 2007, p. 48).

Assim, a capacitação do jornalista é fundamental para a qualidade da informação ambiental, e é fundamental que este tipo de profissional assuma o compromisso de expandir a mente para um novo “saber ambiental”, que não esteja obscurecido por estratégias antigas, seja de qualquer teor.

Berna (2008), ao falar da informação ambiental de qualidade define como sendo aquela que evidencie os fatos geradores de crise ambiental, ou seja, que revele as raízes dos problemas ambientais, a fim de despertar a consciência cidadã.

Na raiz dos problemas ambientais existe um modelo econômico, político e espiritual de apropriação dos recursos naturais que estimula e valoriza o individualismo, o materialismo, a ganância, deixando atrás de si concentração de renda e poder para poucos e miséria, degradação ambiental e esgotamento dos recursos naturais para muitos. (BERNA, 2008, p. 90).

Manter o controle da informação tem se mostrado fundamental para essa minoria. Tal minoria, ainda que não ligada diretamente aos meios de comunicação, manifesta sua força por meio do capital com o qual financia esses meios. A mídia

ambiental deve ser alternativa e independente, para que nenhum grupo político ou econômico detenha o controle da informação. Por isso, a informação ambiental deve ser gratuita, isenta, ética, profissional e deixar o leitor escolher. Berna alerta para a tentativa de exagerar “aspectos da verdade”, o que pode comprometer a credibilidade. (2008, p. 93).

Bueno (p. 109) sintetiza o conceito de jornalismo ambiental afirmando que se trata do “[...] processo de captação, produção, edição e circulação de informações (conhecimentos, saberes, resultados de pesquisas etc.) comprometidas com a temática ambiental e que se destinam a um público leigo, não especializado”. Atualidade e periodicidade são características essenciais do jornalismo ambiental.

Essa questão do controle da informação e do jornalismo ambiental neutro e não vinculado a algum grupo tem o problema do financiamento dessa informação.

Nesse sentido, o desmatamento da Amazônia e a construção de hidrelétricas são temas relevantes para os brasileiros, porque, além da importância que esta floresta e seus rios têm para o mundo, estão localizados em nosso território. Além disso, sofreremos as pressões da comunidade internacional quanto à sua preservação.

Girardi (2011) alerta, no artigo “Jornalismo ambiental e a paz na natureza”, que o Jornalismo deve descolar-se dos interesses econômicos que comprometem a qualidade do exercício profissional e essa utopia possível pode iniciar na formação universitária:

O Jornalismo ambiental, nessa perspectiva, tem o potencial de divulgar informações que contribuam com a educação ambiental da população. As matérias produzidas devem ser contextualizadas, incorporar a visão sistêmica, mostrar a inter-relação de todos os elementos que formam a teia da vida e dar voz para as diferentes fontes de informação sem privilegiar fontes oficiais, empresariais e até mesmo científicas, que muitas vezes defendem interesses escusos. (GIRARDI, 2011).

Pensar num novo rumo do jornalismo na perspectiva de contribuir para a sustentabilidade, sendo que as notícias devem apontar medidas de como o cidadão deve colaborar:

Não basta denunciar o que está errado. Isso é importante, mas não é o suficiente. O que se espera da mídia nesse início de século XXI é a capacidade de sinalizar rumo e perspectiva, mostrar quais seriam as soluções inteligentes e sustentáveis para velhos problemas inerentes a um

modelo desenvolvimento “ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto”. (TRIGUEIRO, 2006, p. 1).

Uma vez pertencentes à região Amazônica, a temática não pode ficar de lado, até porque:

Neste momento em que experimentamos uma crise ambiental sem precedentes na história – aquecimento global, escassez de recursos hídricos, desertificação do solo, destruição acelerada da biodiversidade, crescimento desordenado das cidades, consumismo desenfreado, produção monumental de lixo, transgenia irresponsável – o estudante de jornalismo que sai da universidade depois de quatro anos de curso sem um pacote mínimo de informações na área ambiental, não está apto a cumprir sua função social. O mundo mudou, e as universidades devem acompanhar essa transformação, particularmente na área ambiental. Para já formados, é preciso oferecer cursos de capacitação que ajudem o profissional de imprensa a se situar melhor num cenário que inspira inúmeros cuidados na elaboração das pautas e na definição do que é notícia. (TRIGUEIRO, 2006, p. 01).

3 REDE DE NOTÍCIAS: A RÁDIO DA AMAZÔNIA

3.1 BREVE HISTÓRICO DO RÁDIO

O objeto empírico deste trabalho se concentra em um programa de rádio, o JAN, da RNA. Entretanto, antes de falar da importância da RNA, trazemos aqui um pouco da expansão histórica do rádio, especificamente na Amazônia brasileira, nos estados em que a RNA se interliga nesse projeto iniciado em 2008. Até janeiro de 2014, quando a pesquisa foi encerrada, os Estados de Tocantins e Mato Grosso não faziam parte da rede, por isso, não relatamos como o rádio chegou nesses estados.

Conforme Waldemar Caldas (1991), entre os anos de 1922 e 1926, o rádio começaria a espalhar-se pelo mundo. Aparece no Canadá, na Holanda, na Alemanha, no Japão, na Suécia, na Tchecoslováquia, na Argentina, na Dinamarca, na Itália, na Espanha, na Bélgica, na Noruega, na Austrália, na África do Sul e no Brasil.

O dia 7 de setembro de 1922, por ocasião das comemorações do Centenário da Independência, é a data simbolizada pelo rádio ter sido apresentado a alguns brasileiros. Nessa ocasião, foi realizada na cidade do Rio de Janeiro uma exposição internacional, e a companhia americana Westinghouse transmitiu uma programação de uma emissora de rádio a partir de um transmissor de 500 watts instalado no alto do Corcovado.

Segundo Costela (2002), essa demonstração pública do rádio repercutiu como uma grande novidade, porém não se pode considerar que foi o início da radiodifusão brasileira, pois o evento não passou de uma feira de amostras. Após a ocorrência, as transmissões foram encerradas e não houve continuidade do projeto.

Somente a partir do dia 20 de abril de 1923 é que a instalação da radiodifusão no Brasil se determina, definitivamente. Nessa data, o antropólogo Edgard Roquette Pinto e o professor de Física, francês naturalizado brasileiro, Henrique Carlos Morize, fundam a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Essa emissora, de caráter nitidamente educativo, teve sua sede inicial na Academia Brasileira de Ciências.

Ortrivano (1985, p. 14) relata como surgiu a programação da emissora:

A programação de início não obedecia a um organograma de horários rígidos. Iniciava-se com um “Jornal da Manhã”, regido e apresentado pelo

próprio Roquette Pinto. Ao longo do dia tinha mais três noticiários, entremeados por palestras de caráter cultural e apresentações de música erudita.

No entanto, mesmo que o dia 20 de abril de 1923 seja considerado o marco do início da era do rádio no Brasil, há pessoas que defendem que a Rádio Clube de Pernambuco, fundada em Recife por Oscar Moreira Pinto, tenha sido a primeira a realizar uma transmissão radiofônica no país, no dia 6 de abril de 1919, com um transmissor importado da França.

Salientando a importância do rádio, é substancial constar que, na década de 1920, várias fundações de emissoras surgiram no Brasil, tendo por pioneiras a Rádio Clube de Pernambuco (Recife), a Rádio Educadora Paulista (São Paulo) e a Rádio Clube do Paraná (Curitiba). No ano de 1924 foram criadas a Rádio Clube do Brasil (Rio de Janeiro), a Rádio Clube de Ribeirão Preto (Ribeirão Preto, SP), a Rádio Sociedade da Bahia (Salvador), a Ceará Rádio Clube (Fortaleza) e a Rádio Sociedade Maranhense (São Luís). No ano de 1925, mais rádios surgem, como a Rádio São Paulo e a Rádio Record (São Paulo), a Rádio Clube Hertz (Franca, SP), a Rádio Gaúcha (Porto Alegre) e a Rádio Pelotense (Pelotas, RS).

Essas rádios pioneiras viviam da contribuição de seus associados e de doações de entidades privadas, elas não eram ainda consideradas um negócio. Costela (2002, p. 23) confirma: “A novidade da época era mantida com mensalidades pagas pelos que possuíam aparelhos receptores, por doações de eventuais entidades privadas ou públicas e muito raramente com a inserção de anúncios pagos”.

Mas, a partir do início dos anos 1930, a história do rádio passou por transformações significativas. Principalmente em 1931, quando surge o primeiro documento sobre radiodifusão, que por legislação autorizava as rádios brasileiras a receber pagamento por veiculação de publicidade comercial, garantindo, assim, a sobrevivência dessas entidades. Com isso, a história do rádio mudou de rumo e o sentido educativo foi submetido aos interesses comerciais.

De acordo com Costela, “para cumprir melhor seu novo papel, o rádio precisou transformar-se. Não poderia mais viver do improviso administrativo” (p. 181). A programação passou a ter horário determinado. Os programas começaram a ser planejados e previamente organizados para se conseguir cada vez mais audiências e aumentar a quantidade de publicidade.

Mas, é importante salientar que o rádio nascia como um meio de comunicação para a elite, não para a massa, pois ficava restrito para quem tivesse poder aquisitivo para buscar os aparelhos receptores no exterior, e essa era uma prática bem onerosa. Costela afirma que “ouvir as emissoras tornou-se um hobby, uma mania”. Jornais e revistas da época traziam informações e orientações para a montagem de receptores:

Ainda nos anos 1920 o rádio já começa a espalhar-se pelo território brasileiro. As primeiras emissoras tinham nos nomes os termos “clube” ou “sociedade”, pois, na verdade, nasciam como clubes ou associações formadas pelos idealistas que acreditavam na potencialidade no novo meio [...] (2002, p.181).

Caldas lembra que logo no início o rádio entrou na fase de produção industrial, passando a dividir com a imprensa escrita a preferência popular. “Mas isso só por pouco tempo. A rápida e extraordinária ascensão do rádio o tornaria o mais eficiente dos veículos de comunicação existentes até hoje” (1991, p. 55). O rádio é o meio de comunicação de maior alcance no país e, assim como a televisão, uma emissora de rádio só pode entrar no ar se obtiver concessão do Governo Federal. Para que isso ocorra, é preciso vencer a concorrência pública aberta pelo Ministério das Comunicações. A concessão vale por dez anos e é renovável; entretanto, só tem validade legal após a deliberação do Congresso Nacional.

Para verificar as rádios legalmente instaladas ou se existe algum canal disponível para a utilização, é necessário fazer uma consulta ao Plano Básico de Radiodifusão. Este Plano contém a relação de canais aprovados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Atualmente, a ANATEL mantém todas as informações atualizadas na Internet, tais como processos em andamento, consultas públicas e todas as leis e normatizações referentes ao setor de telecomunicações.

3.2 RÁDIO EDUCATIVA

As rádios educativas têm uma função fundamental para a população brasileira, pois o rádio ainda é o meio de comunicação mais abrangente do país, chegando a regiões em que os outros meios não alcançam.

Para Roquette Pinto, a principal função do rádio era educar. Ele acreditava que, se o rádio fosse utilizado “com vontade, alma e coração”, poderia transformar o

homem em poucos minutos. Milanez (2007 p. 71): “Para Roquete, ao contrário de guardar segredos, o rádio deveria servir para difundir a coisa de que o Brasil mais precisa: Educação”.

Milanez (2007) descreve que Roquette Pinto começou a imaginar como seria educar os milhões de brasileiros dispersos por mais de oito milhões de quilômetros quadrados. Para tanto, seria preciso fundar uma rádio: “Mas uma rádio educativa, com fins científicos e sociais, de preferência ligada a Academia Brasileira de Ciências, da qual era secretário” (MILANEZ, 2007, p. 72). O primeiro passo foi pedir apoio ao fundador e presidente da Academia, Henrique Morize, que logo cuidou de realizar tal sonho. Assim, no dia 20 de abril de 1923, foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, a PR-1-A.

Segundo o relato de Milanez (2007), essa rádio não era nada parecida com a rádio que logo se faria no Brasil:

Ao contrário, com seu programa de educação em massa, a Rádio Sociedade parecia, a princípio, uma extensão da Academia de Ciências [...]. Nem tudo era música e literatura. Os acadêmicos também davam palestras e cursos pelo microfone, de acordo com suas especialidades como português, biologia, história, francês e até silvicultura. O Rio, capital da República, recebia toda espécie de personalidades da área cultural e científica, inclusive recebeu a visita de Albert Einstein (MILANEZ, 2007, p. 77).

Milanez (2007) ainda ressalta que, em 1933, Roquette Pinto convenceu seu amigo, o educador Anísio Teixeira, então secretário da Educação do estado do Rio de Janeiro, a fundar uma rádio-escola a ser mantida pela Prefeitura do Rio de Janeiro. Anísio topou e Roquette Pinto emprestou equipamentos e funcionários da Rádio Sociedade. A rádio foi colocada no ar no ano seguinte, e Roquette Pinto foi o primeiro diretor.

Mesmo que a finalidade deste trabalho não seja discorrer sobre Roquette Pinto, fazemos algumas menções para lembrar o quanto foi importante a participação desse grande idealista brasileiro na história do rádio no Brasil. Inclusive, é significativo destacar seu grande descontentamento quando as rádios brasileiras começaram a andar por outros rumos, apelando para o lado comercial como forma de sobrevivência. Para ele, o rádio deveria continuar educativo:

E para evitar a morte ou a desfiguração da Rádio Sociedade, Roquete só enxergava uma solução: reverter seus canais a um órgão oficial, o

Ministério da Educação e Saúde. Em julho de 1936, quando resolveu se desfazer de sua rádio, Roquette Pinto chamou seus filhos Paulo, de 27 anos, e Beatriz, de 25 anos, à rua Carioca. Informou-lhes que, aos 52 anos, era um homem pobre e que a única herança que poderia deixar-lhes era a rádio, para que a dirigissem como uma rádio comercial. Só o prefixo, já então, PRA-2, valia uma fortuna. “Mas não quero que ela se transforme numa rádio comercial” (MILANEZ, 2007, p. 82).

José Silvério Baía Horta (1970), em seu trabalho “Histórico do Rádio Educativo no Brasil (1922-1970),” reconhece todo o esforço que Roquette Pinto fez na defesa da Rádio Educativa, no entanto, faltou algo que somente mais tarde é recuperado:

Roquette Pinto foi, sob vários pontos de vista, um precursor. Algumas medidas por ele preconizadas nos parecem fundamentais. Recapitulando: coordenação nacional dos recursos, descentralização e regionalização na programação e envolvimento de toda a comunidade nas atividades radioeducativas, relação entre educação e desenvolvimento, não há no plano de Roquette Pinto, referência a qualquer forma de organização da recepção, nem sequer através do contato emissora-radiouvinte. A fase de contato com os radiouvintes será inaugurada alguns anos depois, pela Rádio-Escola Municipal do Rio de Janeiro, organizada sob a direção do mesmo Roquette Pinto. (HORTA, 1970, p. 87).

No Brasil, desde a iniciativa de Roquette Pinto, várias experiências com radioeducação foram realizadas. Entre os projetos analisados por Horta é importante destacar o Sistema Rádio-Educativo Nacional-Sirena, programa que teve papel fundamental “na implantação da recepção organizada e no desenvolvimento prático de um plano básico de educação popular pelo rádio” (HORTA, 1970). Esse projeto foi implantado no final dos anos de 1950 e teve a duração média de seis anos (1957-1961). Na análise de Horta, há possibilidades bastante óbvias para o fim desse projeto:

[...] nos leva a crer que houve uma preocupação demasiada com os recursos materiais (produção de discos e instalação de emissoras), tendo sido deixados de lado o preparo de pessoal (recursos humanos) e o controle dos resultados (avaliação e *feedback*. Outra possível causa do desaparecimento do SIRENA: o fato de ser um organismo estatal, estando assim sujeito às oscilações de natureza política (HORTA, 1970, p. 87).

Outro destaque nacional a partir de 1961 foi o Movimento de Educação de Base (MEB), cuja origem encontra-se no trabalho de educação de base realizado em algumas dioceses do Nordeste brasileiro, mediante Escolas Radiofônicas. Em 21 de março de 1961, foi assinado o decreto Presidencial nº 50.370 criando,

oficialmente, o Movimento de Educação de Base. Depois de várias discussões e encontros que debatiam a melhor forma de atuar, o MEB estruturou suas atividades em três níveis: Nacional, Estadual e Local.

Mendonça (2008) comenta que entre 1961 e 1966, período estudado por Osmar Fávero, o MEB chegou a ter 7.353 escolas radiofônicas, em 14 estados brasileiros, com 29 emissoras transmitindo os programas e as aulas, numa estimativa de cinco a oito milhões de ouvintes. “Em cinco anos, cerca de 320 mil alunos concluíram o ciclo de alfabetização” (FÁVERO apud MENDONÇA, 2006, p. 6).

Mendonça (2008) ainda relembra que, a partir de 1964, sob o regime militar, as ações de educação e cultura populares sofreram baixas consideráveis, e a educação gradativamente perdeu a adjetivação popular. “Contudo, o rádio, de maneira geral, perdia espaço para a televisão, também no âmbito educacional, surgindo mais tarde as TVs Educativas e, depois, os telecursos” (FÁVERO apud MENDONÇA, 2008, p. 23).

A autora ainda destaca que, nas experiências de radioeducação, a ação que melhor referencia o período militar é o projeto Minerva, que nasceu no Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério de Educação e Cultura, com transmissões iniciadas a partir de 1º de setembro de 1970, aproveitando o espaço criado pela portaria interministerial de n. 408/70, que determinava a obrigatoriedade da transmissão de programação educativa por todas as emissoras de rádio do país.

Em cadeia nacional de rádio AM, o Projeto Minerva formava o aluno ouvinte no curso supletivo de 1º grau. Para alcançar as metas, o Projeto pretendia utilizar o rádio para atingir o homem onde ele estivesse, ajudando-o a desenvolver suas potencialidades, tanto como ser humano, quanto cidadão participativo e integrante de uma sociedade (MENDONÇA, 2008, p. 23).

3.3 O RÁDIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

A trajetória do Rádio na Amazônia Brasileira ainda constitui vasto campo de pesquisa na área de Comunicação Social. Há carência de pesquisa que reúna e organize o processo histórico da presença desse veículo na Região. Existem alguns dados, artigos, dissertações, mas o processo se apresenta ainda de forma fragmentada. Logo, traçar um panorama da importância desse veículo numa região tão extensa geograficamente é a questão que demanda, pois entendo que a

presença desse meio de comunicação é indispensável para os amazônidas. Embora as últimas pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) comprove que a televisão superou o rádio nos últimos anos, conforme figura a seguir, há de se considerar que o rádio ainda é um forte companheiro dos moradores dessa região.

Figura 1 – Bens duráveis

Domicílios particulares permanentes, por existência de alguns bens duráveis, segundo as Unidades da Federação - 2009/2011

Unidades da Federação	Domicílios particulares permanentes					
	Existência de alguns bens duráveis					
	Rádio	Televisão	DVD	Micro-computador	Carro	Motocicleta
2011						
	Números absolutos (1 000 domicílios)					
Brasil	51 135	59 381	46 298	26 307	25 096	11 679
Rondônia	323	462	353	172	154	228
Acre	151	191	150	70	51	58
Amazonas	635	818	664	281	184	121
Roraima	74	124	99	48	44	63
Pará	1 330	1 910	1 441	456	313	462
Amapá	101	169	136	51	39	35
Tocantins	268	393	270	108	118	153
Maranhão	991	1 689	1 169	298	243	500
Piauí	644	793	586	146	166	358
Ceará	2 123	2 456	1 847	588	500	713
Rio Grande do Norte	732	945	770	280	246	264
Paraíba	974	1 160	938	350	308	319
Pernambuco	2 318	2 641	2 174	784	578	473
Alagoas	686	864	689	200	146	144
Sergipe	558	637	483	176	143	137
Bahia	3 450	4 051	3 067	1 244	926	792
Minas Gerais	5 523	6 207	4 786	2 762	2 810	1 279
Espírito Santo	937	1 115	885	543	475	245
Rio de Janeiro	5 105	5 595	4 300	2 868	2 015	388
São Paulo	12 002	13 498	11 007	8 000	7 871	2 032
Paraná	3 092	3 375	2 587	1 759	2 069	683
Santa Catarina	1 899	2 088	1 610	1 183	1 452	511
Rio Grande do Sul	3 446	3 635	2 746	1 783	1 992	577
Mato Grosso do Sul	663	792	588	361	409	225
Mato Grosso	751	939	718	420	406	372
Goiás	1 609	1 975	1 497	800	929	487
Distrito Federal	749	860	738	578	508	61

Fonte: IBGE

Figura 2 – Domicílios com rádio

	Números relativos (%)					
Brasil	83,4	96,9	75,5	42,9	40,9	19,1
Rondônia	64,8	92,6	70,8	34,4	30,8	45,8
Acre	73,1	92,6	72,5	33,7	24,5	28,1
Amazonas	71,0	91,5	74,3	31,4	20,6	13,5
Roraima	55,6	92,6	74,3	35,9	32,9	46,9
Pará	63,5	91,1	68,7	21,7	14,9	22,0
Amapá	56,4	94,7	76,2	28,3	22,0	19,7
Tocantins	62,5	91,8	63,0	25,2	27,6	35,7
Maranhão	54,8	93,4	64,7	16,5	13,4	27,7
Piauí	72,6	89,4	66,1	16,5	18,7	40,4
Ceará	82,9	95,9	72,1	23,0	19,5	27,8
Rio Grande do Norte	75,1	96,9	79,0	28,8	25,2	27,0
Paraíba	82,2	98,0	79,2	29,6	26,1	26,9
Pernambuco	85,7	97,7	80,4	29,0	21,4	17,5
Alagoas	76,7	96,7	77,1	22,4	16,3	16,2
Sergipe	85,2	97,2	73,8	26,9	21,8	21,0
Bahia	80,0	94,0	71,2	28,9	21,5	18,4
Minas Gerais	86,7	97,5	75,1	43,4	44,1	20,1
Espírito Santo	82,2	97,9	77,6	47,6	41,7	21,5
Rio de Janeiro	90,5	99,2	76,2	50,8	35,7	6,9
São Paulo	87,5	98,4	80,3	58,3	57,4	14,8
Paraná	88,8	96,9	74,3	50,5	59,4	19,6
Santa Catarina	89,5	98,4	75,9	55,8	68,5	24,1
Rio Grande do Sul	93,1	98,2	74,2	48,1	53,8	15,6
Mato Grosso do Sul	81,1	96,9	71,9	44,2	50,0	27,6
Mato Grosso	75,8	94,9	72,5	42,4	41,0	37,5
Goiás	79,0	97,0	73,5	39,3	45,6	23,9
Distrito Federal	86,3	99,1	85,1	66,6	58,5	7,0

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009/2011.

Fonte: IBGE

O jornalista Miguel Nogueira de Oliveira²⁰ trabalha há 35 anos na região amazônica. Editor-chefe do jornal *O Estado do Tapajós Digital*, é um amante e ouvinte de rádio, e o defende dizendo que, embora o IBGE tenha divulgado em suas pesquisas nos últimos anos que a televisão supera o rádio em número de aparelhos, isso não ocorre quando o assunto é audiência, pois o rádio supera a televisão neste quesito na região amazônica.

[...] tenho uma visão muito real do rádio, eu acho que na comunicação globalizada que o mundo vive hoje, ainda há barreiras geográficas, as transmissões de sons, de sinais não são ainda tão perfeitas e não ficarão tão cedo. Portanto, mesmo com o desempenho da televisão, o rádio não perdeu a sua qualidade e sua utilidade, porque o rádio, na verdade, tem uma linguagem própria. [...] Aqui na Amazônia, o rádio é muito importante. Ele desempenha um papel muito importante. Claro que o rádio vai ter que se adaptar a novas ferramentas. O rádio ainda é para algumas populações, o único meio de acesso de informações, a Amazônia como é peculiar, ela carece, ela depende muito do rádio. (OLIVEIRA, 2014)

Para ROSTAN (2005), o rádio na Amazônia é diferenciado das demais regiões no Brasil, onde ele era usado pela elite como forma de levar a cultura erudita. Na Amazônia tornou-se um veículo de comunicação e de integração das

²⁰ OLIVEIRA, Miguel Nogueira. **Entrevista com o jornalista Miguel Nogueira**. [09 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Santarém do Pará. 2014. (Entrevista gravada e transcrita no anexo 3).

populações que têm difícil acesso à informação. Na Amazônia as pessoas trocam informações e recados pelo rádio, ou seja, este meio também é usado para comunicação interpessoal.

[...] o rádio não é veículo de transmissão de informação no sentido em que normalmente se atribui a essa mídia. Para as distantes populações ribeirinhas, como total carência de estradas e cujo meio de transporte predominante são as embarcações, o rádio é meio de uma conversação [...] (ROSTAN , 2005, p.13-14)

3.4 O RÁDIO NO PARÁ

Conforme Paulo Roberto Ferreira (2005), a primeira emissora de rádio na Amazônia surgiu em 1928, a Rádio Clube do Pará, em Belém. A emissora foi ao ar no dia 22 de abril de 1928, e teve um papel muito importante como veículo de integração. Ferreira relata que, antes do rádio, o contato entre o homem do interior da região e o mundo urbano era feito pelo barco que abastecia os seringais e as pequenas povoações com suas mercadorias. As “casas aviadoras” (estabelecimentos comerciais), por meio do “regatão” (vendedor que usa barco para percorrer uma região), quebravam o isolamento dos moradores e levavam também as cartas dos parentes que viviam em outras localidades, às margens dos rios.

O autor lembra também que na Amazônia o rádio teve um papel significativo nas capitais e nas distantes localidades do interior dos estados.

Quando o rádio chegou à Amazônia, o homem entrou em contato com outras realidades. Até a mais distante comunidade rural foi contemplada pelo sinal do rádio. “As ondas do rádio chegavam até os vilarejos mais distantes, na beira do rio, nos garimpos, nos seringais, nas fazendas, nas roças, dentro das canoas, dos barcos, dos navios, dos caminhões tipo pau-de-arara etc.” (FERREIRA, 2005, p. 2).

A PRC-5 foi o primeiro prefixo da Clube do Pará, que iniciou de uma forma bem amadora, formada por um clube de amigos, entre eles Edgar de Campos Proença (jornalista), Roberto Camelier (Bacharel em Direito) e Eriberto Pio (telegrafista).

Em 1931, no Governo Getúlio Vargas, foi estabelecido que dez por cento da programação fossem destinados para venda de anúncios: a emissora passou a ter uma cota de financiamento firmado. Em 1942, a emissora recebe um transmissor de onda tropical (OT) e passa a ser ouvida em vários pontos da região. No dia 7 de

junho de 1945, a PRC-5 ultrapassa a fronteira paraense e inicia a irradiação de programas especiais sobre o Território do Amapá, inclusive a retransmissão da Voz do Brasil.

3.5 O RÁDIO NO AMAZONAS

O estado do Amazonas só conseguiu sua primeira emissora no final da década de 1930. Conforme NOGUEIRA (1999), a rádio começou a funcionar em 1939, com um transmissor de 500 watts e um estúdio localizado na residência de seu proprietário, o técnico em eletrônica Lizardo Rodrigues, e recebeu o nome de “A Voz da Baricéia”. O autor ressalta que, em 1942, a emissora foi comprada pelo interventor do Estado, Álvaro Maia, e passou a ser controlada pelo Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP).

Em 1943, a rádio passa a ser dirigida pelo alagoano Gebes de Mello Medeiros, então diretor de Radiofusão e Diversões Públicas do Governo do Amazonas. A partir dessa administração, “A Voz Baricéia” passa a chamar-se “Rádio Baricéia”. Gebes Medeiros conseguiu transformar a emissora em um grande sucesso com a criação dos programas de auditórios transmitidos diretamente do Atlético Rio Negro Clube, Nacional Futebol Clube e Olímpico Clube.

Nogueira (1999) ainda relata que o Governo do Amazonas recebeu proposta de compra da Rádio Baricéia feita por Assis Chateaubriand, que montava na época os *Diários e Emissoras Associados*. Gebes Medeiros não aprovou a proposta, mas o interventor, Álvaro Maia, vendeu a rádio. Chateaubriand, mesmo sabendo da posição de Gebes Medeiros, o convidou para dirigir a emissora que passou a receber o nome de Rádio Baré, porém, Gebes não aceitou o convite. Chateaubriand levou para Manaus o catarinense Josué Cláudio de Souza, um repórter policial do *Diário da Notícia* e *O Jornal*, que passou a dirigir a Rádio Baré e o *Jornal do Comércio*.²¹

O rádio surge no Amazonas em época de intenso desenvolvimento econômico, que tinha por base a produção do látex, matéria-prima da borracha. Manaus se destacava no cenário nacional pelo investimento dos barões da borracha. E não foi diferente de outros lugares, nos quais o rádio era diretamente

²¹ Adquirido na mesma data da rádio pelo grupo Associado, no período de 1943 a 1945.

relacionado à política, transformando-o no principal meio de comunicação popular, e sendo determinante ferramenta para promover a cidadania aos amazonenses que viviam no interior, isolados do restante do país.

3.6 O RÁDIO EM RORAIMA

SILVA (2009) na dissertação de mestrado consultou dois relatórios enviados pelo bispo emérito de Roraima, dom Aldo Mongiano, que atualmente reside em Torino, na Itália. Esses relatórios comprovam um pouco da história do Rádio no estado de Roraima.

No relatório do dia 30 de setembro de 2003, dom Aldo relata a luta da Igreja em ter uma emissora de rádio. Segundo o relatório, a primeira tentativa de instalar uma rádio na Igreja de Roraima foi feita no ano de 1954, por Dom José Nepote Fuss:

No ano de 1954, em Roraima era Bispo Prelado Dom José Nepote Fuss. Para melhorar a ação evangelizadora e atingir as muitas famílias que viviam fora da cidade, espalhadas no interior, pensou em dotar a Igreja de uma Rádio emitente HMB. Encontrou quem custeasse a despesa da instalação, preparou toda a documentação exigida então pela Lei e requereu a autorização governamental. Padre Eugênio Possamai, missionário da Consolata, brasileiro, atuante então em Boa Vista, teria sido o Diretor. Sede, equipamentos, antena da rádio seriam instalados na Prelazia (MOGIANO, 2003).

Ainda segundo o relatório, tudo transcorria na forma legal, quando compareceu à Prelazia, na residência do Bispo, um senhor da administração, enviado especial do Governador do Território:

Com mandato superior, trazia uma proposta inopinada, a saber: que a Prelazia desistisse de instalar uma emissora de rádio em seu próprio nome e que a solicitação feita ao Ministro das Comunicações passasse a ser a favor do Governo do Território e não da Prelazia. O Governo de Roraima teria assumido todas as despesas, a rádio seria mais potente e serviria não só aos católicos, mas a toda a população, dando notícias sociais, políticas e culturais. Em contrapartida, a Prelazia teria sempre um amplo espaço gratuito na rádio, para difundir celebrações religiosas, como missas dominicais, palestras, informações da vida da Igreja, visitas dos missionários ao interior do território, avisos religiosos e de interesse para a vida das malocas e, enfim, tudo o que fosse de interesse dos fiéis e da Igreja (Idem, ibidem).

Dom Aldo continua relatando que a proposta tão improvisada, quanto inesperada, foi objeto de consideração. As relações entre a Igreja e o Governo tinham sido sempre boas. A promessa de espaço amplo e gratuito na futura rádio estava garantida na palavra da máxima autoridade do governo local. Tudo levava o Prelado a acolher a proposta apresentada. O possível atendimento foi até avaliado como prova de boa vontade, no momento presente, e incentivo para uma futura e maior colaboração entre Igreja e Governo, e, desta forma, o prelado aceitou a proposta.

Assim, num terreno situado perto da Capela de São Sebastião (Centro de Boa Vista), onde tinha sido construído um teatro com objetivos educativos e culturais foi instalada a sede e as antenas da primeira Rádio Roraimense. E, rapidamente as emissões da nova rádio foram ao ar. Noticiários do Governo, informações da Igreja, transmissões de celebrações de missas dominicais destinadas aos moradores das malocas distantes e músicas alternavam-se nos programas diários com satisfação geral:

O senhor Magnos Mota era um dos técnicos competentes. Infelizmente as coisas não continuaram a correr como todo mundo esperava. Passados poucos anos, contrariando todo o acordo feito, o Governo comunicou à Prelazia que esta deveria comprar o espaço que utilizava para a rádio e que só lhe seria permitido irradiar gratuitamente a celebração de Missas aos domingos e festas (Idem, ibidem).

Dom Aldo conclui o primeiro relatório dizendo:

Não é difícil imaginar, o dissabor pelo lado da Igreja. A falta de lealdade, as promessas não cumpridas, a rádio surrupiada começaram a pesar no fundo da alma dos missionários e dos fiéis da Igreja Católica. A Prelazia deixou de utilizar a rádio, reduzindo até a difusão da celebração de Missas. A mágoa não podia ser maior (Idem, ibidem).

O depoimento acima citado pode ser confirmado pelo trabalho de conclusão de curso do acadêmico de Comunicação Social da Universidade Federal de Roraima, Cândido:

No início dos anos 40, com equipamentos da Igreja Católica e outros adquiridos no Rio de Janeiro pelo primeiro governador do Território do Rio Branco, Ene Garcez, foi instalado um serviço de alto-falante na Prelazia da Ordem dos Beneditinos (CANDIDO, 1997, p. 32).

Assim, a primeira emissora de rádio, com o nome de Rádio Difusora de Roraima foi inaugurada oficialmente com a presença do Presidente Juscelino Kubitheck de Oliveira, no dia 4 de janeiro de 1957, mas a emissora de fato não era da Prelazia e sim, do Governo.

3.7 O RÁDIO EM RONDÔNIA

A primeira estação de Rádio instalada em Rondônia foi a Rádio Caiari, nome dado em homenagem ao Rio Madeira. Ela foi inaugurada no dia 18 de dezembro de 1961. Na época, Rondônia ainda era Território do Guaporé. A instalação provisória foi nas dependências do Colégio Dom Bosco.

No histórico consta que a emissora teve incentivo do bispo de Porto Velho, dom João Batista Costa e, na época, do padre salesiano Vitor Hugo. Ela iniciou sua programação com autorização de utilidade pública. A emissora, como tantas outras pelo país afora, transmitia avisos da cidade para o interior, e as pessoas passavam utilizar o Rádio como meio de comunicação.

Atualmente a Rádio Caiari tem modernos transmissores com potência de 10 kilowats, e frequência AM de 1430 KHZ.

O rádio foi e ainda é um dos principais meios de comunicação no Amazônia, onde desempenha seu papel na construção da cidadania por meio de transmissão de entretenimento e informação.

3.8 O RÁDIO NO ACRE

Segundo o portal Quinare, o rádio chega ao Acre nos primeiros anos de 1940, durante um período marcado pelo terror, o da Segunda Guerra Mundial. Os equipamentos da Rádio Difusora Acreana (RDA) chegeram de avião e pesavam cerca de 400 quilos. O estúdio foi instalado no antigo Instituto Getúlio Vargas e, em 7 de agosto de 1944 aconteceu a primeira transmissão da rádio em caráter experimental. Entrou no ar efetivamente no dia 25 de agosto, identificada como ZYD-9. Atualmente, é conhecida como “A Voz das Selvas”, opera em duas frequências AM: ZYH 200-1400 KHZ, ondas médias e ZYF 201- 4885 KHZ, ondas tropicais

Souza (1992), explica que nesse período o território acreano vivia o segundo surto da borracha e/ou a “Batalha da Borracha”, já que os “seringais” da Malásia, de domínio da Inglaterra, foram invadidos e tomados pelos japoneses, aliados ao Eixo, e a borracha era matéria-prima essencial na produção de “utensílios” de guerra, como pneus, por exemplo. Com isso, a borracha amazônica voltou a ser crucial para os países envolvidos na guerra, tendo por destaque os Estados Unidos. Esses, no dia 3 de março de 1942, assinaram com o Brasil acordos diplomáticos voltados para a compra da borracha amazônica.

Para Souza (1992), nesse momento foram criados serviços especiais responsáveis por recrutar pessoas para trabalharem na produção da borracha nos seringais amazônicos, como o *SEMTA* (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores) e a *CAETA* (Comissão Administrativa do Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia). Assim, o Acre vivia um “surto” de migrações nordestinas.

3.9 O RÁDIO NO MARANHÃO

Segundo Carvalho (2005), a implantação do primeiro veículo radiofônico no Maranhão, batizado como rádio Difusora, mais tarde rádio Timbira, foi feita durante o governo Getúlio Vargas, e surgiu a partir de solicitações do interventor Paulo Martins de Sousa Ramos. Com o apoio de autoridades federais, o prefixo PRJ-9 foi concedido para a rádio oficial, que ocupou a onda média (amplitude modulada), sendo sintonizada através de 1940 quilohertz. Para a montagem da rádio, a Philips, empresa especializada no ramo, enviou a São Luis o técnico mato-grossense Édson Braune de Araújo, cuja importância foi vital para a sobrevivência do rádio maranhense. Inaugurada solenemente no dia 14 de agosto de 1941, a PRJ-9 entrou no ar às 21h, com o pronunciamento do interventor Paulo Ramos, que foi ouvido em mais de 60 municípios do Estado.

3.10 O RÁDIO NO AMAPÁ

Conforme registrado no portal da Rádio Difusora, a primeira emissora de rádio a se instalar no Amapá foi a Rádio Difusora de Macapá, em 11 de setembro de 1946. Em 1943, pelo decreto-lei 5.814 de 13 de setembro, o governo federal criou o

Território Federal do Amapá. Tão logo assentado o Poder Executivo Territorial em 25 de janeiro de 1944, o Governo do Amapá, sob o comando de Janary Gentil Nunes, montou um Serviço de Imprensa e Propaganda, destinado à divulgação de seu programa de ação e desenvolvimento. Um desses órgãos de divulgação foi o *Jornal Amapá* – um semanário composto e impresso nas oficinas da Imprensa Oficial – que circulou, em primeira edição, no dia 19 de março de 1945.

3.11 REDE DE NOTÍCIAS DA AMAZÔNIA

Um novo marco na história do rádio na Amazônia iniciou com a associação de emissoras de rádio originando a “Rede de Notícias da Amazônia” – RNA. O objetivo dessa associação é o contato entre os povos da Amazônia, por meio de notícias e programas educacionais, culturais, ambientais e de gênero para estimular a formação da consciência crítica e participativa dos ouvintes. Desta forma, se trata de um instrumento de comunicação democratizado que, em seu protagonismo, eleva a chance de reconhecimento das ações do homem na região amazônica. A produção de conteúdo de qualidade e de interesse da região também é objetivo da RNA.²²

Para que um veículo de comunicação com essas pretensões seja abrangente, com fatos e histórias que circundam região tão ampla e com pessoas de interesses e culturas diferenciados, é necessário buscar as informações nos mais remotos pontos para conseguir alcançar a maioria. Sobretudo produzir conteúdo de qualidade a partir de coberturas jornalísticas na Região Amazônia Legal.²³ Esse é o maior desafio que move a RNA.

²² As informações acerca da RNA encontram-se no site <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br>, sendo que as entrevistas realizadas com o Procurador da República no Pará, doutor Felício Pontes, mestre em Teoria do Estado e Direito Constitucional pela PUC-Rio, estão entre as principais fontes consultadas para as notícias desse meio.

²³ “Em 1953, através da Lei 1.806 de 06.01.1953 (criação da SPVEA), foram incorporados à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (oeste do meridiano 44º), o Estado de Goiás (norte do paralelo 13º de latitude sul atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (norte do paralelo 16º latitude sul). Com esse dispositivo legal (Lei 1.806 de 06.01.1953) a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal, fruto de um conceito político e não de um imperativo geográfico. Foi a necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Em 1966, pela Lei 5.173 de 27.10.1966 (extinção da SPVEA e criação da SUDAM), o conceito de Amazônia Legal é reinventado para fins de planejamento. Assim pelo artigo 45 da Lei complementar nº 31 de 11.10.1977, a Amazônia Legal tem seus limites ainda mais estendidos. Com a Constituição Federal de 05.10.1988, é criado o Estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em Estados Federados (Disposições Transitórias art. 13 e 14).” Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/comunicacao-social/imagens-e-videos/imagens/2-convenio-caixa/detail/43-embaiador-alemao-013?tmpl=component>. Acesso em 20 mar. 2013.

A RNA narra a sua trajetória por meio das pessoas que fazem parte do projeto e divulga seus relatórios no site oficial.

Como a história é dinâmica e novos atores surgem ao longo de tempo, fazemos aqui um registro e apresentação de um projeto de emissoras em rede na Amazônia, em vista de manter uma ligação contínua entre sua origem e a continuidade do processo, que pretende ser um serviço ao cultivo dos valores legítimos dos povos da imensa Amazônia, através do meio Rádio.²⁴

Já em 2004 se falava em redes de TV e de emissoras genuínas da região, mas os troncos e as geradoras, tanto de rádio como de televisão, ainda vinham de fora, com pontos de vista e ideologias externos. Assim, as informações sobre a Amazônia eram filtradas de acordo com os interesses dos meios de comunicação ou, muitas vezes, a serviço de terceiros. Mesmo na atualidade, jornalistas estrangeiros que buscam informações sobre a riqueza ou problemas ambientais, não raras vezes disseminam informações que se perpetuam de forma errônea.

Nos anos de 2003-2004 a Rádio Rural- Santarém²⁵ tentava compensar essa avalanche de informações de fora para dentro, com notícias de dentro, que suprisse a sua audiência e as outras emissoras da região mais comprometidas com a população. Desta experiência surgiu um projeto de Rede de Emissoras comprometidas com os valores da Amazônia, com possibilidade de florescer, mesmo que parecesse quase impossível. Em Parintins e em Manaus, as emissoras Alvorada e Rio Mar aceitaram a ideia e se dispuseram a entrar e construir a Rede.

Com apoio financeiro de Adveniat²⁶, em 2004, foi realizado o primeiro seminário sobre a construção da rede de emissoras. Reuniram-se em Manaus sete representantes de emissoras da Amazônia (Rio Mar de Manaus, Educadora de Tefé, Educadora de Coari, Rádio Guajaramirim, Rural de Santarém, Rádio Nazaré de

²⁴ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/historia.asp/>, acesso em 16 mar. 2013.

²⁵ A Rádio Rural Santarém, é uma concessão de radiodifusão feita pelo Governo Brasileiro à Diocese de Santarém. A emissora é entidade da sociedade civil, intitulada Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda., com sede e foro em Santarém, Estado do Pará, fundada no dia 31 de maio de 1960 e inaugurada no dia 05 de julho de 1964, sob a direção inicial de Frei Juvenal, Nestor e Osmar Simões. O acontecimento se tornou um marco da comunicação na Amazônia. Surgia um instrumento pelo qual os amazônidas podiam trocar recados, homenagear seus familiares ou amigos, receber informações e principalmente, aprender a ler. Disponível em: <http://www.radioruraldesantarem.com.br/historia.asp>. Acesso em 20 mar. 2013.

²⁶ Organização católica *alemã que tem por objetivo auxiliar necessitados da América Latina*. Teve seu início em 1961, por meio de coleta de Natal, e até hoje luta contra a pobreza e a injustiça no continente sul-americano, incluindo o Brasil.

Belém e Rádio Comunitária de Borba) que discutiram a importância, a viabilidade e a abrangência da futura rede. Marcou-se outro seminário para aprofundar a discussão e a construção da que passou a ser chamada, já a partir daí, de Rede de Notícias da Amazônia, RNA. No seminário seguinte, nos dias 21 e 22 de março de 2004, em Manaus, no Amazonas, mais duas emissoras participaram: a FM Monte Roraima, de Boa Vista Roraima²⁷ e a Rádio Educativa de Abaetetuba, de Abaetetuba do Pará e, mais tarde, entrou a Rádio Educadora de Bragança do Pará.

O relatório histórico do site ainda diz que, no mesmo ano de 2004, o padre Edilberto Sena²⁸ teve um encontro casual com o consultor de comunicação das Dioceses da Alemanha, Christoph Dietz, do Conselho Católico para os Meios de Comunicação, Cameco, cuja sede fica na Alemanha. Segundo Sena, logo que este ouviu falar do sonho, se entusiasmou, defendeu ser uma ideia moderna, e de extrema importância para a Amazônia. Dietz se comprometeu em apoiar, mas advertiu para o desafio do compromisso do grupo de comunicadores das emissoras em realmente assumir o projeto.

A comunicação é essencial na contemporaneidade, mais ainda para agir em redes de informação. Assim, uma rede que tenha uma linha diretriz de acordo com a realidade da Amazônia, com valores éticos, se mostra essencial.

Em 2005, como indicação de Christoph Dietz, Francimar Farias²⁹ e Padre Edilberto Sena foram a Quito, no Equador, com o objetivo de participar da assembleia da Associação Latino americana de Educação Radiofônica – ALER.³⁰ Expuseram o projeto da RNA e, em seguida a ALER ofereceu gratuitamente um espaço no seu canal de satélite para as transmissões dos programas que a RNA viesse a produzir.

Vários foram os seminários e as oficinas de capacitação radiofônica, como em Santarém, Belém e Manaus, com orientação do consultor, Dietz, da Cameco. Ele visitou as emissoras, Rio Mar, de Manaus, Alvorada, de Parintins, Rural, de Santarém e Nazaré, de Belém. Em 2006 faziam parte do projeto, além das emissoras mencionadas, a Rádio Monte Roraima, de Boa Vista, RR, a Rádio

²⁷ Participaram desse seminário o diretor geral da época, Waldir Paixão e Antonia Costa da Silva (a pesquisadora, na época Diretora de Jornalismo).

²⁸ Edilberto Sena, padre da Diocese de Santarém, PA, ex-coordenador geral da Rádio Emissora de Educação Rural Santarém e presidente da RNA.

²⁹ Radialista da Rádio Rural de Santarém, no Pará.

³⁰ A Associação Latino-americana de Educação Radiofônica é uma Organização Não Governamental ligada à Igreja Católica, que trabalha a educação radiofônica com 18 países da América Latina.

Educadora, de Tefé, AM, a Rádio Educativa, de Abaetetuba, PA, e a Rádio Educadora, de Bragança, PA. Manifestaram interesse a Rádio Verdes Florestas, de Cruzeiro do Sul, AC, as rádios comunitárias de Itaituba e Curuai, PA, de Borba, AM e uma pequena rádio de um bairro de Manaus.

De acordo com o site da RNA, durante esse período, as emissoras sócias participavam dos encontros, discutiam o projeto, desconfiadas que a RNA pudesse ser de difícil realização diante de obstáculos, como os financeiros e tecnológicos. Algumas deixaram de participar de decisões importantes, mas a persistência da cabeça da rede, a Rádio Rural, foi fundamental. Em 2007, a ALER decidiu criar um grande projeto Pan Amazônico de emissoras, nos moldes do projeto RNA. Surgiu o projeto RIAR (Rede intercultural amazônica de rádios), com apoio do governo espanhol.

Este projeto, que visa dar estímulo às culturas regionais nos seis países amazônicos ligados à ALER, chegou na hora certa para a RNA. Por conta desse projeto realizou-se mais duas oficinas, quando o Estatuto e o projeto financeiro [...] apresentados à Adveniat, através de Christoph Dietz, foram concluídos. Também realizamos mais uma capacitação dos rádio-jornalistas das emissoras sócias para trabalhar um jornalismo distinto, a partir dos interesses das populações amazônicas³¹

Quatro emissoras sócias (Bragança, Abaetetuba, Belém e Tefé) deixaram de se corresponder com a cabeça de rede. Mas em março de 2008 o coordenador da RNA (Pe. Edilberto Sena) foi até Quito para um seminário com os colegas dos países sócios do projeto RIAR para assumir as responsabilidades de realizar o projeto. A coordenação da ALER comunicou ao coordenador da RNA que este projeto seria prioridade naquele ano, com apoio financeiro e tecnológico, porque a RNA deveria ser o modelo para os outros países da RIAR, mas precisava de uma gestão mais definida, além do coordenador. Joelma Viana³² passa, então, a gerir o projeto.

Em abril de 2008 aconteceu um seminário, em Santarém, com 23 participantes de cinco das emissoras sócias da RNA: Rádios Alvorada, de Parintins, Rio Mar, de Manaus, FM Monte Roraima, de Boa Vista, Rádio Educadora, de Coari e Rádio Rural, de Santarém. Deste seminário nasceu a RNA.

³¹ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/historia.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

³² Funcionária da Rádio Rural para ser a Gestora da RNA, produtora e apresentadora do Jornal Amazônia é Notícia.

Dois representantes de ALER participaram do seminário trazendo a garantia de apoio concreto, tecnológico (canal de satélite e tecnologia de informática necessária, treinamento dos produtores de notícias das cinco emissoras comprometidas), assim como a confirmação da aliança entre a ALER e a RNA. Além da Missão, Visão e Objetivos da RNA, também se definiu o tipo de noticiário de 15 minutos em rede que deveria ir ao ar a partir do dia 19 de maio de 2008, das 17h45 às 17h59 de segunda a sexta feira. Joelma Viana ficou definida como a gestora da RNA, Aline Rocha, como auxiliar de secretária e o padre Edilberto Sena continuava presidente até que uma assembleia geral elegeisse um novo.³³

Assim, desde o dia 19 de maio de 2008, o noticiário está no ar.³⁴

Cabe destacar a relação das emissoras com a RNA. Durante o processo de construção, todos os bispos responsáveis pelas emissoras sócias foram visitados pelo presidente da RNA, esclarecendo o modelo de rede que estava sendo construído, explicando que não se tratava de rede católica, mas uma rede amazônica. As emissoras ligadas às dioceses e prelazias foram convidadas por serem mais independentes do poder político e econômico. Diretrizes, missão e objetivos foram pensados a partir de um compromisso com a ética, a cidadania e as culturas, enfatizando a participação dos protagonistas populares da Amazônia. Outras emissoras que desejassem entrar na RNA poderiam ser aceitas desde que aprovadas pela assembleia geral e que respeitassem os compromissos da RNA. Os bispos apoiaram o projeto.

Para melhor funcionamento, a RNA é uma sociedade das emissoras que a fundaram e que possam entrar posteriormente. Ela tem personalidade jurídica própria para facilitar os trâmites de relacionamento e evitar que as dioceses mantenedoras das emissoras sócias tenham responsabilidade financeira, em caso de dificuldades. Cada emissora sócia é responsável pela RNA, pela produção, manutenção de seus equipamentos ligados à RNA, como também terão direitos ao usufruto da participação de toda a programação e dos dividendos que futuramente deverão chegar. Como todo início de investimento tem custos, cada emissora terá algum custo de se habilitar a participar da RNA, com algum equipamento menor, o pagamento dos produtores de programas, sem quebrar a rotina de sua própria programação. Só o fato de estar gerando um noticiário via satélite para

³³ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/historia.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

³⁴ A história do Rádio na Amazônia entra em nova fase nesta segunda-feira, quando iniciam as transmissões via satélite de rádio da RNA. O primeiro produto desta aliança é o Jornal "Amazônia é Notícia". Um noticiário diferenciado, produzido por jornalistas de Manaus, Coari e Parintins no Amazonas, Boa Vista, em Roraima e Santarém, no Pará. O noticiário terá a duração de quinze minutos, das 17h45 às 18h, de segunda a sexta-feira. (Publicado no site <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/historia.asp>, na estreia da RNA. Atualmente, os programas são gerados via internet).

quase toda a Amazônia junto com outras emissoras e um noticiário diferenciado dos outros já é um ganho inicial que deve ser contabilizado. Como se diz – a RNA é uma nova página na história do rádio na Amazônia. Desde o início do sonho as emissoras participantes já ganharam seminários de discussão, capacitação de coordenadores e radio jornalistas, já ganharam receptores de satélite, apoio financeiro para realizar concursos culturais, também o canal de satélite foi oferecido grátis pela Rádio Nederland, via ALER, e assim a RNA tem caminhado e vai caminhar. Logo que estiver a pleno funcionamento será buscada publicidade comercial via agências de publicidade nas capitais da Amazônia para a manutenção da RNA e das emissoras sócias.³⁵

Cabe mencionar que a ALER é uma Organização Não Governamental ligada à Igreja Católica, que trabalha a educação radiofônica com 18 países da América Latina. Já está com 36 anos e, até 2005, apenas duas emissoras brasileiras faziam parte de ALER (a Rádio de Cícero Dantas, da Bahia e a Rádio Pioneira, de Teresina, no Piauí). A Rádio Rural solicitou a entrada na associação ALER e hoje é uma das associadas.

Desta forma, desde 2006 a ALER passou a dialogar com a coordenação da RNA. Disponibilizou o serviço de um canal de satélite para as transmissões dos programas da RNA, e enviou um projeto ao governo espanhol para a criação de uma rede Pan Amazônica de emissoras (com a Bolívia, o Peru, a Colômbia, o Equador, a Venezuela e o Brasil), o Projeto RIAR (Rede Interregional Amazônica de Emissoras), para estimular a divulgação dos valores culturais dos povos da Pan Amazônia. A RNA passou a ser estímulo para a criação do Projeto RIAR.

O projeto foi aprovado para dois anos (2008 e 2009). A ALER optou por dar mais apoio à RNA para deslanchar o primeiro programa de notícias via satélite. Para tanto, enviou dez receptores de satélite para que as emissoras da RNA pudessem instalá-los e assim o noticiário pudesse ser efetivado. Além disso, foi realizada uma oficina especial para capacitação de rádio jornalistas e coordenadores das primeiras cinco emissoras que iniciariam o programa Amazônia é Notícia, tendo a Rádio Rural como cabeça de Rede.³⁶

O compromisso da RNA dentro do projeto RIAR é para com a capacitação constante, além do diálogo com lideranças locais de abrangência de cada emissora da rede, e a realização de concursos culturais.

³⁵ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/historia.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

³⁶ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/historia.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

A RNA se define como “[...] uma experiência de democratização da comunicação numa região tão relevante no planeta terra.”³⁷ Impulso, amadurecimento, ousadia, planejamento, ação, avaliação são alguns substantivos que foram imprescindíveis na construção da RNA.

Em 2009, a RNA ampliou o Jornal Amazônia é Notícia (JAN)³⁸ de 15min para 30min. Conforme o site, o projeto iniciou com cinco emissoras e hoje são onze em cinco Estados da Amazônia: Rádio Alvorada, de Parintins, Rádio Rio Mar, de Manaus, Rádio Educadora, de Coari, Rádio Educadora, de Tefé, Rádio FM Comunitária, de São Gabriel da Cachoeira e Rádio Fm Castanho, do Careiro (Amazonas); Rádio Verdes Florestas, de Cruzeiro no Sul (Acre); Rádio FM Monte Roraima (Roraima); Rádio Guajara Mirim (Rondônia); Rádio Nazaré, de Belém e Rádio Rural, de Santarém (Pará).

Além do Jornal já se produz em rede o programa de Educação Ambiental “Caminhos da Amazônia”³⁹, que vai ao ar todos os sábados nas emissoras sócias, contendo temáticas com o intuito de despertar a consciência dos/das ouvintes para a preservação do Meio Ambiente. A intenção não é apenas denunciar as ações que estão sendo praticadas contra o bioma amazônico, mas sensibilizar os ouvintes de que é necessário fazer algo para mudar a realidade. O programa dá dicas de meio ambiente, traz pessoas ligadas ao ambientalismo para entrevistas, oferece programação musical, além de outras informações relevantes.

A RNA destaca em seu projeto:

Ser um instrumento diferenciado de contato entre os povos da Amazônia, com notícias e programas educacionais: cultura, meio ambiente e gênero.

³⁷ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/historia.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

³⁸ Em 2009, o Jornal recebeu reconhecimento, sendo considerado pela UNDA/Brasil e CNBB o segundo programa Jornalístico comprometido com a educação e a evangelização. Ficando em segundo lugar com o troféu Microfone de Prata.

³⁹ O Programa ganhou, em 2011, o prêmio Microfone de Prata conferido pela Unida Brasil/CNBB. O júri foi composto por representantes da Associação Católica de Comunicação, a Signis Brasil, com diretor e produtor de Rádio, ouvintes e um representante da CNBB, que foi montado para o evento da entrega do prêmio “Microfone de Prata”, que ocorreu no dia 20, em São Paulo, na sede das Paulinas. Dos 66 inscritos nas categorias Religioso, Jornalismo e Entretenimento, os contemplados foram: vencedor na categoria religioso, “A caminho do Reino”, Rádio 9 de julho, arquidiocese de São Paulo (SP), apresentação padre José Renato; categoria jornalismo, “Jornal da Manhã”, Rádio Educadora AM, Coronel Fabriciano (MG), apresentação de Roberto Siqueira e categoria entretenimento, “Caminhos da Amazônia”, Rede de Notícias da Amazônia – Rádio Rural de Santarém (PA), apresentação Joelma Viana e Anderleia Oliveira”. O programa Caminhos da Amazônia é produzido pela Rádio Rural e emissoras integrantes da Rede de Notícias da Amazônia que tem a sede gestora na Rádio Rural de Santarém. Disponível em: <http://tropical790.com/noticias/ver/conhecidos-os-vencedores-do-microfone-de-prata-2011-2>. Acesso em: 20 mar. 2013.

Estimular a formação da consciência crítica participativa de todos os ouvintes. Ser instrumento de comunicação democratizada na Amazônia, priorizando o ponto de vista dos lutadores sociais, a partir das fontes fidedignas da informação.⁴⁰

A missão da RNA é contribuir para uma sociedade mais humana e cristã, de uma Amazônia respeitada em seu ecossistema, valorizando as culturas originárias de seus povos e da sociedade civil. Tendo como Visão:

A Amazônia é uma casa onde vivem mais de 20 milhões de seres humanos, entre os quais 120 povos originários, com culturas próprias e direitos inalienáveis, mas também um conjunto de biodiversidade, tudo isso e todos esses merecem respeito. (RNA, s/p.).

O Manual de Produção da RNA define o “Amazônia é Notícia” como gênero informativo, e determina como o radiojornal deve ser produzido.

Reportagem: Matéria específica e de maior fôlego sobre um determinado tema. Pode incluir entrevistas, externas, opinião do repórter, BG, etc. Poderíamos considerar a reportagem como um formato que combina elementos dos gêneros jornalístico e opinativo. É a representação de um fato ou acontecimento enriquecido pela capacidade intelectual, observação atenta, sensibilidade, criatividade e narração fluente do autor. A RNA adota como padrão o tempo médio de suas notícias o OFF um minuto e as sonoras com um minuto e trinta segundos. Os áudios devem ser gravados em menos 10db e sem eco. Sonoras: Em geral as sonoras devem ter entre 10 a 40 segundos 9. Os cortes: quando fizermos cortes é importante deixar uma pausa, para não parecer ter sido feita uma edição abrupta.⁴¹

O Manual também determina como deve ser a entrevista para o Radiojornal:

Entrevista: É uma conversa entre duas ou mais pessoas tanto em estúdio quanto em externas. É esperada do repórter isenção e objetividade na elaboração das perguntas, bem como na condução da entrevista. Entrevistar não é somente fazer uma pergunta, e esperar uma resposta e juntar a resposta a outra pergunta. É um exercício profissional trabalhoso e ingrato. Esse gênero exige muita intuição, delicadeza, perfeito conhecimento do assunto, do entrevistado, de sua vida, de sua obra.⁴²

O radiojornal faz um rodízio com as emissoras parceiras na produção do editorial:

⁴⁰ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/manual.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

⁴¹ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/manual.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

⁴² Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/manual.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

O editorial retrata a opinião da instituição, do veículo. Texto opinativo sobre assuntos nacionais ou internacionais. Também é chamado de jornalismo de opinião. Os editoriais devem ser produzidos, preferencialmente, pelos diretores/as das emissoras. A duração em média dois minutos e trinta segundos.⁴³

A RNA, especificamente no JAN, tem feito cobertura regional e todos os dias, tem matérias enviadas pelas emissoras interligadas. Segundo Viana, as pautas diárias do JAN são temas voltados para as questões de denúncias de agressões ao ser humano e ao meio ambiente.

Prestar serviço às comunidades da Amazônia, nos campos da informação e formação da consciência crítica, este é o principal objetivo da RNA, uma associação que atualmente junta 12 emissoras de rádio na região, com pretensão de ampliar este número para cobrir toda a grande região. As 12 emissoras podem hoje alcançar cerca de cinco milhões de ouvintes, num universo de 25 milhões de habitantes que vivem nos seis Estados da Amazônia real brasileira.

[...] ter reconhecimento nacional em classificação com o Prêmio Microfone de Prata da Conferência nacional dos Bispos do Brasil e Signis Brasil é um sinal de vida importante. Torna-se motivo de estímulo aos produtores e apresentadores dos programas da RNA, que tem sede na Rádio Rural, de Santarém, Pará. Há três anos que a RNA vem produzindo um noticiário amazônico de 30 minutos de segunda à sexta feira e um programa de educação ambiental de 30 minutos aos sábados. Todos os programas são gerados nas emissoras sócias e a cabeça de rede, em Santarém junta as informações e devolve a todas as 12 sócias, que transmitem no mesmo horário em suas regiões. Aqui está um diferencial da RNA em relação às outras redes existente no Brasil. Ela não filtra as notícias, mas respeita os acordos feitos em assembleia de diretores e assim, todos os ouvintes dos seis Estados podem saber o que ocorre na Amazônia, além de poder adquirir formação cultural e consciência cidadã.⁴⁴

Esse serviço da RNA é muito bem visto pelo Procurador Geral da República no Pará, doutor Felício Pontes, um defensor do meio ambiente. Perguntado sobre a sua visão acerca da RNA, diz que é essencial para o trabalho de divulgação das ações do Ministério Público contra Belo Monte, explicando os motivos.

Com a Rede de Notícias da Amazônia a questão mudou. [...] As pessoas tinham conhecimento do que estávamos fazendo, [...]. Quando a gente chegava na comunidade, a comunidade já sabia o que a gente ia fazer, qual a função do Ministério Público e isso ajudou imensamente o nosso trabalho. Então, aí o que aconteceu? Os grandes veículos de Comunicação inverteram a coisa, [...] começaram a pautar o que a gente estava dando, o

⁴³ Disponível em: <http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br/editoriais.asp/> Acesso em: 16 mar. 2013.

⁴⁴ Disponível em: <http://www.radioruraldesantarem.com.br/imprimeeditorial.asp?id=171> Acesso em: 16 mar. 2013.

que a Rádio (Rural), através da RNA estava divulgando, pois lá a gente não tinha censura.⁴⁵

Menciona que no momento em que foi ao ar, a RNA deu um espaço muito interessante para a divulgação das questões ambientais. No caso específico de Belo Monte, ressalta que

[...] acabou revertendo uma situação que vinha desde 2008 que tratava de Belo Monte, onde a grande imprensa não dava o devido valor, não pautava aquilo que deveria ir ao conhecimento público e depois acabou invertendo, porque, a partir da Rede Notícias da Amazônia acabou repercutindo também nas Redes Sociais e os jornais vinham a reboque, e os grandes jornais, ou eles davam a notícia ou eles ficavam para trás [...].⁴⁶

Enfatiza que há uma confiança total estabelecida com a RNA.

Só em saber que com eles não terá nenhum problema de retirar uma palavra minha porque um anunciante não será prejudicado. Eu sei que eles devem até sofrer muito com isso, porque trata-se de performance de uma Rádio que precisa pagar seus impostos, seus funcionários e essa Rádio (Rural), precisa de dinheiro. E muitas vezes nessas ações há interesses exatamente daqueles que pagam a propaganda nesses lugares.⁴⁷

Houve uma melhor divulgação dos trabalhos do Ministério Público, já que o rádio é ainda o meio que mais atende a população na região de atuação da RNA.

⁴⁵ PONTES, Felício. **Entrevista com Procurador da República no Pará Dr. Felício Pontes**. [15 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Belém do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (ANEXO 5).

⁴⁶ PONTES, Felício. **Entrevista com Procurador da República no Pará Dr. Felício Pontes**. [15 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Belém do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (ANEXO 5).

⁴⁷ PONTES, Felício. **Entrevista com Procurador da República no Pará Dr. Felício Pontes**. [15 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Belém do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (ANEXO 5).

4 HIDRELÉTRICA BELO MONTE E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO AMBIENTAL

As considerações apresentadas neste capítulo são fundamentais para este trabalho. Será exposto um breve contexto da situação da terceira maior hidrelétrica do mundo e segunda no Brasil, a UHE Belo Monte, com um resumo histórico da mesma. Serão abordadas as discussões sobre possíveis construções de mais hidrelétricas na Amazônia, principalmente em terras indígenas. Serão mencionadas, também, as razões pelas quais ainda não se resolveu a crise energética brasileira, que assola, principalmente, a população dos grandes centros urbanos, que sofre as consequências dos constantes apagões.

O Brasil busca alternativas para resolver seu problema de fornecimento de energia elétrica, e uma das soluções que o governo adotou foi a construção de mais uma usina, a UHE de Belo Monte, na Bacia do Rio Xingu⁴⁸, que tem gerado inúmeras polêmicas. Em sua parte paraense, os debates em torno de sua instalação já duram mais de 30 anos.⁴⁹ Nessas três décadas, a discussão se estendeu entre Governo, Movimentos Sociais, Ministério Público Federal e Povos Indígenas que habitam a região.

4.1 BELO MONTE: PROJETO

Conforme o site oficial da empresa responsável pela obra, a Norte Energia AS,⁵⁰ o projeto de implantação da Usina Belo Monte pretende levar desenvolvimento à região de Altamira (PA) e aos municípios vizinhos. Objetiva-se trazer melhorias às condições de vida das cerca de 5.000 famílias que residem em palafitas em seu

⁴⁸ Tive o privilégio de conhecê-lo ainda vivo, natural como determinado pela natureza, embora a Usina já estivesse em pleno auge de sua construção, no dia 10 de setembro de 2014. Avistei o rio do alto das nuvens, na descida do voo na cidade de Altamira, visão lindíssima. Nos dias 11, 12 e 13 de setembro de 2013 visitei e pude colocar meus pés em suas águas cristalinas e fazer de balsa a travessia de Belo Monte, local que, após o funcionamento da usina, terá um volume de água bem mais baixo. Vi partes da Volta Grande, trecho de 100 km do rio Xingu localizado entre os municípios de Altamira, Anapu e Vitória do Xingu, locais em que as pessoas estão apreensivas porque sabem que ali será o ponto de maior inundação. Na orla da cidade, poluída, resiste a má educação de sua população.

⁴⁹ A hidrelétrica de Belo Monte, hoje considerada a maior obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal, vem sendo alvo de intensos debates na região, desde 2009, quando foi apresentado o novo Estudo de Impacto Ambiental (EIA), intensificando-se a partir de fevereiro de 2010, quando o MMA concedeu a licença ambiental prévia para sua construção.

⁵⁰ Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte>. Acesso em 30 jul. 2015.

entorno. Há, ainda, uma compensação financeira anual de R\$ 88 milhões para a região.⁵¹

A UHE de Belo Monte foi planejada para gerar, no pico, 11.233,1 MW e, como energia firme média, 4.571 MW. Este planejamento leva em consideração a constância da produção de energia e o baixo impacto socioambiental, alagando a menor área possível. Belo Monte é uma hidrelétrica conhecida como “fio d’água”, quer dizer, “[...] quando a vazão é pequena, ela gera menos energia. Ela não tem aqueles enormes reservatórios para armazenar água como a UHE Itaipu”.⁵²

Idealizada já na década de 1970, para concretizar a sua construção na Bacia do Rio Xingu foi necessário realizar várias análises para comprovar a sua viabilidade: inventário hidrelétrico do Rio Xingu; estudo de impacto ambiental (EIA/Rima); investigações antropológicas envolvendo as populações indígenas; e, avaliação ambiental integrada (AAI).

Estes estudos foram iniciados pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE S/A), transferidos depois para a Centrais Elétricas Brasileiras S/A (ELETROBRÁS), juntamente com as construtoras Camargo Corrêa S/A, Andrade Gutierrez e Norberto Odebrecht.

⁵¹ A concessão para a construção da hidrelétrica, no município de Vitória do Xingu, foi deferida através de leilão realizado em 20 de abril de 2010. A Norte Energia S.A. obteve a concessão por um prazo de 35 anos. É composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e de empresas autoprodutoras. Pretende firmar contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado com as concessionárias de distribuição, no montante de R\$ 62 bilhões, relativos ao fornecimento de 795 mil MWh. Para explorar o potencial hidrelétrico, a concessionária recolherá à União, como pagamento pelo uso de bem público, o valor anual de R\$ 16,6 milhões, além de cerca de R\$ 200 milhões que serão pagos à União, ao estado do Pará e aos municípios impactados, referentes à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos. A estimativa era de que a sua construção devesse gerar cerca de 20 mil empregos no pico das obras. Informações sintetizadas a partir de <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte>. Acesso em: 30 jul. 2015.

⁵² Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte>. Acesso em: 30 jul. 2015.

Figura 3 – Belo Monte/PA



Fonte: www.g1.com.br

O site oficial da Eletronorte destaca que:

Para discutir a construção da usina, entre 2007 e 2010, foram realizadas 12 consultas públicas; dez oficinas com a comunidade que vive na área do empreendimento; fóruns técnicos em Belém e no Xingu; visitas a mais de quatro mil famílias; quatro audiências públicas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com mais de seis mil pessoas; e, 30 reuniões da Fundação Nacional do Índio (Funai) em aldeias indígenas.⁵³

O projeto dividiu a distribuição da energia da seguinte forma: setenta por cento ao mercado cativo (consumidores residenciais e industriais) e às distribuidoras; dez por cento para as empresas autoprodutoras; e, os vinte por cento

⁵³ Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte>. Acesso em: 30 jul. 2015.

restantes, para o mercado livre. Há ênfase no projeto de que nenhuma indústria receberá energia subsidiada e a garantia de que

[...] a UHE Belo Monte não causará impacto direto sobre terras indígenas, nem haverá remoção de qualquer de seus habitantes. Ocorrerá mudança da vazão do Rio Xingu na área conhecida como Volta Grande do Xingu, mas o hidrograma proposto pelo estudo de impacto ambiental da obra garante as condições adequadas para a manutenção do modo de vida das etnias Juruna do km 17, Arara da Volta Grande e Paquiçamba que habitam essa área.⁵⁴

Quanto à questão de estudos de impacto ambiental, o projeto diz ser fundamental que as pessoas sejam protegidas, e que os estudos de impactos foram feitos com a intenção de atender, minimizar e até compensar o que possa vir a ser impacto para as pessoas:

Os habitantes das terras indígenas próximas ao empreendimento (Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Juruna do km 17), cerca de 240 pessoas, não terão suas terras alagadas. As pessoas que vivem atualmente em situação precária, em casas ou palafitas que, na maioria das vezes, ficam com água sob o piso no período de cheia do rio e convivem com lama na época da seca, onde crianças brincam e moradores fazem suas necessidades devido à total falta de saneamento básico, receberão casas em locais urbanizados com rede de água, esgoto e águas pluviais, escolas e unidades de saúde, além de áreas de recreação e lazer.⁵⁵

As ações a serem executadas seguem a linha do tempo exposta pela Norte Energia S.A., conforme anexo 6.

Para melhor entender essa polêmica em torno da construção da Hidrelétrica de Belo Monte, dividi minha pesquisa em duas partes: a primeira, de 1975 até maio de 2008, trata do histórico, por meio de dados coletados no Instituto Socioambiental (ISA), no qual o mesmo promove uma cronologia de Belo Monte, desde seu início (Vide resumo no anexo 7). A segunda parte organiza-se de maio de 2008 até dezembro de 2013, e está descrita no capítulo cinco, quando o JAN será o portador dessa cronologia.

⁵⁴ Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte>. Acesso em: 30 jul. 2015.

⁵⁵ Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte>. Acesso em: 30 jul. 2015.

O histórico do ISA salienta que a polêmica envolvendo Belo Monte dura mais de 20 anos. No entanto, o próprio portal do ISA registra que os estudos iniciaram em 1975⁵⁶, gerando, com isso, informações controversas.

Segundo dados do histórico, o relatório dos estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu foi concluído em 1980. Nesse relatório consta que o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu ficaria assim:

[...] sete barramentos, que gerariam 19 mil megawatts (MW), metade da capacidade instalada nas hidrelétricas brasileiras à época. Essas usinas representariam o alagamento de mais de 18 mil km² e atingiriam sete mil índios, de 12 Terras Indígenas, além dos grupos isolados da região.⁵⁷

Ainda em 1980, baseada nas recomendações do relatório final do estudo, a Eletronorte entra com a missão de estudar a viabilidade técnica e econômica do Complexo Hidrelétrico de Altamira.⁵⁸ Em 1986 é concluído o Plano Nacional de Energia Elétrica para o período de 1987 a 2010, tendo como proposta:

Construção de 165 usinas hidrelétricas até 2010, 40 delas na Amazônia Legal, com o aumento da potência instalada de 43 mil MW para 160 mil MW, e destaca: “pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo”. Os estudos do Plano indicam Kararaô como a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro. Até então, os estudos de Babaquara eram a prioridade.⁵⁹

Em 1988, o Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE)⁶⁰ aprovou o Relatório Final dos estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Xingu. Em novembro desse mesmo ano, na aldeia Gorotire, foi realizado um encontro entre as lideranças Kaiapó e autoridades governamentais

⁵⁶ Conforme o Instituto Socioambiental, “o aproveitamento hidrelétrico da Amazônia, cujo potencial representa 60% do total do país, figura entre as prioridades do projeto desenvolvimentista de industrialização brasileira e começa a ser diagnosticado na década de 1970. A recém-criada Eletronorte, subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobras) na Amazônia Legal, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. O trabalho de mapear o rio e seus afluentes e definir os pontos mais favoráveis para barramentos ficou sob a responsabilidade do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., integrante do grupo Camargo Córrea.” Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁵⁷ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁵⁸ Reunião as Usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW).

⁵⁹ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁶⁰ Extinto órgão regulador do setor elétrico.

para discutir a questão das barragens projetadas para o rio Xingu e as consequências para os povos indígenas da região.⁶¹

Mas a polêmica de grande repercussão internacional se deu no Primeiro Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, realizado em fevereiro de 1989, em Altamira, no Pará. Segundo o relatório do ISA, o objetivo era protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos indígenas e, sobretudo, contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu. O ISA diz:

O encontro acaba ganhando imprevista notoriedade, com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Reúne cerca de três mil pessoas. Entre elas: 650 índios de diversas partes do país e de fora, lideranças como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armindo Denadin; deputados federais; 300 ambientalistas; em torno de 150 jornalistas; e, o cantor inglês Sting. Durante a exposição de Muniz Lopes sobre a construção da usina Kararaô, a índia Tuíra, prima de Paiakan, levanta-se da plateia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal num gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena é reproduzida em jornais de diversos países e torna-se histórica.⁶²

No final do encontro foi lançada a Campanha Nacional em defesa dos Povos e da Floresta Amazônica. Os participantes exigiram que os projetos de desenvolvimento da região fossem revisados. Muniz Lopes declarou, na ocasião, que nomes indígenas não seriam mais utilizados para intitular usinas hidrelétricas.⁶³

Em 1990 a Eletronorte encaminha o Relatório Final dos estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, antiga Kararaô, para o Departamento Nacional de águas e Energia Elétrica (DNAEE). Em 1994 é apresentado um novo projeto, já remodelado, no qual consta que a estimativa para o reservatório sofreu redução de 1.225 km² para 400 km², com possibilidade de evitar que a área indígena Paquichamba fosse inundada com a obra prevista. Em 1996, a Eletrobrás solicitou autorização à Aneel para desenvolver com a Eletronorte o complemento dos estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo

⁶¹ A convite de Paiakan, uma equipe do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), uma das organizações que originou o Instituto Socioambiental (ISA) participa da reunião na aldeia Gorotire, assessorando os Kaiapó na formalização, documentação e encaminhamento do convite às autoridades.

⁶² Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁶³ Muniz Lopes anuncia que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô – nome que significa grito de guerra em Kaiapó – receberia outro nome.

Monte, mas só em 2000 foi feito esse acordo. O relatório ainda destaca que, em 2000, foi apresentado o Plano Plurianual para o período de 2000 a 2003.⁶⁴ Ainda em 2000, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisa (FADESP) ligada à Universidade Federal do Pará (UFPA), é contratada para elaborar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.

O ano de 2001 é marcado por muitas ações, entre as quais o ISA destaca:

O Ministério das Minas e Energia anuncia, em maio, um plano de emergência de US\$ 30 bilhões para aumentar a oferta de energia no país. Inclui a construção de 15 usinas hidrelétricas, entre as quais o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, que seria avaliada pelo Conselho Nacional de Política Energética – órgão criado em 1997, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, voltado à formulação de políticas e diretrizes de energia – em junho do mesmo ano. Ainda em maio, o Ministério Público move ação civil pública para suspender os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte, cujo pedido é atendido por uma liminar da 4ª Vara Federal de Belém, porque não houve licitação para a Fadesp, acusada, entre outros, de elaborar o EIA/RIMA das Hidrovia Araguaia-Tocantins e Teles-Tapajós com uma metodologia questionável sob o ponto de vista científico e técnico; a obra deve ser licenciada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e não pelo governo do Pará, já que o Xingu é um rio da União; e os EIA devem examinar toda a Bacia do Xingu e não apenas uma parte dela.⁶⁵

Ainda em 2001, o Governo editou a Medida provisória 2.152-2, conhecida como a MP do apagão.⁶⁶ A reação veio logo em agosto do mesmo ano, quando o Movimento pelo desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) reuniu 113 organizações sociais e editou o documento “SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o representante de rios na Amazônia”. No mês seguinte, saiu a Resolução do Conselho Nacional de Política Energética, que reconhece Belo Monte como de interesse estratégico no planejamento de expansão de hidroeletricidade até 2010. Mas, logo em seguida, a Justiça Federal expediu uma ação civil pública que requiritava a suspensão dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte.

O histórico registra mais ações no ano de 2002, a começar em janeiro, quando a Eletrobrás aprovou a contratação de uma consultoria para definir a

⁶⁴ Instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo Brasileiro apresentado ao Congresso, nomeado Avança Brasil, contempla Belo Monte não apenas como uma obra estratégica para elevar a oferta de energia do país, mas também como um projeto estruturante do Eixo de Desenvolvimento – Madeira/Amazonas.

⁶⁵ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁶⁶ Entre outras medidas, determina a medida que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabeleça licenciamento simplificado de empreendimentos do setor elétrico de “baixo impacto ambiental”. Estabelece também o Relatório Ambiental Simplificado, aplicável às hipóteses de obras em que não se exigirá o Estudo de Impacto Ambiental.

modelagem de venda do projeto Belo Monte. Em março, foi criada uma Resolução do Conselho Nacional de Política Energética que instituiu um Grupo de Trabalho (GT), cujo objetivo era estudar e apresentar um plano de viabilização para a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.⁶⁷

O ISA registrou, ainda em abril de 2002, que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso havia admitido que o projeto de Belo Monte teria sido refeito várias vezes, mas atribuiu aos ambientalistas o retardamento do andamento das obras:

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que a birra de ambientalistas atrapalha o país, referindo-se à oposição de construção de usinas hidrelétricas. “Além do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a ‘birra’ entre os diferentes setores não prejudique as obras, porque elas representarão mais emprego”.⁶⁸

O ano de 2002 também é marcado pela campanha política para eleição de novo Presidente da República e, em setembro, o candidato pelo Partido dos Trabalhadores (PT) na época, Luiz Inácio Lula da Silva, no seu quinto caderno temático de programa de governo intitulado “O lugar da Amazônia no desenvolvimento do Brasil”, cita Belo Monte como sendo um dos projetos que deveria ter intensos debates na região. No documento, há justificativas para essa afirmativa, como a seguinte:

[...] a matriz energética brasileira, que se apoia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte”.⁶⁹

No entanto, é justo na gestão do PT que as obras de Belo Monte são iniciadas.

⁶⁷ O GT, formado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Eletrobrás, da Eletronorte, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), de Furnas Centrais Elétricas S.A, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Governo do Estado do Pará, deveria envolver também dois representantes da sociedade civil. Wilson Quintella, presidente da Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná, parceira da Eletronorte, entretanto, é o único representante nomeado.

⁶⁸ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁶⁹ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

A questão “Belo Monte” foi bastante discutida no ano de 2002, sobretudo na esfera jurídica. Em novembro, o pedido da União para revogar a liminar que suspendia os estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte que vinham sendo desenvolvidos pela Fadesp para a implantação, na região da Volta Grande do Xingu, no Estado do Pará, da Usina Hidrelétrica de Belo Monte é negado no Supremo Tribunal Federal (STF), pelo ministro Marco Aurélio Mello.

O argumento do Ministro foi apoiado no artigo 231 da Constituição Federal:

[...] prevê que é nulo e extinto “todo e qualquer ato” que tenha por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Embora a União tenha argumentado que a Constituição Federal não cita o EIA, o presidente do STF considera que a única ressalva do artigo 231 é a existência de “relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar” e, tal lei, ainda não existe.⁷⁰

Outro evento que marca o ano de 2002 foi o seminário “Dinamismo Econômico e Conservação Ambiental: um Desafio para Belo Monte”, organizado pela Eletronorte e pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB). Contudo, o relatório Isa, de 2010, afirma que não havia nenhum representante da região, do Ministério Público ou algum especialista entre os debatedores e expositores do Seminário.⁷¹

No ano de 2003, na gestão do PT, quem assumiu a presidência da Eletrobrás foi o físico Luiz Pinguelli Rosa. O Governo Federal anunciou, na época, que os estudos de impacto ambiental seriam retomados para a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, porém, obedeceriam as recomendações do IBAMA e do Ministério do meio Ambiente.⁷² Logo no início de 2004, através da imprensa, o presidente da Eletrobrás disse que a Hidrelétrica de Belo Monte devia ser considerada um projeto nacional, mas o Governo Federal faria consultas e negociações relativas à obra. Mas não foi bem isso que aconteceu. Conforme o relatório do Isa (2010), sem que as comunidades locais atingidas fossem ouvidas, em junho de 2005 é aprovado pela Câmara o Projeto de Decreto Legislativo (PDC)

⁷⁰ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁷¹ O objetivo foi discutir textos preliminares da pesquisa “Dinamismo econômico e conservação ambiental: o caso de Belo Monte, Pará”, encomendada pela Eletronorte à UnB, e submeter a críticas os Planos de Desenvolvimento Sustentável da Região de Belo Monte (PDSBM) e o Plano de Inserção Regional (PIR).

⁷² Luiz Pinguelli Rosa, após assumir a presidência da Eletrobrás, declara à imprensa que o projeto de construção de Belo Monte será discutido e as opções de desenvolvimento econômico e social para o entorno da barragem estarão na pauta, assim como a possibilidade de reduzir a potência instalada.

número 1.785/05, que autorizava a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte. Em seguida, o projeto PDS número 343/05 que autorizava a implantação de Belo Monte é aprovado no Senado. É enviado para a promulgação da Presidência. Somente em julho é realizado, em Altamira, um seminário entre especialistas e representantes das comunidades para discutir as “implicações” da construção da usina.⁷³

A partir daí, pelo o que é descrito no histórico do Isa (2010), o embate jurídico se estabelece com sequências de várias ações. Em julho de 2005, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a Greenpeace e o Centro dos Direitos das Populações da região do Carajás e, o próprio Isa, entram com representação na procuradoria Geral da República contra a instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Essa representação alegava o fato do Congresso Nacional autorizar os estudos sem ouvir as comunidades que seriam afetadas:

Com base na representação encaminhada pelas organizações da sociedade civil, a Procuradoria Geral da República ingressa, no dia 26 de agosto, com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no STF, contra o decreto que autoriza a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) sobre a obra. O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, pede o deferimento de medida liminar para suspender os efeitos do decreto. Em dezembro, por sete votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga inapropriado o meio utilizado, isto é, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), para questionar a constitucionalidade do Decreto Legislativo nº 788/05, que autorizou a implantação de Belo Monte, na região de Altamira, no Pará. A decisão contraria o relator do processo, ministro Carlos Britto, que havia julgado pela aceitação da ação.⁷⁴

Em março de 2006, uma liminar suspendeu o processo de licenciamento ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte,⁷⁵ num ano que foi marcado, também, pelas eleições presidenciais. O relatório do ISA destaca, ainda, que no mês de outubro, durante debate na televisão em rede nacional, os dois candidatos à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), debateram sobre os polêmicos projetos de construção das hidrelétricas no país, entre eles Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape, na divisa de São Paulo e Paraná, e de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.

⁷³ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁷⁴ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁷⁵ Decisão impede que os estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica prossigam antes que os povos indígenas que seriam afetados pelo empreendimento fossem ouvidos pelo Congresso Nacional.

Embora a Justiça Federal em Altamira tenha liberado uma liminar suspendendo o licenciamento ambiental da usina Hidrelétrica de Belo Monte, em 2007 ela volta atrás e julga improcedente o pedido do Ministério Público Federal (MPF) que pedia para que fosse anulado o licenciamento ambiental feito pelo IBAMA.

A decisão abre precedente negativo ao afirmar que o Congresso Nacional pode autorizar a implantação de usinas hidrelétricas em terras indígenas sem necessidade de lei específica e tampouco de consulta aos povos afetados. No dia 16, o Supremo Tribunal Federal já havia autorizado a continuidade do licenciamento ambiental ao derrubar liminar que havia sido proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a sentença, a decisão do tribunal superior perde eficácia, já que se referia a uma decisão preliminar.⁷⁶

Em relação às questões judiciais, em dossiê produzido recentemente sobre a construção da Usina de Belo Monte, o Instituto Socioambiental⁷⁷ é taxativo e alerta:

[...] não há, neste momento, condições suficientes para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) autorize, de maneira socioambiental responsável, o início do enchimento dos reservatórios da usina hidrelétrica de Belo Monte (situada na região de Altamira, no Pará) e o desvio definitivo do rio Xingu para que parte da usina comece a operar. (VILLAS-BOAS, 2015, p. 5).

O poder jurídico, instância legal para reclamação e denúncia, por sua vez, não pode ser acionado.

O Judiciário – instância de reclamação da sociedade contra a violação de direitos – teve todas as decisões contrárias à continuidade das obras de Belo Monte sustadas por tempo indeterminado, por meio de um artifício que tem suas origens na ditadura militar: **a suspensão de segurança**. Acessível exclusivamente ao poder público, esse instrumento permite que qualquer decisão judicial (seja preliminar ou final) contrária a um ato governamental seja suspensa até o julgamento do último recurso do processo – o que pode levar anos. (VILLAS-BOAS, 2015, p. 5).

⁷⁶ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁷⁷ O Instituto Socioambiental é uma “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país.” Dados disponíveis em: <http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

Assim, todas as ações judiciais contrárias às obras foram suspensas para garantir o cronograma energético. Por isso “[...] Belo Monte é uma obra *sub judice*, que só pôde prosseguir – e, afinal, ser praticamente concluída – devido a um *artifício jurídico que suspende o controle judicial sobre qualquer ilegalidade cometida pelo governo.*” (VILLAS-BOAS, 2015, p. 5).

4.2 LUTA NOS MOVIMENTOS

Mesmo que a Norte Energia, empresa contratada pelo governo brasileiro para a condução da obra da hidrelétrica, defenda o empreendimento e especifique documentos e supostos benefícios, os movimentos sociais como o Movimento Xingu Vivo para Sempre⁷⁸ e as lideranças indígenas da região divergem sobre a proposta da empresa, são contrários à obra, porque consideram que os impactos socioambientais não estão suficientemente dimensionados.

Em outubro de 2009, por exemplo, um painel de especialistas debruçou-se sobre o EIA e questionou os estudos e a viabilidade do empreendimento. Um mês antes, em setembro, diversas audiências públicas haviam sido realizadas sob uma saraivada de críticas, especialmente do Ministério Público Estadual, seguido pelos movimentos sociais, que apontava problemas em sua forma de realização.⁷⁹

O que mais intriga os movimentos sociais e as lideranças indígenas é o fato da própria Fundação Nacional do Índio (Funai) liberar a obra sem questionar ou pedir um estudo mais severo sobre os possíveis impactos que poderiam ocasionar aos povos indígenas que vivem na região. Outro desmando foi em fevereiro de 2010, em que o Ministério do Meio Ambiente concedeu a licença ambiental sem esclarecer questões centrais em relação aos impactos socioambientais, coroando o leilão realizado nesse mesmo ano.

Movimentos sociais, organizações indígenas e socioambientais protestaram. Destaca-se o Movimento Xingu Vivo para Sempre, conhecido internacionalmente

⁷⁸ O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) é um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientais da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opôs à sua instalação no rio Xingu. Além de contar com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o MXVPS agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, os atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas.

⁷⁹ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

como símbolo da resistência contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte. Nessa luta, surgiram também grandes lideranças, como Antonia Melo⁸⁰ e Felício Pontes Jr.⁸¹

Segundo o ISA, o ano de 2002 também foi marcado com ações mobilizadoras e envolvendo muitas entidades que passam a se unir para exigir das autoridades a suspensão de projetos que venham prejudicar a Amazônia e seus habitantes. Um dos destaques registrado foi:

Em março, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Transamazônica promove debate em Altamira (PA) com a participação de representantes indígenas, igreja, políticos locais, ONGs, confederações e federações de agricultores como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Ministério Público, entre outros. A Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/Regional) e o Conselho Indigenista Missionário – Cimi Norte II enviam uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo a suspensão de todas as obras de grande impacto na Amazônia, até que haja uma discussão exemplar e a construção de um consenso com a sociedade local.⁸²

Em maio de 2002 foi realizado o Primeiro Encontro dos Povos Indígenas da Região da Volta Grande do Rio Xingu, reunindo em média 250 representantes da sociedade civil e povos indígenas. Nesse encontro reafirmaram que não aceitariam a construção da Usina. Em setembro do mesmo ano foi enviada uma carta para o Conselho Nacional de Política Energética exigindo que as comunidades fossem ouvidas.⁸³

Outro momento marcante foi em maio de 2008, com o “Encontro Xingu Vivo para Sempre”, na cidade de Altamira. No evento, os debates se concentraram nos impactos de Belo Monte, reunindo três mil representantes de populações indígenas e ribeirinhas, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas. Registro de um dos episódios:

Durante o encontro de 2008, índios entram em confronto com responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte e, no meio da confusão, o funcionário da Eletrobrás e coordenador do estudo de inventário da usina, Paulo Fernando Rezende, fica ferido, com um corte no braço.

⁸⁰ Entrevista no Anexo 4.

⁸¹ Entrevista no Anexo 5.

⁸² Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁸³ Entidades que enviaram a carta: MDTX Tukam, Fundação Viver, Produzir e Preservar, Prelazia do Xingu, Comissão Pastoral da Terra e Arikafú, Associação dos Povos Xipaya da Aldeia.

Após o evento, o Movimento divulga a Carta Xingu Vivo para Sempre, documento final que avalia as ameaças ao Rio Xingu, apresenta à sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento para a região e exige das autoridades públicas sua implementação.⁸⁴

É importante destacar que há uma firmeza no discurso das lideranças durante esse período. Pesquisadores, técnicos, antropólogos, jornalistas, advogados, representantes de movimentos sociais, defensores e gestores públicos⁸⁵ relatam os impactos da usina de Belo Monte e o processo de licenciamento.⁸⁶ Inicialmente, a denúncia se dá em relação a obras de infraestrutura na cidade de Altamira, como construção de hospital, educação, saneamento básico, segurança pública, itens essenciais para atender o contingente de trabalhadores e beneficiar os moradores locais. Essas obras eram para terem sido realizadas no ano de 2010. Em relação aos indígenas, denunciam os saques de madeira e a degradação ambiental. A emissão da licença para o início das obras aconteceu mesmo com uma série de pendências.

Antonia Melo tem sido a porta voz dos atingidos pelos impactos do empreendimento. Seu argumento é baseado no que vem acompanhando nos últimos 25 anos.

Somos contrários a esse projeto porque não acreditamos que irá trazer benefícios e desenvolvimento para a região. Temos experiência da barragem de Tucuruí que, há mais de 25 anos de sua construção, ainda não resolveu o crucial problema das indenizações de milhares de pessoas e famílias que foram expulsas de suas casas e de suas terras. A esse pobre povo, tapeado pelos governos, pela Eletronorte e pelas empresas, está sendo negado o direito e a dignidade humana, concretizando-se numa total violação dos direitos humanos. A hidrelétrica de Tucuruí não beneficiou e nem melhorou a vida da população local. Para nós da região, que trabalhamos há mais de 20 anos na linha do desenvolvimento sustentável, agricultura familiar, unidades de conservação, Belo Monte representa a perda de terras por um grande contingente de famílias; aumento das invasões de áreas; saída do povo do campo para as cidades em busca da fantasia dos empregos gerados pela barragem; aumento da violência ambiental e econômica de famílias rurais, indígenas e ribeirinhas; insegurança alimentar e hídrica, entre tantas mazelas e desgraças sobre o povo atingido à jusante e à montante do rio Xingu. Isso sem contar com um grande contingente de mais de 100 mil pessoas que chegaria à região, sendo que as cidades próximas e Altamira não possuem infraestrutura mínima para seus habitantes, menos ainda para receber tanta gente. E por

⁸⁴ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁸⁵ VILLAS-BOAS, André et al. (Orgs.). *Vozes do Xingu*. Coletânea de artigos para o Dossiê Belo Monte. VILLAS-BÔAS, ROJAS GARZÓN, REIS, AMORIM, LEITE (org.). São Paulo, SP: Instituto Socioambiental, 2015.

⁸⁶ O ISA ressalta, na apresentação, que são artigos assinados por seus respectivos autores e não necessariamente representam a opinião do ISA.

que sacrificar o Rio Xingu com o uso hidrelétrico se sua bacia representa um capital socioecológico dos mais importantes do País em seu estado natural? Podendo-se converter outras opções em investimentos como turismo verde, pesca, lazer, entre tantas outras? É realmente uma insensatez do governo Lula, que atendeu a pressão das empresas transnacionais e construtoras a ponto de utilizar os recursos do BNDES (805), os fundos de pensão do Banco do Brasil e da Caixa econômica e até títulos do Tesouro Nacional. Tudo isso para garantir a construção de um megaempreendimento que destruiria ecossistemas, a biodiversidade, apenas para produzir energia barata para as mineradoras e empresas privadas se apropriarem dos recursos naturais e aumentarem suas fortunas com recursos públicos da sociedade brasileira.⁸⁷

No capítulo cinco deste trabalho podemos acompanhar a sequência das denúncias e a participação de Antonia Melo frente aos acontecimentos relacionados a Belo Monte. Em 2014, Antonia Melo nos recebeu em uma manhã de setembro⁸⁸, na sede do Movimento Xingu. Percebemos o quanto essa liderança permanece firme na sua posição, porém, abatida até na sua saúde física, por presenciar a concretização do empreendimento. Não se cansa de repetir que foi “enfiado goela abaixo” e até batizou Belo Monte de “Belo Monstro”. Contudo, disse que, enquanto viver e tiver voz, não se calará frente aos desmandos, excessos e destroços que vem ocasionando essa obra para região e seu povo que sofre as consequências como a expulsão das famílias que moravam à beira do rio Xingu e os Povos Indígenas que batalharam e agora vivem de migalhas e promessas falsas:

[...] esse saneamento não vai prestar, assim como não prestou lá em Porto Velho, então assim, nem o que fizeram pela metade, tudo malfeito, nós, a população desses empreendimentos somos tratados como lixo, é desse material descartável que não serve pra nada [...] Nós aqui somos testemunhas de que esse Governo é contra os direitos humanos, nesse projeto o governo é o principal opositor dos direitos humanos [...] O governo disse assim: “Belo Monte vai ser exemplo.” Tá sendo exemplo de falcatura de tudo que não presta. “Vamos criar aqui, uma Secretaria dos Direitos Humanos, vamos criar aqui, uma Secretaria da Presidência da República aqui.” Tudo isso tem, mas não funciona, então foi só como legitimação da ilegalidade do projeto [...].⁸⁹

Durante a entrevista, Antonia Melo ainda lamentou que nos últimos tempos ela tem visto os movimentos populares e os povos indígenas se dividirem, ficarem apáticos, sem a mesma mobilização de anos anteriores. A concretização das obras

⁸⁷ Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>. Acesso em: 15 jul. 2015.

⁸⁸ MELO, Antonia. Entrevista com a coordenação do Movimento Xingu Vivo. [12 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Altamira do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (Anexo 4).

⁸⁹ MELO, Antonia. Entrevista com a coordenação do Movimento Xingu Vivo. [12 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Altamira do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (Anexo 4).

do canteiro de Belo Monte frustrou a todos. Ela menciona que as benesses feitas pela responsável pela obra, porém, denuncia que os indígenas estão vivendo situação de muita pobreza:

[...] se você for lá no fundo das aldeias, vão estar mais pobres do que antes, muitos deixaram de fazer suas roças, a maioria deles. Poucas aldeias conseguiram fazer a roça, a maioria não fez porque recebeu de benesses 30 mil reais por mês de bagulho. 30 mil reais por aldeia, não era o dinheiro entregue na mão deles. A Norte Energia enchia caminhões e caminhões, barcos e barcos, de arroz, feijão, coisas... café, açúcar, tudo. Hoje tem mais de 300 pessoas na Casa de Saúde Indígena, Casai.⁹⁰

Comovente é o relato da renomada jornalista Eliane Brum sobre Antonia Melo:

“A guerreira Antonia Melo despede-se de sua casa com a espinha ereta”
No sábado (4/7/2015), houve uma festa de despedida para a casa de Antonia Melo, anunciada como uma celebração “das histórias de vida e da identidade amazônica”, assim como a “reafirmação da resistência aos grandes projetos do governo, como Belo Monte”. Coordenadora do Movimento Xingu Vivo, aos 65 anos Antonia Melo é o símbolo da luta contra Belo Monte e uma das mais importantes lideranças da história do Xingu. Na defesa dos povos da floresta, dos agricultores, das mulheres e das crianças, Antonia viu companheiros tombarem por tiro de pistoleiro. Também ela frequentou listas de ameaçados de morte. Ao longo da batalha contra a hidrelétrica, deixou o PT e tornou-se uma crítica de Lula e de Dilma Rousseff. Quando conta as humilhações sofridas por um e por outro em encontros no Planalto para discutir Belo Monte, seus olhos salgam-se. Em 2014, seu coração, ferido de tantas maneiras simbólicas, quase soçobrou. Apenas quase. Antonia fez uma cirurgia e se recuperou para voltar a denunciar as violências infligidas por aquela que só chama de “Belo Monstro”. Também ela, que já vive entre escombros dos vizinhos, será obrigada a deixar a casa na zona urbana de Altamira, em que vive há 30 anos, nas próximas semanas. Perguntei à Antonia Melo se sentia-se derrotada. Ela respondeu:
- Não. Eu nunca me curvei. Ainda não é o fim. (BRUM, 2015, s/p).

4.3 O QUE DIZ A MÍDIA

Conforme já foi dito no capítulo referente à RNA, o Procurador Geral da República no Pará, doutor Felício Pontes deixou bem clara a importância que essa rede teve para a questão da divulgação do que ocorre em Belo Monte, sobretudo quando a grande mídia não dava tanta cobertura. Foi a partir de uma comunicação alternativa e bem regional que a grande mídia também despertou para divulgar o

⁹⁰ MELO, Antonia. Entrevista com a coordenação do Movimento Xingu Vivo. [12 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Altamira do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (Anexo 4).

que ocorre na mega construção de mais uma hidrelétrica na Amazônia Brasileira. Ele afirma que foi a partir de 2008 que repercutiram a nível nacional e até internacional as ações do MPF a respeito de Belo Monte:

[...] a primeira ação feita a respeito de Belo Monte foi em 2001, em que eu estava no grupo que fez dessa a primeira ação até a última e eu me lembro a respeito da ação de 2001, 2004 e 2007... Eram ações feitas, mas que não tinham repercussões gerais. Por que? Porque não eram de interesse da imprensa de modo geral no Brasil para dizer por que o Ministério Público Federal estava contra Belo Monte, quais aqueles motivos. E eu tive muitas, mas muitas vezes repórteres aqui comigo, passavam a tarde toda, eu explicando as ações para eles, e eles achavam aquele material estava ótimo e no dia seguinte ligavam dizendo que tinha sido vetado porque o editor censurou a reportagem, que ela não ia pro ar... então, a gente não tinha um canal [...] que publicasse dizendo o porquê que nós somos contra a construção de Belo, uma ação que explicasse para a sociedade os motivos. Aí depois de 2008, principalmente com a Internet, a Rede de Notícias da Amazônia, a questão mudou [...].⁹¹

Para o presidente da RNA, padre Edilberto Sena, a RNA se sente obrigada e com responsabilidade ética de denunciar os grandes projetos como Belo Monte, Tele Pires no rio Madeira em Rondônia e outros que estão em andamento pelo PAC que, na visão dele, vêm para destruir a Amazônia.

[...] para nós é um programa de assassinato das nossas comunidades [...] não só os do governo das hidrelétricas como Belo Monte, mas os madeireiros, o agronegócio, as grandes fazendas que vêm destruindo as florestas, os rios, os garimpos e as mineradoras, tudo isso são matérias de nossas notícias. Agora a forma de como nós damos a notícia é sempre do ponto de vista do que sofre as consequências desses grandes projetos. Então nós não damos guarita para esses projetos que destroem a Amazônia, daí é que tá a nossa fidelidade, do nosso compromisso da Rede de Notícias da Amazônia: a ética na comunicação e no nosso compromisso com as culturas dos povos da Amazônia, nós não temos compromisso com o jogo de governo, de políticos, de empresários, pelo contrário, nós somos bastante críticos em relação a esse projeto.⁹²

Destacamos aqui o que pensa uma jornalista que lida diariamente com as notícias sobre Belo Monte. Ao ser questionada sobre os benefícios e males que Belo Monte acarreta no presente e outras consequências para o futuro, a gestora da RNA, Joelma Viana deixa claro que benefícios virão, mas não para atender a necessidade real que vive o povo brasileiro, sobretudo, os moradores da região

⁹¹ PONTES, Felício. Entrevista com Procurador da República no Pará Dr. Felício Pontes. [15 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Belém do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (Anexo 5).

⁹² SENA, Edilberto. Entrevista com o presidente da RNA padre Edilberto Sena. [9 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Santarém do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (Anexo 2).

Amazônica, que sofrem pagando alto preço nas tarifas de energia e com os constantes apagões.

Benefício a hidrelétrica de Belo Monte trazer, mas a quem? As indústrias do sul do Brasil, ela é pensada pra beneficiar as exploradoras de minério na região, por exemplo, a Vale, a mineração Rio do Norte, a Alcoa, que são empresas grandes, multinacionais, que exploram grande quantidade de minério aqui na região e agora pensando-se também na extração de petróleo, porque têm vários municípios na região que já tem pesquisa pra extração também do petróleo, quer dizer então, a hidrelétrica vem pra suprir a necessidade de energia pra essas empresas; por exemplo, antigamente a mineração Rio do Norte, ela extraía o minério e enviava o minério pra Europa, pro Japão, pra que ele fosse beneficiado lá, então as placas de alumínio elas eram feitas lá, e quando vinham pras indústrias as placas de alumínio pra produção de panela, e outras coisas que é feito com o alumínio é, tinham um prejuízo maior né, pra essas empresas, hoje não, a placa de alumínio ela já é feita dentro da própria mineração, e pra produzir uma placa de alumínio precisa de muita energia, então pra suprir essa necessidade e como o Brasil quer chegar a ser a quinta potência mundial, então precisa avançar ainda mais em tecnologia, em beneficiamento de minério e tudo mais, e acaba construindo essas hidrelétricas.⁹³

Na avaliação de Viana (2014) os prejuízos são maiores que os benefícios e descreve os motivos:

Prejuízos a gente vê que são bem maiores que os benefícios, a gente, eu até dizia outro dia né, quanto é que custa uma árvore, um peixe, e um rio né, o peixe a gente compra, pode compra no mercado né, mas a gente não consegue pagar um rio, a gente não compra um rio, a gente não compra uma árvore né, a gente compra uma área de terra que já tem várias árvores, mas a gente não consegue comprar uma árvore, que vai dá frutos, que vai dar sombra, que vai, digamos produzir folhas que serve como adubo, quer dizer tem ali uma, como é que eu digo, que traz vários benefícios pra uma pessoa, uma árvore só, então a gente não consegue medir, calcular quanto custa tudo isso pra uma pessoa né, e quando a gente destrói ali centenas de árvores pra dá lugar às hidrelétricas, quando a gente barra um rio, coloca ali um monte de areia barrando um rio, matando peixes, matando algas, matando os nutrientes que tem no rio a gente perde muito, então a gente acaba perdendo mais do que ganhando, fora os moradores que estão ali na região que vão perder o seu alimento, que vão deixar de viver sua cultura. A gente tem um exemplo ali de Telles Pires, onde os indígenas tinham como tradição comer apenas o peixe, que era uma tradição cultural, hoje eles compram o peixe pra comer, porque a hidrelétrica, por conta da construção da hidrelétrica os peixes foram diminuindo e não tem peixe suficiente pra comunidade, então é uma destruição da cultura, do meio ambiente, das tradições dos povos, do próprio povo que acaba vivendo em condições sub-humanas, aumento da violência, a prostituição, quer dizer uma série de problemas por trás de um projeto que vai beneficiar um grupo bem menor de pessoas.⁹⁴

⁹³ VIANA, Joelma. Entrevista com jornalista e gestora da RNA Joelma Viana. [9 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Santarém do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (Anexo 1).

⁹⁴ VIANA, Joelma. Entrevista com jornalista e gestora da RNA Joelma Viana. [9 setembro 2014]. Entrevistadora: Antonia Costa. Santarém do Pará, 2014. (Entrevista gravada e transcrita). (Anexo 1).

Demorou, mas a grande mídia começou a falar sobre a realidade de Belo Monte, que foi reforçada, sobretudo, quando o tema em pauta era a questão da falta d'água no Estado de São Paulo ou, ainda, durante os apagões vividos em cidades do centro-oeste, sul e sudeste do Brasil.

Uma reportagem da *Folha de São Paulo* discorre sobre um novo estudo publicado por pesquisadores brasileiros e americanos que demonstra que usinas na bacia do rio Xingu tendem a ser menos eficazes se a região em seu entorno sofrer grandes índices de desmatamento.

Sem floresta, costumava-se pensar, não haveria grande problema. Afinal, as árvores consomem a água que é essencial para as usinas e que iria parar nos rios que alimentam os reservatórios. Mas parece que não é bem assim. A relação entre as florestas e a chuva é dinâmica: as árvores liberam vapor d'água, aumentando a precipitação. Menos árvores, menos água para gerar energia. O artigo está publicado na edição de hoje da revista científica americana "PNAS". (NETO, 2015, s/p.)

Na mesma reportagem os autores afirmam que há uma perspectiva de perda de floresta de 40% até 2050 e a geração de energia em Belo Monte cairia para apenas 25% do potencial da hidrelétrica. Britaldo Soares Filho, da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenou um estudo a respeito e concluiu:

Como outras fontes de energia, as usinas hidrelétricas apresentam grandes custos sociais e ambientais. Sua confiabilidade como fonte de energia. No entanto, deve levar em consideração a sua dependência nas florestas, [...] Queremos, com esse tipo de estudo, valorizar os serviços que a floresta provê, [...]. (SOARES-FILHO, Britaldo apud NETO, 2015, s/p).

Diante do projeto oficial da Norte Energia e do protesto do Movimento Xingu Vivo surgem perguntas: Quais as vantagens e desvantagens de Belo Monte? A revista *Superinteressante*, de dezembro de 2011 (CORDEIRO, 2011, s/p.), traz alguns argumentos sobre as vantagens e desvantagens da Usina.

Quando entrar em operação, Belo Monte deverá fornecer eletricidade para uma média de 60 milhões de pessoas, mas há grande discussão em torno disso, pois sua localização se dá em plena Floresta Amazônica, sendo pouco provável que não cause problemas ambientais. Em função disso, analisar argumentos contrários e favoráveis a respeito da terceira maior usina do planeta, se torna imprescindível para a construção de uma opinião mais sólida.

A maior vantagem é óbvia: mais eletricidade. O consumo de energia sobe junto com o do PIB. Em 2010 foram 7,5% de crescimento no Produto Interno Bruto e 7,8% no do consumo de eletricidade. Sem energia, o país não cresce. E se o país não cresce você tende a perder o emprego – pior do que dormir no escuro... Belo Monte, por esse ponto de vista, é uma necessidade. Mas para alguns é uma atrocidade, já que seu reservatório vai alagar uma área na Amazônia equivalente a 1/3 da cidade de São Paulo, entre outros desequilíbrios ambientais. Por essas, Sting e o cacique Raoni já atacavam Belo Monte em 1989. Na época, a proposta de aproveitar as águas do rio Xingu para gerar energia já era antiga: começou em 1975, no governo Geisel. Em 2011, as obras começaram. E os protestos aumentaram. O Movimento Gota D'Água, em que atores defendem o fim das obras no YouTube, é só o mais recente. O apelo é substituir a usina por fontes de energia eólica e solar. Para quem defende Belo Monte, isso não faz sentido: seria mais caro e menos confiável. A maior certeza é que, até janeiro de 2015, a data marcada para a entrega da usina, muita água vai rolar nesse debate. (CORDEIRO, 2011, s/p.).

Porém, os argumentos contrários pesam muito, e apesar das manifestações de extremo descontentamento, as obras estão funcionando a pleno vapor. Seguindo a matéria da referida revista, os argumentos que os autores consideram contrários são:

(1) Debaixo d'água: O lago que alimentará as turbinas de Belo Monte vai ocupar uma área equivalente a 90 mil campos de futebol da bacia do Xingu, que abriga 440 espécies de aves e 259 de mamíferos. 640 km² é a extensão da área alagada, que equivale a 1/3 da cidade de São Paulo. (2) Caos social: A obra vai obrigar a realocação de 5.988 famílias. Além disso, milhares de migrantes serão atraídos para a região. E as obras de saneamento prometidas para recebê-las estão atrasadas. 20 mil pessoas terão de sair de suas casas. A cidade de Altamira espera 100 mil novos moradores. A população da cidade vai dobrar, e não há infraestrutura para isso. (3) Desmatamento: O lago da usina receberá água drenada de outras regiões do rio Xingu para que haja volume suficiente no reservatório. Essa água chegará por meio de um canal com 130 m de espessura e 20 km de extensão. Para a construção do canal, serão removidos 100 milhões de m³ de floresta, que encheriam 40 mil piscinas olímpicas. (4) Índios ameaçados: Com o canal drenando água, a área do Xingu próxima ao lago terá sua vazão reduzida. São 100 km de rio que, segundo especialistas, podem até secar. Isso pode destruir o modo de vida dos índios que habitam a região e vivem da pesca. 100 km do rio Xingu terão a vazão reduzida. 952 índios serão afetados. (CORDEIRO, 2011, s/p.).

Os argumentos favoráveis elencados na matéria são:

(2) Energia barata: Mil chuveiros ligados por uma hora dão um megawatt-hora (MWh). Em Belo Monte, 1 MWh custará R\$ 22. Essa energia tirada de uma usina eólica custaria R\$ 99. De uma solar, quase R\$ 200. (2) Para igualar a produção de Belo Monte, seriam necessárias 19 termoelétricas, 17 usinas nucleares iguais a Angra II, 3 700 torres de energia eólica, 49,9 milhões de placas de energia solar. (3) Motor para o PIB: O Brasil precisa de mais energia. A demanda no país, segundo a Agência Internacional de Energia, deve crescer 2,2% ao ano entre 2009 e 2035. Mais do que a média

mundial, de 1,3%, e até do que a China, de 2%. Crescimento de consumo de energia elétrica em 2010 – 7,8%. Neste ritmo, o Brasil precisaria dobrar sua capacidade de geração de energia a cada 12 anos. (4) Desenvolvimento: As cidades próximas às usinas enriquecem – foi o que aconteceu com a região de Tucuruí, também no Pará, onde desde 1984 está a primeira grande hidrelétrica da Amazônia, inaugurada em 1984. Serão criados 40 MIL empregos diretos e indiretos. Os investimentos do governo em saúde, educação e infraestrutura chegarão a R\$ 4 bilhões – isso dá 7 vezes o PIB de Altamira. (5) 42% está ótimo: A área alagada de 640 km² é pequena. Tucuruí ocupa 2 850 km². Itaipu, 1.350. Também criticam o fato de que a usina vai operar a 42% de sua capacidade, em média. Mas é o normal, por causa das estiagens. E mais eficiente do que lá fora. Média da capacidade de operação: ESPANHA, 21%; FRANÇA, 35%; BELO MONTE, 42%; EUA, 46%; e, BRASIL, 50%. (CORDEIRO, 2011, s/p.).

Segundo o jornalista Lúcio Flávio Pinto, do Instituto Terra Azul, uma organização socioambiental, a Amazônia foi *consagrada* como província energética do Brasil e do mundo. Entretanto, ele alerta sobre o perigo do abuso do uso exagerado desses rios:

Como a Amazônia abriga a maior de todas as bacias hidrográficas, nada mais natural do que de seus numerosos e caudalosos rios o Brasil e o mundo extraíam a energia de que precisam: a mais limpa, a mais renovável, a mais barata de todas as energias. Mas duas características fundamentais dos rios da Amazônia impõem cautela nesse raciocínio demasiadamente lógico, por abstração geográfica. Em primeiro lugar, eles têm baixa declividade natural. Em segundo lugar, apresentam uma enorme diferença de volume de água entre o período de cheia e o de vazante. (PINTO, 2015, s/p.)

Eliane Brum (2015), em extensa matéria, investiga as “alianças” entre o poder público e a iniciativa privada, as propinas denunciadas em recentes delações premiadas nas investigações da chamada “Operação Lava Jato”:

O anúncio recente de que o Tribunal de Contas da União (TCU) vai iniciar uma investigação sobre o uso de recursos públicos na construção da hidrelétrica de Belo Monte é uma boa notícia. Mas ainda é muito pouco e chega atrasada. A investigação do TCU atende a um pedido do Ministério Público Federal: as empreiteiras investigadas pela Lava Jato por desvios de recursos na Petrobrás são as mesmas que constroem Belo Monte e, portanto, é importante investigar sua atuação junto a outra estatal, a Eletrobrás, esta do setor elétrico. Um dos delatores da Operação Lava Jato, Dalton Avancini, ex-presidente da construtora Camargo Corrêa, já afirmou, em um dos depoimentos, que a empreiteira se comprometeu a pagar ao PMDB uma propina de 20 milhões de reais para atuar na construção da usina. (BRUM, 2015, s/p.).

Na verdade, há que se concordar com Brum quando afirma que “Belo Monte é o mostuário – ou “monstruário”, como alguns preferem – de como o público e o

privado se articulam na história recente do país.” (BRUM, 2015, s/p.). Porém, com o ingrediente a mais que é “[...] atingir diretamente populações discriminadas, cujo modo de vida e o conhecimento têm sido desqualificados por séculos, caso dos indígenas e ribeirinhos, [...]” (BRUM, 2015, s/p.).

5 AS VOZES LOCAIS PARA O MUNDO: PODER E USO DEMOCRÁTICO DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

É usual o JAN iniciar suas edições com quatro manchetes, compondo uma seleção das notícias mais importantes, as que merecem destaque. As manchetes abrem a edição de um jornal falado, anunciando para o ouvinte os principais fatos do dia.

Após a coleta dos dados obtidos durante as visitas na sede da RNA, todas as manchetes do recorte deste trabalho, de maio de 2008 a dezembro de 2013, foram organizadas em sequência, as quais exibimos nas tabelas a seguir. A partir dos scripts, a catalogação se deteve nas manchetes referentes ao meio ambiente e, como destaque, as específicas sobre a Hidrelétrica de Belo Monte. As transcrições dos áudios das reportagens e das notas referentes às manchetes foram feitas posteriormente. A escrita das manchetes e as transcrições das reportagens foram mantidas conforme os originais dos scripts e dos áudios do JAN.

5.1 O ANO DE 2008: MANIFESTAÇÕES CONTRÁRIAS DE INDÍGENAS, RIBEIRINHOS, MULHERES E RELIGIOSOS

Quadro 1: Ano: 2008 - 101 Programas sobre meio ambiente

Temas recorrentes	Quantidade	Conteúdo mais recorrente
Belo Monte	8	Ver tabela a seguir: “Notícias sobre Belo Monte 2008”
Utilidade pública	56	Anúncios sobre falta d’água; alerta sobre malária; meteorologia
Preservação do meio ambiente: educativos	64	Seminários; desenvolvimento sustentável
Preservação do meio ambiente: projetos	49	Licenciamentos ambientais; promoção de desenvolvimento sustentável; formação de lideranças.
Estrangeiros	2	Compra de imóveis e cadastramento de imóveis de estrangeiros
Sobre a atuação do	57	Liberação de recursos para

governo: liberação de recursos, reparações e reformas		reparações ou reconstruções em consequência de inundações
Fiscalização: IBAMA e Polícia federal	69	Atuação do IBAMA e da Polícia Federal: apreensões e multas

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 2: Ano 2008 – Repórteres

Repórter	Quantidade de reportagens em 2008
Joelma Viana	71
Francimar Farias	27
Daniel Almeida de Coari	10
Amarildo Silva	9
Aroldo Bruce	6
Paulo Amorim	5
Janaina Sousa	4
Carla Félix	3
Raik Pereira	3
Rubem Leite	2
Cirlene de Paula	2
Edivaldo Santos	1

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 3: Notícias sobre Belo Monte em 2008

MANCHETE	REPÓRTER	FONTES/VOZES
INDÍGENAS E RIBEIRINHOS SE MANIFESTAM CONTRA A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (19.05.2008)	Narração: Joelma Viana	Felício Pontes Junior, procurador chefe do Ministério Público Estadual do Pará
BISPO DO XINGU	Narração:	Dom Erwin Krautler, bispo da

AFIRMA QUE É CONTRA FORMA DE IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA (20.05.2008)	Joelma Viana	prelazia do Xingu
BELO MONTE SERÁ O ÚNICO APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DO RIO XINGU (17.07.2008)	Narração: Joelma Viana	
MOVIMENTO DE MULHERES DE ALTAMIRA REPUDIA DECLARAÇÕES DE PRESIDENTE DA ELETRONORTE (02.09.2008)	Narração: Joelma Viana	
ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL EIA ⁹⁵ e RIMA ⁹⁶ DE BELO MONTE DEVE SER ENTREGUE ESSE MÊS AO IBAMA (02.10.2008)	Narração: Joelma Viana	
BISPO DO XINGU RECEBE PRÊMIO VERDE DAS AMÉRICAS (09.09.2008)	Narração: Joelma Viana	

Fonte: Elaborado pela autora

⁹⁵ Estudo de Impacto Ambiental.

⁹⁶ Relatório de Impacto Ambiental.

O JAN foi ao ar, pela primeira vez, no dia 19 de maio de 2008, e sua primeira manchete foi sobre Belo Monte, dando destaque ao que de mais importante ocorria na região naquele momento. Conforme o quadro anterior, o título principal da edição era: INDÍGENAS E RIBEIRINHOS SE MANIFESTAM CONTRA A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. O Procurador da República, Felício Pontes, foi um dos entrevistados, que se posiciona de forma contrária a construção do empreendimento. Ele alerta que Belo Monte não atenderá a demanda de energia que o Brasil necessita e denuncia que os afetados pela obra não foram ouvidos:

Felício: Esse encontro é muito importante, eu diria que é mais do que é isso, é um momento histórico porque o que se vê, é o Governo Federal tentando a todo custo fazer com que essa obra seja iniciada, seja realizada, sem a oitiva; sem ouvir as comunidades indígenas e as comunidades ribeirinhas que pela Constituição teriam obrigatoriamente que ser ouvidas pelo Congresso Nacional antes de uma obra desse vulto. Então, essas comunidades indígenas e ribeirinhas dão um grito de alerta à sociedade brasileira dizendo que elas existem, elas vão ser atingidas e elas querem discutir essa obra. Elas querem saber pormenores desse empreendimento porque o que se tem agora é um desencontro de informações muito grande e nós do Ministério Federal consideramos que essa obra não vai atender a demanda de energia do Brasil e nem tão pouco vai fornecer metade do que o Governo planeja de energia através de Belo Monte. (Felício Pontes Júnior, sonora para JAN 19/05/2008.)⁹⁷

Diante do exposto, percebemos a importância do JAN em evidenciar o que as comunidades indígenas e ribeirinhas estão fazendo para manifestar a sua posição em relação ao empreendimento “Belo Monte”. O JAN inicia a sua missão mostrando qual o seu papel a partir da primeira edição, quebrando um paradigma ao aproximar a função jornalística⁹⁸ e a mobilização social,⁹⁹ que nem sempre estão afinadas:

Comunicação é o problema fundamental da sociedade contemporânea – sociedade composta de uma imensa variedade de grupos, que vivem separados uns dos outros pela heterogeneidade de cultura, diferença de origens étnicas e pela própria distância social e espacial (BELTRÃO, 2004, p. 27).

⁹⁷ Seis anos depois, na tarde do dia 15 de setembro de 2014, entrevistei o procurador Felício Pontes, na sede de seu gabinete em Belém do Pará e ele manteve a mesma posição de maio de 2008 e desabafou: “Agora, o leite está derramado... Não sei o que vai ser... mas vamos até o fim, mostrar que o processo estava todo errado. São 21 ações contra um só projeto. Deve ser um recorde nacional”.

⁹⁸ Coletar, redigir, editar e publicar informações sobre eventos passados e atuais, ou seja, é uma atividade de comunicação.

⁹⁹ Ocorre quando um grupo de pessoas se reúne para debater, decidir e agir a respeito de um objetivo único, a fim de chegar a um resultado que seja requerido pela maioria.

O JAN toma a iniciativa de aproximar a notícia e a mobilização social frente à iminência de atentados ao meio ambiente e à população local.

Na segunda edição do JAN, do dia 20 de maio de 2008, uma das manchetes também tem como destaque Belo Monte: BISPO DO XINGU AFIRMA QUE É CONTRA FORMA DE IMPLANTAÇÃO DE HIDRELÉTRICA NA AMAZÔNIA. A apresentadora abre a reportagem narrando que Dom Erwin Krautler, bispo da prelazia do Xingu, presente no Encontro Xingu Vivo para Sempre¹⁰⁰, abriu o evento, ressaltando que “o rio foi criado por Deus, para todos esses povos que aqui se encontram, indígenas e não indígenas, desde tempos imemoriais”. Dom Erwin reiterou que, em princípio, não é contra qualquer hidrelétrica, mas não concorda com a forma utilizada pelo governo para implantar a hidrelétrica de Belo Monte.

Eu de princípio, não sou contra qualquer hidrelétrica, de jeito nenhum. A gente procura lutar pela energia, energia limpa, etc. e tal. Agora, tem uma coisa, o jeito como estão querendo implantar no Xingu, é um projeto, digo eu, megalomaniaco, é um exagero total, e não se justifica que o rio inteiro seja sacrificado, então, nós estamos contra de como certo tipo, como nós queremos implantar. Primeiro, nós até hoje, não temos toda a verdade. Tem algumas notícias, algumas informações, mas por trás se fala boca pequena. Então, eu acho que o povo tem direito de saber toda a verdade. (Dom Erwin Krautler, bispo da prelazia do Xingu, sonora para JAN 20.05.2008.)

A apresentadora encerra a matéria com uma entonação de voz firme e forte, dando ênfase: “Dom Erwin é um dos três bispos paraenses ameaçados de morte. Amanhã ele se reúne com o Secretário Especial de Direitos Humanos, Paulo Vannucchi, que estará em Altamira especialmente para conversar com o religioso”.

O procurador da República, Felício Pontes, durante a entrevista citada do dia 15 de setembro de 2014, saiu em defesa de dom Erwin e Antônia Melo dizendo que: “hoje a população começa a enxergar o que esses dois já anunciavam, das mazelas que iriam acontecer com a região, com as pessoas que lá habitam, bem como a degradação do meio ambiente”.

No dia 17 de julho de 2008, a apresentadora abriu o JAN com um texto em nota que diz:

¹⁰⁰ Encontro Xingu Vivo para Sempre reúne representantes de populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, para debater impactos de projetos de hidrelétricas na Bacia do Rio Xingu: a construção prevista da usina de Belo Monte.

O Governo anunciou que a Usina de Belo Monte será o único aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu, no Pará. O anúncio foi feito após acordo entre as áreas energética e ambiental. O projeto deverá ser leiloado em outubro de 2009. A Eletrobrás está concluindo atualmente seus estudos de viabilidade. De um lado, o Ministério de Minas e Energia abriu mão de novas hidrelétricas no Xingu, apesar de haver a possibilidade técnica. De outro, o Ministério do Meio Ambiente promete empenhar-se no licenciamento da usina. A Eletrobrás ficou encarregada ainda de realizar estudos antropológicos, referentes às comunidades indígenas localizadas na área sob influência de Belo Monte. Todas as comunidades afetadas pelo empreendimento serão ouvidas, segundo o Ministério de Minas e Energia. A decisão levou em conta que, ao longo do rio Xingu, foram demarcadas diversas terras indígenas e criadas várias unidades de conservação ambiental, além da recém-estabelecida reserva extrativista do Médio Xingu. (Lido pela apresentadora Joelma Viana em 17/07/2008.)

O JAN volta a falar de Belo Monte no dia 2 de setembro de 2008, quando a apresentadora anuncia, nas manchetes principais, o seguinte: MOVIMENTO DE MULHERES DE ALTAMIRA REPUDIA DECLARAÇÕES DE PRESIDENTE DA ELETRONORTE.

O Movimento de Mulheres do Município de Altamira publicou hoje nota em que afirmam que o governo vem sustentando diversas mentiras em relação ao projeto de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, para conseguir a aprovação do projeto perante a sociedade. De acordo com a nota, "é na surdina que as decisões e ações estão sendo tomadas, desrespeitando, desqualificando e desconsiderando totalmente o apelo pela garantia dos direitos e modos de vida que encontram sua dinâmica e manutenção na preservação do Rio Xingu". O documento revela também, por meio da análise de uma matéria veiculada pelo *Diário do Pará* sobre o tema, algumas questões sobre a hidrelétrica. A mais recente manifestação de luta e resistência pela garantia dos seus direitos foi o Encontro Xingu Vivo para Sempre, realizado em Altamira entre os dias 19 e 23 de maio, que teve a participação de aproximadamente quatro mil pessoas representando indígenas, ribeirinhos, população urbana, agricultores e agricultoras, pescadores, movimentos sociais, estudantes, Organizações Não Governamentais, pesquisadores e ambientalistas. Na nota, as mulheres afirmam que da forma como o governo está tratando a questão em pauta do projeto demonstra claramente que os governos federal e estadual não têm capacidade e sensibilidade necessárias para governar um país de diversidades, nem tão pouco para garantir processos democráticos e transparentes de tomada de decisão (Nota JAN 02.09.2008).

A veiculação da posição das mulheres de Altamira pelo JAN demonstra que a comunicação pode ser um meio para o exercício da cidadania. Peruzzo (2004, p. 50) discute o direito à comunicação como um direito à cidadania, como possibilidade dos movimentos populares evidenciarem as históricas lutas pela conquista de direitos sociais e políticos. Por isso, é fundamental "a busca do acesso aos meios de

comunicação como o direito de exercer a liberdade de expressão tanto em nível individual como coletivo”. (PERUZZO, 2004, p. 50). E ainda afirma:

No seu processo de constituição, descobriram a necessidade de apropriação pública de técnicas (de produção jornalística, radiofônica, estratégia de relacionamento público, etc.) e de tecnologias de comunicação (instrumentos para transmissão e recepção de conteúdos) (PERUZZO, 2004, p. 50).

Dia 9 de setembro de 2008 o destaque foi “Bispo do Xingu recebe prêmio Verde das Américas”, mas, antes, a apresentadora abre o JAN com um esclarecimento sobre uma nota acerca de Belo Monte, embora a mesma diga que o leilão aconteceria ainda em setembro de 2009, este, na realidade, aconteceu no dia 20 de abril de 2010:

O leilão da hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu, sudoeste do Pará deve acontecer em setembro de 2009.
A afirmação foi feita pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética Maurício Tolmasquim.
Para Tomasquim, o projeto é vital para garantir o abastecimento do país, sendo a segunda maior usina nacional, atrás apenas de Itaipu.
A exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia, calculado em 100 mil MW, é visto como o futuro da fonte.
Mesmo que o presidente da Empresa afirme que o leilão será no próximo ano, as lideranças indígenas e os movimentos sociais vão continuar lutando para o que o megaprojeto não venha a causar danos irreparáveis aos moradores das proximidades do local, onde será construída a barragem. (Nota JAN 09.09.2008.)

No segundo bloco a menção é sobre o “Prêmio Verde das Américas”, que é concedido a pessoas e instituições que contribuem para o desenvolvimento e a preservação ambiental do planeta. Dom Erwin recebeu o prêmio em função do Fórum Internacional Green Meeting reconhecer o seu trabalho na Amazônia.

O JAN discorre sobre a importância do reconhecimento de uma liderança que há anos vem defendendo a Amazônia, sua flora e sua fauna, bem como os direitos de seus Povos Tradicionais, e reforça o valor do prêmio salientando que em meio aos conflitos da instalação da obra da hidrelétrica de Belo Monte, essa liderança ainda vive sob ameaças de morte. Essas intimidações reconhecidas pelo Estado, que disponibiliza segurança pessoal a Dom Erwin, um líder que não tem limites quando denuncia possíveis “danos ao meio ambiente”.

No dia 2 de outubro de 2008, o JAN traz como manchete: ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL DE BELO MONTE DEVE SER ENTREGUE ESTE MÊS AO IBAMA.

A Eletrobrás vai entregar o Estudo e o Relatório de Impacto Ambiental da hidrelétrica de Belo Monte ainda neste mês ao Ibama.

A informação foi dada pelo presidente da estatal, José Antonio Muniz Lopes, no segundo dia do quinto Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico, que acontece no Rio de Janeiro.

Ele disse que a Eletrobrás passa agora a pensar sua participação no leilão da usina, previsto para o final de 2009. O executivo ressaltou que, devido à importância do projeto, o formato da participação do grupo será decidido pelo governo.

A decisão da Eletrobrás de não permitir a competição entre as subsidiárias do grupo pode ser suspensa no leilão de Belo Monte.

O executivo calcula que o custo da usina esteja em torno de R\$ 10 bilhões de reais, e a operação do empreendimento está prevista para ocorrer quatro anos após o início das obras.

Para os estudos de viabilidade, a Eletrobrás trabalhou com uma vazão mínima de 200 metros cúbicos por segundo, o equivalente à metade da vazão encontrada no rio de 400 metros cúbicos por segundo. Nessas condições foi prevista a instalação de nove máquinas de cerca de 120 MW.

A questão das mitigações ambientais dos empreendimentos está sendo discutida pelo governo federal e com o governo do Pará. Ele disse, ainda, que pretende apresentar, o mais rápido possível, ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, o projeto de aproveitamento hidrelétrico do rio Tapajós, avaliado em 31 mil MW.

A construção da usina hidrelétrica de Belo Monte é questionada pelo Ministério Público Federal, que exige a consulta das populações indígenas, que serão diretamente afetadas pelo empreendimento.

Além disso, a energia a ser produzida na região servirá unicamente as empresas multinacionais instaladas no Pará e as empresas do sul do País. (Nota JAN 02/10/2008.)

Esta nota tem o compromisso e a transparência do JAN, que transmite notícias também de teor governamental. Embora não tenha sonoridade, a apresentadora relata as declarações do presidente da Eletrobrás. No final da nota faz um alerta da posição do Ministério Público Federal que vem cumprindo o papel de porta-voz das comunidades que são prejudicadas com a obra, e denuncia que a obra servirá a comunidade “externa”. Esse posicionamento demonstra o que Silverstone (2002) diz sobre a mídia:

[...] nossa mídia é onipresente, diária, uma dimensão essencial de nossa experiência contemporânea. É impossível escapar à presença, à representação da mídia. Passamos a depender da mídia, tanto impressa como eletrônica, para fins de entretenimento e informação, de conforto e segurança, para ver algum sentido nas continuidades da experiência também, de quando em quando, para as intensidades da experiência. (SILVERSTONE, 2002, p. 12.)

Depois de um mês e dezessete dias, o JAN apresenta como manchete e depois em nota a última notícia sobre Belo Monte em 2008, a qual a apresentadora narra com ênfase:

O Prêmio Verde das Américas 2008, categoria Direitos Humanos, vai ser entregue ao bispo prelado do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dom Erwin Kräutler.

A premiação será no próximo dia 27 de novembro, às 9h30, no Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília.

O objetivo do Prêmio Verde das Américas é homenagear personalidades e instituições que têm, ao longo dos anos, contribuído para o desenvolvimento, a preservação ambiental do planeta e a melhor qualidade de vida.

Apenas uma personalidade ou instituição em cada categoria, recebe o Prêmio. O bispo do Xingu foi indicado por diversas autoridades e comunidades indígenas. (Nota JAN 18/11/2008.)

A nota dá uma informação precisa e destaca a importância desse prêmio para quem luta ao lado dos “pequenos e oprimidos”. É uma notícia importante diante do contexto. Conforme Natali (2007, p. 12):

A saber: nem tudo o que é notícia aparece no noticiário internacional. O noticiário não constrói um retrato do mundo com determinado grau de exatidão. Muita coisa que será vista no futuro como de capital importância histórica é diariamente deixada de lado. E, ao mesmo tempo, certos temas sem importância histórica nenhuma acabam virando notícia porque interpelam a mitologia de nosso mundo cotidiano.

Sabemos que a notícia, embora de difícil definição, é a matéria-prima do jornalismo. A publicação dos fatos é que tem o poder de visibilidade. E todos dependem deste produto, a notícia, para emitir valores, opiniões, definir planos de ação, investimentos, projetos de governo.

É particularmente evidente que o que sabemos sobre numerosos assuntos de interesse público depende enormemente do que nos dizem os veículos de comunicação. Somos sempre influenciados pelo jornalismo e incapazes de evitar esse fenômeno (RIVERS; SCHRAMM apud ERBOLATO p. 51).

A informação da atualidade reflete a realidade que nos cerca, num processo através do qual surge a opinião pública, explica Angel Benito (apud ERBOLATO). E o serviço de informação é essencial para o homem e para o tecido social que compõe o grupamento humano, numa busca constante por informação.

Para defender e preservar a confiabilidade do jornalismo – como processo e linguagem – é preciso que os próprios jornalistas se comportem como tal, qualquer que seja o lugar ou a instância em que atuem. Quem está nas redações, que não se limite à reprodução do que as fontes dizem e fazem, mas que, sem a destruição dos discursos particulares, faça aflorar os conflitos que interessam à construção da democracia. Quem atua nas fontes, que assuma o seu papel e a sua responsabilidade de interface honesta e criativa entre quem produz os fatos e quem os deve relatar e comentar para a sociedade (TRIGUEIRO, 2006, p. 1).

5.2 O ANO DE 2009: AUDIÊNCIAS, ATOS E MOVIMENTOS CONTRÁRIOS

Quadro 4: Ano: 2009 – 173 Programas sobre meio ambiente

Temas recorrentes	Quantidade	Conteúdo mais recorrente
Belo Monte	13	Ver tabela a seguir: “Notícias sobre Belo Monte 2009”
Utilidade Pública	53	Falta d’água; nível da água; meteorologia
Preservação do meio ambiente: educativos	67	Seminários sobre impacto ambiental; desenvolvimento sustentável; Ibama incentivando preservação com ações educativas; contra queimadas e desmatamentos
Preservação do meio ambiente: projetos	76	Licenciamentos ambientais; licitações; desenvolvimento sustentável para setores específicos como mineração
Sobre a atuação do governo	65	Licitações e licenças ambientais; liberação de crédito; regulamentações
Fiscalização: IBAMA e Polícia Federal	56	Atuação do IBAMA e da Polícia Federal: apreensões, multas; debates educativos
Questões indígenas	4	Preservação de área; contra hidrelétricas

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 5: Ano 2009 – Repórteres

Repórter	Quantidade de reportagens em 2009
Joelma Viana	56
Raik Pereira	49
Cirlene de Paula	36
Amarildo Silva	32
Vilson Reis	24
Eder Jobe	21
Aroldo Bruce	13
Francimar Farias	13
Paulo Amorim	13
Cristóvão Nonato	4
Carla Félix	3
Evilene Paixão	3
Daniel Almeida de Coari	1
Edivaldo Santos	1

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 6: Notícias sobre Belo Monte em 2009:

MANCHETE	REPÓRTER	FONTES/VOZES
AUDIÊNCIAS SOBRE O PLANO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE INICIAM AMANHÃ (09.09.2009)	Raik Pereira, de Santarém, PA	
AUDIÊNCIA SOBRE BELO MONTE É MARCADA POR PROTESTO EM ALTAMIRA (14.09.2009)	Raik Pereira, de Santarém, PA	
ATO EM BELÉM MARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (15.09.2009)	Vilson Reis, de Belém, PA	
MINISTRO DO MEIO AMBIENTE DIZ	Narração: Joelma	

QUE LICENÇA DE BELO MONTE SERÁ CONCEDIDA EM NOVEMBRO (21.09.2009)	Viana	
MOVIMENTOS SOCIAIS QUESTIONAM DECLARAÇÕES DO MINISTRO DE MINAS E ENERGIA (02.10.2009)	Narração: Joelma Viana	
TESOURO NACIONAL PODERÁ GARANTIR OS RISCOS AMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. (16.10.2009)	Narração: Joelma Viana	
MOVIMENTOS SOCIAIS DO XINGU VÃO ENTRAR NA JUSTIÇA PARA GARANTIR REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS (19.10.2009)	Raik Pereira, de Santarém, PA	
BISPO DO XINGU ENVIA CARTA AO PRESIDENTE LULA (03.11.2009)	Narração: Joelma Viana	
JUSTIÇA ORDENA REALIZAÇÃO DE NOVAS AUDIÊNCIAS SOBRE BELO MONTE (11.11.2009)	Narração: Joelma Viana	
AÇÕES CONTRA BELO MONTE SERÃO INTENSIFICADAS ESTA SEMANA (16.11.2009)	Narração: Joelma Viana	A coordenadora do movimento de mulheres da região do Xingu, Antônia Martins
IBAMA CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA MAIS UMA USINA NA AMAZONIA (09.12.2009)	Narração: Joelma Viana	
MANIFESTANTES OCUPAM SEDE DA ELETRONORTE EM PROTESTO	Vilson Reis, de Belém, PA	

A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (11.11.2009)		
---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora

Após a passagem de quase um ano, o JAN volta a trazer notícias sobre Belo Monte. O último registro foi no dia 18 de novembro de 2008 e, em 2009, retorna no dia 9 de setembro.

A apresentadora anuncia a manchete: AUDIÊNCIAS SOBRE O PLANO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE INICIAM AMANHÃ, MAS MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL RECOMENDA MAIS AUDIÊNCIAS. Em seguida, chama o repórter da Rádio Rural para dar detalhes sobre o assunto.

A Eletrobrás e o Ibama iniciam, amanhã, a série de quatro audiências públicas que serão realizadas para discutir os impactos da implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte, na região do Xingu, no Pará.

As audiências serão realizadas em Belém, Vitória do Xingu, Altamira e Brasil Novo.

Segundo o Ibama, qualquer cidadão pode apresentar documentos, denúncias, sugestões e protestos que serão apreciados e anexados ao processo de licenciamento da usina, que se arrasta há mais de 20 anos.

Para o procurador da República em Altamira, não basta o Ibama visitar cidades centrais da região afetada. Atendendo ao apelo dos moradores, é preciso ir até vilas e comunidades explicar o projeto.

Depois de receber apelos de lideranças comunitárias das agrovilas e travessões da rodovia Transamazônica e de comunidades ribeirinhas do Xingu, o Ministério Público Federal enviou ao Ibama recomendação para que agende mais audiências públicas para debater o projeto da hidrelétrica de Belo Monte. O Instituto tem prazo de cinco dias para responder à recomendação.

O MPF considera insuficientes as audiências públicas agendadas até agora pelo órgão responsável pelo licenciamento da usina. São apenas quatro audiências em cidades centrais, número pequeno, dada a dimensão do projeto e a quantidade de comunidades que serão afetadas.

Para se ter uma ideia dos impactos de Belo Monte: pelos estudos iniciais, afetará direta e indiretamente 66 municípios e 11 terras indígenas; só na cidade de Altamira 20 mil pessoas terão que sair de suas casas; e ao longo do curso, o rio Xingu terá 100 quilômetros de extensão drasticamente alterados.

As audiências estão previstas para os próximos dias 10, 12, 13 e 15 de setembro, respectivamente nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém. (Raik Pereira da Rádio Rural de Santarém para Rede de Notícias da Amazonia 09.09.2009.)

A notícia dá destaque na questão das audiências como forma de discutir o que será melhor para as comunidades envolvidas e o projeto do Governo. É um acontecimento democrático, uma ação para ouvir as partes. Alsina (2009) menciona

o acontecimento como algo que é o maravilhoso das sociedades democráticas. Por meio de transmissão ao vivo dos principais acontecimentos, retiram-lhe seu específico caráter histórico para projetá-los nas vivências quotidianas das massas. Paralelamente à democratização do acontecimento, ampliam-se os critérios do acontecer social e se produz sua espetaculosidade. A totalitária lei do espetáculo é imposta aos acontecimentos.

No que tange à história, a mídia extrai de determinados conceitos seu específico caráter histórico. Mas, por outro lado, o acontecimento aproxima a história ao indivíduo. O faz “partícipe” da história imediatamente. De fato, o que não aparece na mídia não existe para muita gente. A mídia faz visíveis os fatos [...] a mídia também aproxima o indivíduo da realidade de uma forma especial. A representação feita pela mídia da realidade vai muito além da própria realidade que se pode perceber. Isto é, o olho eletrônico chega aonde o olho humano não chega. (ALSINA, 2009, p. 129.)

Dia 14 de setembro, a primeira manchete é sobre Belo Monte: **AUDIÊNCIA SOBRE BELO MONTE É MARCADA POR PROTESTO EM ALTAMIRA**. No meio do radiojornal, a apresentadora chama a participação do repórter Raik Pereira, que apresenta mais informações sobre Belo Monte:

Aconteceu no dia de ontem, no município de Altamira, sudoeste do Pará, a terceira audiência sobre os impactos socioambientais da hidrelétrica de Belo Monte.

Com a presença de cerca de seis mil pessoas a terceira audiência foi marcada por protestos e pela apresentação de um requerimento assinado por índios de seis povos diferentes que vivem às margens do rio Xingu.

Eles solicitaram que sejam feitas as oitivas indígenas previstas pela Constituição em caso de aproveitamentos hidrelétricos que impactem terras indígenas.

Antônia Pereira Martins, do movimento de mulheres de Altamira, campo e cidade, disse que as audiências não passam de um teatro armado pelo Ibama.

“Ela parece mais com um teatro coordenado pelo Ibama, onde as pessoas não expressam suas opiniões, mas que a gente fez muito protesto e demos nosso recado e que grande parte da sociedade de Altamira, rejeita esse projeto de Belo Monte.”

As lideranças de Altamira pretendem enviar uma comissão até Belém, onde amanhã acontece a última audiência.

Antônia Pereira Martins disse, ainda, que irão trabalhar para barrar o projeto de construção de Belo Monte.

Durante a audiência, o procurador da República Rodrigo Timóteo Costa e Silva e o promotor de Justiça Emério Mendes apresentaram protesto e deixaram consignado que vão solicitar a anulação das audiências acontecidas até agora, porque foi negada aos membros do Ministério Público a prerrogativa de participarem da mesa diretora dos trabalhos.

Na próxima audiência, em Belém, marcada para amanhã, o Ministério público vai novamente requerer o cumprimento da prerrogativa.

A presença dos membros do Ministério Público em mesas diretoras de órgãos colegiados da administração pública direta e indireta está prevista na

Lei Complementar 75 e na Lei Federal 8.625, ambas de 1993. Raik Pereira, da rádio Rural de Santarém para rede de Notícias da Amazonia (reportagem de Raik Pereira, Jan 14.09.2009).

No dia 15 de setembro de 2009, uma das manchetes no JAN: ATO EM BELÉM MARCA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. Após a manchete, a locutora chama a participação direta do repórter Vilson Reis, de Belém:

Indígenas, ambientalistas, sindicalistas, estudantes e dezenas de ativistas sociais participaram na tarde dessa terça-feira de um ato público contra a construção Hidrelétrica Belo Monte no rio Xingú, no interior do Pará. A manifestação aconteceu antes da audiência pública convocada pelo Governo Federal para discutir a construção do empreendimento. A audiência está marcada para as 18h de hoje e acontece no centro de eventos Ismael Neres CEDU, em Belém. O ato público é organizado pelo Fórum da Amazônia Oriental, a FAO, e pela Articulação para Amazônia, que pretendem denunciar os riscos do projeto caso a hidrelétrica seja construída. Segundo as entidades, o projeto deve aumentar a miséria e a violência, além de destruir a fauna e a flora da região, expulsando milhares de pessoas das áreas rurais e urbanas onde residem. Há mais de 20 anos os povos do Xingu vêm resistindo aos projetos de construção de grandes hidrelétricas na região.

Os conflitos que vêm sendo marcados por ações judiciais e até por embates físicos tiveram início ainda na década de 1980. O empreendimento pretende construir seis barragens em diversos pontos do Xingu; a corredeira de água será desviada através de canais para Belo Monte, onde serão colocadas as turbinas. As consequências serão alagamentos da área oeste acima do Xingu e a diminuição do volume de água na região leste abaixo do rio. Para as entidades, essa construção altera a dinâmica de vida de indígenas e agricultores, afetando a biodiversidade local. Essa é a quarta audiência promovida pelo Ibama para apresentar o estudo de impacto ambiental da construção da usina de Belo Monte. (Vilson Reis da Rádio Nazaré de Belém do Pará para a Rede de Notícias da Amazônia 15/09/2009.)

A partir dessa data, o JAN passa a contar com a participação do repórter Vilson Reis da equipe de reportagem da Rádio Nazaré de Belém, parceira do projeto da RNA. Isso reforça a missão do JAN na questão de acompanhar os acontecimentos de Belo Monte, pois Belém, como capital do estado, concentra muitas discussões e decisões sobre o empreendimento. Como diz Erbolato (2008), uma notícia só é considerada completa quando ela proporciona ao leitor a ideia exata e minuciosa sobre um acontecimento. Para Kotscho (1989), com pauta ou sem pauta, lugar de repórter é na rua.

No que se refere a relevâncias ao interesse, este pode ser considerado como o atributo de definição do jornalismo. Só é notícia o relato que projeta interesse, desperta interesses ou responde a interesses. Esse atributo de definição pode

alcançar maior ou menor intensidade, dependendo da existência, em maior ou menor grau, de atributos de relevância no conteúdo (CHAPARRO, 1994 p. 119).

O fato da apresentadora anunciar a manchete e, em seguida, chamar a participação do repórter para conceder mais informações sobre o ato que acontece no centro de Belém, fornece dinâmica no programa radiofônico. Com isso, o JAN passa a ser reconhecido, também, pela característica de ter equipe de jornalismo em rede. Isso aproxima do que se reconhece como o ideal de uma cobertura jornalística, em que os repórteres são orientados por uma pauta direcionada pelo chefe de reportagem ou pauteiro, seguindo inclusive a regra editorial. Enfatizamos o que Magalhães (1979, p. 112) recomenda como estratégia de cobertura:

A primeira providência, ao ser elaborada a pauta, é garantir os pontos que produzem a notícia, com os repórteres normalmente encarregados dessas áreas ou, quando necessário, com o esforço de outros repórteres. Os jornais não se interessam apenas pelo resultado final de determinado evento, mas procuram compor as reportagens com indicações humanas, técnicas e até pitorescas.

A manchete do JAN de 21 de setembro de 2009 foi: **MINISTRO DO MEIO AMBIENTE DIZ QUE LICENÇA DE BELO MONTE SERÁ CONCEDIDA EM NOVEMBRO**. Em seguida a apresentadora lê a nota a seguir e, novamente, é interlocutora das fontes:

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará, deverá ser concedida “provavelmente” no mês de novembro.

Ele lembrou que esta semana foram concluídas as quatro audiências públicas que o governo realizou para tratar do tempo e “aparar arestas”. O ministro afirmou que a partir do encontro de Altamira, foi aberto um prazo legal de 15 dias para a apresentação de novas propostas e novos questionamentos. Depois do que, se fará um relatório final para a obtenção da licença provisória para a instalação da usina, que deverá sair em novembro.

Minc defendeu a necessidade de se produzir energia a partir de fontes renováveis, “porque daqui a alguns anos haverá mais usinas térmicas a óleo e a carvão, que são muito mais poluidoras”.

A última das quatro audiências públicas para discutir a Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi concluída pelo Ibama na madrugada da última quarta-feira (16).

No evento, o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, garantiu que todos os preceitos legais foram rigorosamente cumpridos nas audiências e que todos os interessados em manifestar opiniões tiveram direito à palavra.

As audiências ocorreram nas cidades paraenses de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém e atraíram cerca de 8.000 participantes, dos quais mais de 5.000 em Altamira.

Na última audiência de Belém, procuradores do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual e lideranças se retiraram do auditório, após

terem sido impedidos de entrarem no auditório pela Força Nacional de segurança.

A Usina de Belo Monte terá potência instalada de 11 mil megawatts, a segunda maior do Brasil atrás apenas da Hidrelétrica de Itaipu, no Rio Paraná. (Nota JAN 21/09/2014.)

Para entender o que de fato é acontecimento, podemos destacar o que diz Quéré (2005, p. 70): “O acontecimento só pode ser compreendido a partir do seu futuro e da sua posteridade”. Portanto, o tempo nos dirá se a construção de uma megausina hidrelétrica foi compreendida como um acontecimento.

Dia 2 de outubro, o JAN traz a manchete: MOVIMENTOS SOCIAIS QUESTIONAM DECLARAÇÕES DO MINISTRO DE MINAS E ENERGIA, com o desenvolvimento da notícia a seguir:

As organizações sociais do município de Altamira, região do Xingu, no Pará, questionaram as declarações do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em relação à construção da usina de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará.

Na última terça-feira (29), Lobão disse que via “forças demoníacas” impedindo a realização de usinas hidrelétricas de grande porte no país.

Em carta pública, a organização Movimento Xingu Vivo para Sempre, que questiona a construção da usina, classifica a obra como “nefasto projeto” e diz que o setor elétrico desrespeita os povos indígenas e desdenha povos da Amazônia.

A carta afirma que “tratar aqueles que contestam o famigerado projeto de Belo Monte, que, diga-se de passagem, estão lutando por sua sobrevivência, de ‘forças demoníacas’, demonstra a que ponto o setor elétrico brasileiro desdenha, despreza, desconsidera os povos e comunidades da Bacia Amazônica”.

Apesar da resistência dos movimentos sociais, Edison Lobão garante que o leilão para a construção da usina ocorrerá ainda em 2009. A obra está estimada em aproximadamente 10 bilhões de dólares, segundo cálculos preliminares do governo.

O rio Xingu é um símbolo da diversidade biológica e cultural brasileira. Ao longo de seus 2,7 mil quilômetros, ele corta o Mato Grosso e atravessa o Pará até desembocar no rio Amazonas, formando uma bacia hidrográfica de 51,1 milhões de hectares. Mais da metade de seu território é formada por áreas protegidas. São 27 milhões de hectares de alta prioridade para a conservação da biodiversidade, abrigando 30 terras indígenas, 24 povos com 24 diferentes línguas e oito unidades de conservação da natureza.

Diante da importância ecológica, social e cultural desta região, esperávamos que o Ministro de Minas e Energia, senhor Edison Lobão, tivesse um mínimo de respeito para com os movimentos sociais e os povos da Bacia do rio Xingu. (Nota JAN 02/10/2009.)

Conforme consta no capítulo dois, Berger menciona que “as notícias são relatos de alguém sobre acontecimentos, que, por sua vez, só são acessíveis a este alguém porque são relatáveis, sendo que a História só se faz História através de relatos, a partir de relatos sobre os acontecimentos passados” (2003, p. 17). Logo,

relatar o máximo possível sobre as ocorrências, principalmente no que tange aos graves problemas ambientais e às nefastas consequências aos moradores do entorno de Belo Monte, se faz necessário. As notícias são imprescindíveis para que fiquem registradas para o futuro, para que sejam (re)conhecidas pelo maior número de pessoas, para que possam servir de alerta ao mundo, para que sejam motivo, talvez, de mudanças estruturais em projetos semelhantes que não apresentem tantas sequelas para as pessoas e para a natureza.

A manchete do dia 16 de outubro de 2009 foi: **TESOURO NACIONAL PODERÁ GARANTIR OS RISCOS AMBIENTAIS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE.**

A reivindicação foi lançada pelos empreendedores interessados no projeto e a Casa Civil. Basicamente a proposta é que o Tesouro faça um empréstimo ao BNDES com condições estabelecidas em contrato que reflitam a assunção do risco pelo governo.

O BNDES, por sua vez, replicaria estas condições à concessionária que estiver à frente de Belo Monte. Desse modo, o banco estaria com sua exposição neutralizada e os investidores isentos de assumir riscos como, por exemplo, uma decisão judicial que paralise as obras por questões de licenciamento ambiental. Esta é uma das hipóteses.

Há preocupação também, por parte dos investidores, com a própria questão indígena, muito forte naquela parte do Pará onde a usina hidrelétrica será construída.

Mais preocupante ainda são os riscos geológicos do projeto, já que terão de ser feitas escavações gigantescas para viabilizar o desvio do rio. Isso porque a usina não terá reservatório por motivos de ordem ambiental. Se alguns desses riscos se concretizasse o prejuízo para os investidores seria muito grande.

Um dos grupos que mais ativamente usa sua influência para defender essa questão frente ao governo é o da Odebrecht.

Caso o Tesouro garantisse esse empréstimo, seria dado uma espécie de perdão para os empreendedores quando houvesse motivo de força maior. Seria até mesmo possível renegociar o cronograma de pagamentos dos empréstimos.

Apesar de agradar alguns integrantes do governo federal, existe uma preocupação em como o Tribunal de Contas da União (TCU) veria essa questão. Os investidores defendem que o governo use desse dispositivo para garantir a modicidade tarifária. (Nota JAN 16/10/2009.)

A forma como o JAN expõe a nota que fala da posição do tesouro e das preocupações com o futuro da região e de seus habitantes revela o cuidado em divulgar todos os aspectos que circundam a construção de Belo Monte, ou seja, “o jornalista tem um papel fundamental da escrita dessa história do tempo presente” (BERGER, 2003). A autora também salienta que o jornalismo é “cutucado” pela realidade, olha os acontecimentos por todos os lados e enuncia fenômenos sociais, e que, para tanto, a problematização está no referencial.

Um jornalista, ao reproduzir um fato pela linguagem, precisa, necessariamente, ter uma crença de que está transmitindo a realidade. Isso se solidifica em programas de rádio, como o do JAN, em que a leitura das notas é feita segundo relato dos repórteres que se encontram nos locais dos acontecimentos. Em divulgações televisivas ou pela Internet, em periódicos em geral, o recurso são as imagens, principalmente quando mostradas “ao vivo”, pois permite ao espectador ter a sua compreensão a partir não só do relato, mas da ilustração ou do vídeo.

Em 19 de outubro de 2009 a notícia foi: **MOVIMENTOS SOCIAIS DO XINGU VÃO ENTRAR NA JUSTIÇA PARA GARANTIR REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS.** Acompanhe os detalhes com Raik Pereira.

Os movimentos sociais e dos povos indígenas da região da Transamazônica e do Xingu, solicitaram ao Ibama a realização de 17 audiências públicas complementares.

O objetivo das novas audiências é estender o diálogo a respeito da implantação do Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte às comunidades rurais e aos povos tradicionais que seriam impactados pela obra, mas que não estão sendo devidamente ouvidos e contemplados no processo de licenciamento ambiental.

No entanto, o IBAMA anunciou que não convocará mais nenhuma audiência pública, considerando que as quatro reuniões realizadas foram suficientes para a sociedade avaliar impactos e benefícios gerados pelo AHE Belo Monte.

A decisão viabiliza o plano da agência, de dar a licença prévia a tempo de o governo fazer o leilão ainda este ano.

Diante da negativa do Ibama, os movimentos sociais publicaram uma nota em que afirmam que há décadas vivem no Médio Xingu, na área denominada Volta Grande do Xingu, onde o governo quer implantar, a qualquer custo, as diversas barragens, os diques e os canais de derivação que compõe o AHE Belo Monte.

Segundo Antônia Melo, do Movimento Xingu vivo para sempre, além da nota divulgada pelo movimento, os movimentos sociais vão entrar com uma ação na justiça...

ANTONIA MELO: Além dessa manifestação, nós estaremos entrando com uma ação na Justiça pelo cumprimento da Lei, pelo dever do órgão Ibama obedecer a Lei, e as comunidades terem o direito garantido de ouvir, de falar de se manifestar. Nós estamos trabalhando para, na próxima semana, entrar com essa ação na justiça.

A nota também será encaminhada ao presidente Lula, para que fique ciente de que os povos do Xingu estão conscientes de que a implantação do AHE Belo Monte modificará seus modos de vida para sempre. Raik Pereira da Rádio Rural de Santarém para a Rede de Notícias da Amazônia (19/10/2009).

A interpretação do discurso e a sua conseqüente edição levam a refletir sobre o jornalismo, sobre como ele analisa, interpreta e edita o sujeito e a história. A matéria prima do jornalismo está, portanto, em algum lugar do social e se torna notícia quando há algum acontecimento que produza a história.

Berger toma a noção de campo para relacionar o lugar da produção social com o lugar da produção simbólica a partir de Pierre Bourdieu. A vida social se reproduz, na modernidade, em campos (políticos, jurídicos, jornalísticos, etc.) e, por isso, é importante saber a dinâmica interna destes, bem como as suas interdependências.

Segundo Bourdieu,

[...] com a noção de campo obtêm-se o meio de apreender a particularidade na generalidade, a generalidade na particularidade. Pode-se exigir da monografia mais ideográfica proposições gerais sobre o funcionamento dos campos e pode-se levantar, a partir de uma teoria geral do funcionamento dos campos, hipóteses muito poderosas sobre o funcionamento de um estágio particular de um campo particular (BOURDIEU, 1990, p. 171, apud BERGER, 2003, p. 21).

Primeira manchete do JAN do dia 3 de novembro de 2009: BISPO DO XINGU ENVIA CARTA AO PRESIDENTE LULA. Contudo, antes de discorrer sobre o tema da manchete, a apresentadora transmite uma notícia sobre Belo Monte:

Encerrou na tarde de hoje a reunião com 284 indígenas de 15 diferentes etnias, liderados pelos Caiapós.

Foram seis dias de encontro na Aldeia Piaraçu, na Terra Indígena Capoto-Jarina, para discutir o projeto da Hidrelétrica de Belo Monte.

O encontro foi motivado pelo fato do projeto estar sendo levado adiante sem nenhum diálogo com as comunidades indígenas e pela recente declaração do Ministro Lobão que disse haver "forças demoníacas" contrárias aos projetos Hidrelétricos.

Um dos desdobramentos do encontro foi a produção de uma carta que será entregue para o presidente Lula e ao presidente da FUNAI por comissão de cinco indígenas escolhidos na reunião, que já está a caminho de Brasília.

No documento, os indígenas afirmam que não aceitam a construção de Belo Monte e de qualquer hidrelétrica no Xingu. Repudiam, ainda, o parecer técnico da Funai e afirmam que nunca impediram o desenvolvimento sustentável do Homem Branco, mas não aceitam que o governo tome uma decisão de tamanha irresponsabilidade.

Os indígenas exigem que o governo cancele definitivamente a implantação da hidrelétrica e avisam que caso o governo decida iniciar as obras haverá uma ação guerreira por parte dos povos indígenas.

Outro desdobramento foi a organização de uma comissão de seis lideranças indígenas para participarem de encontro sobre Belo Monte que ocorrerá na Ressaca, organizado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre nos dias 5, 6 e 7 de novembro.

Os indígenas também bloquearam por tempo indeterminado a balsa que faz a travessia no rio Xingu (Nota JAN 03/11/2009).

Em seguida à difusão da notícia sobre a reunião liderada pelos Caiapós, a apresentadora passa ao tema da manchete principal:

E ainda falando em Belo Monte, o bispo da Prelazia do Xingu, enviou carta ao presidente Lula da Silva.

No documento, o bispo agradece às duas vezes em que o presidente o recebeu em audiência, junto com representantes dos movimentos sociais de Altamira, procuradores da República e o senhor doutor Célio Bermann, professor do curso de pós-graduação em Energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP.

Nessa audiência, segundo a carta, o presidente insistiu na continuação do diálogo sobre a projetada Usina Hidrelétrica de Belo Monte e argumentou que nunca irá “empurrar este projeto goela abaixo de quem quer que seja”. Falou também da grande dívida do Brasil em relação aos atingidos por barragens, até hoje não saldada. Comentou, ainda, que não pretende repetir o desastre da Usina Hidrelétrica de Balbina, localizada no Rio Uatumã, no Estado do Amazonas, que deve ser classificada de “monumento da insanidade”.

Na carta, Dom Erwin solicita que o presidente se disponha a ouvir cientistas e pesquisadores de renome nacional e internacional que discordam do projeto, baseando-se em dados insofismáveis.

Diante de um projeto gigantesco como a planejada Usina Hidrelétrica de Belo Monte, é necessário ouvir, de modo imparcial, outras posições. O setor energético do Governo, da altura de sua competência meramente técnica, só apregoa vantagens e lucros e promete solução para todos os problemas que porventura possam advir da construção.

O bispo aproveita para apresentar mais uma vez os principais pontos que fazem com que as lideranças rejeitem o projeto. Primeiro: A usina vai funcionar com a potência de 11 mil megawatts em apenas três ou quatro meses ao ano. Quando o rio Xingu fica com menos volume d’água, a potência baixa consideravelmente, chegando a não ultrapassar 1.100 megawatts.

Além disso, até hoje não se sabe quantas famílias serão compulsoriamente retiradas de suas moradias. Não existem cálculos exatos, fidedignos. Nem sequer são relacionadas todas as ruas a serem alagadas. Afirma-se apenas que em tal bairro seis ou sete ruas ficarão debaixo d’água. Fala-se de “ruas” e não das “moradias” ao longo dessas ruas.

Outra situação: A região da Volta Grande do Xingu ficará praticamente seca com a construção da usina. A exemplo do que aconteceu com a cachoeira de Sete Quedas na construção da usina de Itaipu, também Belo Monte destruirá ou modificará cem quilômetros de uma sucessão de cachoeiras, corredeiras, canais naturais, e, além do enorme, trágico, irresponsável e irreversível desastre ambiental, a população que ficará na região não terá água suficiente para suas necessidades. São dez os problemas apresentados pelo bispo.

O bispo encerra a carta afirmando que “escrevo esta carta a Vossa Excelência no intuito de evitar o pior e de salvaguardar um último pedaço de paraíso que Deus criou, no Xingu. Belo Monte terá consequências nefastas e irreversíveis. Em vez de progresso trará a morte” (Nota JAN 03/11/2009).

Neste ponto é pertinente prosseguir com Berger, que afirma que a luta do jornalismo está no ato de nomear, quando o jornalismo exerce “[...] o poder de incluir ou de excluir, de qualificar ou desqualificar, de legitimar ou não, de dar voz, publicizar e tornar público” (BERGER, 2003, p. 22), pois o JAN se qualifica como tal.

Berger apoia seu estudo em Bourdieu:

O poder simbólico como o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer crer e fazer ver, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e,

deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 2010, p. 14).

E acrescenta ainda com:

O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. Isso significa que ele não faz nada? De fato, como uma constelação que começa a existir somente quando é selecionada e designada como tal, um grupo – classe, sexo, religião, nação – só começa a existir enquanto tal, para os que fazem parte dele e para os outros, quando é distinguido, segundo um princípio qualquer dos outros grupos, isto é, através do conhecimento e do reconhecimento (1990, p.167 apud BERGER, 2003, p. 22).

A Manchete do JAN de 11 de novembro de 2009: JUSTIÇA ORDENA REALIZAÇÃO DE NOVAS AUDIÊNCIAS SOBRE BELO MONTE:

A Justiça Federal em Altamira ordenou a suspensão do licenciamento da hidrelétrica de Belo Monte e ordenou a realização de novas audiências públicas.

A ordem atende a um pedido do Ministério Público, que quer ver respeitado o direito das pessoas que moram em regiões isoladas e serão os mais impactados pela hidrelétrica.

O juiz Edson Grillo, que responde pela Vara Federal de Altamira, descartou as alegações do Ibama e da Eletronorte de que as quatro audiências feitas até agora seriam suficientes.

A Justiça não concedeu totalmente os pedidos feitos pelo MP, porque considerou válidas as audiências acontecidas até agora. Ordenou, no entanto, que sejam realizadas tantas audiências quantas sejam necessárias para contemplar todas as comunidades afetadas (nota JAN 11/11/2009).

No dia 16 de novembro de 2009, a manchete foi: AÇÕES CONTRA BELO MONTE SERÃO INTENSIFICADAS ESTA SEMANA. A matéria foi narrada pela apresentadora com inserção de sonora:

A proximidade do leilão da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, marcado para 21 de dezembro, tem mexido com os ânimos da população do Oeste do Pará.

Nas últimas semanas, movimentos contrários e a favor da usina reforçaram os protestos pelas ruas da tumultuada Altamira, no interior do Pará.

A partir de hoje, o clima deve esquentar ainda mais, com a expectativa da deliberação da licença prévia para o início da obra. Ambientalistas e povos indígenas prometem não se curvar à decisão do Ibama.

Nos próximos 37 dias, até a licitação da hidrelétrica, os dois grupos vão fazer barulho, com atos que ultrapassam as divisas do Pará.

A coordenadora do movimento de mulheres da região do Xingu, Antônia

Martins, destaca a luta dos movimentos populares em favor do meio ambiente e do local onde vivem.

ANTÔNIA MARTINS: Quando a gente é questionada, nós estamos questionando são várias coisas, inclusive o que está sendo colocado no EIA é por eles mesmo, que não tem resposta quando Lula visitou disse que não ia colocar Belo Monte de goela abaixo e está fazendo ao contrário e isso nos preocupa bastante. Por isso que nós fomos via judicial e o juiz de Altamira deu uma ação favorável, vemos que essa prévia não ajuda em nada... Isso vai mexer com a vida de todo mundo.

Um dos grandes entraves na questão é que as mais de 20 mil pessoas que precisarão sair de onde moram, não sabem para onde serão alocados. Essas respostas não são dadas aos movimentos sociais.

Antônia Martins disse ainda que não são contra o progresso, o que não aceitam é que esse progresso seja de qualquer jeito (nota JAN 16/11/2009).

O JAN não tem estrutura para manter um repórter em Altamira, mas se apropria do poder que tem para narrar e colocar sonoras que foram gravadas via telefone, e com isso comprova que o jornalista é quem constitui o dado da enunciação. Ele detém o poder de consagrar pessoas e instituições. Possui um discurso padrão e consensual informativo, mas que é expresso de forma diferente nos jornais. O jornalista está de posse da palavra e, como tal, “o que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2010, p. 15).

No dia 9 de dezembro de 2009, a manchete sobre outra possível hidrelétrica faz uma relação com a de Belo Monte: **IBAMA CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA MAIS UMA USINA NA AMAZONIA:**

Em meio à expectativa pela licença ambiental para a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, o Ibama concedeu, ontem, autorização para outro empreendimento na Amazônia, a Usina Hidrelétrica de Santo Antônio do Jari, no Rio Jari, na divisa entre o Pará e o Amapá.

A usina terá potência instalada de 300 megawatts, bem menor que Belo Monte ou as hidrelétricas do Rio Madeira, mas ainda assim o suficiente para abastecer uma cidade de um milhão e Meio de habitantes.

No entanto, a energia de Santo Antônio do Jari deverá beneficiar principalmente indústrias de celulose instaladas na região. A usina será construída pela ECE Participações principal acionista, com 90% e pela Jari Energética, empresa do grupo Orsa, proprietária do projeto Jari Celulose.

A licença prévia, primeira etapa do licenciamento ambiental, foi assinada pelo presidente do instituto, Roberto Messias Franco, e prevê 25 condicionantes a serem cumpridas antes do início das obras.

O estudo de Impacto Ambiental da hidrelétrica prevê o alagamento de 31 quilômetros e 700 metros quadrados para formação do lago da usina, área relativamente pequena.

Já a licença de Belo Monte continua em análise pelos técnicos do Ibama e deve sair em janeiro. Com a licença concedida, essa passa a ser, por enquanto, a única hidrelétrica nova que o governo poderá oferecer aos investidores no leilão de energia marcado para o dia 18 deste mês.

Neste leilão, a intenção do governo era oferecer sete novas hidrelétricas de médio e pequeno porte (nota Jan 09/12/2009).

No dia 11 de dezembro de 2009 o radiojornal finaliza as notícias daquele ano relativas à Belo Monte, com a seguinte manchete: MANIFESTANTES OCUPAM SEDE DA ELETRONORTE EM PROTESTO A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. A apresentadora chama o repórter da Rádio Nazaré, Vilson Reis, para dar os detalhes.

Vilson: Cerca de 200 pessoas ocuparam na manhã dessa sexta feira a sede da Eletronorte em Belém, o grupo é contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte na região oeste do Pará. Os manifestantes saíram em caminhada do terminal de ônibus da universidade federal do Pará e seguiram até a sede da empresa. Segundo eles, a direção da Eletronorte se recusou a receber um documento em que as entidades envolvidas exigem que o projeto de construção da usina hidrelétrica seja paralisado e sejam realizadas novas audiências públicas com as comunidades atingidas. A manifestação organizada pelo comitê Xingu Vivo para Sempre e pelo Diretório Central dos Estudantes da Unidade de Ensino tem o objetivo de dar visibilidade à luta histórica dos Povos do Xingu contra a construção de barragens e denunciar os impactos ambientais que serão causados, caso a hidrelétrica seja construída; além do empreendimento sequer apontar a quantidade de famílias que serão atingidas pela hidrelétrica. A nossa reportagem tentou contato com a Eletronorte, mas, até o fechamento dessa edição, não havíamos conseguido. Vilson Reis da Rádio Nazaré de Belém Pará para Rede de Notícias da Amazônia, 11/12/2009.

Berger menciona que a “sala de redação” do jornal pode ser um lugar de luta do Campo do Jornalismo, “[...] cujos agentes têm por ofício produzir sentidos, ou seja, veracidades que dizem respeito a outros Campos” (2003, p. 28). Jornalistas interagem com aliados e opositos, tendo a linguagem como um artifício de luta, que produz sentidos e constitui poderes.

O jornalista, ao escrever sobre o mundo, testemunha-o e o explica, mas, também, o faz de forma única e pessoal.

O jornalista não deixa de ser um mediador, pois se encontra em dois extremos, no cerne da notícia e na sua divulgação. Estabelece-se como um criador do tempo presente e como narrador do passado. O jornalista é um sujeito da história contemporânea, cabe a ele escutar, observar, examinar, criticar e, partir disso, redigir e comunicar, produzindo, assim, a informação que é inerente ao nosso tempo.

O jornalista é um trabalhador que produz ideias, valores, imagens e sons que explicam o mundo. Ou seja, detém um poder muito grande na sociedade, formando

opiniões, conduzindo a história, podendo direcionar os rumos das sociedades. Um exemplo disso é a cobertura em tempos de eleições para cargos públicos. O tipo de discurso do jornalista/jornal/mídia é que vai “orientar” o receptor/eleitor (BERGER, 2003).

5.3 O ANO DE 2010: ENTRE PROTESTOS, DENÚNCIAS E DEFESAS DE BELO MONTE

Quadro 7: Ano: 2010 – 165 Programas sobre meio ambiente

Temas recorrentes	Quantidade	Conteúdo mais recorrente
Belo Monte	34	Ver tabela a seguir: “Notícias sobre Belo Monte 2010”
Utilidade Pública	67	Falta d’água; nível da água; enchentes; queimadas; romaria das águas; meteorologia
Preservação do Meio Ambiente: educativos	73	Campanhas sobre impacto ambiental; desenvolvimento sustentável
Preservação do Meio Ambiente: projetos	65	Licenciamentos ambientais; licitações; desenvolvimento sustentável; pesquisas em andamento (purificação da água; biodiesel; pesca)
Sobre a atuação do governo	68	Regulamentações; incentivo a pequenas hidrelétricas
Fiscalização: IBAMA e Polícia federal	63	Atuação do IBAMA e da Polícia Federal: apreensões, multas; debates educativos
Questões indígenas	10	Preservação de área; contra hidrelétricas

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 8: Ano 2010 – Repórteres

Repórter	Quantidade de reportagens em 2010
Joelma Viana	65
Vilson Reis	21
Sirlene de Paula	18
Amarildo Silva	15
Anderleia Oliveira	15
Raik Pereira	13
Elyvane Barbosa	7
Marciana Bezerra	6
Paulo Amorim	5
Genildo Júnior	4
Carlos Alexandre	3
Aroldo Bruce do	2
Cassyane de Paula	2
Eder Jobber de Careiro	2

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 9: Notícias sobre Belo Monte em 2010

MANCHETE	REPÓRTER	FONTES/VOZES
LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE DEVE SAIR EM FEVEREIRO (19.01.2010).	Elyvane Barbosa	
MOVIMENTO REALIZA PROTESTO CONTRA LIBERARAÇÃO DA LICENÇA DE BELO MONTE (02.02.2010)	Joelma Viana	Antonia Melo, membro do movimento Xingú Vivo
MOVIMENTOS REALIZAM MANIFESTAÇÃO CONTRA A DECISÃO DO IBAMA (05.02.2010)	Raik Pereira, de Santarém, PA	Servidor Público, Cândido Neto da Cunha e o acadêmico de

		Direito, Laurimar Figueiras
NA ENTEVISTA DE HOJE: LIDERANÇA DA REGIÃO DO XINGU, DIZ QUE PROJETO DE BELO MONTE É UMA MENTIRA DO GOVERNO FEDERAL (08.02.2010)	Raik Pereira, de Santarém, PA	2. Antonia Melo, Movimento Xingú Vivo
INDÍGENAS PROMETEM IR A BRASÍLIA PEDIR REVOGAÇÃO DE DECRETO (10.02.2010)	Raik Pereira, de Santarém, PA	Luis Xipaia, liderança indígena e Pres. Da Funai Márcio Meira
COMISSÃO DE INDÍGENAS VAI A BRASÍLIA REUNIR COM PRESIDENTE DA FUNAI (19.02.2010)	Raik Pereira, de Santarém, PA	Luis Xipaia, liderança indígena
BISPO REPUDIA DECISÃO DA OAB PARÁ EM APOIAR HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (09.03.2010)	Vilson Reis, de Belém, PA	Dom José Luís, bispo da Diocese do Marajó, PA
CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE É DENUNCIADA À ONU (01.04.2010)	Francimar Farias	
RELATÓRIO DENUNCIA VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO LICENCIAMENTO DA USINA DE BELO MONTE (05.04.2010)	Francimar Farias	
INDÍGENAS PREPARAM SEMANA DE MANIFESTAÇÕES CONTRA BELO MONTE (06.04.2010)	Francimar Farias	
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PEDE ANULAÇÃO DA LICENÇA DE	Francimar Farias	

BELO MONTE (07.04.2010)		
MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE ANULAÇÃO DA LICENÇA DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (09.04.2010)	Vilson Reis, de Belém, PA	
JUSTIÇA SUSPENDE LEILÃO E LICENÇA DE BELO MONTE (15.04.2010)	Francimar Farias	
1. MOVIMENTOS SOCIAIS REALIZAM MOBILIZAÇÃO EM VÁRIOS ESTADOS CONTRA O LEILÃO DE BELO MONTE... (20.04.2010) 2. PROCURADOR DA REPÚBLICA FALA SOBRE ESTRAGOS DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NO RIO XINGU (20.04.2010)	1. Francimar Farias, de Santarém, PA 2. Vilson Reis, de Belém, PA	1. Antonia Martins, Líder Sindical e Movimento de Mulheres de Altamira, PA 2. Procurador da República, Felício Pontes
LULA DIZ QUE É “INSANO” NÃO APOSTAR EM BELO MONTE (26.04.2010)	Joelma Viana	Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva
RECURSOS CONTRA BELO MONTE DEVEM SER ANALISADOS DEPOIS DE SEIS DE MAIO (03.05.2010)	Vilson Reis, de Belém, PA	
ORGANIZAÇÕES DENUNCIAM A NAÇÕES UNIDAS A ATUAÇÃO DA AGU NO PROCESSO DE BELO MONTE (13.05.2010)	Joelma Viana	
ENCONTRO VAI REUNIR LIDERANÇAS QUE VIVEM NAS	Francimar Farias, de Santarém, PA	Jorge Coutinho, coordenador do

BACIAS DOS RIOS ATINGIDOS POR HIDRELETRICAS (17.06.2010)		evento
LIDERANÇAS DE ALTAMIRA PROGRAMAM PROTESTOS CONTRA BELO MONTE (18.06.2010)	Francimar Farias, de Santarém, PA.	1. Antonia Melo, Movimento Xingú Vivo para Sempre
LIDERANÇAS DE ALTAMIRA FAZEM PROTESTOS CONTRA VISITA DO PRESIDENTE LULA (21.06.2010)	Joelma Viana	Antonia Melo, integrante do Movimento Xingu Vivo para Sempre
LULA É RECEBIDO COM PROTESTOS EM ALTAMIRA (22.06.2010)	Genildo Júnior, de Altamira, PA	Antonia Melo, integrante do Movimento Xingu Vivo para Sempre
CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE AMEAÇA A EXISTÊNCIA DE NOVE ESPÉCIES DE PEIXES RAROS (02.07.2010)	Joelma Viana	Paulo Lopes –rep. Ibama
BISPO DO XINGU REAFIRMA COMPROMISSO DE DEFENDER OS DIREITOS DOS POVOS DA AMAZONIA/Belo Monte (21.07.2010)	Evilene Paixão, de Boa Vista, RR. (Entrevista sobre Belo Monte)	Bispo do Xingu, Dom Erwin Kräutler
LIDERANÇAS FAZEM ACAMPAMENTO EM DEFESA DO XINGU (05.08.2010)	Joelma Viana	
ACAMPAMENTO TERRA LIVRE PRETENDE DENUNCIAR IMPACTOS DE BELO MONTE (09.08.2010)	Joelma Viana	
CONSELHEIROS DO FUNDO DE PENSÃO DA PETROBRAS VOTARAM CONTRA CONSTRUÇÃO	Joelma Viana	

DE BELO MONTE (10.09.2010)		
REUNIÃO SOBRE BELO MONTE CAUSA DESCONTENTAMENTO DE MOVIMENTOS (22.09.2010)	Joelma Viana	Antônia Melo, moradora de Altamira e uma das lideranças do Movimento Xingu Vivo Para Sempre
ESTUDO PRETENDE ESCLARECER IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (21.10.2010)	Vilson Reis, de Belém, PA.	Procurador da República, Felício Pontes
BNDS ANALISA PEDIDO DE FINANCIAMENTO PARA HIDRELETRIA DE BELO MONTE (10.11.2010)	Joelma Viana	
ENTIDADES DENUNCIAM OBRAS DE BELO MONTE A OEA (11.11.2010)	Joelma Viana	
IBAMA DÁ PARECER CONTRÁRIO A INSTALAÇÃO DA USINA DE BELO MONTE (16.11.2010)	Joelma Viana	
BNDS LIBERA RECURSO PARA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA NO PARÁ (22.12.2010)	Joelma Viana	
RELATÓRIO MOSTRA PREJUÍZOS PARA INVESTIDORES DE BELO MONTE (23.12.2010)	Joelma Viana	

Fonte: Elaborado pela autora

A primeira matéria veiculada no JAN em 2010 aparece depois de 40 dias da última que foi ao ar, a do dia 11 de dezembro de 2009. No entanto, em 2010, a RNA

entra com toda força na cobertura do que acontece na obra da Hidrelétrica de Belo Monte. Foram 34 manchetes referentes ao assunto. Enquanto no ano de 2009 foram registradas apenas 13 e, em 2008, oito registros.

A manchete do dia 19 de janeiro de 2010 foi: LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE DEVE SAIR EM FEVEREIRO. Após anunciar a manchete, a apresentadora chama a repórter da Rádio Nazaré, Elivane Barbosa, para falar sobre os detalhes:

Elivane: O anúncio foi feito nesta segunda-feira pelo ministro do meio ambiente Carlos Minc. Depois de intensa negociação, a usina de Belo Monte terá a licença liberada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, IBAMA. A obra do Governo Federal, que faz parte do programa de Aceleração do Crescimento, PAC, aguarda desde outubro do ano passado, a licença para o início das obras. O ministro de minas e energia, Edison Lobão criticou o atraso e chegou a dizer que estava mendigando a licença para o IBAMA. A usina de Belo Monte, que será construída no rio Xingú, tem gerado indignação dos Movimentos Sociais que afirmam que não trará nenhum benefício às comunidades próximas da usina. A Comissão de Justiça e Paz, no final do ano passado, promoveu uma caminhada pela paz, na qual vários manifestos contrários a Usina foram citados. Para dom Erwin, bispo do Xingu e presidente do Conselho Missionário Indigenista Missionário, CIMI, a hidrelétrica deve ser um preocupação nacional.

Dom Erwin: Belo Monte não é só um problema do Xingu, mas do Brasil inteiro, pois está passando mentira de que o Brasil tá precisando de energia e quem está precisando de energia são as mineradoras. Belo Monte nunca foi idealizado para colocar luz na casa do pessoal, não! É para satisfazer as grandes mineradoras. É feito para isso.

Elivane: Belo Monte tem a capacidade para gerar mais de onze mil megawatts de energia elétrica segundo o ministro de minas e a será terceira maior usina hidrelétrica do mundo ficando atrás apenas da chinesa Três Gargantas, que tem a capacidade de gerar 22.400 watts, e de Itaipu, que fica na fronteira entre o Brasil e Paraguai que tem capacidade para 14 mil megawatts. Elivane Barbosa da Rádio Nazaré de Belém do Pará para a Rede de Notícias da Amazônia. 19/01/2010.

Os formadores de opinião têm uma responsabilidade moral de explicitarem as mais variadas visões de mundo e de sistemas que buscam soluções para os diversos conflitos humanos. Diante do caos cada vez mais visível na contemporaneidade em relação ao meio ambiente, há a necessidade urgente de se reorganizar um trabalho científico para difundir tal variedade de visões, sejam elas comprometidas com projetos políticos, privados ou de interesse público. Enrique Leff “[...] tem estimulado como poucos a reflexão inter e transdisciplinar sobre a especificidade e os pré-requisitos de viabilidade de uma nova concepção de racionalidade na esfera do planejamento e da gestão – que ele passou a denominar *racionalidade ambiental*” (VIEIRA, 2002, p. 11).

O dia 2 de fevereiro de 2010 teve a manchete: MOVIMENTO REALIZA PROTESTO CONTRA LIBERAÇÃO DA LICENÇA DE BELO MONTE.

Joelma: O Ibama concedeu na tarde de ontem, em Brasília, a licença prévia para a usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu.

O documento, assinado ontem pelo presidente do Instituto, Roberto Messias Franco, lista 40 condicionantes que terão de ser cumpridas para que o empreendedor receba autorização para as obras.

O Ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, disse que, junto com o combate ao desmatamento na Amazônia, o licenciamento ambiental de Belo Monte era um dos grandes desafios de sua gestão.

Segundo Minc, a licença prevê investimentos da ordem de 1 bilhão e 500 milhões de reais em investimentos para mitigar os impactos ambientais e sociais da chegada do contingente que irá trabalhar na construção da usina. Ele destaca parte das medidas a serem tomadas pelas empresas que executarão a obra.

A construção da barragem, prevista desde a década de 1970, é alvo de críticas de comunidades tradicionais, lideranças indígenas e organizações ambientalistas.

Os indígenas caiapós prometem enfrentar quem chegar para prejudicar a região do Xingu, área sagrada para eles. Também as organizações populares do Movimento Xingu Vivo prometem enfrentar as empresas construtoras. Os conflitos podem ser graves se a Eletronorte insistir em construir a usina Belo Monte.

Até agora, três das maiores empreiteiras do país demonstraram interesse em construir Belo Monte: Camargo Corrêa, Odebrecht e Andrade Gutierrez.

A licença prévia é a primeira das três licenças que fazem parte do processo de licenciamento ambiental. Se cumpridas as condicionantes, a próxima etapa é a licença de operação, que autoriza o início das obras. A última, a de operação, autoriza o funcionamento do empreendimento.

O movimento Xingu Vivo para sempre está se mobilizando, e vai continuar denunciando os impactos da obra. Antonia Melo, membro do movimento disse que na quinta-feira, será realizado um ato público.

Os atos vão acontecer em Altamira, Santarém, Itaituba e Belém (JAN 02/02/2010).

O protesto evidencia a luta entre dois polos: um em defesa do meio ambiente e dos moradores e outro na defesa de um projeto que tem grandes impactos para o meio ambiente e os moradores. A questão está em refletir acerca do mundo que queremos. Vieira aponta para o ideal que Leff persegue, o da ressignificação crítica do mundo atual. Além da ressignificação, há a crítica sobre a apropriação indevida do desenvolvimento do saber ambiental, seja nos espaços acadêmicos, seja nos institucionais, ou ainda na sociedade civil e movimentos ambientalistas (VIEIRA, 2002, p. 13).

Leff parte da indagação sobre o que é ambiente, sobre como aprendemos o ambiente e em que princípios se fundam um saber e uma racionalidade ambiental (LEFF, 2002, p. 17). Importante compreender como a mídia conhece o ambiente. É por isso que Leff defende uma epistemologia ambiental, que

[...] mais que um projeto com a finalidade de aprender um objeto de conhecimento, é um trajeto para chegar a saber o que é o ambiente, esse estranho objeto do desejo de saber que emerge do campo de externalidade e de extermínio para o qual foi enviado, expulso do logocentrismo e do círculo de racionalidade das ciências. O ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscreveram nas formas dominantes de conhecimento (LEFF, 2002, p. 17).

A afirmação de Leff faz refletir acerca do senso comum produzido sobre o meio ambiente e como este está enraizado na mídia. Os recentes desastres naturais com enxurradas e deslizamentos, a falta d'água em São Paulo são, infelizmente, as consequências de não se ter dado o valor à temática ambiental, ou seja, à epistemologia ambiental. Conforme Leff, “a problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu nas últimas décadas do século XX como uma *crise de civilização*, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes” (2002, p. 59).

A manchete do dia 5 de fevereiro de 2010 menciona: MOVIMENTOS REALIZAM MANIFESTAÇÃO CONTRA A DECISÃO DO IBAMA. A apresentação da notícia é entremeada por detalhes transmitidos por Raik Pereira, repórter da Rádio Rural de Santarém, Pará:

A manifestação foi realizada em Altamira, Itaituba e Belém. Hoje à tarde, representantes do Movimento das Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade (MMTA-CC), do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC), da Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH) e da Prelazia do Xingu vão entregar ao Ministério Público Federal (MPF) pedido de atuação da instituição contra irregularidades na licença expedida esta semana pelo Ibama que autoriza o início das obras da hidrelétrica de Belo Monte.

O ato dos movimentos sociais também foi uma demonstração de apoio ao MPF na polêmica criada na última quarta-feira pela Advocacia-Geral da União, que criticou o trabalho dos procuradores da República contra irregularidades em projetos hidrelétricos no norte do país.

Também em apoio ao MPF, os movimentos sociais solicitaram à Justiça Federal que sejam incluídos como coautores dos processos judiciais que a Procuradoria da República no Pará move no caso Belo Monte (Raik Pereira, da Rádio Rural de Santarém PA para JAN 05/02/2010).

O embate referido entre os dois polos evidencia uma luta pelo saber ambiental e pela defesa do meio ambiente, que traz toda a trajetória epistemológica ambiental. Ou seja, se trata de um debate acerca do conhecimento, tanto teórico como dos saberes práticos, acelerados com o surgimento da ciência moderna e da

institucionalização da racionalidade econômica (LEF, 2002, p. 21). Em outra obra, o autor defende que, hoje,

a análise do diálogo de saberes não se limita a distinguir seus diferentes modos de apreensão do real e seus possíveis paralelismos e complementaridades. A apropriação econômica do saber converteu-se no meio para controlar e monopolizar o acesso à natureza como fonte de riqueza. O manejo do poder depende do poder econômico e tecnológico (2001, p. 275-276).

O dia 8 de fevereiro de 2010 teve por manchete: NA ENTEVISTA DE HOJE: LIDERANÇA DA REGIÃO DO XINGU, DIZ QUE PROJETO DE BELO MONTE É UMA MENTIRA DO GOVERNO FEDERAL E DIZ QUE MOVIMENTOS VÃO INTENSIFICAR OS PROTESTOS. Acompanhe a entrevista de Raik Pereira.

Raik: O IBAMA liberou na semana passada a licença ambiental da hidrelétrica de Belo Monte. A notícia não agradou os movimentos sociais que prometem intensificar as ações contra o empreendimento e, na entrevista de hoje, eu conversei com a Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo para sempre. Antônia Melo seja bem-vinda aqui ao nosso Amazônia é Notícia. Conta pra gente, quais as ações a serem feitas a partir de agora pelos movimentos?

Antônia Melo: Nós, por todos esses anos do Governo Lula, não tivemos sossego na vida, a vontade desse governo é construir esse projeto navajo. Agora mais do que nunca intensificamos mais as ações conjuntamente com os indígenas, por nossas ações quase sempre conjuntas com os Povos Indígenas do Xingu, Mato Grosso e Pará e, nós agora vamos intensificar muito mais, no sentido de que, nós estamos fazendo também articulação para junto ao Judiciário que tem mais de sete ações penetradas pelo MPF. Estamos cobrando daqui para frente mais empenho da Justiça nesse Estado, porque até agora deu de entender que está condicente com esses crimes. Porque não tem se manifestado. Se ela não estivesse conivente ela tem que mostrar que vai julgar esses processos. Estamos também entrando com várias entidades, dos Direitos Humanos, a Plataforma dos Direitos do Ise e outras entidades dando entrada essa semana ainda com ações ... na ONU e medidas cautelares que o Ise está dando entrada com a máxima urgência e vamos continuar chamando o pessoal da Volta Grande do Xingu, fortalecendo as comunidades.

Raik: Como você vê o projeto atual?

Antônia Melo: O projeto Belo Monte foi construído recheado com grandes mentiras. A primeira mentira que a gente avalia, é que eles maquiaram o projeto passado que era do complexo, deram uma maquiagem tornaram agora Belo Monte apenas uma barragem que vai alargar apenas 518 km² e que vai ter o mínimo de impacto, enfim, que vai ser uma grande maravilha que eles dizem! Essa é uma grande mentira, Belo Monte tá maquiada e se construir Belo Monte vai ser a primeira barragem e não apenas 518 km², ela vai alargar, vai ter um impacto muito forte, mil e cem quilômetros (1.100 km²). Isso eles não dizem, eles escondem a verdade! A outra grande mentira é que eles dizem, essa barragem para ser instalada 11 mil kilowatt. Hora, todo mundo sabe que isso vai acontecer por causa da vazão do rio, pois o rio baixa no verão em seis meses e seria apenas 4.700 kilowatt de energia.

Raik: Você falou anteriormente em uma mentira e qual a outra?

Antônia: A outra grande mentira é que eles dizem que esse Governo não vai deixar que as comunidades, que as pessoas não recebam indenizações, que não tragam esse projeto esse investimento para a região, por isso, eles estão mexendo no tesouro, mexem no Fundo de Garantia dos funcionários do Banco do Brasil, da Caixa, um bilhão e meio de recursos para os investimentos do crescimento da região, como saneamento, água, escola, saúde, moradia, hora, isso é uma grande mentira! Até porque o Governo deve muito saber que saneamento, saúde, moradia e educação são políticas públicas de competência do estado que o cidadão tem direito de ter esse atendimento no dia a dia. Esse Governo tem que deixar de ser covarde, [...], faça o atendimento conforme o direito do povo e esse um bilhão e meio não já mais serão entregues na mão de empreendedores, esses consórcios [...]. São ditadores, esse dinheiro jamais vai cair nas mãos de benefícios de pessoas atingidas na região. São mais de 30 mil pessoas atingidas, eles mentem dizendo que são apenas duas mil pessoas e que é vinte mil. São colonos perdendo suas terras, os índios que ficam com seu rio seco, ribeirinhos, pessoas nas cidades alagadas... enfim, uma parte da cidade será inundada, são mais de 20 mil pessoas no centro da cidade. Esse projeto foi construído com mentira.

Raik: O leilão da obra foi divulgado pelo Ministério de Minas e Energia para o mês de abril, mas até agora a publicação da licença não foi feita no Diário Oficial. Na entrevista de hoje eu conversei com a Antônia Melo do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Raik Pereira, da Rádio Rural de Santarém, Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 08/02/2010.

Cada parte reivindica para si o domínio do saber ambiental. Leff defende que o saber ambiental vai alimentando a construção de uma nova racionalidade social. “O saber ambiental é construído no encontro de racionalidades e identidades, marcado pela abertura do saber à diversidade, à diferença e à outridade, questionando a historicidade da verdade e abrindo o campo do conhecimento para a utopia [...]” (LEFF, 2002, p. 19). Deter o poder do saber, do conhecimento e da informação é fundamental nesse embate. É o poder simbólico ao qual Bourdieu se dedica. O poder pode ser visto em toda a parte, defende Bourdieu (2010), em todos os campos. Porém, é preciso

[...] saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde ele é mais completamente ignorado, portanto, reconhecido: o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem (BOURDIEU, 2010, p. 8).

Manchete do dia 10 de fevereiro de 2010: INDÍGENAS PROMETEM IR A BRASÍLIA PEDIR REVOGAÇÃO DE DECRETO. Raik Pereira repassa as informações:

Raik: Desde o dia quatro de fevereiro cerca de 250 indígenas da região do Xingu ocupam a sede da Funai e o campus da UFPA, em Altamira. A ocupação é por tempo indeterminado. A manifestação é contra o decreto

que extinguiu a administração executiva regional de Altamira. Além disso, todos os funcionários do órgão em Altamira foram demitidos. Com o decreto, haverá somente três administrações indígenas do Estado, uma em Marabá, uma em Belém e outra em Santarém. Desta forma, as comunidades indígenas de Altamira ficarão subordinadas à administração de Santarém. Luiz Xipaia, cacique do povo Xipaia e do COI, Conselho Indígena de Altamira diz que o objetivo da manifestação é tentar a revogação do decreto.

Luiz: Então, nós viemos em virtude da demora do presidente da Funai de Brasília em nos responder pela solução por essa situação, nós tomamos o prédio da Funai, ocupamos também o prédio da UFPA com o objetivo de fazer um protesto passivo, reivindicando a seguinte pauta: Queremos a revogação da extinção da nova administração, queremos ter autonomia no gerenciamento das ações para as populações indígenas e isso, nós não vamos abrir mão, pois Brasília, na hora da publicação do decreto quer transformar a administração regional de Altamira em coordenação técnica, que vai ficar subordinada a outra instância de administração longe do nosso município.

Raik: Luiz Xipaia destaca ainda que a transferência para Altamira vai trazer muitos transtornos.

Luiz: Com a mudança de administração para a coordenação, são diferentes ações. Por exemplo, a administração ela trabalha diretamente com os povos indígenas, direto com Brasília. Com a coordenação Técnica, já muda essa programação; vai depender da demanda das aldeias porque ele não tem chefe de posto nas aldeias, a equipe de Altamira vai ter que fazer viagem nas aldeias, voltar para Altamira, fazer relatórios, encaminhar para a administração em Santarém e daí poder enviar para Brasília; isso torna mais difícil a nossa situação em Altamira; então, para nós isso não é viável. Primeiro, eles tem que levar em consideração que nós temos nove povos indígenas em Altamira, com nove etnias diferentes, nós temos seis milhões de hectares de terra para preservar, nós temos três troncos linguísticos em Altamira e isso não está sendo levado em conta. Por isso estamos querendo que a nova administração tenha poder de administrar o recurso que vem para essa região.

Raik: No município de Altamira vivem indígenas das etnias Arara, Xipaya, Kuruaya, Xicri do Bacajá, Caiapó, Karaokê Asurini do Xingu Pará, Parakanã e Juruna. O presidente da Funai, Márcio Meyra afirmou em entrevista que não há motivo para protesto dos indígenas.

Márcio: Pelo contrário, nós vamos melhorar a qualidade do atendimento dos indígenas lá. Porque a maioria da população indígena assistida por Altamira é de indígenas de contato recente, então nós estamos criando uma estrutura que a Funai tem, especializada nesse tipo de atenção a esse recente contato, estão as frentes de proteção ambientais.

Raik: Os indígenas enviaram uma carta ao presidente da Funai e ao presidente Lula, onde afirmam que não vão sair do prédio até que o governo revogue a extinção da administração e garanta que vai continuar com a administração regional em Altamira. Eles exigem ainda que a administração seja fortalecida sendo salvaguardada a participação indígena na gestão para dar conta de resolver as demandas atuais e as que poderão vir a surgir com a possível construção da usina de Belo Monte em Altamira. Ainda essa semana, uma comitiva formada por 16 lideranças indígenas da região de Altamira e entorno, está indo a Brasília discutir com representantes da Funai. Raik Pereira, da Rádio Rural de Santarém, no Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 10/02/2010.

Os símbolos são os instrumentos da integração social, instrumentos de conhecimento e de comunicação que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui para a reprodução da ordem social. (BOURDIEU,

2010, p. 10). Essas relações de comunicação, segundo o autor, são relações de poder que dependem do material ou simbólico. As classes sociais, por sua vez, estão envolvidas na luta simbólica para imporem a definição de mundo social conforme os seus interesses (idem, p. 11). Pode-se dizer que estão na luta para impor o seu saber.

O dia 19 de fevereiro de 2010 teve por manchete: COMISSÃO DE INDÍGENAS VAI A BRASÍLIA SE REUNIR COM PRESIDENTE DA FUNAI. No terceiro bloco do JAN, a apresentadora repete a manchete e acrescenta “continua a ocupação da sede da Funai no município de Altamira”, mais detalhes com Raik Pereira.

Raik: Desde o dia 4 de fevereiro cerca 300 índios de nove etnias e 18 aldeias do município de Altamira ocupam a sede da Fundação Nacional do Índio, localizada no campus da UFPA, Universidade Federal do Pará. A ocupação é um protesto contra o decreto do Governo Federal que fechou a sede da fundação no município e a transferência da jurisdição da Funai para Santarém. O que, segundo os índios, tiraria a autonomia dos povos da região. Hoje, dois representantes da Funai, Fundação Nacional do Índio, foram ao município para realizar negociações. Mas, segundo Luiz Xipaia, um dos responsáveis pelo movimento, a ocupação continua até que a comissão retorne de Brasília.

Luiz: Em assembleia foi decidido pelos povos indígenas que a ocupação permanece, então, nós vamos à Brasília numa comissão de 16 lideranças indígenas para conversarmos em uma reunião com o presidente da Funai e assim colocar nossas propostas e nossas reivindicações e, após o nosso retorno à Altamira, com tudo resolvido, é que nós vamos fazer a desocupação do prédio da Funai e da UFPA.

Raik: A viagem da comitiva para a capital Federal está marcada para amanhã, Luiz Xipaia disse que a ocupação é pacífica e não atrapalha as aulas dos alunos do campus da UFPA.

Luiz: Nós tivemos uma reunião aqui com o diretor da UFPA e ele nos reafirmou que a posição dele com o reitor em Belém é que permaneça. Eles não têm nenhum interesse de entrar com uma ação de reintegração de posse, então, eles nos apoiam também, inclusive doando alimentação para nosso povo, não estão se sentindo prejudicados com a paralisação aqui da aula, [...].

Raik: O líder indígena destacou ainda o presidente da Funai, Márcio Meira, enviou uma carta aos indígenas da ocupação destacando que nenhum pedido de reintegração de posse será feito, até que seja realizada a reunião.

Raik Pereira, da Rádio Rural de Santarém, no Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 19/02/2010.

As estratégias conceituais para que sejam gerados os instrumentos teóricos e práticos para uma gestão ambiental racional não podem surgir dos paradigmas econômicos. Na verdade, várias disciplinas estão sendo levadas a pensar a problemática ambiental:

Daí a importância de analisar os efeitos de emergência da questão ambiental sobre a produção de conhecimentos e o processo de internalização do *saber ambiental emergente* dentro de diferentes paradigmas científicos, bem como de elaborar bases conceituais que permitam pensar a articulação de processos socioambientais para construir outra racionalidade produtiva (LEFF, 2002, p. 62).

Infelizmente, a produção científica não está isenta totalmente, mas pode também estar sujeita a condições ideológicas, seja porque o próprio cientista é um sujeito ideológico, “mas porque suas práticas de produção de conhecimento estão estritamente vinculadas com as ideologias teóricas e plasmadas no tecido do saber do qual emergem as ciências [...]” (LEFF, 2002, p. 66-67).

Nessa articulação das ciências e da transdisciplinaridade, os meios de comunicação possuem grande relevância porque divulgam os resultados científicos. Tal divulgação pressupõe um poder.

No dia 9 de março de 2010 a manchete foi: **BISPO REPUDIA DECISÃO DA OAB-PARÁ EM APOIAR HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE.**

Vilson: O bispo dom Erwin Kräutler, da Prelazia do Xingu, manifestou-se decepcionado com a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará.

Em entrevista disse que ele e várias outras pessoas agraciadas com o Prêmio de Direitos Humanos “José Carlos Castro” já cogitaram em devolver a distinção à OAB-PA. E só não o fizeram por achar que isso seria injusto com as administrações anteriores.

Para dom Erwin, a OAB, nessa questão de Belo Monte, “abdicou a todo o espírito crítico e de transparência que sempre pautaram a instituição. Na realidade, o impacto social que Belo Monte causará seria o campo específico em que advogados deveriam agir. No entanto, ao aprovar Belo Monte, a OAB-PA toma partido e perde a legitimidade de se tornar a porta voz dos povos atingidos, fazendo coro com aqueles que querem o pseudodesenvolvimento a qualquer custo”.

No dia 5 de fevereiro passado, defensores dos direitos humanos reconhecidos nacional e internacionalmente, assinaram uma nota de repúdio contra a decisão da OAB, entre as pessoas Antônia Melo da Silva do Movimento Xingu Vivo para Sempre, o Cacique Dada Borari, a Congregação de Notre Dame (pela Irmã Dorothy), o padre Edilberto Sena, dom Erwin Krautler e Frei Henri Burin des Roziers. (Vilson Reis, da Rádio Nazaré, de Belém, Pará, 09/03/2010.)

No dia 1 de abril de 2010: **CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE É DENUNCIADA À ONU.**

Vilson: Movimentos e organizações sociais e de direitos humanos encaminharam à ONU, nesta quinta-feira, primeiro de abril, um documento sobre as ilegalidades e arbitrariedades no processo de licenciamento da

usina hidrelétrica de Belo Monte.

Assinado por mais de 100 entidades, em representação de mais de 40 comunidades em 11 municípios, o documento denuncia as iminentes violações de direitos humanos que a hidrelétrica acarretará, a pressão política exercida para que as graves falhas do projeto fossem ignoradas, bem como as ameaças e intimidações sofridas por aqueles que questionam as irregularidades do licenciamento.

De acordo com o projeto do governo, a usina hidrelétrica de Belo Monte será construída na região amazônica, próximo ao município de Altamira, no Pará.

A obra terá dimensão semelhante à construção do Canal do Panamá e formará dois reservatórios de 516 quilômetros quadrados que vão impactar toda a região da bacia do rio Xingu, uma área que abarca 30 Terras Indígenas legalmente constituídas, além de quatro reservas extrativistas e oito unidades de conservação ambiental.

No dia 1º de fevereiro de 2010, o IBAMA concedeu a licença prévia para a construção da usina.

O documento, enviado hoje à ONU, denuncia irregularidades que foram ignoradas pela diretoria do IBAMA, como a falta de consulta prévia às comunidades atingidas e as fragilidades dos Estudos de Impacto Ambiental do empreendimento.

A pressão política para que a obra seja autorizada independente das irregularidades no projeto ficou evidente.

Apenas dois dias antes da concessão da licença prévia, a equipe técnica do próprio IBAMA havia assinado uma nota em que afirmava expressamente que “não há elementos suficientes para atestar a viabilidade ambiental do projeto”. Dois dias depois, a Advocacia Geral da União ameaçou processar procuradores federais do Pará que questionassem a licença na Justiça, em uma atitude considerada arbitrária e intimidadora pela cúpula do Ministério Público Federal.

O documento foi encaminhado para as seguintes relatorias da ONU: direitos dos povos indígenas, direito à moradia, direito à alimentação, direito à saúde física e mental, defensores de direitos humanos, pessoas desalojadas, independência de magistrados e advogados.

As organizações signatárias da denúncia pedem que a ONU solicite informações ao governo brasileiro sobre o empreendimento, que os Relatores da ONU realizem uma visita *in loco* ao Pará, e que o Brasil reconsidere a construção da usina. (Wilson Reis, para o JAN, 01/04/2010.)

Esta denúncia perante a ONU evidencia que o saber ambiental não está sendo levado em consideração, mas atropelado pelas manobras políticas. Na questão ambiental, Leff enfatiza que “[...] o saber ambiental transforma o conhecimento para construir uma nova ordem social; [...] está comprometido com a utopia, por meio de novas formas de posicionamento dos sujeitos da história ante o conhecimento” (2002, p. 188).

A complexidade ambiental leva a um processo de desconstrução e reconstrução do pensamento. “A construção de uma racionalidade ambiental constitui uma estratégia conceitual nos domínios do poder no saber [...]” (LEFF, 2002, p. 207). Reflete que “a complexidade ambiental abre o caminho infinito no qual se inscreve o ser num devir complexificante. Um ser sendo, pensando e atuando no mundo” (p. 222).

No entanto, para essa nova construção,

princípios e valores ambientais estão sendo sistematizados por conceitos e teorias que os articulam com as bases materiais de uma nova racionalidade produtiva, [...] através de instrumentos técnicos, normas jurídicas, políticas científicas, movimentos sociais e estratégias políticas que constituem uma racionalidade ambiental (LEFF, 2001, p. 95).

O dia 5 de abril de 2010 teve por manchete: RELATÓRIO DENUNCIA VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS NO LICENCIAMENTO DA USINA DE BELO MONTE. Logo após os anúncios das manchetes principais, a apresentadora Francimar entra com a nota sem citar a fonte:

Francimar: Os relatores do Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Plataforma Dhesca Brasil), Marijane Lisboa e Guilherme Zagallo, participarão, na próxima quarta-feira, dia 7 de abril, em Brasília, do lançamento do relatório da Missão Xingu: Violações de Direitos Humanos e Impactos Socioambientais e no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Serão debatidos os impactos sociais, ambientais e econômicos da implantação das Usinas Hidrelétricas Belo Monte, no estado do Pará, e de Estreito, no estado do Maranhão. Cinco ministros foram convidados para a reunião (entre eles Edison Lobão – MME, e Carlos Minc – MMA) e já está confirmada a presença dos relatores, de representantes do MAB (Movimento de Atingidos por Barragens) e da Subprocuradoria Geral da República.

Em 2009, a Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente recebeu inúmeras denúncias e inúmeros pedidos de acompanhamento do processo de licenciamento da Usina de Belo Monte.

Segundo a relatora Marijane Lisboa: “Foram muitas as violações observadas, mas a mais grave delas é certamente a violação do direito constitucional que garante a realização de consultas Indígenas. Os 24 grupos étnicos da Bacia do Xingu não foram ouvidos durante o licenciamento e, apesar disso, a FUNAI atestou a viabilidade da usina hidrelétrica”.

As Oitavas Indígenas, obrigatórias pela legislação brasileira e pela Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil em 2002, garante aos indígenas o direito de serem informados de maneira objetiva sobre os impactos da obra e de terem sua opinião respeitada. (Nota JAN 05/04/2010).

A nota caracteriza bem os objetivos traçados pela RNA, que em seu princípio toma o meio ambiente como meta a ser executada em seus programas JAN e Caminhos da Amazônia. Com isso, podemos destacar que o jornalismo ambiental se reproduz no campo político, mas, também, no econômico, que ambos se entrelaçam. Detentor dos enunciados, da palavra, da condução do discurso, está com o poder de fazer crer, de consagrar a sua posição/ideologia. No entanto, com esse poder, há que se direcionar ao saber ambiental racional. O jornalismo

ambiental faz parte da construção do saber ambiental, restando saber o lado que assumirá.

O jornalismo ambiental, comprometido com o campo político, econômico, social (ou melhor, racional), possui o poder invisível que é o simbólico. Ele deve olhar o acontecimento por todos os lados, com premissas éticas, descrevendo os acontecimentos e, desta forma, escrevendo a história do tempo presente. Isso significa uma postura de imparcialidade, o que é difícil, visto que o jornalista é um ser, e como tal, tem suas ideologias.

No dia 6 de abril de 2010 a manchete foi: **INDÍGENAS PREPARAM SEMANA DE MANIFESTAÇÕES CONTRA BELO MONTE.**

Começa nesta quarta-feira (7) a semana de manifestações alertando para a violação dos direitos humanos durante o processo de licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

Os indígenas pretendem realizar diversos atos em Brasília contra a construção do megaempreendimento previsto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo Federal.

Na região do Xingu, onde vivem os povos indígenas que serão impactados com a construção do projeto, as manifestações foram canceladas com o objetivo de fortalecer as reivindicações que acontecerão em Brasília.

Os indígenas preparam uma grande mobilização, com data a ser confirmada, para a região do Xingu depois das manifestações em Brasília e antes do leilão da usina, marcado para o dia 20.

A primeira atividade será o lançamento do relatório "Missão Xingu: impactos socioambientais e violação dos direitos humanos ao licenciamento da Hidrelétrica de Belo Monte", dos relatores da Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca), a professora Marijane Lisboa (PUC/SP) e o advogado Guilherme Zagallo.

O Movimento Xingu Vivo Para Sempre, que reúne mais de 150 organizações, entregou no dia 1º de abril às Nações Unidas uma denúncia de que as falhas no processo de licenciamento estariam sendo ignoradas pelo governo brasileiro e que ativistas e religiosos contrários ao projeto estariam sofrendo ameaças de morte, intimidações e difamação. Até o dia 12, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) programou diversas manifestações em Brasília e pretende reunir povos tradicionais da Amazônia contrários ao empreendimento. (Nota, JAN, 06/04/2010).

A edição do dia 7 de abril de 2010 tem como manchete: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PEDE ANULAÇÃO DA LICENÇA DE BELO MONTE.** A notícia que segue menciona que:

O Ministério Público Federal vai ajuizar amanhã, dia oito, ação civil pública na Justiça Federal de Altamira, pedindo a anulação da licença prévia da usina hidrelétrica de Belo Monte, concedida pelo Ibama.

Os procuradores da República que analisaram o empreendimento apontam afronta à Constituição, às leis ambientais e às resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente como estando entre os oito problemas encontrados no licenciamento até agora.

O Ministério também quer o cancelamento do leilão marcado para o próximo dia 20, porque o governo desobedeceu uma das exigências do Conama para licitação de usinas hidrelétricas.

O projeto só pode ir a leilão depois que for emitida licença de instalação, nunca apenas com licença prévia. É o que diz a resolução nº 06/1987, claramente desobedecida pela urgência de vender Belo Monte ainda em 2010.

Os pedidos para a Justiça incluem também uma proibição para o Ibama, para que qualquer nova licença só seja concedida se corrigidos todos os vícios e todas as dúvidas apontados no processo de licenciamento.

O MPF irá, ainda, notificar oito pessoas jurídicas potencialmente interessadas no empreendimento a respeito dos termos da ação, para que evitem cooperar com os danos e as ilegalidades descritos, porque podem ser considerados corresponsáveis. Entre os notificados, o BNDES e as três maiores empreiteiras do país.

O MPF descobriu, analisando o material do Ibama, que os próprios técnicos do governo deixaram claro, em vários documentos, seu desconforto com a falta de dados científicos que garantissem a segurança ambiental do projeto.

A pressa em conceder a licença atropelou não somente ritos legais e princípios democráticos, mas atentou contra o postulado da precaução, essencial para evitar desastres ambientais. (Nota, JAN, 07/04/2010).

No dia 9 de abril e 2010: MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE ANULAÇÃO DA LICENÇA DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. A apresentadora chama Vilson Reis para repassar as informações.

Vilson: Procuradores do Ministério Público Federal ingressaram nesta quinta-feira, com duas ações civis públicas na Justiça Federal em Altamira, sudeste paraense, pedindo a anulação da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, interior do Pará. De acordo com o órgão, os documentos apontam pelo menos oito irregularidades no licenciamento da obra, suficiente para cancelar o leilão e a licença prévia concedida pelo Ibama. As duas ações serão analisadas pelo juiz federal Antônio Carlos de Almeida Campelo da vara de Altamira. Não existe prazo para o julgamento, mas como o órgão fez pedidos liminares urgentes pode haver decisão antes do leilão que a ANEL marcou para o próximo dia 20 desse mês. O juiz poderá, ainda, ouvir os réus no prazo de 72 horas, além de apresentar a ação à Justiça. O Ministério Público irá notificar oito pessoas juristas potencialmente interessadas no empreendimento e que poderão ser consideradas corresponsáveis pelos danos provocados pelo empreendimento. Na lista estão o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES e as construtoras Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht. (Vilson Reis, da Rádio Nazaré, de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 09/04/2010).

Tanto a manchete, quanto a informação dada pelo repórter, reforça o que Bueno (2007) esclarece sobre as funções do jornalismo ambiental, que o mesmo desempenha inúmeras funções, sendo que três são destacadas como básicas: a função informativa, a função pedagógica e a função política.

No dia 15 de abril de 2010 a manchete intitulava: JUSTIÇA SUSPENDE LEILÃO E LICENÇA DE BELO MONTE. A apresentadora inicia dizendo que: “essa manchete é uma sequência visível da batalha judicial contra Belo Monte”. Após, anuncia como destaque a declaração de Felício Pontes.¹⁰¹

A Justiça Federal determinou a suspensão da licença prévia da hidrelétrica de Belo Monte e o cancelamento do leilão marcado para a próxima terça, dia 20 de abril.

O juiz Antonio Carlos de Almeida Campelo concedeu medida liminar (urgente) por ver “perigo de dano irreparável”, com a iminência da licitação. A decisão é fruto da apreciação de uma das duas ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público Federal tratando das irregularidades do empreendimento.

Trata, especificamente, da falta de regulamentação do artigo 176 da Constituição Federal, que exige edição de lei ordinária para o aproveitamento de potencial hidráulico em terras indígenas.

Além de suspender a licença prévia e cancelar o leilão, o juiz concordou com as outras medidas solicitadas pelo MPF: que o Ibama se abstenha de emitir nova licença, que a Aneel se abstenha de fazer novo edital e que sejam notificados o BNDES e as empresas Norberto Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Vale do Rio Doce, J Malucelli Seguradora, Fator Seguradora e a UBF Seguros.

A notificação, diz o juiz, é “para que tomem ciência de que, enquanto não for julgado o mérito da presente demanda, poderão responder por crime ambiental”.

As empresas também ficam sujeitas à mesma multa arbitrada contra a Aneel e o Ibama em caso de descumprimento da decisão: 1 milhão de reais, a ser revertido para os povos indígenas afetados.

O MPF aguarda ainda julgamento de outro processo, também da semana passada, em que questiona irregularidades ambientais na licença concedida a Belo Monte. (Nota JAN 15/04/2010).

Na edição do dia 20 de abril de 2010, ocorreram duas manchetes principais e uma nota, todas referentes à questão Belo Monte, tornando-se quase como uma edição especial. A primeira manchete: MOVIMENTOS SOCIAIS REALIZAM MOBILIZAÇÃO EM VÁRIOS ESTADOS CONTRA O LEILÃO DE BELO MONTE. Outra: PROCURADOR DA REPÚBLICA FALA SOBRE ESTRAGOS DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE NO RIO XINGU.

Sobre a primeira manchete, a apresentadora chama para dar os detalhes a repórter Francimar Farias e, em relação à segunda, o repórter Vilson Reis, de Belém do Pará, é quem esclarece.

¹⁰¹ Em entrevista concedida em setembro de 2014, na qual declarou que já tinham 21 ações do MPF contra o empreendimento, uma longa batalha jurídica e que nenhuma apoiava a construção da usina de Belo Monte.

Francimar Farias: Movimentos Sociais e Indígenas estão promovendo por todo o dia de hoje mobilizações contra a usina e o modelo energético em oito estados e no Distrito Federal. Em Altamira, no Pará, indígenas ocupam desde ontem o local onde está sendo planejado o canteiro de obra da usina, o acampamento é por tempo indeterminado. Também, como protesto, agricultores fecharam a transamazônica entre Altamira e Belo Monte. Em conversa com Antônia Martins, do Movimento de Mulheres de Altamira, a reportagem foi informada que essa luta contra a implantação de hidrelétricas na região amazônica é antiga e que a imposição do Governo vai acarretar danos irreparáveis ao meio ambiente e aos povos da Amazônia. Ontem mesmo foi realizada uma vigília em frente à empresa Eletronorte, conforme disse por telefone a líder sindical.

Antonia Martins: Nós começamos com uma vigília em frente a Eletronorte e foi muito bonita por sinal, com bastante mística, espiritualidade, pedindo justamente as bençãos de Deus para que a gente tenha força pra continuar nessa luta [...] O nosso maior patrimônio natural que é o Xingu, mas também a luta pela defesa das pessoas que poderão ser atingidas com esse projeto.

Francimar: Em Belém, o comitê Xingu Vivo para Sempre promoveu ato público. Em Brasília os Movimentos Sociais fizeram uma marcha até o prédio da Aneel. (Francimar Farias na Rádio Rural de Santarém para a Rede de Notícias da Amazônia, 20/04/2010).

Em seguida, a apresentadora narra a seguinte nota:

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1), em Brasília, cassou nesta terça-feira (20) a liminar que impedia o leilão da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.

Assim, por volta das 13h, horário de Brasília, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) realizou o leilão, que durou cerca de dez minutos. Dois consórcios participaram da disputa. O vencedor ainda não foi anunciado.

Cada consórcio fez um aporte de R\$ 190 milhões (1% do investimento total estimado em R\$ 19 bilhões). O vencedor da disputa foi quem ofertou o menor lance, em reais, por Megawatt-hora (R\$/MWh) de energia. O preço-teto foi definido pelo Ministério de Minas e Energia em R\$ 83 por MWh.

Minutos antes do início do leilão, uma terceira liminar da Justiça Federal de Altamira determinou, novamente, a suspensão do certame. O juiz Antonio Carlos Almeida Campelo, o mesmo que havia determinado por duas vezes, a pedido do Ministério Público Federal (MPF), a suspensão do processo licitatório, atendeu pedido formulado em ação civil pública ajuizada pela Amigos da Terra – Amazônia Brasileira e pela Associação de Defesa Etnoambiental – Kanindé.

O juiz entendeu que o artigo 225 da Constituição Federal exige estudo prévio de impacto ambiental para instalação de obra potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, como é o caso de Belo Monte.

Por conta desta liminar, segundo a Advocacia Geral da União (AGU), o resultado do leilão não será anunciado. A AGU já recorreu da decisão e diz que espera reverter o resultado ainda nesta terça (nota, JAN, 20/04/2010).

A apresentadora, na sequência, segue tratando da questão Belo Monte, e anuncia a cabeça da matéria: “Após o Leilão de Belo Monte, Procurador da República fala com exclusividade a Rede de Notícias da Amazônia sobre os

estragos e o que está por trás da insistência do Governo em querer construir a Hidrelétrica do Rio Xingu no Pará. Vilson Reis de Belém tem as informações”:

Vilson: O procurador da República, Felício Pontes fala com exclusividade a Rede de Notícias da Amazônia sobre os malefícios causados com a realização do empreendimento de Belo Monte. Doutor Felício Pontes, bem-vindo aqui na Rede de Notícias da Amazônia. Quais os interesses que estavam por trás dessa insistência do governo em querer construir a hidrelétrica de Belo Monte, doutor Felício?

Felício Pontes: Eu só vejo duas possibilidades: Ou é ignorância ou é má fé. Ignorância no sentido seguinte: os engenheiros que tratam de energia no Brasil só conseguem ver energia saindo da queima de petróleo ou saindo de barragem. Isso é um atraso imenso, isso quer dizer que o Brasil não evolui.

Vilson: Por que o senhor classifica como uma questão de ignorância a insistência do Governo em construir a hidrelétrica?

Felício: Eu vejo uma ignorância, quando a gente vê hoje o presidente da Eletrobrás é o mesmo engenheiro que, em 1975, a índia Tuíra colocou o facão no rosto dele, uma cena que correu o mundo inteiro, todo mundo viu e que evitou Belo Monte em 1975, senão, ela já teria sido feita naquele época. E é essa pessoa que hoje é o presidente da Eletrobrás. O que isso quer dizer pra gente? Que não houve uma renovação no quadro dos engenheiros, eles não conseguem ver outra fonte de energia para o Brasil, a não ser a queima de petróleo ou da barragem e isso tem que ser mudado. Nos EUA eles têm investido em energia solar, energia eólica e energia das marés que é a coisa mais nova que se estuda e nós temos tudo isso; eles vão chegar em 2042 com 50% da energia vinda de fontes alternativas. E a gente ainda insiste aqui com quase 90% só vindo de água, só vindo de barragem, então é ignorância ou não conhecem, não evoluíram, não estudaram, não acompanharam o mundo ou é de má-fé.

Vilson: Atitude de má-fé, como o senhor justifica essa afirmação?

Felício: Porque nós estamos envolvidos nessas obras; eu fui Procurador Eleitoral e posso garantir o que estou dizendo, pois nas últimas eleições, o maior volume de recursos, está entre os top 10 dos financiadores da campanha política no Brasil, as construtoras, as empreiteiras. Então, insistir em Belo Monte em pleno ano eleitoral, onde todo mundo, as universidades dizendo que isso não vai dar certo, que a energia que vai ser gerada é muito pouca, não vai chegar a 11 mil megawatt, talvez chegue a 3 mil megawatt, é dinheiro público jogado fora. Na obra mais importante do PAC, nós vamos jogar dinheiro público fora, quando tem gente aqui que não tem moradia, quando as estradas estão sucateadas, [...] você não tem saneamento básico nas principais cidades do Brasil.

Vilson: [...].

Felício: Dom Erwin, o bispo de Xingu, consegue uma audiência com o presidente da República e diz para ele, o senhor tem que ouvir algumas pessoas que estão nesse processo, e entre elas, me convidou, eu estava do outro lado da mesa com o presidente e sua equipe do Ministério das Minas e Energia, e aí eles disseram a mesma coisa, que tinham a absoluta certeza de que a obra era válida, que só eles têm, porque que o resto, todas as universidades que consultamos dizem o contrário disso, mas eles disseram que iam fazer de qualquer forma e eu disse para eles que eles escolheram esse lugar na Amazônia, para fazer essa hidrelétrica, onde tem o movimento mais organizado, é uma coisa incrível, eu participo das discussões desde 2001, quando eu fiz a primeira ação, as reuniões não são feitas em lugares fechados, são feitas em ginásio pelo número de pessoas que participa disso aí. Há uma organização muito forte da sociedade civil. Essas coisas são debatidas nas escolas, há confronto nas ruas com as pessoas que falam a favor de Belo Monte e eu disse para ele: vocês não

estão levando em consideração, de que não é só a mim, a dom Erwin que vocês tem que convencer, vocês tem convencer uma população inteira que tem mobilização social muito forte; se vocês não conseguirem fazer isso, essa população vai para o confronto, que ela vai se juntar com os indígenas que vão ser os maiores impactados, os impactados diretamente por essa obra e vão para o confronto com isso aí e dizer que essa obra vai ser feita de qualquer forma é desconhecer como está organizada o povo da região.

Vilson: Como o senhor avalia a participação da Igreja, da Prelazia de Xingú em relação a esse processo de conscientização?

Felício: A prelazia do Xingu foi de uma importância extrema nessa região. Eu lembro que é um dos escritos nos livros de dom Erwin quando ele chegou lá, a população de Altamira, que era só a população local, não chegava a sete mil habitantes e hoje são quase 100 mil habitantes. A mudança com a chegada da transamazônica foi dobrar, triplicar num período muito curto e a Igreja conseguiu fazer parte desse meio e se tornar tão forte nesse meio e mostrar que é mais forte do que outras Igrejas nessa Região.

Vilson: Muito obrigado doutor Felício Pontes pela sua participação na Rede de Notícias da Amazônia. (Vilson Reis, da Rádio Nazaré de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 20/04/2010).

O discurso do procurador Felício Pontes não muda. Confirmamos isso na entrevista concedida a mim em setembro 2014. O procurador continua defendendo os Povos Tradicionais, pleiteando o reconhecimento da luta da Prelazia do Xingú e dos Movimentos Sociais, mas, principalmente, segue na defesa de dom Erwin e Antônia Melo:

Hoje a população começa a enxergar o que esses dois já anunciavam, das mazelas que iriam acontecer com a região, com as pessoas que lá habitam, bem como a degradação do meio ambiente. Hoje a população enxerga que uma grande obra como é Belo Monte, ela não trouxe para a comunidade local os benefícios, mas foi exatamente, o contrário, o que vem acontecendo. Eram pregados por eles, como profeta naquele deserto. (Declaração de Felício Pontes entrevista concedida para a pesquisadora Antonia Costa da Silva, dia 15/09/2014).

Manchete do dia 26 de abril de 2010: LULA DIZ QUE É “INSANO” NÃO APOSTAR EM BELO MONTE.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu na manhã de hoje ao longo de seu programa de rádio “Café com presidente”, a construção da usina Belo Monte no Pará.

Ele disse que a energia gerada por uma hidrelétrica “ainda é a mais barata” do mercado e que seria “insano” apostar numa termelétrica a óleo diesel num momento em que o mundo negocia questões climáticas.

Lula: A energia hídrica ainda é a mais barata, o que nós precisamos é trabalhar com muito cuidado para fazer as hidrelétricas da forma mais cuidadosa possível, causar o menor impacto ambiental possível e é por isso que eu estou muito feliz, porque depois de mais de 30 anos, finalmente, Belo Monte vai sair.

O presidente fez uma comparação sobre o custo das várias formas de energia. “Importante entender: temos fixado um preço por megawatt/hora

mínimo de R\$ 83,00. As empresas que ganharam ofereceram praticamente R\$ 78,00 o megawatt/hora. Uma usina eólica custa R\$ 150,00 o megawatt/hora, e uma usina a gás, mais ou menos R\$ 200,00 um megawatt/hora. Portanto, a energia hídrica ainda é a mais barata”, foi o que afirmou o Presidente.

As declarações e afirmações do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, não são as mesmas do período em que o Partido dos Trabalhadores defendia antes de assumir o poder.

Pinto (2008; 2005, p. 140) já escreve a respeito de Belo Monte o seguinte:

Os 17 anos de história operacional do projeto de Belo Monte comprovam esse autoritarismo técnico-empresarial: o *modus operandi* e o modo argumentativo dos encarregados da obra são os mesmos independentemente da pessoa, do partido ou da ideologia que comande o governo federal. Quando na oposição, o PT era um adversário intransigente de Belo monte. No poder, é um feitor de obra mais implacável do que os tucanos do PSDB.

Manchete do dia 3 de maio de 2010: RECURSOS CONTRA BELO MONTE DEVEM SER ANALISADOS DEPOIS DE SEIS DE MAIO. A apresentadora abre essa edição repetindo a manchete e acrescentando que, “[...] enquanto isso, procuradoria regional reafirma opinião contrária ao empreendimento”, e anuncia a participação do repórter Rádio Nazaré, Vilson Reis, de Belém do Pará, para as informações.

Vilson: O Tribunal Regional Federal da primeira região deverá analisar os recursos contra o leilão da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, no Pará, só depois do dia 6 de maio. O adiamento foi em decorrência de um tribunal ter, desde o dia 22 de abril, um novo presidente, o desembargador federal Olindo Herculano de Menezes. De acordo com o Tribunal, a reunião da Corte Especial prevista para próximo dia 6 de maio não tem pauta definida, o que pode resultar em um adiantamento ainda maior da análise dos recursos contrários às decisões que derrubaram as liminares obtidas pela Procuradoria da República no Pará. O Procurador da República Felício Pontes aproveita para reforçar a sua opinião contrária ao empreendimento e revela os interesses do Governo que estariam por trás da construção de Belo Monte.

Vilson: A Procuradoria Regional da República da 1ª região sediada em Brasília entrou com dois recursos questionando a decisão do TRF de cassar as liminares conseguidas pelos Procuradores no Pará. O tribunal deverá analisar o primeiro recurso que questiona a regulamentação do aproveitamento de recursos hídricos em terras indígenas. O segundo recurso é contra a suspensão da outra liminar que aponta irregularidades graves de licenciamento ambiental. Vilson Reis, da Rádio de Nazaré, de Belém do Pará, para Rede de Notícia da Amazônia, 03/05/2010.

A manchete do dia 13 de maio de 2010 foi mais uma vez em relação a uma denúncia: ORGANIZAÇÕES DENUNCIAM A NAÇÕES UNIDAS A ATUAÇÃO DA AGU NO PROCESSO DE BELO MONTE.

Organizações da sociedade civil encaminharam nessa quinta-feira (13) uma denúncia a Relatoria de Independência de Juízes e Advogados da ONU.

A denúncia relata as ameaças e pressões sofridas pelos Procuradores do MPF e pelo Juiz Federal de Altamira (PA) quanto ao leilão da Usina Belo Monte. Em abril, os procuradores da República, Cláudio Terre do Amaral, Bruno Alexandre Gütschow e Ubiratan Cazetta, apresentaram duas ações civis públicas para suspender liminarmente o leilão, acatadas pelo Juiz Federal Antonio Carlos Almeida Campelo.

As ações alegaram a realização insuficiente de audiências públicas com as comunidades atingidas e questionaram a insuficiência de estudos de impacto ambiental. Além disso, ajuizaram ação de improbidade administrativa contra o funcionário do IBAMA que liberou a realização do leilão a despeito da insuficiência dos estudos de impacto ambiental.

Em resposta a esta atuação, a Advocacia Geral da União (AGU) entrou com processo administrativo contra os procuradores do Ministério Público Federal. Para as organizações, isso representa que o Executivo tem utilizado o poder dos órgãos públicos para intimidar os que possuem questionamentos sobre a construção de Belo Monte.

Na denúncia, as organizações afirmam que o juiz e os procuradores foram “ameaçados publicamente, intimidados por agentes da inteligência, desautorizados em suas funções jurisdicionais e representados aos órgãos disciplinares de suas carreiras”.

A postura assumida pela AGU afronta os princípios da autonomia e independência da magistratura e dos procuradores da República, como previsto da Constituição Federal de 1988, e na Carta de Princípios para a Independência de Juízes e Advogados, aprovada pela ONU.

Já em fevereiro, a AGU avisou que iria denunciar os procuradores a órgãos disciplinares, como o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

O Juiz Federal também sofreu intimidações. A ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) procurou, por diversas vezes, o Juiz de Altamira para perguntar o conteúdo da decisão, o dia que o Juiz a protocolaria e para pedir cópias de decisão por e-mail, sendo que elas estão publicamente disponíveis pela Internet.

Com base nesses fatos, as organizações solicitam a Relatoria da ONU que peça explicações ao governo brasileiro sobre o caso e que tome medidas para garantir a independência nas decisões judiciais sobre Belo Monte.

Além disso, pedem que a relatora encaminhe recomendações ao Estado brasileiro no sentido de superar a contradição do mecanismo “SLS.” (Nota, JAN, 13/05/2010).

Dia 17 de junho de 2010: ENCONTRO VAI REUNIR LIDERANÇAS QUE VIVEM NAS BACIAS DOS RIOS ATINGIDOS POR HIDRELETRICAS. Nessa edição, após a apresentadora anunciar a chamada da repórter Francimar Farias, ela adianta que o “Encontro vai reunir lideranças que vivem nas bacias dos rios Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu”. E acrescenta: “Saiba qual a finalidade do encontro na participação de Francimar Farias”:

Francimar: Lideranças que vivem nas bacias dos rios Madeira, Tapajós, Teles Pires e Xingu, começam a se mobilizar para o encontro que vai acontecer em Itaituba, Pará no período de 11 a 13 de agosto. Para os três dias de encontro estão previstas diversas atividades como mesa redonda sobre impactos dos grandes projetos na Pan-Amazônia e formas de resistências, oficinas temáticas para discutir as estratégias políticas de resistência aos grandes projetos, os meios de comunicação na luta contra os grandes projetos na Pan-Amazônia e a resistência das mulheres frente aos grandes projetos. Será uma oportunidade para o fortalecimento da aliança entre os povos que vivem em torno de grandes rios que poderão ser atingidos pelos impactos, caso aconteçam construção dessas hidrelétricas. A aliança das três bacias pretende discutir estratégias e ações conjuntas contra esses projetos que estão sendo impostos para a região amazônica. O movimento, de acordo com Jorge Coutinho, integrante da equipe coordenadora servirá também para troca de experiências, pois vai reunir lideranças que há anos vêm lutando contra esses projetos. Como é o caso das que vivem na região do rio Madeira.

Jorge: A perspectiva nossa é muito boa para esse encontro porque nós percebemos que a luta que se inicia aqui no Tapajós, porque vai fortalecer essas organizações e ampliando essa aliança.

Francimar: O encontro, segundo Jorge, servirá também para discutir propostas que serão apresentadas no Fórum Panamazonico que acontecerá em Santarém de 25 a 29 de novembro deste ano, no parque da Cidade. (Francimar Farias, da Rádio Rural de Santarém, para Rede de Notícias da Amazônia, 17/06/2010).

Expor a realidade dos moradores é muito importante para evidenciar o que está acontecendo. A cultura local está em risco e, conseqüentemente, o homem. O homem é resultado do meio cultural e como ressalta Morin (1998) “Efetivamente, tradição, educação, linguagem são os componentes nucleares da cultura e formam, em conjunto, os ídolos da sociedade tribo” (p. 17).

Para Edgar Morin (1998, p. 23):

A cultura, que caracteriza a sociedade humana, é organizada/organizadora via o veículo cognitivo da linguagem, a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade.

A cultura constitui a riqueza popular. Ela possui papel de fixação e autoconhecimento do indivíduo dentro do grupo. Ainda conforme Morin,

[...] a cultura de uma sociedade é como uma espécie de megacomputador complexo que memoriza todos os dados cognitivos e, portadora de quase programas, prescreve as normas práticas, éticas, políticas dessa sociedade (MORIN, 1998, p.24).

A função do Rádio é a de antecipar a informação, estando à frente de outros meios de comunicação. Conforme Ortriwano (1985, p. 89), o objetivo da informação como mensagem radiofônica é manter o ouvinte a par de tudo o que possa ser de interesse e que seja atual. Isso se comprova pela manchete do dia 18 de junho de 2010: LIDERANÇAS DE ALTAMIRA PROGRAMAM PROTESTOS CONTRA BELO MONTE.

Na edição desse dia, a apresentadora chama a cabeça da notícia e acrescenta que: “atividades serão realizadas durante a visita de Lula” e, logo após, anuncia: “Francimar Farias tem mais detalhes”.

Francimar: No próximo dia 22 de julho, terça-feira, ribeirinhos, pequenos agricultores, movimentos sociais organizam protestos contra a hidrelétrica de Belo Monte, Altamira, no Pará, quando o presidente Lula visita a região para lançar os projetos de asfaltamento da Transamazônica, o programa Luz para Todos e a Usina de Belo Monte no rio Xingu. Os Movimentos Sociais repudiam a insistência do governo federal em empurrar Belo Monte goela abaixo da população do Xingu e estão convocando a população. A intenção é desenvolver duas atividades de protesto, conforme relata Antônia Melo do Xingu Vivo para Sempre.

Antônia: Nós estamos nos mobilizando pra fazer uma manifestação também frente a Lula para ele vê que aqui tem gente que não quer a destruição do rio Xingu e a destruição de nossas vidas. Nós queremos marcar esse dia com um protesto, um grande protesto. Nós temos com duas ações, uma dia 21, é o fechamento da Transamazônica, em repúdio a esse projeto de morte e no dia 22 é a manifestação de rua, no local onde ele será recebido para falar estas coisas para a população. Principalmente, estamos lhe dizendo o asfaltamento da Transamazônica, nós queremos, o povo quer! Há trinta anos, que essa estrada foi aberta o que seria um projeto faraônico e nós do Movimento Social dessa região, com as nossas lutas dizemos que esse projeto, que o Governo não abandonasse essa região.

Francimar: Apesar das oito liminares contra a obra que aguarda julgamento no TRF1 e na Justiça Federal de Altamira e que podem suspender o licenciamento do leilão de Belo Monte a qualquer momento, o processo da usina segue avançando rapidamente, com antecipação de todos os prazos previstos. A Anell acaba de aprovar a homologação do leilão de Belo Monte no último dia 15 e o consórcio Norte Energia, já anunciou a sua intenção de antecipar para julho a assinatura do contrato de concessão da obra. As equipes das empresas Lene Energia e Cenec já estão trabalhando no projeto básico ambiental com o objetivo de antecipar a licença de instalação para setembro, deste ano. Francimar Farias, da Rádio Rural de Santarém, para a Rede de Notícias da Amazônia, 18/06/2010.

Dia 21 de junho de 2010 a manchete foi: LIDERANÇAS DE ALTAMIRA FAZEM PROTESTOS CONTRA VISITA DO PRESIDENTE LULA. Nessa edição a apresentadora leu a informação, mas inseriu uma sonora gravada. As sonoras, segundo a apresentadora Joelma Viana, são gravadas via telefone, um recurso que o Rádio possui.

Cerca de quatrocentas pessoas entre ribeirinhos, índios, trabalhadores da agricultura familiar, integrantes do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, interditam a rodovia Transamazônica, entre os municípios de Altamira e Marabá, no sudoeste paraense.

O protesto é contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte e acontece às vésperas da visita do presidente Luís Inácio Lula da Silva a Altamira.

O manifesto começou por volta das 5h30 da manhã e ocupa ambas as pistas no km 18 da rodovia BR-230. A expectativa da coordenação do movimento é que ele seja encerrado até às 18 horas.

Nas primeiras horas do dia chegou a ocorrer um grande congestionamento na área, mas o número de veículos foi reduzido depois de uma negociação com a Polícia Rodoviária Federal, que permitiu a liberação das pistas por cerca de 20 minutos e também para a passagem de veículos de urgência, como atendimento médico.

O movimento faz duras críticas ao presidente Lula, que está sendo aguardado nesta terça-feira (22) em visita a região para lançar o programa "Luz Para Todos" e a Usina de Belo Monte no rio Xingu. Antônia Melo, integrante do Movimento Xingu Vivo para sempre, destacou que a intenção é fazer uma manifestação em frente ao presidente Lula.

Apesar das oito liminares contra a obra que aguardam julgamento no TRF1 e na Justiça Federal de Altamira (agora transferidos para a Vara Ambiental e Agrária recentemente criada em Belém), e que podem suspender o licenciamento e o leilão de Belo Monte a qualquer momento, o processo da usina segue avançando rapidamente com a antecipação de todos os prazos previstos.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou a homologação do leilão de Belo Monte na última terça-feira (15) e o Consórcio Norte Energia já anunciou sua intenção de antecipar para julho a assinatura do contrato de concessão da obra.

As equipes das empresas Leme Engenharia e Cenec já estão trabalhando no Projeto Básico Ambiental (PBA) com o objetivo de antecipar a licença de instalação para setembro de 2010 (JAN 21/06/2010).

Ao expor a notícia, o JAN assume a sua função informativa. Benedetti (2007) defende que no jornalismo, de modo geral, a discussão tem misturado dois pontos de vista: o funcional, quando define, por exemplo, os gêneros informativo e opinativo, e o textual, quando emoldura os gêneros, subgêneros ou formatos notícia, reportagem, entrevista, crítica e editorial, entre outros textos possíveis. Nem mesmo combinados, entretanto, esses pontos de vista contemplam as relações intersubjetivas e de poder que efetivamente constituem um gênero.

No dia 22 de junho de 2010: LULA É RECEBIDO COM PROTESTOS EM ALTAMIRA. A apresentadora chama Genildo Júnior para detalhar as informações.

Genildo: O Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, esteve hoje em Altamira, no sudoeste do Pará. Ele chegou pela manhã para lançar projeto de asfaltamento da transamazônica, a BR 230, o programa Luz para Todos e a usina de Belo Monte. A presença da maior autoridade do país mobilizou ribeirinhos, pequenos agricultores e movimentos sociais que desde ontem fazem manifesto na cidade. Ontem fecharam a Transamazônica e hoje, na chegada de Lula, também se mobilizaram contra

a tentativa do governo em impor a construção da usina de Belo Monte no rio Xingu. Antônia Melo, que faz parte do movimento Xingu vivo para sempre, fala dos protestos que estão sendo feitos durante a visita do presidente.

Antônia: Nós iniciamos duas horas de caminhada em protesto nas ruas, chegamos perto do estádio onde ele está sendo recebido, nós fomos barrados pela polícia, todo o comando de polícia, fomos barrados sem poder entrar. Nós fizemos o protesto em frente ao barramento da polícia mais de uma hora de protesto, palavras de ordem, dizendo que Belo Monte é uma mentira e que nós não aceitamos e dizendo “Lula é um traidor” e com isso, está legitimando a destruição dos rios, a destruição da Amazônia e por aí se foi, o boneco dele foi queimado também aqui em frente ao estádio.

Genildo: Por volta de uma hora e meia da tarde, o presidente seguiu para Marabá, onde às quinze horas participou de uma cerimônia simbólica alusiva ao início da terraplanagem da usina siderúrgica Aços Laminados do Pará, Alpa. Na rodovia BR 230, Km 07, pelo menos um milhão e duzentos mil reais estão garantidos pelo governo Federal através do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, Dnit para o asfaltamento de mais de 700 quilômetros da Transamazônica. A pavimentação da rodovia, que está com licença previamente garantida, vai beneficiar principalmente os moradores do trecho de divisa dos estados do Tocantins com o Pará até o município Rurópolis. A BR 163 entre o Mato Grosso e o Pará também vai ganhar obra e terá cerca de mil quilômetros com novo asfalto, graças ao investimento de um bilhão e quatrocentos milhões de reais, relativo ao programa de Aceleração do Crescimento, o Pac. Genildo Júnior, da Rádio Rural de Santarém, para a Rede de Notícias da Amazônia, 22/06/2010.

O discurso dos manifestantes, nas palavras de Antonia Melo, coloca o então Presidente como traidor, uma vez que no seu passado estava na mesma linha dos agora manifestantes. A análise do discurso defende uma teoria não subjetiva do sujeito. Conforme Fernandes (2005, p. 41), “a constituição do sujeito discursivo é marcada por uma heterogeneidade decorrente de sua interação social em diferentes segmentos da sociedade”. Portanto, isso pode implicar em posições: o sujeito não ocupa uma posição central na formação do discurso; ele não é fonte do que diz; muito menos tem uma identidade fixa e estável. Ele ainda afirma que “compreender o sujeito discursivo requer compreender quais são as vozes sociais que se fazem presente em sua voz” (FERNANDES, 2005, p. 35).

O discurso não é fruto de um sujeito que pensa e sabe o que quer. É o discurso que determina o que o sujeito deve falar, é ele que estipula as modalidades enunciativas. Logo, o sujeito não preexiste ao discurso, ele é uma construção no discurso, sendo este um feixe de reações que irá determinar o que dizer quando e de que modo (NAVARRO-BARBOSA, 2004, p. 113).

Por isso, o discurso de Antonia Melo não é dela, enquanto sujeito, mas é voz de um segmento da sociedade.

Dia 2 de julho de 2010: CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE
AMEAÇA A EXISTÊNCIA DE NOVE ESPÉCIES DE PEIXES RAROS.

A construção da usina de Belo Monte, no Pará, ameaça a existência de nove espécies de peixes raros.

A constatação faz parte de um levantamento feito por um grupo de seis pesquisadores do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da ONG Conservação Internacional (CI-Brasil).

O alerta para o perigo às espécies na Volta Grande do Xingu, onde Belo Monte deve ser erguida, é apenas um dos resultados da pesquisa inédita, que identificou 819 espécies de peixes raros de água doce no país.

Com base na distribuição dessas espécies foram mapeadas 540 bacias hidrográficas consideradas como áreas-chave para a conservação dos ecossistemas aquáticos brasileiros.

Essas áreas-chave são lugares insubstituíveis que abrigam espécies de peixes que somente ocorrem lá e em nenhuma outra parte. Somente na Bacia do Rio Amazonas foram identificadas 124 microbacias e 184 espécies de peixes raros.

Segundo Thaís Pacheco, coordenadora de serviços ecossistêmicos do programa Amazônia da CI-Brasil, na região da Volta Grande do Xingu temos quatro áreas críticas para conservação que possuem menos de 50% de sua vegetação remanescente.

Thaís aponta que, das nove espécies em perigo no local, duas certamente se extinguiriam com a construção da usina porque vivem em lagoas temporárias que desapareceriam com a obra.

Para as outras espécies, ainda é necessária uma avaliação de como seriam afetadas pela construção, já que, apesar de existirem em outras partes da Bacia do Xingu, alterações na altura da Volta Grande podem impedir seu ciclo de vida.

Segundo o estudo, apenas 26% das 540 bacias hidrográficas consideradas áreas-chave são razoavelmente protegidas. As áreas críticas levantadas pelos pesquisadores em todo o país abrigam 344 espécies endêmicas, ou seja, encontradas apenas em determinada região.

O estudo foi publicado na revista "PlosOne" e se baseia nas descobertas publicadas pelos estudiosos brasileiros nas últimas duas décadas (Nota JAN 02/07/2010)

A nota até cita nomes, fontes, mas não diz em que site, revista ou jornal foi extraída a informação. No entanto, o relato vem ao encontro com o que Unger sintetiza como as teses de "alguns pensadores", afirmando que:

A crise ecológica que estamos atravessando é de ordem ontológica, ou seja: enquanto nós tivermos uma compreensão do Ser como mera objetividade, enquanto nós tivermos uma compreensão da Natureza apenas nesse seu aspecto de produção e lucro, continuaremos a devastar o planeta numa busca insaciável de poder e controle (UNGER, 1991, p. 56).

Ela ainda nos alerta que isso não deve nos levar ao desespero e à desesperança:

Ora, a palavra crise vem do grego *krínein*, momento de discernimento, momento de decisão. A decisão de repensar a maneira pela qual tecemos

nossa inserção no mundo é também a decisão de nos libertarmos do automatismo de nossos hábitos (UNGER, 1991, p. 36).

Dia 21 de julho de 2010 teve como manchete: BISPO DO XINGU REAFIRMA COMPROMISSO DE DEFENDER OS DIREITOS DOS POVOS DA AMAZÔNIA. No primeiro bloco dessa edição, a apresentadora chama a repórter da Rádio FM Monte Roraima para participar da programação, após anunciar: “Bispo do Xingu que está em Roraima, concede entrevista exclusiva e fala sobre a polêmica construção da hidrelétrica de Belo Monte e sobre as ameaças de morte que já sofreu. Confira a entrevista com Evilene Paixão”.

Evilene: Afastado das ameaças e perseguições, dom Erwin Kräutler aproveita sua estadia em Boa Vista para descansar. Ele chegou no domingo para pregar um retiro religioso da igreja local; animado como sempre, dom Erwin recebeu a reportagem acompanhado do bispo de Roraima, dom Roque Paloschi. Ele conversou conosco sobre sua vinda ao estado, mas também relatou sobre a polêmica construção da hidrelétrica de Belo Monte. Dom Erwin disse que esteve reunido duas vezes com o presidente Lula para pedir a anulação da construção. Mas de nada adiantou.

Dom Erwin: Tive duas vezes com o presidente Lula, na segunda vez também com representantes da Sociedade Civil Organizada em Altamira e o Lula me prometeu com todas as letras e segurou no meu braço e disse para eu não pensar que ele vai empurrar esse projeto goela a baixo; de quem quer seja, ele falou que, existem tantos atingidos por barragem e o Brasil tem uma grande dívida para com esses atingidos por barragens e até hoje não foi sanada essa dívida, ele falou também de Balbina que no estado do Amazonas, ele chamou de monumento de insanidade e disse para mim pessoalmente: “olhe esse projeto, só vai sair se for de vantagem e lhe prometo que para todos”, tudo isso foi falado e está gravado e todo mundo comentou e hoje estamos vendo um fato totalmente oposto, foi contrário, ele simplesmente decretou que o Lula “compressor” deve passar por cima da gente.

Evilene: Agora com a decisão presidencial decretada dom Erwin teme pelas famílias de Altamira, inclusive pelos povos indígenas.

Erwin: Eu tô com muito medo, muito medo, por várias razões; como Altamira é o centro, a sede da Prelazia; Altamira tem hoje 100 mil habitantes, um terço vai pro fundo e significa que 30 mil pessoas estão diretamente atingidas e até hoje tem um palmo de chão onde esse povo deve ser reassentados pelos tecnocratas de Brasília simplesmente falam que vai ter soluções, mas não acena com nenhum detalhe de solução. Temo depois o medo da migração na hora em que o Governo der o tiro de largada para construção de Belo Monte, milhares e milhares de pessoas vão simplesmente vão chegar em Altamira e tem infraestrutura para esse tipo de coisa. Depois a questão indígena de Grande Volta de Xingu e eles dizem: “Há não vai ser inundada a área indígena”, de fato não vai ser inundada, mas ser cortada a água, inclusive os que viviam da pesca, que se locomoviam através do rio, de repente não mais tem água, não tem mais peixe e de quê vão viver? Isso é um absurdo!

Evilene: Há 49 anos vividos na Amazônia, o bispo do Xingu é militante na luta dos direitos humanos dos povos. Ele relatou sobre as ameaças de morte que já sofreu e por conta disso há quatro anos, anda escoltado por militares do estado do Pará.

Erwin: O artigo do Jornal Liberal, o maior jornal do estado do Pará, tem aí um artigo do homem dizendo que pessoas como eu tem que ser eliminado, dessa sociedade. O estado tem medo de que possa acontecer alguma coisa semelhante, decreta a proteção física do bispo de Xingu porque o Estado se entende como responsável pela integridade física do bispo e aí, tô a mais de quatro anos sendo acompanhado por quatro policiais militares onde quer que eu esteja. Moram na mesma casa e me acompanham onde quer seja, quando eu viajo para fora que eles me deixam no avião e me recebem de volta. Eles sabem perfeitamente que eu estou hoje, aqui em Boa Vista.

Evilene: Ao fim da entrevista do dom Erwin disse que o papel da igreja na Amazônia é se comprometer com a luta de todos os povos, e não temer os desafios.

Dom Erwin: O que nós precisamos ter mais do que nunca, é coragem de enfrentar também a situação e não se deixar paralisar pelo medo, ou pela angústia, não! A gente toca pela frente com a graça de Deus e pelo outro lado também com o compromisso com o povo que nós temos e eu não posso por causa do medo, meia dúzia que atenta contra a minha vida e eu não vou dá as costas para o povo que eu sei que me apoia e está do meu lado, então, nesse sentido eu creio nós temos que viver esse compromisso também enfrentar a situação com a qual ninguém é herói nesse mundo, mas com a graça de Deus vence e nós temos uma mensagem para dar, nós temos uma bandeira que nós defendemos e continuamos lutando em favor do povo da Amazônia e a favor também, não só com os povos que vivem plural, os povos da Amazônia, nós somos obrigados a defender pelas futuras gerações, eu repito a palavra de um índio lá de Altamira que ele gritou: “ O que será de nossas crianças?” Exatamente isso que nós temos que nos perguntarmos: O que será de nossas crianças?

Dom Erwin permanece em Boa Vista, até sexta-feira. Dos estúdios da FM Monte Roraima, Evilene Paixão, para a Rede de Notícias da Amazônia, 21/07/2010.

O rádio passa a ser usado como aliado na defesa da causa. Conforme Cunha (2012), as novas tecnologias subvertem práticas e inventam fórmulas nunca pensadas para obter a entrevista que garante o jornalismo. Porém, ressalta ainda, que a distância e o tempo foram atropelados pelos recursos e poderes de canais miraculosos onde trafegam bits e pixels com a informação concentrada, diluída, compartimentada e transmitida em milésimos de segundos para centrais eletrônicas a milhares de quilômetros, onde ela é recomposta, formatada e destituída com imagens e cor de alta definição para a grande aldeia global.

Um bom jornalista deve ter espírito despojado e ser capaz de escutar. A humildade pode ser a porta de entrada para cavar grandes “furos” de reportagens. Deixar que o entrevistado sintam-se bem, à vontade, pode ser uma boa saída. A entrevista de Evilene Paixão confirma o que Jundyrá Cunha (2012, p. 97) define:

A entrevista é um evento conversacional e, por isso, observa características da própria conversação: é uma interação verbal centrada entre dois ou mais participantes que observam a troca de pelo menos um turno em sua comunicação, esta desenvolvida em uma sequência de ações coordenadas executadas em uma identidade temporal.

Dia 5 de agosto de 2010 teve como primeira manchete do JAN: LIDERANÇAS FAZEM ACAMPAMENTO EM DEFESA DO XINGU.

Logo após as manchetes, a apresentadora abre o JAN narrando a nota:

Entre os dias 9 e 12 de agosto, acontecerá em Altamira, no Pará, o acampamento "Em Defesa do Xingu: Contra Belo Monte!".

O evento é organizado pela Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), em parceria com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Via Campesina e Movimento Xingu Vivo para Sempre.

A mobilização acontecerá na Orla do Cais do porto de Altamira e contará com a presença de diversas lideranças indígenas do país, de ribeirinhos e comunidades tradicionais, bem como populações que serão diretamente atingidas pela hidrelétrica de Belo Monte. Durante o encontro, serão debatidas temáticas relacionadas aos impactos dos grandes empreendimentos na Amazônia, tudo a partir da realidade e experiência dos participantes.

A discussão será dividida em quatro eixos temáticos: grandes empreendimentos (Usina de Belo Monte, hidrelétrica no rio Madeira e rodovia 163, entre outros); luta do Movimento Indígena; luta do Movimento Popular; terras indígenas (demarcação, atividades que impactam a cultura dos povos indígenas, desmatamento).

O evento será uma oportunidade para os povos atingidos manifestarem seu posicionamento, expressarem sua opinião e, principalmente, tentarem um novo diálogo com o governo federal, uma vez que os povos indígenas não tiveram seus direitos de consulta prévia, garantidos pela Constituição Federal, Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU dos Direitos dos Povos Indígenas, respeitados.

O acampamento será finalizado com a elaboração de um documento contendo as reivindicações e propostas sugeridas por todos e com a realização de um ato público pelas ruas de Altamira. Todas as discussões e encaminhamentos do evento serão levados para o Acampamento Terra Livre, que este ano acontecerá em Campo Grande (MS), de 16 a 20 de agosto.

O ATL é o grande evento indígena em âmbito nacional. Ele acontece todos os anos em Brasília, tendo sido transferido de modo excepcional para Mato Grosso do Sul como uma maneira de denunciar as graves violações de direitos a que estão submetidos os Guarani e demais povos indígenas do estado. (Nota JAN 05/08/2010.)

O JAN faz uma divulgação de um ato em defesa do Xingu. Assume, assim, sua posição em defesa da causa e a sua visão do meio ambiente ao expor com tantos detalhes o evento. Clara Pandolfo (1991, p. 109), no artigo "A Desordem Ecológica na Amazônia", destaca que a Amazônia não pode ser vista apenas sob o enfoque essencialmente naturalista, pois os problemas ecológicos têm que ser considerados em sua "interfase" com os problemas sociais. Saliencia ainda que há de se adotar uma ótica social ao analisar a natureza e, no caso da Amazônia, encontrar na raiz dos problemas ambientais, a pobreza extrema das comunidades rurais:

A Amazônia é hoje centro das atenções mundiais não apenas pelo que se vem considerando como desordem ecológica, mas também porque é difícil encontrar, na face da terra, uma área de tamanha grandeza. O que hoje existe é a consciência do que a região encerra, em termos de potencialidades indispensáveis ao mundo moderno: uma vasta extensão territorial representando o espaço vital que já falta a alguns povos, demograficamente saturados; 20% das reservas mundiais de água doce; 100 milhões de KW de recursos hidrelétricos disponíveis quando a energia é produto mais crítico da atualidade; a última reserva de madeiras tropicais do mundo, cujo potencial é avaliado em mais de 50 bilhões de m³ e 30% do estoque genético mundial; grandes faixas de rochas antigas, ainda inexploradas, com grandes evidências da existência de concentrações econômicas de metais valiosas (PANDOLFO, 1991, p. 112-113).

A manchete do dia 9 de agosto: ACAMPAMENTO TERRA LIVRE PRETENDE DENUNCIAR IMPACTOS DE BELO MONTE. Essa manchete é a primeira da edição e reafirma o que o JAN havia anunciado dia 5 de agosto.

Indígenas, comunidades tradicionais, ribeirinhos e demais afetados pelas grandes obras na Amazônia, em especial pela Hidrelétrica de Belo Monte, estão reunidos a partir desta segunda-feira na Orla do cais do Porto de Altamira, no Pará.

Trata-se do Acampamento Terra Livre Regional que seguirá até a próxima quinta-feira. Cerca de 500 indígenas e de 200 não indígenas, assim como representantes do Ministério Público e da Funai estarão presentes.

A intenção é durante os dias de acampamento discutir os danos ambientais e culturais que os grandes empreendimentos vão trazer para as populações do Xingu, principalmente para os povos indígenas.

Segundo Marcos Apurinã, da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), o principal será esclarecer o que vai acontecer com o rio, com as pessoas e com meio ambiente, pois muitos indígenas ainda não sabem.

O Acampamento Terra Livre Regional está embasado em quatro eixos temáticos, sendo eles: grandes empreendimentos (hidrelétrica de Belo Monte, hidrelétrica no rio Madeira, Estreito do Tocantins e Maranhão, Transamazônica); luta do Movimento Indígena; luta do Movimento Popular; e terras indígenas (demarcação, atividades que impactam a cultura dos povos indígenas, desmatamento).

O evento será um espaço aberto para que os participantes opinem, conheçam os verdadeiros impactos dos grandes projetos na Amazônia, reivindiquem e tomem conhecimento de seus direitos, entre eles o da consulta prévia, livre e informada. A falta de informação será um dos principais males combatidos durante o acampamento.

Segundo Marcos Apurinã, o desconhecimento sobre a realidade de projetos como Belo Monte estão dando abertura para que muitas lideranças sejam cooptadas por empresas e pelo próprio governo para se posicionarem a favor das obras.

Todas as reivindicações e propostas dos participantes do "Acampamento Em Defesa do Xingu: Contra Belo Monte!" estarão contidas em um documento final, que será construído a várias mãos, no último dia do evento.

O documento seguirá para o Acampamento Terra Livre Nacional, que acontecerá em Campo Grande (MS), de 16 a 20 deste mês e será unido ao documento final deste evento, para serem enviados ao Governo Federal.

O documento também será levado para os presidenciáveis, para a realização de um debate que pautará a temática debatida no acampamento. O evento será encerrado com a realização de um ato público pelas ruas de Altamira. (Nota JAN 09/08/2010.)

Com isso, podemos seguir o que observa Benedetti quando ela diz:

Charaudeau nos coloca cinco elementos essenciais para pensar as regras do discurso jornalístico: “quem diz e para quem”, “para quem se diz”, “o que se diz”, “em que condições se diz” e “como se diz”. Todos estes elementos se misturam em um conjunto que só é possível dividir sob o aspecto metódico, mas jamais processual. Para pensar o gênero jornalístico, é preciso considerar a totalidade desses elementos (BENEDETTI, 2008, p. 21).

O JAN acaba, desta forma, refletindo seu gênero jornalístico, como de denúncia e de informação.

No dia 10 de setembro de 2010 a manchete foi: CONSELHEIROS DO FUNDO DE PENSÃO DA PETROBRAS VOTARAM CONTRA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE. A notícia que seguiu menciona que:

Segundo a nota, publicada em um blog independente e de responsabilidade dos conselheiros do fundo de pensão, o projeto apresenta riscos ambientais e financeiros que desestimulam o investimento.

A participação da Petros no consórcio que irá construir Belo Monte já era dada como certa. Diversas notícias foram veiculadas no meio de comunicação, com comentários do presidente do Fundo de Pensão, Wagner Pinheiro, que relatava o seu entusiasmo com o projeto.

Ele também chegou a defender a usina de Belo Monte e criticar o diretor de cinema James Cameron que realizou duras críticas à usina hidrelétrica.

Esse entusiasmo com o projeto foi criticado pelos conselheiros. "Muitos registram surpresa pelo fato da participação da Petros ter sido considerada como decidida muito antes da realização desta reunião, fornecendo dados obtidos em matérias publicadas em jornal, com detalhamento que sugere um possível vazamento de informação privilegiada".

Também afirmaram que foram inúmeras as manifestações de participantes do fundo que não concordaram com a aplicação de recursos no empreendimento em análise, por diversas razões, "sendo as mais significativas as que se referem aos problemas referentes ao impacto ambiental".

No texto, os conselheiros também afirmam que seria possível conseguir rentabilidade identidade, ou mesmo maior, "em outros tipos de investimentos sem os mesmos riscos existentes no projeto em análise".

A nota foi assinada pelos conselheiros eleitos deliberativos Paulo Brandão, Yvan Barretto e Ronaldo Tedesco.

O contrato de concessão da usina hidrelétrica de Belo Monte foi assinado no dia 26 do mês passado, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Especialistas alertam que a usina irá provocar a remoção de 50 mil pessoas, além de graves prejuízos ambientais e sociais para a região. (Nota JAN 10/09/2010.)

Na edição dia 22 de setembro de 2010, a manchete foi: REUNIÃO SOBRE BELO MONTE CAUSA DESCONTENTAMENTO DE MOVIMENTOS.

O Governo Federal, através da Casa Civil, marcou para hoje uma reunião com o governo do Pará sobre a Usina de Belo Monte, mas, ninguém da sociedade civil foi convidado.

Apesar do segredo que cerca o encontro, na pauta consta, inclusive, a aprovação de como vão ser usados os 500 milhões de reais destinados à estruturação das áreas atingidas pela hidrelétrica.

A reunião conta apenas com os integrantes do Grupo de Trabalho Intergovernamental que foi criado para preparar o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, que em tese vai definir as políticas para amortecer os graves impactos das barragens de Belo Monte.

A pauta da reunião, que estava marcada para às nove horas da manhã de hoje, vazou para moradores de Altamira. Faz parte dessa pauta a tentativa de aprovar o documento final do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu, incluindo cenários demográfico e econômico. Critérios para destinação dos recursos previstos no edital de Belo Monte e avaliação dos Projetos Básicos Ambientais para a usina.

Antônia Melo, moradora de Altamira e uma das lideranças do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, considera suspeito um encontro secreto para tratar de um assunto que tem tantos interessados.

A falta de participação da sociedade virou uma marca desse empreendimento Belo Monte.

Os indígenas não foram ouvidos no Congresso Nacional como manda a Constituição, as audiências públicas foram insuficientes e mal feitas, o leilão foi cheio de mistérios, o financiamento seria privado, passou a ser público e ninguém sabe explicar como isso aconteceu.

Agora, querem resolver os impactos ambientais em reunião fechada sem a participação justamente de quem vai ser impactado.

Na tarde de hoje, Comitê Metropolitano do Movimento Xingu Vivo para Sempre, composto por mais de 30 organizações e movimentos sociais publicou nota de repúdio contra a reunião secreta. (22/09/2010).

Um mês depois, o JAN retorna com notícias sobre Belo Monte. Manchete do dia 21 de outubro de 2010: ESTUDO PRETENDE ESCLARECER IMPACTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E ECONÔMICOS DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. A repórter chama o repórter da Rádio Nazaré para dá as informações:

Vilson: O município de Altamira, no Pará, está na pauta de debates nos últimos meses, mas já duram décadas as discussões sobre a região. O principal motivo é a possível construção da usina hidrelétrica de Belo Monte; uma das principais obras do Governo Federal. Trata se de uma usina na região chamada de Volta Grande do rio Xingu que operará para geração de energia para todo país. A polêmica está nos possíveis impactos ambientais sociais e econômicos que essa obra pode levar à região. E com o intuito de esclarecer alguns pontos polêmicos, o Ministério Público Federal do Pará solicitou um estudo a Universidade Federal do Pará e para falar sobre esse estudo, que eu converso agora com procurador da República, Felício Pontes. Procurador bem-vindo à Rede de Notícias da Amazônia. Por que esse estudo específico referente à cheia do rio Xingu?

Felício: O que a gente desconfiava em relação a Belo Monte poderia acontecer o que aconteceu em todos os lugares onde a Amazônia, onde o

Governo Federal, sobretudo, a Eletronorte Norte faz barragem, construiu usinas hidrelétricas. É, ou seja, o resultado disso foi que, a área inundada foi sempre muito maior do que aquilo que o projeto previa, no início. É sempre muito maior do que aquilo que estava na planilha dos engenheiros, então nós desconfiávamos que isso poderia estar acontecendo também com Belo Monte, apesar de toda a tecnologia que nós temos hoje, não tínhamos na época de Tucuruí.

Vilson: Procurador Felício, esse estudo é dividido em duas etapas a primeira já foi concluída que é justamente esse levantamento do que já é possível destacar em relação às áreas que serão atingidas?

Felício: Isso, a primeira etapa, ela terminou agora nós conseguimos fazer uma parceria com Universidade Federal do Pará tendo à frente, professor André Montenegro e eles nos deram como primeiro resultado, é que, os valores que a Eletronorte propagou estão errados. Ele disse que, o cálculo é muito mais complexo do que se imaginava e que precisa ter uma certeza mesmo mini métrica de todas as áreas que vão pro fundo, todas as casas que vão pro fundo na cidade Altamira. Então, eles dividiram o trabalho em duas partes. Nessa primeira estão apresentando relatório já era um pouco mais genérico de quais áreas um modo geral vão ser atingidas onde está a cada nível de altura das principais ruas de Altamira. E agora vão partir para segunda parte que é uma parte muito mais densa, de campo, que é medir rua por rua, casa por casa para saber quais são aquelas que irão para o fundo, se Belo Monte acontecer.

Vilson: Agora em posse desse estudo qual será a atuação do Ministério Público, qual será o próximo passo, Procurador?

Felício: Nós vamos avisar assim que tivermos estudo completado que eu acho que vamos ter um curto espaço de tempo, vamos avisar ao Ibama, a Norte Energia que está fazendo o governo federal através da Eletrobrás que está na frente desse projeto não há possibilidade nenhuma de ser realizado em diante estejam previstas o que vai acontecer com essas famílias.

Vilson: Obrigado pela entrevista, procurador da república, Felício Pontes. Já são nove ações impetradas na Justiça pelo Ministério Público Federal sobre a usina de Belo Monte, segundo o Ministério Público Federal existem divergências no projeto de construção da usina, entre elas, a sua potência. A usina terá a capacidade de gerar 3.000 megawatt hora e não 11 como consta no projeto. Vilson Reis, da Rádio Nazaré de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 21/10/2010.

A entrevista, além de técnica, como diz Luiz Cláudio Cunha (2012), é o microcosmo do jornalismo, onde se assenta a busca elementar, primeira, intuitiva pela informação. O jornalismo está assentado sobre a pergunta seminal que define a genética da boa informação.

Cunha (2012, p. 55) ainda define que:

O jornalismo é uma atividade humana que depende essencialmente da pergunta. A pergunta, encadeada de forma sucessiva e inteligente, é a unidade que forma e formata o conjunto central da entrevista. A entrevista, direta ou mediada por qualquer suporte de diálogo, é o encontro formal entre os dois extremos do mesmo processo de comunicação, unindo em um único evento quem detém a informação e quem procura por ela.

O dia 10 de novembro de 2010 teve por manchete: BNDS ANALISA PEDIDO DE FINANCIAMENTO PARA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. Novamente percebemos a ausência da fonte da nota lida pela apresentadora.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social enquadrado e analisa o pedido de financiamento de R\$ 19,56 bilhões para hidrelétrica de Belo Monte feito pela empresa Norte Energia.

A expectativa é que o pedido seja enviado pela área técnica para diretoria em dezembro.

Segundo disse Nelson Siffert, superintendente de Infraestrutura do BNDES, a aprovação do empréstimo depende da emissão da licença ambiental de instalação pelo Ibama.

Siffert disse que o financiamento final pode ser um pouco menor do que o pedido porque a Norte Energia está fazendo otimizações do projeto.

Segundo ele, o BNDES terá que recorrer a parceiros para conceder o empréstimo, já que a convenção da Basileia prevê um comprometimento máximo de 25% do patrimônio líquido referencial. O BNDES tem um PL de R\$ 60 bilhões, ou seja, pode desembolsar R\$ 14 bilhões. O BNDES se reuniu hoje (9) com outros agentes financeiros para discutir o empréstimo.

Além da LI, o BNDES aguarda o envio de informações complementares pedidas à Norte Energia.

Por outro lado, o Ministério Público Federal enviou ao presidente do Ibama, Abelardo Bayma de Azevedo, uma recomendação para que não emita nova licença ambiental para a usina hidrelétrica de Belo Monte enquanto não estiverem resolvidas as questões pendentes da Licença Prévia.

Na Licença Prévia, que autorizou o leilão da usina em abril desse ano, os técnicos do Ibama elencaram 40 condicionantes – exigências prévias – que deveriam ser cumpridas antes da emissão de novas autorizações.

O MPF constatou que, até agora, a maioria das condicionantes encontra-se, se não no marco zero, muito aquém do previsto.

Pelas leis brasileiras, um empreendimento pode obter três licenças ambientais – a Prévia, que estabelece a viabilidade do projeto e sob que condições; a de Instalação que, cumpridas as condições de viabilidade, permite o início da obra em si; e, após as obras, a Licença de Operação, que autoriza o funcionamento.

Por isso, o MPF registra na recomendação ao Ibama que, pelo princípio constitucional da legalidade, a administração pública e os agentes públicos só podem editar atos administrativos de acordo com o que está previsto na legislação. (Nota JAN 10/11/2010).

Dia 11 de novembro de 2010, manchete: ENTIDADES DENUNCIAM OBRAS DE BELO MONTE A OEA.

A Organização dos Estados Americanos (OEA) recebeu nesta quinta-feira (11) um documento que denuncia irregularidades no processo de instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, no Pará.

Assinada pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre e elaborada com a participação de mais de vinte organizações e movimentos sociais apoiadores, o documento denuncia ilegalidades no processo de licitação e os impactos às comunidades indígenas e ribeirinhas que serão atingidas pela construção da usina hidrelétrica.

Os movimentos exigem da OEA medidas cautelares para a suspensão do processo de licenciamento ambiental do projeto.

De acordo com informações do Fórum da Amazônia Oriental (Faor), o documento enviado à OEA denuncia também a violação de tratados internacionais no projeto de construção da usina, por forçar o deslocamento e ameaçar a subsistência de comunidades locais.

As comunidades afetadas diretamente pelo projeto e citadas no documento são: Arroz Cru, Arara da Volta Grande, Juruna do Km 17 e Ramal das Penas, todas residentes à beira do rio Xingu.

Outros aspectos ressaltados no documento são os impactos ambientais e sociais causados pela obra.

A construção da usina causaria um intenso e desordenado fluxo migratório para a região, sobrecarregando os sistemas públicos de saúde, educação e segurança da região.

As denúncias são baseadas em laudos técnicos de especialistas e de órgãos estatais, como o IBAMA e o Ministério Público Federal.

As entidades que contribuíram para a elaboração do documento, além do Movimento Xingu Vivo Para Sempre, são o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a Prelazia do Xingu, a Sociedade Paraense de Direitos Humanos (SDDH), Justiça Global e Associação Interamericana de Defesa do Ambiente (AIDA).

O Governo Federal afirma que as obras de construção de Belo Monte devem ser iniciadas em breve, e que, apesar das últimas recomendações do MPF, a licença de instalação do IBAMA pode sair nas próximas semanas.

Por se tratar de pedido urgente de medidas cautelares – efetuadas quando há risco iminente de violação de direitos humanos –, a OEA, através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), exigirá esclarecimentos imediatos do Estado brasileiro e, em seguida, emitirá sua decisão.

Caso o pedido de medidas cautelares seja aprovado, cabe ao Governo Federal o cumprimento das exigências determinadas pela CIDH em sua resolução.

No documento enviado, as entidades contrárias à construção da usina lembram ainda que, entre outros casos na América Latina, em 2009 a OEA concedeu medidas cautelares que determinaram a suspensão das obras de construção da usina hidrelétrica Chan 75, no Panamá, devido ao deslocamento forçado de comunidades indígenas locais. (Nota JAN 11/11/2010).

Branco (1999, p. 122) alerta que a necessidade de reserva potencial de energia hidráulica implica danos ambientais, em termos relativos, tantos maiores quanto mais ampla for a represa em função da quantidade de energia gerada. E lembra ainda que no caso da região amazônica, teme-se um dano ambiental de maior amplitude e destaca:

Mas ao simples dano ambiental – avaliado em termos rigorosamente energéticos – devem ser acrescentados outros danos de mais difícil quantificação, como são os danos ecológicos qualitativos resultantes da extinção de espécies nativas, desestabilização do equilíbrio natural dos ecossistemas, prejuízos de natureza cultural devidos ao deslocamento de populações indígenas, além dos desequilíbrios ecológicos do próprio sistema lacustre criado por causa do excessivo consumo de oxigênio dissolvido na água e liberação de produtos tóxicos (e corrosivos às próprias estruturas do sistema energético) resultantes da decomposição da biomassa afogada no interior do reservatório. No caso da região amazônica,

teme-se um dano ambiental de maior amplitude, causado pela redução do vapor atmosférico (BRANCO, 1999, p.122).

A sequência a seguir de manchetes e notícias mostra o embate entre os lados defensores do meio ambiente e o poder do Estado.

No dia 16 de novembro de 2010 a manchete foi: **IBAMA DÁ PARECER CONTRÁRIO A INSTALAÇÃO DA USINA DE BELO MONTE.**

A equipe encarregada de analisar o pedido de licença ambiental para as instalações iniciais da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, fizeram dois pareceres contrários ao início da construção da usina hidrelétrica.

A notícia desagradou os construtores, que pretendiam iniciar as obras ainda neste ano. O Ministério Público Federal (MPF), por outro lado, garantiu que acionará o governo na Justiça caso a licença ambiental seja concedida. Seria a décima ação contra Belo Monte em dez anos.

Conforme consta no documento, de 5 e 20 de outubro, o consórcio Nesa (Norte Energia S.A.) não cumpriu as condições impostas pelo Ibama para a instalação do canteiro da usina.

Além disso, os empreendedores teriam subestimado o número de migrantes que seriam atraídos para a região de Altamira (PA) para a obra. O parecer diz que restam condicionantes e ações antecipatórias, cujo não atendimento compromete o início da implantação das instalações iniciais.

A usina obteve em abril licença prévia do Ibama, atestando que a obra era viável desde que os empreendedores cumprissem 40 condições – da instalação de saneamento em Altamira até a proteção de tartarugas que desovam no rio Xingu.

Em setembro, a Nesa pediu ao Ibama uma licença de instalação parcial, para o canteiro de obras. O objetivo era ganhar tempo, já que se as obras dos canteiros fossem iniciadas neste ano, poderiam começar as obras da usina após a estação de chuvas, em dezembro.

A usina hidrelétrica de Belo Monte é a principal obra do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal. Será a terceira maior hidrelétrica do mundo e estima-se que vá custar de R\$ 19 bilhões a R\$ 30 bilhões e gerar em média 4.400 MW.

O MPF, que pretende recorrer caso a licença seja concedida, afirmou ao jornal *Folha de São Paulo*, por meio do procurador Felício Pontes Júnior, que não existe "licença fracionada" na lei brasileira e que o canteiro é a obra.

Na quarta passada, o MPF enviou ao presidente do Ibama, Abelardo Bayma, recomendação para que não emita licença enquanto não forem cumpridas as condicionantes da licença prévia.

Os técnicos do Ibama, no primeiro parecer, dizem que não é nem possível avaliar se a licença de instalação pode ou não ser fracionada, já que o consórcio não detalhou os potenciais impactos dessa fase do empreendimento.

Das 23 condicionantes cujo atendimento seria necessário para iniciar a instalação, apenas uma havia sido atendida em 5 de outubro. Três estavam "em atendimento" ou "parcialmente atendidas".

O consórcio enviou novos documentos para análise. No segundo parecer, mais oito condicionantes aparecem como "em atendimento" ou "parcialmente atendidas". (Nota JAN 16/11/2010)

Dia 22 de dezembro de 2010: **BNDDES LIBERA RECURSO PARA CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICA NO PARÁ.**

Apesar de ainda não ter sido liberada a licença de instalação da Usina de Belo Monte, no rio Xingu, o BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) liberou financiamento público para o início da construção.

O BNDES liberou o empréstimo na modalidade de crédito de curto prazo. O valor é de R\$ 1 bilhão e 87 milhões de reais.

Mas sem a LI, a Nesa - Norte Energia S.A. não poderia ter acesso aos recursos do BNDES para cumprir as exigências impostas pelo Ibama.

O recurso será usado para custear as primeiras ações (condicionantes) na região de Altamira e Vitória do Xingu, no território paraense, pela Norte Energia S.A. (Nesa).

A sociedade é formada por 18 empresas públicas e privadas constituída para construção e operação da usina. Apesar do anúncio, essa ainda não é a operação de financiamento do projeto, etapa que depende da Licença de Instalação.

A previsão é que a licença saia até a próxima semana. Segundo as regras ambientais brasileiras, só após a LI a obra poderá começar.

Juntas, estatais como Eletrobras, Eletronorte e Chesf, além de fundos de pensão e empreiteiras, formam a Nesa, que tem enfrentado dificuldade para obter a Licença de Instalação por não ter cumprido a maior parte das 40 condicionantes impostas pelo Ibama na Licença Prévia (LP) ao projeto.

A Nesa, a partir de agora, negocia com o Ibama um novo prazo para o cumprimento das condicionantes, entre elas a assinatura de convênios com autoridades locais para investimentos em equipamentos urbanos.

De acordo com um relatório da ONG Amigos da Terra - Amazônia Brasileira, a empresa afirmou, em reunião da subcomissão do Senado criada para acompanhar as obras de Belo Monte, a falta de recursos para bancar boa parte dos investimentos exigidos na primeira licença. (Nota JAN 22/12/2010)

As notícias acima evidenciam o confronto entre os polos oponentes, cada qual usando dos seus meios. Enquanto um dá parecer contrário à construção da Usina de Belo Monte, o Estado com todo o seu poder, libera recursos e anuncia a iminência de liberação para o início das obras.

Dia 23 de dezembro 2010 a manchete foi: **RELATÓRIO MOSTRA PREJUÍZOS PARA INVESTIDORES DE BELO MONTE**. Essa informação é a última relacionada a Belo Monte citada no ano de 2010 pelo JAN.

As organizações Amigos da Terra - Amazônia Brasileira e International Rivers publicaram nesta quinta-feira o relatório "Análise de Riscos para Investidores no Complexo Hidrelétrico Belo Monte".

O documento afirma que a hidrelétrica de Belo Monte, além de causar danos à floresta amazônica poderá ser um péssimo negócio para investidores, instituições financeiras e parceiros, de acordo com, lançado hoje (23)

Segundo o estudo, as instituições financeiras que optarem por investir em Belo Monte poderão ser responsabilizadas pelos danos sociais e ambientais que a usina causar.

O estudo é divulgado dois dias depois de o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciar o primeiro financiamento de Belo Monte, de R\$ 1 bilhão.

Entre os principais riscos, está a possibilidade de prejuízo financeiro, já que o desempenho de geração de energia do projeto é questionável.

A grande variação de nível do rio Xingu fará com que a potência máxima da usina só seja alcançada nos meses de cheia do Xingu, enquanto que períodos de seca farão com que poucas turbinas sejam acionadas. A capacidade de geração média será de 4.420 MW, apenas 39% do total da capacidade instalada, de 11.233 MW.

O documento cita uma simulação sobre a lucratividade da operação, elaborada pelo banco Santander. De acordo com essa simulação, em um cenário otimista, em que o custo total da usina seria de R\$ 20 bilhões, construída em cinco anos e a energia seria vendida por R\$ 78 Mwh, o projeto teria um Valor Presente Líquido (VPL) negativo de quase US\$ 8 milhões.

No cenário mais realista, considerando o custo total de R\$ 33 bilhões, tempo de construção de dez anos, e energia vendida a R\$ 65 Mwh, Belo Monte teria um VPL negativo de quase US\$ 7 bilhões.

Além das questões financeiras diretas, as empresas e instituições parceiras do projeto já enfrentam ações da sociedade civil na Justiça. Até o momento, organizações da sociedade civil e o Ministério Público Federal já entraram na Justiça com nove ações diferentes, questionando as ilegalidades da obra e do processo de licenciamento ambiental.

Vale destacar também, que as empresas e instituições financeiras que vierem a participar do projeto também correm riscos de reputação. Por ser um projeto que enfrenta resistência da sociedade e de povos indígenas, e que causa sérios impactos no meio ambiente, Belo Monte pode causar danos irreparáveis à imagem de uma empresa ou instituição.

O relatório foi enviado para mais de 20 empresas, entre instituições financeiras, fundos de pensão e empresas relacionadas ao projeto, é assinado por quatro pesquisadores. Zacarias Hovistes e Brente Milikan, Telma Monteiro e Roland Widmer, e contou com a revisão de outros seis pesquisadores.

O Ministério Público Federal do Pará informa que já se mobilizou contra a tentativa de afrouxar as imposições do Ibama na concessão da licença.

Já a Procuradoria da República do Pará enviou um ofício à presidência do Ibama alertando sobre os riscos legais da emissão de uma LI "prévia ou definitiva". Atualmente, existem nove ações contra o projeto na Justiça. (Nota JAN 23/12/2010).

São colocados os riscos para os investidores. A questão está em saber se tais riscos inibem ou não investidores uma vez que o governo está ao lado da construção da usina.

5.4 O ANO DE 2011: LICENÇA CONCEDIDA E MAIS EMBATES

Quadro 10: Ano: 2011 – 143 Programas sobre meio ambiente

Temas recorrentes	Quantidade	Conteúdo mais recorrente
Belo Monte	14	Ver tabela a seguir: “Notícias sobre Belo Monte 2011”
Utilidade Pública	61	Nível de rio; enchentes; queimadas, meteorologia
Preservação Meio	55	Cursos oferecidos e treinamentos

Ambiente: educativos		pela defesa civil; desenvolvimento sustentável; consumo consciente e coleta seletiva
Preservação Meio Ambiente: projetos	58	Desenvolvimento sustentável: mochila do educador ambiental; preservação da fauna, flora, da arte e da cultura
Sobre atuação do governo	57	Regulamentações; debate de medida provisória sobre redução da área de preservação
Fiscalização: IBAMA e Polícia federal	69	Atuação do IBAMA e da Polícia Federal: apreensões, multas
Brasil/Bolívia	9	Construção de hidrelétrica; construção de rodovia; debates acerca de questões climáticas

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 11: Ano 2011 – Repórteres

Repórter	Quantidade de reportagens em 2011
Joelma Viana	48
Evilene Paixão	29
Vilson Reis	23
Eder Jober	19
Anderleia Oliveira	11
Nils Vazquez Toro	7
Suelem Pinho	7
Marciana Bezerra	5
Sirlene de Paula	3
Clemente Elizier	2
Udirley Andrade	2
Amarildo Silva	1
Aroldo Bruce do	1

Fabiola Menezes	1
Thiago Oliveira	1

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 12: Notícias sobre Belo Monte - 2011

MANCHETE	REPÓRTER	FONTES/ VOZES
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL AFIRMA ENTRAR COM UMA AÇÃO JUDICIAL CONTRA A UNIÃO (10.01.2011)	Narração: Joelma Viana	
MPF AJUIZA AÇÃO QUE PEDE A SUSPENSÃO IMEDIATA DA LICENÇA PELO IBAMA PARA INSTALAÇÃO DOS CANTEIROS DE OBRAS DE BELO MONTE (28.01.2011)	Narração: Joelma Viana	
MAIS DE 500 MIL PESSOAS DIZEM NÃO A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (27.01.2011)	Narração: Joelma Viana	
MPF SE MANIFESTA SOBRE LIBERAÇÃO DE LICENÇA PARA BELO MONTE (07.02.2011)	Narração: Joelma Viana	Procurador da República, Felício Pontes
COORDENADORA DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, ALERTA A POPULAÇÃO (31.03.2011)	Narração: Joelma Viana	Coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Antônia Melo
SENADORA PARAENSE VISITA MUNICÍPIO DE ALTAMIRA (18.04.2011)	Narração: Joelma Viana	

OEА DÁ NOVO PRAZO AO BRASIL PARA EXPLICAR BELO MONTE (20.04.2011)	Narração: Joelma Viana	
IBAMA CONCEDE LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS DE BELO MONTE (01.06.2011)	Narração: Joelma Viana	Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo
PROCURADOR DA REPÚBLICA ALERTA PARA AS CONSEQUÊNCIAS DA INSTALAÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE, NO RIO XINGU (02.06.2011)	Vilson Reis, de Belém, PA	Procurador da República, Felício Pontes
MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE SUSPENÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE (06.06.2011)	Narração: Joelma Viana	
MANIFESTANTES VÃO ÀS RUAS DE BELÉM PROTESTAR CONTRA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE (09.06.2011)	Vilson Reis, de Belém, PA	
INTEGRANTES DO MOVIMENTO XINGU VIVO REALIZAM EM BELÉM MANIFESTAÇÃO CONTRA A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (30.06.2011)	Vilson Reis, de Belém, PA	Jhon Monteiro, integrante do Movimento Xingu Vivo para Sempre
ESTUDANTES E MOVIMENTOS REALIZAM MANIFESTAÇÃO CONTRA BELO MONTE (29.07.2011)	Vilson Reis, de Belém, PA	Ana Carolina Andrade, universitária e coordenadora da executiva de

		estudantes de Comunicação Social e Mariana Miranda Max Costa, representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre
FAMÍLIAS DESPEJADAS DE TERRENO DE BELO MONTE ACAMPAM EM FRENTE À PREFEITURA DE ALTAMIRA, NO PARÁ (19.12.2011)	Murilo Carvalho, de Brasília, DF	Maria de Lourdes Bandeira, acampada e a Prefeita de Altamira, Odileida Sampaio Obs. Tem uma nota sobre Belo Monte.

Fonte: Elaborado pela autora

No ano de 2011, Belo Monte volta a ser manchete no JAN no dia 10 de janeiro: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL AFIRMA QUE ENTRARÁ COM UMA AÇÃO JUDICIAL CONTRA A UNIÃO:**

O procurador Felício Pontes, do Ministério Público Federal, afirmou que entrará com uma ação judicial contra a União caso o Ministério do Meio Ambiente autorize o início das obras da usina de Belo Monte, antes do cumprimento de 40 exigências ambientais estipuladas pelo Ibama.

Na última sexta-feira, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, disse que a licença para a instalação do canteiro de obras sairia até fevereiro. Segundo ele, a data havia sido estipulada pela Ministra do Meio Ambiente, Isabella Teixeira.

A ministra Isabella Teixeira informou, por meio da assessoria do Ministério do Meio Ambiente, que a licença será mesmo concedida, mas não estipulou data.

De acordo com Felício Pontes – um dos responsáveis por verificar se as condições ambientais estão sendo cumpridas – é impossível realizar as 40 tarefas até o final do próximo mês.

Segundo ele, “há condicionantes que há 10 anos estão tentando fazer. Não acredita que em um mês se consiga o que não se conseguiram em quase 10 anos”.

Felício Pontes disse ainda que um dos trabalhos a ser feito é a retirada de ocupantes ilegais de terra indígenas. No início da semana, o Ibama havia informado que as obras não seriam autorizadas caso as condicionantes não houvessem sido cumpridas.

As compensações ambientais foram impostas pelo órgão ambiental quando foi concedida a chamada “licença prévia”. Esse documento, expedido em fevereiro de 2010, permitiu que fosse realizado o leilão da usina, mas exigiu que ações de proteção ambiental – desde instalação de esgoto em Altamira até a adoção de parque e reservas – fossem feitas antes que as obras começassem. (Nota JAN 10/01/2011).

Diante da ação, cabe aqui lembrar do educador Paulo Freire, quando o mesmo tece uma interessante discussão sobre a pedagogia de uma perspectiva do oprimido. Ressalta que a luta pela libertação do homem, o qual é, semelhantemente à realidade histórica, um ser inconcluso, se dá num processo de crença e reconhecimento do oprimido em relação a si mesmo, enquanto homem de vocação para “ser mais”.

Em correspondência a essa concepção de homem como “ser vazio” e, por isso, dependente de “depósitos” de conhecimento, está, segundo Freire, a pedagogia de perspectiva opressora, denominada de “educação bancária”.

Pautada numa comunicação verticalizada, contrária ao diálogo, serve como instrumento de desumanização e domesticação do oprimido, o qual na sua relação com o opressor hospeda-o em sua consciência. Ao se referir à teoria antidialógica, o autor ressalta que a referida teoria tanto traz a marca da opressão, da invasão cultural camuflada, da falsa “ad-miração” do mundo, como lança mão de mitos para manter o *status quo* e manter a desunião dos oprimidos, os quais divididos ficam enfraquecidos e tornam-se facilmente dirigidos e manipulados.

No dizer de Jesus Martín Barbero (1995, p. 39), a mediação é “um lugar novo, onde podemos rever e pensar o processo de comunicação em nossos países, em nossas culturas e em nossa sociedade”.

Dia 27 de janeiro de 2011, chamada da manchete:

O Ibama autorizou nesta quarta-feira o consórcio Norte Energia, responsável pela obra da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), a implantar a infraestrutura necessária para a instalação do canteiro de obras do empreendimento.

A licença, chamada de “autorização de supressão de vegetação”, foi assinada pelo presidente substituto do Ibama, Américo Ribeiro Tunes. Com ela, o consórcio poderá fazer todo o procedimento de acampamento, canteiro industrial e área de estoque de solo e madeira.

A licença permite a supressão de 238,1 hectares de vegetação. Deste total, 64,5 hectares estão em Área de Preservação Permanente (APP).

A autorização vale por 360 dias, a contar de ontem, e estabelece uma série de condições que deverão ser observadas pelos empreendedores, sob o risco de cancelamento da licença.

Dentre as condicionantes, o Ibama proíbe o uso de fogo e produtos químicos de qualquer espécie para eliminação da vegetação, além de

depósito do material oriundo da supressão de vegetação em aterros e em mananciais hídricos.

Outra condição é que o consórcio somente poderá executar a intervenção nas áreas adquiridas ou com permissão do proprietário.

Ainda como medida compensatória pelo desmatamento em Área de Preservação Permanente, o consórcio terá de recuperar 64,5 de hectares na área de influência do empreendimento dentro dos 360 dias, prazo de validade da autorização.

A licença foi emitida antes do prazo limite previsto pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que contava com essa liberação até o final da primeira quinzena de fevereiro.

O Ministério Público Federal não descarta uma nova ação judicial, já que os procuradores que acompanham o caso de belo monte haviam recomendado expressamente ao Ibama para evitar fragmentação das licenças na tentativa de apressar o licenciamento.

A recomendação, emitida em novembro do ano passado, dizia ao então presidente do Instituto para se abster de “emitir qualquer licença, em especial a de Instalação, prévia ou definitiva, do empreendimento, enquanto as questões relativas às condicionantes da Licença Prévia 342/2010 não forem definitivamente resolvidas de acordo com o previsto”.

Após a recomendação, em dezembro, técnicos do MPF foram até o local onde deve ser construído o canteiro de obras e constataram que as condicionantes exigidas pela Licença Prévia não foram cumpridas. (Nota JAN 27/01/2011).

A apresentadora ainda discorre sobre a nota de repúdio dos Movimentos Sociais:

No início da tarde de hoje, movimentos sociais, entidades populares, órgãos de imprensa, divulgaram uma nota de repúdio contra a liberação da licença. Em nota, os movimentos afirmam que este é o primeiro grande crime de responsabilidade do governo federal neste ano que nem bem começou.

Os movimentos denunciam a obra, que quer se esparramar sobre nossas propriedades, terras indígenas e a recém reconhecida área de índios isolados, como um projeto genocida.

“Denunciamos essa obra como um projeto de aceleração da miséria, do desmatamento, de doenças e da violação desmedida das leis que deveriam nos proteger. Denunciamos que toda essa miséria, violência e destruição será financiada com dinheiro público dos contribuintes através do BNDES.”

E finalizam a nota, anunciando que vão continuar enfrentando este projeto com todas as nossas forças. Temos a lei do nosso lado, e cresce de maneira vertiginosa o apoio de milhares de brasileiros e cidadãos conscientes do mundo todo à nossa causa. E responsabilizamos desde já o Governo Brasileiro por qualquer gota de sangue que venha a ser derramada nesta luta.

O Conselho indigenista missionário também publicou uma nota de repúdio. (Nota JAN 27/01/2011).

As notícias acima são, primeiro, sobre a liberação e, depois, sobre o repúdio dos movimentos sociais. A intenção é mostrar que apesar da licença, os movimentos continuarão na defesa dos seus ideais.

Para Barbero (1995, p. 42), “a recepção é um espaço de interação, [...] um processo de negociação de sentido”, uma vez que a interação se faz com a própria

mensagem, com os meios, com os atores sociais, com a sociedade. Nesta perspectiva, o receptor como sujeito, como lugar, implica seu reconhecimento como sujeito coletivo.

O significado da mensagem é, pois, não apenas as intenções do produtor, do emissor, do significado, ideológico ou não, presente na mensagem, mas é produzido nas relações sociais. A compreensão da recepção como lugar supõe entendê-la como produto de mediações sociais nas quais se inclui a heterogênea pluralidade de países, regiões, grupos sociais os quais possuem diferentes temporalidades quanto a raça, etnia, gênero, gerações. Implica, ainda, a aceitação da importância das culturas minoritárias, da pluralidade de vozes, de valorização da vida cotidiana.

Dia 28 de janeiro de 2011 teve como manchete: MPF AJUIZA AÇÃO QUE PEDE A SUSPENSÃO IMEDIATA DA LICENÇA PELO IBAMA PARA INSTALAÇÃO DOS CANTEIROS DE OBRAS DE BELO MONTE.

O Ministério Público Federal (MPF) no Pará ajuizou ação civil pública em que pede a suspensão imediata da licença parcial ou fragmentada concedida pelo Ibama para instalação dos canteiros de obras da hidrelétrica de Belo Monte.

Para o MPF, a licença é totalmente ilegal porque não foram atendidas pré-condições estabelecidas pelo próprio Ibama para o licenciamento do projeto, como a recuperação de áreas degradadas, preparo de infraestrutura urbana, iniciativas para garantir a navegabilidade nos rios da região, regularização fundiária de áreas afetadas e programas de apoio a indígenas.

Até a emissão da licença provisória, 29 condicionantes não tinham sido cumpridas, quatro foram realizadas parcialmente e sobre as demais 33 não há qualquer informação.

O MPF também solicitou à Justiça Federal a suspensão urgente da autorização de supressão de vegetação, também concedida ontem pelo Ibama para o projeto Belo Monte.

Além do Ibama, são citados na ação a concessionária Norte Energia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O MPF pede que a Justiça impeça o banco de repassar qualquer tipo de recurso – ou de assinar qualquer acordo nesse sentido – enquanto as ações civis públicas contra o empreendimento estejam tramitando, ou pelo menos enquanto as condicionantes não sejam cumpridas.

Em 2010, o MPF questionou a Norte Energia sobre o cumprimento das condicionantes. A concessionária pediu ampliação de prazo para dar a resposta, que acabou não apresentando. Para o MPF, essa situação “evidencia que o processo de cumprimento das condicionantes está em um estágio inicial que não permitia a concessão da licença”.

Além de requisitar informações a Norte Energia por ofício, no ano passado os procuradores da República que atuam no caso expediram duas recomendações ao Ibama, alertando que a expedição da licença sem o cumprimento das condicionantes seria irregular.

Na primeira recomendação foi destacado que a instalação só poderá acontecer após se iniciar a construção de escolas, postos de saúde, hospitais e obras de saneamento nos municípios e localidades diretamente afetados.

A ação ajuizada nesta quinta-feira é a décima proposta pelo MPF contra irregularidades no projeto Belo Monte. A Justiça ainda vai se pronunciar definitivamente em relação a nove dessas ações, incluída a protocolada hoje. (Nota JAN 28/01/2011).

Dia 7 de fevereiro de 2011: MAIS DE 500 MIL PESSOAS DIZEM NÃO A CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE.

As petições, organizadas pela Avaaz e Movimento Xingu Vivo para Sempre, serão entregues à Presidência da República nesta terça, dia 8 de fevereiro, em um ato contra a usina na Explanada dos Ministérios, em Brasília.

A manifestação foi convocada pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, Conselho Indigenista Missionário, Movimento dos Atingidos por Barragens, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, Instituto Socioambiental e AVAAZ.

Participarão da manifestação cerca de 150 ribeirinhos e indígenas Caiapó, Juruna, Arara e Xipaya de Altamira, do Sul do Pará e do Mato Grosso, além de cerca de 50 componentes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e dezenas de lideranças sociais e militantes ambientalistas.

O objetivo dos movimentos sociais, articulados na Aliança dos Rios da Amazônia (que reúne as organizações das bacias do Xingu, Madeira, Teles Pires e Tapajós), é entregar as petições e uma agenda de discussão sobre as hidrelétricas na Amazônia e o programa energético brasileiro para a presidente Dilma Rousseff, em audiência já solicitada.

De acordo com a Aliança, desde Balbina e Tucuruí, historicamente as usinas na região têm sido desastrosas do ponto de vista social e ambiental, fato reconfirmado pelos inúmeros problemas que atualmente cercam as obras de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira.

O pedido de revisão dos projetos hidrelétricos nos rios da Amazônia e a proposta de uma nova agenda energética para o país já foram apresentados pela Aliança dos Rios da Amazônia à Secretaria-Geral da Presidência, em audiência realizada na última sexta-feira, em Brasília. (Nota JAN 07/02/2011).

Dia 31 de março a manchete relativa a Belo Monte: COORDENADORA DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE ALERTA A POPULAÇÃO. No terceiro Bloco do JAN, a apresentadora diz: “A COORDENADORA DO MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE, ANTÔNIA MELO, FALA COMO ESTÁ A SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES EM TORNO DA VOLTA GRANDE DO XINGU”.

Antonia Melo: As comunidades, elas estão muito apreensivas, onde tem mais de 15 mil famílias, só da agricultura familiar, também tem fazendeiros, e nas ribeirinhas são também mais de 15 mil famílias que vivem na beira do rio, onde pescam, vivem da agricultura familiar..., mas usam o rio para se localizarem, além de quatro aldeias indígenas. Além de outras dezenas de famílias assentadas ao redor de Volta Grande [...] Essas comunidades não têm explicações da empresa Norte Energia, não estão sendo orientadas, apenas são chamadas a deixar suas terras. As pessoas são consideradas como objetos descartados. Vivem intimidadas a assinar papéis.

Apresentadora: A COORDENADORA DISSE AINDA QUE A NORTE E ENERGIA NÃO TEM RESPEITO PELOS DIREITOS DAS COMUNIDADES E FAMÍLIAS, E O MOVIMENTO XINGU VIVO ESTÁ LEVANDO A INFORMAÇÃO QUE ESTÁ FALTANDO A ESSA POPULAÇÃO.

Antonia Melo: O Movimento Xingu Vivo para Sempre vem trabalhando de forma diferente. Orientando para as pessoas não assinarem documentos, papéis para as empresas, pois quanto mais assinarem, as empresas avançam e as pessoas correm o risco de perderem suas terras [...] Esse é nosso trabalho de resistência. É um projeto de mentira, ninguém tem a obrigação de assinar um projeto de morte como esse. [...] Nós não precisamos desse projeto de destruição que se chama Belo Monte.

Apresentadora: E NA TARDE DESTA QUINTA FEIRA, HOUVE UMA ASSEMBLEIA NO COLÉGIO SÃO RAIMUNDO, EM SANTARÉM, PARA TRAZER INFORMAÇÕES A POPULAÇÃO DO TAPAJÓS SOBRE A REALIDADE DO QUE ESTÁ ACONTECENDO NO XINGU, NO RIO MADEIRA, E ALERTAR A POPULAÇÃO DE SANTARÉM E DE TODA A BACIA DO TAPAJÓS SOBRE A CONSTRUÇÃO DE HIDRELÉTRICAS.
E ANTONIA MELO AINDA DEIXA UM RECADO A POPULAÇÃO...

Antonia Melo: Se junte pessoal! Estamos cobrando do Governo que os povos da Amazônia quer ser ouvido, é o povo da Amazônia que tem dizer que projeto precisa. Nós precisamos é de respeito, dignidade de investimento do modo de vida que o povo já sabe fazer. Esses projetos são feitos em gabinete e nós queremos ser ouvidos [...].

Dia 18 de abril de 2011: SENADORA PARAENSE VISITA MUNICÍPIO DE ALTAMIRA.

A senadora paraense Marinor Brito (PSOL) representou a Comissão de Direitos Humanos do Senado na viagem ao município de Altamira, na região do Xingu.

A visita aconteceu no último sábado. Foram colhidos depoimentos da população e de especialistas sobre os impactos da construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Já a anunciada ida de um grupo de senadores à cidade terminou frustrada. Segundo a senadora, tentaram desmobilizar a diligência, mas eu cobrei do presidente do Senado, José Sarney (PMDB), a infraestrutura necessária.

As informações colhidas vão compor um relatório que será apresentado aos demais senadores, em Brasília, possivelmente em maio. O deputado estadual Edmilson Rodrigues (PSOL) acompanhou o grupo.

Marinor e Edmilson percorreram os bairros de Altamira que serão inundados pela barragem que será erguida no município de Vitória do Xingu. Ela enumerou, mais de 40% de Altamira será inundada. Bairros enormes serão atingidos, eliminando casas, escolas, universidade.

Eles também visitaram a Casa do Índio, onde pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com o Ministério Público Federal, estão demarcando o nível do rio para estudar como será a futura inundação.

Na Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) e no Hospital Municipal, Marinor ouviu de engenheiros, médicos e técnicos que a cidade não está

preparada para receber o volume de imigrantes, estimado entre 100 mil e 200 mil para os próximos anos. Eles afirmaram que a cidade não tem sequer 30% de saneamento. (Nota JAN 18/04/2011).

No Dia 20 de abril de 2011: OEA DÁ NOVO PRAZO AO BRASIL PARA EXPLICAR BELO MONTE.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos concede mais oito dias para que o governo brasileiro se manifeste sobre medida cautelar que solicita suspensão do processo de licenciamento da usina em função de violações dos direitos indígenas.

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA) informou nesta terça (19) que o governo brasileiro solicitou mais tempo e terá até o dia 26 de abril para responder à medida cautelar que solicita a paralisação do projeto de Belo Monte até que sejam feitas as oitivas indígenas previstas na Constituição Brasileira e na Convenção Americana dos Direitos Humanos e Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), das quais o país é signatário. Em 1º de abril, o governo brasileiro foi instado pela CIDH a aplicar as normas que dão às populações indígenas o direito de consulta prévia, livre e informada (direito de opinar livremente) e de serem ouvidas pelo Congresso Nacional quando há a intenção de aproveitamento hídrico que interfira em seus territórios e modos de vida.

Na medida cautelar, a CIDH solicita que o Estudo de Impacto Ambiental de Belo Monte seja traduzido para os idiomas indígenas e apresentado de forma compreensível para que este direito possa ser plenamente exercido. Apesar de ser um Estado-membro da OEA, cofundador da CIDH e signatário de todas as convenções destas instituições, o governo brasileiro reagiu de forma desmedida à solicitação de cumprir os compromissos assumidos junto às mesmas e aos seus pares, os demais Estados americanos.

Outra afronta à OEA, segundo as organizações, foi a recente declaração do diretor de relações institucionais do consórcio Norte Energia, João Pimentel, que afirmou ao jornal Valor Econômico que daria início às obras da usina até final de maio, quando espera que o Ibama conceda a licença de instalação de Belo Monte.

De acordo com a liderança indígena Sheyla Juruna, as manifestações que soaram como tentativa de intimidação da CIDH devem ter efeito contrário, fortalecendo a instituição no intuito de fazer valer o princípio de proteção dos direitos humanos de populações ameaçadas. (Nota JAN 20/04/2011).

Durante o mês de maio de 2011 não houve registro de notícia de Belo Monte no JAN. Manchete do dia primeiro de junho: IBAMA CONCEDE LICENÇA DE INSTALAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS DE BELO MONTE.

O IBAMA informou nesta quarta-feira (1º) que concedeu a licença de instalação para o início das obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.

Com a licença de instalação, a obra da usina pode começar. Antes, o Ibama já havia concedido a licença parcial de instalação, para o início do canteiro de obras.

Segundo o Ibama, o licenciamento foi marcado por "robusta análise técnica e resultou na incorporação de ganhos socioambientais. Entre eles, a

garantia de vazões na Volta Grande do Xingu suficientes para a manutenção dos ecossistemas e dos modos de vida das populações ribeirinhas". A possibilidade de seca na Volta Grande do Rio era uma das principais críticas da comunidade indígena local, biólogos e ambientalistas.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, havia afirmado na semana passada que a licença deveria ser publicada a qualquer momento e criticou organizações que se colocam contra o projeto do governo federal.

De acordo com nota divulgada pelo Ibama nesta quarta, a licença de instalação prevê que seja construído apenas um canal de derivação, o que reduz o volume de terra que precisará ser escavada na região, reduzindo o impacto ambiental da obra.

O Ibama afirma também que houve ganho com "implementação de ações em saúde, educação, saneamento e segurança pública firmadas em Termos de Compromisso entre a Nesa (o consórcio Norte Energia), prefeituras e governo do Estado do Pará."

Conforme o Ibama, o consórcio Norte Energia terá de investir cerca de 100 milhões de reais em unidades de conservação na bacia do rio Xingu para compensação ambiental.

Antônia Melo, do movimento Xingu Vivo para Sempre destaca como recebeu essa notícia ...

Antonia Melo: Recebemos essa notícia com muita indignação, muita indignação. Essa decisão não é uma decisão técnica, decisão transparente, mas política, irresponsável do Governo, do Ibama. [...] É mais um ato irresponsável, político, do Governo federal e dessa vez feito pela Presidente Dilma Rousseff. [...] Nós não vamos recuar, vamos continuar lutando na Justiça.

No começo de março tiveram início as obras de acesso ao local onde será construída a usina pela Norte Energia, consórcio de empresas que reúne estatais e construtoras.

Quando a licença parcial para o canteiro foi concedida, o Ministério Público Federal no Pará chegou a conseguir uma liminar para suspender a licença, mas a Advocacia Geral da União (AGU) conseguiu reverter a decisão.

Após a conclusão da obra, o Ibama ainda precisará conceder a licença de operação para que a usina passe, definitivamente, a produzir energia. (Matéria JAN 01/06/2011).

Analisando a decisão do Governo e o discurso da coordenadora do Movimento Xingu Vivo para Sempre, nos remetemos ao que Morin (2004) chama de era planetária o período da evolução humana no qual as interações entre o velho e o novo mundo se realizam por todo o globo. Percebe que esse período se desenvolve mediante muita violência e destruição, além da "exploração feroz das Américas e da África". (MORIN, 2000, p. 24). O homem está ligado a tudo que ocorre no mundo, dentro e fora da atmosfera. A terra é só a placenta da vida, a Terra é a placenta da humanidade. Ele ainda reconhece que o homem possui um "duplo estatuto", dependente, por um lado, do elemento biológico, do elemento físico e do elemento cósmico e, por outro lado, do elemento cultural.

O homo sapiens guarda uma "unidade antropológica" com todos os

representados. Portanto, todos riem, choram, têm cérebro organizado de maneira semelhante. Morin (2000, p. 74) passa a caracterizar a questão da atualidade da agonia planetária: “É a relação com o não econômico que falta à ciência econômica. Com isso, há outros problemas interligados, como a explosão demográfica, o desregramento ecológico e a crise do desenvolvimento”.

Dia 2 de junho de 2011: PROCURADOR DA REPÚBLICA ALERTA PARA AS CONSEQUÊNCIAS DA INSTALAÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE, NO RIO XINGU. No terceiro bloco, a apresentadora chama a participação gravada do repórter da Rádio Nazaré, Vilson Reis.

Vilson: A liberação do Governo Federal para construção da hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, sudoeste paraense, realizado nessa quarta-feira, é o sinal verde que o consórcio Norte Energia aguardava para acelerar as obras na região. De acordo com o Ibama, o licenciamento de Belo Monte foi feito logo após a análise técnica de todas as condicionantes. O órgão assegurou que estão garantidas entre as condicionantes escoamento na Volta Grande do rio Xingu suficientes para a manutenção dos ecossistemas e dos modos de vida das populações ribeirinhas. O Procurador da República Felício Pontes, uma das pessoas que sempre militou contra a realização do projeto, adianta o que deve acontecer com a realização da obra de Belo Monte.

Felício: A gente tinha desconfiança em relação a Belo Monte, que poderia acontecer o que aconteceu em todos os lugares onde na Amazônia onde o Governo Federal, sobretudo Eletronorte fez barragem, construiu usinas hidrelétricas, ou seja, o resultado disso é que a área inundada foi sempre bem maior do que aquilo que o projeto previa no início. É sempre muito maior do que aquilo que estava na planilha dos engenheiros. Então, nós desconfiávamos que isso poderia estar acontecendo também em Belo Monte; apesar de toda a tecnologia que nós temos hoje, na época não tínhamos em Tucuruí.

Vilson: Conforme o Ibama, o Consórcio Norte Energia deve investir cerca de 100 milhões de reais em unidades de conservação na Bacia do rio Xingu para compensação ambiental. Respaldo pelo estudo do Ministério Público Federal do Pará, sobre as consequências da hidrelétrica, o Magistrado esclarece que os cálculos divulgados estão errados, em relação aos números de casas que irão para o fundo.

Felício: Os valores que a Eletronorte propagou estão errados, ele disse que o cálculo é muito mais complexo do que se imaginava e se precisa ter uma certeza milimétrica de todas as áreas que vão profundo e todas as casas que vão para o fundo, na cidade de Altamira.

Vilson: Obrigado, procurador Felício Pontes pela sua participação no Jornal Amazônia é Notícia. Vilson Reis, da Rádio de Nazaré, para Rede de Notícias da Amazônia, 02/06/2011.

No jornalismo, é praxe que o chefe de reportagem elabore as pautas e, se conseguir conciliar seu tempo antes de sair da redação, coordene o direcionamento do que deve ser abordado na matéria. Conforme Rossi (1996, página), as principais distorções nas pautas são:

1ª) Por ser elaborada principalmente em função do que os próprios jornais publicam, o que gera um círculo vicioso, pelo qual os jornais se alimentam; 2ª) No geral, refletem a idealização das pessoas que permanecem nas redações e não daquelas que estão em contato direto com os fatos ou das pessoas geradoras das notícias; 3ª) É elaborada hoje, nos grandes jornais, por um pequeno grupo de profissionais. 4ª) Condiciona o repórter a obedecer aos quesitos previstos ou pedidos pelo pauteiro. Pode ser contornada tal situação?

Dia 6 de junho de 2011 teve como: MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE SUSPENSÃO DA CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE.

O Ministério Público Federal do Pará encaminhou à Justiça nesta segunda-feira (6) pedido de liminar para suspender a construção da usina de Belo Monte, no rio Xingu. A obra teve licença ambiental liberada pelo Ibama na última semana.

De acordo com o procurador Felício Pontes Junior, a ação civil pública protocolada em Belém pede também a aplicação de multa ao Ibama e à Norte Energia, consórcio que vai construir a hidrelétrica, caso haja descumprimento do pedido.

O pedido de suspensão ainda vai ser analisado e as partes citadas devem ser notificadas em até 72 horas. Esta é a 11ª ação pública elaborada pelos procuradores em 11 anos de investigação sobre a instalação da usina de Belo Monte.

De acordo com o MP, o processo foi elaborado a partir do relatório emitido pelos técnicos do instituto. Nele foram constatadas irregularidades no cumprimento das condicionantes para redução dos impactos socioambientais da obra, já que 40% das 64 contrapartidas exigidas pelo Ministério do Meio Ambiente ao consórcio vencedor não foram cumpridas.

Entre as ações não realizadas estão serviços de saneamento básico em Altamira, Anapu, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu e Brasil Novo, municípios que vão rodear o lago da usina, a retirada de invasores de terras pertencentes às tribos, projetos de educação e saúde, além de reforço na infraestrutura das cidades.

De acordo com o procurador, entre as medidas não efetuadas estão estudos sobre a qualidade da água na região, principalmente na cidade de Altamira. O MP ressalta ainda a inexistência de obras voltadas para educação e saúde, como a construção de UBS's (Unidades Básicas de Saúde) e ampliação de hospitais. (Nota JAN 06/06/2011).

Dia 9 de junho de 2011: MANIFESTANTES VÃO ÀS RUAS DE BELÉM PROTESTAR CONTRA CONSTRUÇÃO DE BELO MONTE. No terceiro bloco, antes da chamada da matéria da manifestação a apresentadora leu a seguinte nota:

A Advocacia-Geral da União (AGU) informou nesta quinta-feira que a 9ª Vara Federal do Pará acolheu os argumentos da Procuradoria-Geral Federal e da Procuradoria-Geral da República sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA).

Em resposta a uma ação civil pública, os dois órgãos sustentaram que a usina não será construída em área indígena e não se pode confundir a

localização do empreendimento com os impactos ambientais do projeto que poderiam afetar os índios da região.

A ação, apresentada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), pedia a suspensão de atos e processos administrativos relacionados à construção da usina.

A entidade alegava que a usina não poderia ser instalada no local previsto porque invadiria terras indígenas. Para a utilização da área, seria necessária a aprovação de lei específica, conforme prevê a Constituição.

Segundo a AGU, o Termo de Referência do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) para elaboração estudos ambientais do empreendimento não incluiu as terras indígenas como áreas diretamente afetadas, já que não haverá perda territorial.

A 9ª Vara Federal do Pará acolheu os argumentos da União e destacou, na decisão, que o pedido do Cimi não tem fundamento. (Nota JAN 09/06/2011).

Em seguida, chama a manchete e a participação do repórter da Rádio Nazaré. “MANIFESTANTES VÃO ÀS RUAS DE BELÉM PROTESTAR CONTRA CONSTRUÇÃO DA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. AS INFORMAÇÕES COM VILSON REIS”.

Vilson: Integrantes de movimentos sociais e sociedade civil protestaram nesta quinta-feira pelas ruas de Belém contra instalação da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, em Altamira, sudoeste paraense. Os manifestantes [...] Alex Lacerda Martins Marquinho Mota do Comitê Metropolitano Xingu Vivo para Sempre fala do objetivo do protesto.

Marquinhos Mota: O objetivo da nossa manifestação é denunciar pra sociedade aqui em Belém a maneira ilegal que é a licença de instalação que foi liberada pelo Ibama e pelo Governo Federal para a obra da usina de Belo Monte. Mais uma vez a Constituição foi desrespeitado o direito dos povos indígenas. Foi jogado por ela a função de interesses econômicos pelo grupo tá querendo construir a barragem de Altamira.

Vilson: Marquinhos descreve ainda como está a situação hoje de Altamira.

Marquinhos Mota: Só para você ter uma ideia, eu estive segunda-feira e terça-feira lá em Altamira e eu pude conversar com a população todo mundo já fala que já tá acontecendo aumento da criminalidade, o aumento no preço dos alimentos, aumento no preço de aluguel, não tem infraestrutura de escola, como de saúde, pra receber as pessoas você já não suporta mais o número de pessoas virando um caos municípios ao redor fala isso não estamos tendo em vista que a empresa tá fazendo o que tá passando pra te dizer aonde vai ser construído o canteiro de obra muito grande e sua família cidade que não tem preço não tem dinheiro não tem moradia na cidade. Então, a curto prazo o que vamos ter um caos social lá na cidade.

Vilson: Marquinhos, aproveita também para convidar mais pessoas somarem em defesa dos povos indígenas da Amazônia.

Marquinhos: A gente convida a população de Belém a se engajar nessa luta que não é apenas uma luta da região do Xingu, mas é uma de todos os povos da Amazônia porque se realmente Belo Monte for construída, depois serão construídas pelo menos 20 hidrelétricas nos nossos rios, comprometendo o modo de vida das populações tradicionais da floresta amazônica que vai ficar sem o fluxo natural e sobrevivência dos próprios rios que vão ficar sem o fluxo natural e da própria floresta amazônica alterando a nossa região.

Vilson: Ao término da passeata, os manifestantes entregaram um documento ao superintendente adjunto do Ibama em Belém, Alex Lacerda pedindo cancelamento da licença da hidrelétrica expedida pelo Governo

Federal. (Vilson Reis, da Rádio de Nazaré, de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 09/06/2011).

O ideal é que os repórteres realizem suas coberturas jornalísticas orientadas por uma pauta, elaborada pelo chefe de reportagem ou pauteiro dos veículos de comunicação. Magalhães (1979, p. 112) recomenda como estratégia de cobertura:

A primeira providência, ao ser elaborada a pauta, é garantir os pontos que produzem a notícia, com os repórteres normalmente encarregados dessas áreas ou, quando necessário, com o esforço de outros repórteres. Os jornais não se interessam apenas pelo resultado final de determinado evento, mas procuram compor as reportagens com indicações humanas, técnicas e até pitorescas.

Dia 30 de junho de 2011: INTEGRANTES DO MOVIMENTO XINGU VIVO REALIZAM EM BELÉM MANIFESTAÇÃO CONTRA A HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE. Logo no primeiro bloco entra a participação do repórter da Rádio Nazaré.

Vilson: Integrantes do movimento Xingu Vivo realizaram na manhã desta quinta-feira no centro de Belém, uma manifestação contra a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e a favor dos defensores do rio Xingu, Jhon Monteiro, representante do movimento explica o objetivo do ato.

Jhon Monteiro: O ato objetiva mais uma vez denunciar a hidrelétrica de Belo Monte todos os estragos que essa hidrelétrica vai causar, por exemplo, a expulsão de 40 mil pessoas das suas casas, 100 quilômetros do rio vão secar, uma obra que vai custar 30 bilhões de reais que vão só enriquecer mais as empreiteiras, e os amigos do governo. Então, são muitos estragos pra uma energia que caso Belo Monte será construída vai atender somente as mineradoras nem kilowatts energia previsto para as pessoas, para as comunidades do Xingu, da Amazônia nem mesmo da capital que já paga uma conta de energia muito alta, então, se Belo Monte for construída a conta dessas pessoas vai continuar a mesma coisa e até aumentar, enquanto as grandes empresas mineradoras, empreiteiras que já lucraram e vão lucrar com a destruição da floresta e da vida.

Vilson: John ressalta o apoio que a sociedade dá quando o movimento realiza atos dessa natureza.

John: É muito interessante o resultado que nós vemos quando fazemos este tipo de atividade, o apoio da sociedade, ele é grande, a questão é, que o Governo não divulga o que está acontecendo, é interessante para governo que as pessoas não saibam que a 100 km do rio Xingu, o rio vai secar. Ao não saber, elas não se posicionam contra, mas todas as vezes que nós fazemos uma atividade, de uma manifestação, o apoio da sociedade é importante quando nós distribuimos o material com as informações sobre os problemas que Belo Monte vai causar. As pessoas apoiam e dizem que já estão cansadas de vê exemplos de grandes projetos na região Amazônica que só enriquecem quem tem muito dinheiro, quem já tem mais poder e deixam mais pobres, quem é da região Amazônica.

Vilson: John aproveita também para divulgar o Blog do movimento que tem o objetivo de esclarecer a população sobre o assunto.

John: O Blog, primeiro é www.xingu-vivo.blogspot.com. Nosso blog nós colocamos todas as informações que estão acontecendo em nossa região.

Vilson Reis, da Rádio de Nazaré, de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 30/06/2011.

Resende (2009) discorre sobre o ato de narrar no jornalismo e a problemática entre o discurso e a narração. Mais especificamente, sobre o papel do jornalista e as análises que ele realiza e coloca e evidência. Assim, questiona se este é um modo de trabalhar a favor do deciframento do enigma e se a análise de narrativas, no âmbito do jornalismo, é um esforço de compreensão e (re)conhecimento dos abismos que o discurso instaura.

Dia 29 de julho de 2011: ESTUDANTES E MOVIMENTOS REALIZAM MANIFESTAÇÃO CONTRA BELO MONTE. A matéria inicia o primeiro bloco do JAN, a apresentadora chama o repórter da Rádio Nazaré.

Som ambiente dos manifestantes com gritos e palavras de ordem...
Com esse clima e em meio aos gritos de guerra, caras pintadas de várias entidades e movimentos sociais realizaram nesta tarde de quinta-feira, pela avenida Nazaré, em Belém, manifestação contra a implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu. Ana Caroline Andrade coordenadora executiva nacional dos estudantes de Comunicação Social Enecos justifica a razão do movimento contrário ao empreendimento.

Ana Carolina: Esse projeto não vem para o desenvolvimento real da população, além de causar toda uma destruição ambiental. Os movimentos sociais estão se mobilizando contra esse processo acreditando que ainda é possível revertê-lo.

Vilson: A estudante Mariana Miranda destaca a importância de discutir o assunto com a sociedade e buscar outros projetos alternativos para a Amazônia.

Mariana: A construção de Belo Monte representa um pouco de que tipo de projeto que tem sido colocado para a Amazônia e a gente não quer ele. A gente discutiu muito isso, a gente acha que é uma tarefa, a gente discutiu isso dentro da Universidade para trazer para a sociedade.

Vilson: Os movimentos via campesina Conlutas, Comitê Doroth se juntaram a passeata. Max Costa representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre disse que a luta contra Belo Monte continua.

Max Costa: Enquanto, na verdade, não tiver nenhum tijolo assentado e o canteiro de obra não iniciar suas obras, nós vamos está acreditando e denunciando nas ruas, todas as irregularidades em torno do projeto de Belo Monte.

Vilson: Max esclarece que uma obra desse porte acarreta muitas consequências negativas. O objetivo da manifestação é conscientizar a sociedade para a gravidade da questão.

Max: Nós queremos é sensibilizar a população. Quando nós saímos às ruas não é para causar transtorno ao trânsito ou para irritar a população, nós queremos dialogar, mostrar para a população que por mais que a obra seja na região do Xingu, ela afeta toda a região da Amazônica. É importante que a população esteja sensível e que fortaleça a nossa luta. (Som ambiente dos manifestantes, os gritos, palavras de ordem: "Não, Não, Não, Belo Monte não...!!!!")

Vilson Reis, da Rádio de Nazaré, de Belém do Pará, para a Rede de Notícia da Amazônia, 29/07/2011.

A RNA tem interesse em dar a notícia diretamente do local do acontecimento,

mas, percebemos que tem dificuldade por não ter uma equipe de reportagem do JAN na cidade de Altamira no Pará. Normalmente a produção do JAN busca as notícias em sites de notícias. Quanto à definição de notícia, Natali (2007, p. 12) discorre:

O noticiário não constrói um retrato do mundo com determinado grau de exatidão. Muita coisa que será vista no futuro como de capital importância histórica é diariamente deixada de lado. E, ao mesmo tempo, certos temas sem importância histórica nenhuma acabam virando notícia porque interpelam a mitologia de nosso mundo cotidiano.

São cinco meses de silêncio após a manifestação dos estudantes em Belém ocorrida em 29 de julho de 2011. O JAN só volta a dar manchete sobre Belo Monte e a última do ano, no dia 19 de dezembro de 2011: EM SANTARÉM, INDÍGENAS FAZEM MANIFESTAÇÃO PACÍFICA CONTRA BELO MONTE.

Cerca de 40 professores indígenas que participam de um curso em Santarém, resolveram fazer uma manifestação pacífica na manhã desta segunda-feira por volta das oito e meia, percorrendo a Avenida Rui Barbosa, passando no ministério público e Ibama.

Os indígenas representantes dos povos Arapiun, Apiaká, Arara Vermelha, Borari, Cara Preta, Maytapu, Kumaruara, Munduruku, Jakari, Tapuia, Tupaiu, Tapajó e Tupinambá, resolveram se solidarizar com os povos do Xingu, contra a construção de Belo Monte.

O cacique Odair Borari, da gleba Nova Olinda, conta como se deu a manifestação.

Odair Borari: A razão de estar hoje nas ruas, é dizer que esses professores 40, mas que somos 74 professores, todos são contra a construção de barragens em qualquer região que seja, nós não somos contra energia, mas da forma que está sendo implantada, nós não queremos.

Odair Borari também expressou o sentimento em relação à construção de barragens no rio Tapajós.

Odair Borari: Bom ser a gente já está organizando, eu além de ser cacique, também faço parte também do Movimento em defesa da Rede de Cultura do rio Arapiun e também participo das ações frente da defesa da Amazônia. Acabamos de vir de uma manifestação lá de Itaituba que falamos de construção de barragens naquela região, conscientizando o povo de que isso não é bom e se for feito vai criar um impacto ambiental, vai levar a morte da natureza e com isso vai a cultura dos povos indígenas, vai a alimentação, assim, o lucro que traz para aquela comunidade ribeirinha que está ali na margem daquele é doença, perseguição e nada de emprego, porque a energia não é para nós.

O cacique Odeildo do povo Munduruku Cara Preta, da aldeia escrivão do município de Aveiro, fala que a aldeia escrivão está lutando em apoio contra a usina de Belo Monte.

Odeildo: A construção de Belo Monte, da usina, nós povos indígenas, lá na aldeia não queremos. Não só nós, como essa construção vai afetar os povos de lá, os do baixo Tapajós, isso nós não queremos para os nossos povos.

O cacique Enoc Arapiun de vila franca, conta como a população do local está lidando com a notícia da construção de belo monte e de barragens no tapajós.

Enoc: A gente vê assim, que é uma tristeza muito grande, não só para nós povos indígenas, mas para os ribeirinhos, porque antes está acontecendo no Xingu, mas a gente sente a tristeza deles lá, dos parentes que estão lá, a gente vê a revolta deles lá, a gente tá acompanhando isso, então, estamos tendo a iniciativa para articular aqui em Tapajós para não acontecer o que está acontecendo lá. Para defender a nossa região.

O projeto da usina prevê a alteração no fluxo do rio. Os danos ambientais, sociais e econômicos ainda não foram mensurados na sua integridade. Um painel de especialistas da Universidade Federal do Pará, coordenados pela pesquisadora Sonia Magalhães, há muito tempo vem alertando sobre as deficiências dos Estudos de Impacto Ambiental.

As estimativas do Movimento Xingu Vivo para Sempre é de que mais de 50 mil pessoas serão atingidas, incluindo aí, comunidades indígenas, ribeirinhas, pescadores, agricultores e populações extrativistas. “É um projeto extremamente nocivo e que está sendo empurrado goela abaixo”, afirmou Antônia Melo, do Xingu Vivo.

Nesse sentido vale ressaltar a importância da RNA no contexto amazônico, ela cria a possibilidade de uma nova comunicação interligada, sendo que a questão da Sustentabilidade está sempre na pauta de suas edições. A partir disso, reflito que, talvez, a voz oficial seja a das vozes alternativas que se manifestam pela Amazônia, e a elas a rádio dá cobertura, oportunizando matérias sobre a correta coleta de lixo e as possibilidades de reciclagem ou divulgando os movimentos de defesa de um grande rio amazônico e seu entorno.

5.5 O ANO DE 2012: INÍCIO DAS OBRAS E PARALIZAÇÕES

Quadro 13: Ano: 2012 – 166 Programas sobre meio ambiente

Temas recorrentes	Quantidade	Conteúdo mais recorrente
Belo Monte	10	Ver tabela a seguir: “Notícias sobre Belo Monte 2012”
Utilidade Pública	42	Mudanças climáticas; enchentes; meteorologia
Preservação Meio Ambiente: educativos	70	Desenvolvimento sustentável; consumo consciente; campanhas com crianças para conscientização; atividades ecológicas com a população
Preservação Meio Ambiente: projetos	66	Projetos visando desenvolvimento sustentável; projetos de reciclagem;

		projetos hidrelétricos; recuperação de fauna e flora; projeto de hidrovía
Sobre atuação do governo	56	Decretos emergenciais contra enchente; investimento no mapeamento da Amazônia; Bolsa verde
Fiscalização: IBAMA e Polícia federal	67	Atuação do IBAMA e da Polícia Federal: apreensões, multas
Brasil/Bolívia	6	Fontes de energia elétrica; mudanças climáticas; fiscalização contra caça

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 14: Ano 2012 – Repórteres

Repórter	Quantidade de reportagens em 2012
Joelma Viana	38
Vilson Reis	32
Anderleia Oliveira	18
Suelem Pinho	13
Aroldo Bruce de	4
Keliane Tomé	9
Vanessa Pereira	9
Tom Claro	8
Nils Vazquez Toro	6
Sirlene de Paula	6
Gessilene Sales	4
Miro Barbosa	4
Paulo Amorim	4
Evilene Paixão	3
Carlos Alexandre	2
Eder Jober	2
Padre Gian Franco	1

Ronnievon Barros	1
------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 15: Notícias sobre Belo Monte - 2012

MANCHETE	REPÓRTER	FONTES/ VOZES
BELO MONTE INICIA PRIMEIRO BARRAMENTO DO XINGU (17.01.2012)	Raik Pereira, de Santarém, PA	Antônia Melo, Movimento Xingú Vivo para Sempre
REPRESAS DO RIO XINGU COMEÇAM A SER CONSTRUÍDAS (22.01.2012)	Vilson Reis, de Belém, PA	Procurador da República, Felício Pontes
COMITÊ METROPOLITANO XINGU VIVO REALIZA PROTESTO EM BELÉM (02.02.2012)	Vilson Reis, de Belém, PA	Anderson Castro, membro do Movimento Xingú Vivo para Sempre
BELO MONTE COMEÇA A CAUSAR ENCHENTE E DESALOJA MAIS DE 400 PESSOAS (02.03.2012)	Vilson Reis, de Belém, PA	Procurador da República, Felício Pontes
MINISTRA DOS DIREITOS HUMANOS IMPEDE LEITURA DE NOTA PÚBLICA E RETIRA QUESTIONAMENTOS A BELO MONTE DE RELATÓRIO (20.03.2012)	Narração: Joelma Viana	Procurador da República, Felício Pontes
OPERÁRIOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE, PARALISAM ATIVIDADES EM MENOS DE TRÊS MESES (23.04.2012)	Vilson Reis, de Belém, PA	
PARALELO A RIO +20. ALTAMIRA,	Vilson Reis, de	Procurador da

NO PARÁ É SEDE DA XINGU +23. (13.06.2012)	Belém, PA	República, Felício Pontes
INDÍGENAS OCUPAM BARRAGEM EM ALTAMIRA (PA) (25.06.2012)	KELIANE TOMÉ, de Santarém, PA	
TRF PARALISA OBRAS DE BELO MONTE (14.08.2012)	Joelma Viana	Procurador da República, no Pará, Felício Pontes Junior
STF AUTORIZA RETORNO DAS OBRAS DE BELO MONTE E MPF REFORÇA DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS (28.08.2012)	ROMILDO ROSA, de Belém, PA	Procurador da Justiça do Ministério Público Federal, Alan Mansur
EIA RIMA DE BELO MONTE DEVE SER ENTREGUE ESSE MÊS AO IBAMA (02.10.2012)	Joelma Viana	

Fonte: Elaborado pela autora

As manchetes sobre Belo Monte no JAN em 2012 reiniciam a partir do dia 17 de janeiro: BELO MONTE INICIA PRIMEIRO BARRAMENTO DO XINGU, matéria Raik Pereira de Santarém.

Raik Pereira As primeiras intervenções no rio Xingu relacionadas à construção de Belo Monte, já estão em andamento. No trecho que margeia o sítio Pimental, onde ocorrerá o barramento do rio, está sendo feita a primeira ensecadeira. A ensecadeira é uma pequena barragem provisória para desviar parte do curso da água e permitir que se trabalhe na construção do paredão da barragem definitiva. A reportagem da Rádio Rural conversou com Antônia Melo do movimento Xingu vivo para sempre, que nos disse como a população está recebendo todas essas ações.

Antônia Melo: É muito triste! Acima de tudo, muito indignante o que o governo está fazendo. Continua fazendo. Essas ensecadeiras que já é o início do barramento do rio Xingu, significa para nós, o povo Xinguano, uma grande afronta. O governo está nos afrontando, levando em curso rapidamente esse grande crime que é Belo Monte. Infelizmente a sociedade está assim... de queixo caído do que está acontecendo.

Raik Pereira: Antônia Melo disse ainda, quais os principais impactos gerados com a construção dessas ensecadeiras.

Antônia Melo: O impacto que secou a água, nós constatamos domingo. Estivemos lá, a água está muito barrenta. Os moradores a baixo da Bolsa Grande. Estivemos nas comunidades indígenas: Arara da Bolsa Grande, Makisama e algumas casas dos ribeirinhos. A água está muito barrenta, já

está correndo muito suja. Esse primeiro impacto a mudança da qualidade da água e conseqüentemente será a matança dos peixes, já.

Raik Pereira: Segundo um técnico ambiental que estava no local, esta é a primeira de treze ensecadeiras, para a construção da grande barragem de Belo Monte. A autorização para a supressão de vegetação foi dada pelo IBAMA e prevê a derrubada de cinco mil hectares de floresta. Moradores das comunidades e aldeias mais próximas afirmam que ninguém foi avisado do início da construção da ensecadeira. Já entre os ribeirinhos e pequenos agricultores, muitos ainda não saíram de suas ilhas, casas, ou comunidades e afirmaram só tem ouvido muitas explosões. Um dos impactos principais é sobre os peixes que transitam pelo o rio. Na usina de Santo Antônio no rio Madeira, por exemplo, muitos peixes ficaram presos entre as ensecadeiras e acabaram morrendo. De acordo com os indígenas da aldeia Arara da Volta Grande. A Norte Energia apenas apresentou duas animações de um sistema de transposição das embarcações feita por um guindaste, que suspenderia os barcos e os atravessaria para o outro lado do barramento. Apesar da liberação das obras ainda permanecem sem julgamento, onze ações judiciais do Ministério Público Federal, contra Belo Monte. A mais antiga delas, iniciada em 2006, pode chegar ao Supremo Tribunal Federal ainda nesse ano. Foi Raik Pereira, da Rádio Rural de Santarém, para a Rede de Notícias da Amazônia. (17/01/2012).

A notícia revela a problemática da Usina de Belo Monte do ponto de vista de Antônia Melo. Conforme Resende (2009, p. 31):

O esforço é acolher as narrativas como lugar de produção de conhecimento, trazendo à tona a problemática da representação e colocando em evidência o lugar em que se inscrevem suas instâncias enunciativas; trata-se de refletir sobre o caráter (que se pressupõe) dialógico do discurso jornalístico. Há de se perguntar se este é um modo de trabalharmos a favor do deciframento do enigma da comunicação e se a análise de narrativas, no âmbito do jornalismo, nos ajuda a considerar o paradoxo da incomunicabilidade (Ricoeur), tornando possível a compreensão e o (re)conhecimento dos abismos que o discurso instaura.

No dia 22 de janeiro de 2012 a manchete foi: REPRESAS DO RIO XINGU COMEÇAM A SER CONSTRUÍDAS. Máquinas e operários começam a fazer as primeiras intervenções no rio Xingu, onde será construída a hidrelétrica de Belo Monte. O procurador da república, Felício Pontes, conversa conosco sobre o assunto. Confira com Vilson Reis:

Vilson Reis: Dr. Felício Pontes no trecho do Sítio Pimentel, onde ocorrerá o barramento do rio, está sendo feita a primeira ensecadeira para desviar parte do curso da água e permitir a construção do paredão da barragem definitiva. E agora procurador o que irá acontecer?

Felício Pontes: O impacto de um barramento no rio Xingu ainda é uma coisa muito drástica, para você ter uma ideia, e todos aqueles que estão acompanhando a gente nessa conversa. Eles sabem que o se pensa primeiro de um impacto de uma hidrelétrica é inundar. O rio vai passando, se faz uma barragem no rio. E com aquela barragem a água não passa e inunda então toda a área adjacente ao rio. Isso vai acontecer em Belo Monte, mas vai acontecer mais do que isso. Porque depois essa barragem

que vai inundar uma parte considerável, inclusive da cidade Altamira, que é o núcleo urbano mais populoso daquela região. Essa barragem vai desviar o rio. Desviando o rio, pra outro/em outro curso, você tem um curso, uma extensão de 100 km do rio Xingu, vou repetir, 100 km do rio Xingu, onde não vai ter praticamente nada de água.

Vilson Reis: Que impactos teremos diretamente procurador?

Felício Pontes: Nessa região, nós temos impactando diretamente: três terras indígenas e mais de 20.000 famílias de ribeirinhos.

Vilson Reis: Procurador, normalmente quando se fala em Belo Monte, imagina-se logo que só vai impactar os povos indígenas e que a Amazônia é grande e não é habitada. É isso mesmo, Dr. Felício?

Felício Pontes: Então eu acho que é uma falta de conhecimento muito grande da Amazônia, se dizer que não há pessoas nela. E a gente tem relatos desde o início da colonização portuguesa de que era uma área densamente povoada, sobretudo as margens dos rios. Isso continua sendo. Eu acho que, o engano que se tem de fora é que, as pessoas como não veem a coisa devastada. São pessoas que vivem da castanha-do-pará, do cupuaçu, do cacau. Então eles precisam da floresta em pé e estão lá dentro da floresta. É uma vida em completa harmonia com a natureza, acaba se pensando que ali não tem gente.

Vilson Reis: Uma preocupação. A partir da construção de Belo Monte e com essas represas que começam a ser construídas, como as comunidades que lá existem sobreviverão?

Felício Pontes: Olha, essa é a nossa maior incógnita. Porque eu não tenho a resposta, mas eu acho que tenho alguns dados que possam nos fazer refletir. Nesse trecho de 100 km do rio Xingu, que não vai mais ter mais quase nada de água, nós temos 273 espécies de peixes e elas vão desaparecer. Os biólogos já disseram que não há condições nenhuma de sobrevivência com 10% da água de um rio. Aquilo que era um rio, vão se transformar em poças de água suja, segundo eles. E dessas 273 espécies de peixes que vão sumir. Marcos, há um dado muito relevante, é que algumas delas só existem ali, nessa região, que é conhecida como Volta Grande do Xingu. Aliás, a Volta Grande do Xingu há uma portaria do Ministério de Meio Ambiente a considerando como de extrema relevância biológica é a maior categoria de cuidado biológico que se pode ter nessa região. Porque ali existem peixes que só existem lá e não existem em nenhum outro lugar do planeta. Morcegos e até algumas árvores que são daquela região, são características dali. E nós vamos perder tudo isso com Belo Monte.

Vilson Reis: Muito obrigado, procurador pela sua participação. A ilha em frente à obra onde passará o barramento, já está sendo desmatada. A autorização foi dada pelo IBAMA, que prevê a derrubada de 5.000 hectares de florestas. Segundo moradores das comunidades e aldeias mais próximas, ninguém foi avisado do início da construção da enseadeira. Apesar da liberação das obras, ainda permanecem sem julgamento onze ações judiciais do Ministério Público Federal contra Belo Monte. A mais antiga delas, iniciada em 2006 pode chegar ao Supremo Tribunal Federal este ano. Vilson Reis, direto da Rádio Nazaré de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia. (22/01/2012).

Vale aqui lembrar Dutra (2009, p. 154) que escreve em sua obra *A Natureza da Mídia*:

Reproduzindo o óbvio, de que “não é fácil definir a Amazônia, Moran (p. 23), lembra as simplificações históricas e contemporâneas segundo as quais a região é simplesmente o “vale amazônico”, ou a bacia do rio Amazonas e seus afluentes, existindo também definições político-econômicas, como a de

“Amazônia Legal”. Ocorre que a Amazônia, por quaisquer de suas definições, não se constitui somente pelo ambiente físico como também pelo ambiente humano, com uma história social, política e econômica. Afirma Morán (idem) que “definições de caráter político-econômico enfatizam que a problemática da Amazônia não é simplesmente ecológica, mas política e social” [...].

As falas de Felício Pontes e Dutra evidenciam que não se tem uma compreensão por parte dos idealizadores da Usina de Belo Monte sobre o que significa a Amazônia para os moradores locais e para o mundo.

No dia 2 de fevereiro de 2012 a manchete foi: COMITÊ METROPOLITANO XINGU VIVO REALIZA PROTESTO EM BELÉM, reportagem de Vilson Reis, de Belém, PA.

Vilson Reis: Um ato em memória aos dois anos de missão da licença prévia da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi realizado nessa quarta-feira em Belém. Pelo comitê metropolitano do Movimento Xingu Vivo Para Sempre na sede do IBAMA. Órgão responsável pela licença do empreendimento. Anderson Castro, membro do movimento, fala do objetivo da manifestação.

Anderson Castro: O nosso objetivo principal em primeiro lugar é mostrar que nesses dois anos quem tem a ganhar com a construção de Belo Monte, de forma alguma vai ser a população, por isso que a gente está vindo fazer um ato lúdico. Estamos trazendo um bolo para cá, com algumas máscaras: Sarney, Lula, Dilma, Aécio, Lobão, empreiteiros e as principais pessoas que estão envolvidas com esse longo tempo; com a construção de Belo Monte.

Vilson Reis: Anderson também explica o que o movimento pretende alcançar junto ao governo.

Anderson Castro: A gente quer tentar sensibilizar a população e pressionar o governo Federal para que ele inviabilize imediatamente a construção de Belo Monte. Porque a gente entende que tem como produzir energia, por formas alternativas, que não é o barramento de rio e que não vai causar o impacto ambiental que Belo Monte vai causar. 50.000 pessoas vão ser deslocadas. O índice de violência aumentou em 60% e por isso a gente vem aqui mostrar a nossa indignação e dizer que os indignados do Xingu em defesa da Amazônia estão contrários a Belo Monte, e a gente não vai medir esforços. Se possível for, em Belém, em Altamira, aonde for pra barrar Belo Monte.

Vilson Reis: Ao longo desses dois anos o movimento realizou diversas manifestações para tentar impedir o empreendimento. Anderson aproveita para apresentar a alternativa que o Xingu vivo acredita ser viável.

Anderson Castro: Tem um estudo feito por pesquisadores da USP, entre eles o Francisco Hernandes e o Célio Berman, que aponta o seguinte. Se a gente repotenciar as turbinas das usinas hidrelétricas já existentes e se a gente otimizar a região de transmissão para evitar o maior número de perda. A gente tem como produzir energia, duas vezes mais do que Belo Monte. Sendo que, Belo Monte vai ser construída e a gente vê que não é só Belo Monte, são mais de 100 usinas hidrelétricas que estão sendo previstas para barrar os rios da Amazônia. Então isso é um absurdo muito grande, porque a gente entende que a Amazônia tem um potencial biossocial muito grande e a gente tem que presar por esse potencial biossocial e não depredar o meio ambiente. Altamira agora está na lista do município com maior índice de devastação ambiental, não só por Belo Monte, mas pelo contingente grande de população que se desloca pra a região e por não ter moradia e

acaba devastando alguma área para poder construir. Porque o aluguel tu pagava antes 100 reais, agora tu não tá pagando menos de 600 reais, porque a especulação imobiliária agora tá lá pra cima. Vilson Reis, da Rádio Nazaré de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia. (02/02/2012).

O uso do JAN para debate sobre a Usina de Belo Monte revela a importância dos meios de comunicação para evidenciar outras possibilidades para a Usina. Resende (2009, p. 32-33) expõe que:

Por muito tempo, os estudos sobre os meios de comunicação foram pouco atentos à problemática da relação, nos fazendo crer na assepsia de um processo que se realizaria em sentido de mão única. À luz deste modo de compreender a comunicação, as dominâncias foram tecidas na ordem da lógica dos produtores, e assim, nos lugares legitimados para produzir a fala, sempre coube o empenho de normatizá-la, a fim de que, salvando-se dos ruídos, fosse possível produzir a “boa” comunicação.

É o que Joelma Viana defende na RNA:

E creio que a Rede de Notícias tem esse papel de promover uma comunicação cidadã, que mostre para o mundo, como as organizações na Amazônia trabalham em prol do meio ambiente. Além disso, a cobertura sobre meio ambiente serve para um questionamento, o que eu, enquanto comunicadora estou fazendo para promover a comunicação cidadão. E isso me fez aumentar o compromisso em prol dos povos da Amazônia. (Depoimento Joelma Viana, setembro 2014)

No dia 2 de março de 2012: BELO MONTE COMEÇA A CAUSAR ENCHENTE E DESALOJA MAIS DE 400 PESSOAS. Vilson Reis tem as informações.

Keliane Tomé: Desde terça-feira está desaparecido o senhor Sebastião Pereira de 57 anos, proprietário de dois lotes de terra com 26.000 pés de cacau, metade já produtivo. O terreno é vizinho de uma das áreas de trabalho do consórcio Norte Energia que constrói a hidrelétrica de Belo Monte. O litígio, já havia ocorrendo, porque a Norte Energia planeja retirar todos os moradores da redondeza da construção, alegando direito público sobre direito privado. Inicialmente depois do inventário da propriedade do senhor Sebastião Pereira, a empresa negociou pagar-lhe 1.200.000 reais, para ele se retirar da propriedade, tendo aceito o negócio, em seguida apareceu outra pessoa se dizendo dona de uma parte da propriedade, que levou a Norte Energia, baixar o preço combinado antes, agora para apenas 250.000 reais, o que não foi aceito por Sebastião, resistiu, permanecendo no lote, foi visitado pela polícia e oficial de justiça com mandato de reintegração de posse para a empresa construtora. Sebastião teve sua casa destruída, mesmo assim, permaneceu no lote na tentativa de receber o dinheiro acertado originalmente. Na segunda-feira desta semana, a Norte Energia mandou os tratores destruir todo o plantio de cacau e ameaçou prender o resistente proprietário, que está desaparecido já faz dois dias

causando preocupação à família. Padre Edilberto Sena da Rádio Rural de Santarém, que esteve em Altamira em pesquisa dá mais esclarecimentos sobre o desaparecimento de Sebastião Pereira.

Padre Edilberto Sena: Juntamente com uma equipe de pesquisadores e da Televisão Record, estivemos, hoje, no sítio Pimental, onde está sendo aberto uma das ensecadeiras da Norte Energia para a construção de Belo Monte. Juntos com duas filhas do senhor Sebastião que estão angustiadas pelo desaparecimento de seu pai. Ao chegarmos conseguimos penetrar lá no terreno aonde, com uma cena chocante. Isso apareceu a nós, deixando as garota chorando. Todos os cacauzeiros derrubados no chão, com o trator da Norte Energia. Aí procuramos o homem, o pai, chegamos até junto a guarita da empresa. Quando chegaram imediatamente os guardas e o mais chocante para nós. As garotas chorando, procurando pelo pai e os guardas dizendo: “Vocês tem que se retirar imediatamente daqui, porque isso aqui é uma propriedade particular da Norte Energia.” E elas disseram: “E nosso pai, onde é que está nosso pai?” Disseram. “Eu não sei, ele voltou para a cidade.” “Voltou não, senhor. Nós estamos chegando da cidade agora, de lá.” “Então vocês tem que sair imediatamente.” E arranjaram um carro e nos afastaram de lá. Quer dizer, a empresa Norte Energia, em nome do Governo Brasileiro está esmagando os proprietários. Imagine 26 mil pés de cacau plantado no chão, a fim de construir a tal da Belo Monte. A população da redondeza da Eletronorte está se sentindo impotente, porque não existe diálogo de negociação a empresa impõe o preço que quer pagar aos proprietários pelo aquilo que tem no seu terreno. Então, isto deu a nós uma impressão muito ruim dessa democracia. Keliane Tomé da Rádio Rural de Santarém para a Rede de Notícias da Amazônia.

Enquanto Morin (2000, p. 77) sugere a possibilidade de unir Estados para superar a crise ecológica e outros problemas planetários, como o tráfico de drogas, ecologia, êxodo rural, na prática se verifica o contrário, conforme a notícia acima, Unger (1991, p. 35), por sua vez, questiona: “O que está em crise não será fundamentalmente a maneira pela qual o homem contemporâneo percebe e pensa o mundo? O que está em questão não é o que nós entendemos por nossa identidade enquanto humanos?”

Morin (2002) em sua obra clama para a questão da agonia planetária. Estaria Morin preconizando o teor das discussões durante várias manifestações contrárias a construção de Belo Monte? Quando enfatiza que é a relação com o não econômico que falta à ciência econômica? Com isso há outros problemas interligados, como a explosão demográfica, o desregramento ecológico e a crise do desenvolvimento.

No dia 20 de março de 2012 a manchete foi: **MINISTRA DOS DIREITOS HUMANOS IMPEDE LEITURA DE NOTA PÚBLICA E RETIRA QUESTIONAMENTOS A BELO MONTE DE RELATÓRIO.**

Joelma: A ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário não concedeu a palavra aos representantes da sociedade civil convidados para a reunião desta segunda-feira, do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Na ocasião, foi apresentado e

votado o relatório de impressões sobre as violações de direitos humanos da Terra do Meio no Pará. Designada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Depois de apelar para o regimento interno do conselho, que diz que os presentes só podem se manifestar após a deliberação dos conselheiros, a ministra mudou repentinamente de pauta, sem oferecer possibilidade de fala. Isso porque o conselho aprovou de forma parcial o relatório, excluindo todos os questionamentos e recomendações relacionados a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte no Pará. Apresentados pelo relator, Leonardo Sakamoto. Com informação de que Maria do Rosário tinha determinado que o relator retirasse as referências às violações decorrentes da construção da usina. Cerca de 50 organizações da sociedade civil construíram nota conjunta, denunciando tal postura da ministra e defendendo o relatório não modificado por Sakamoto. O advogado e indígenas presentes insistiram em vão pelo direito de falar. A ministra seguindo em suas manifestações de claro abuso de poder e arbítrio criticou duramente o Ministério Público Federal do Pará, por ter solicitado e dado prazo para a representação do relatório. Para o procurador da república, no Pará, Felício Pontes, o que aconteceu foi muito grave para todos os paraenses.

Felício Pontes: Essa coisa que aconteceu foi muito grave para todos nós, porque ela está escamoteando uma realidade. A ministra pediu para que fosse feito um relatório no ano passado sobre o aumento da violência na Terra do Meio, que é a região que fica entre os rios Iriri e Xingu, bem no coração do estado do Pará. Esse relatório foi feito e o relatório dizia o óbvio. Dizia que há um aumento da violência muito grande nessa região, por conta de Belo Monte, porque a população de Altamira vai dobrar em poucos anos. E que não houve nenhuma preparação com as condicionantes, que são as ações que deveriam ter sido feitas no município para que essa população pudesse ter água, pudesse ter saneamento, pudesse ter educação, pudesse ter saúde. Nada disso foi feito. E aquilo tava afirmando a violência, para que você tenha uma ideia. Violência sexual tinha crescido, já até o final do ano passado, quase 20%. É a violência, latrocínio foram 500% que aumentou. Violência contra crianças e adolescentes aumentou 138% e é claro que isso tinha ligação com Belo Monte, era o único fato novo que estava acontecendo naquela região. E a ministra determinou que o relator retirasse essas menções a Belo Monte do relatório e ele disse que não iria retirar e acabou com o conselho aprovando o relatório com a ressalva, ignorando. Determinando a retirada de tudo que dizia respeito a Belo Monte. Nós estamos com isso em mãos, porque nós temos algumas ações judiciais que falam justamente do não cumprimento das condicionantes e isso vai nos ajudar a pedir no judiciário que seja reapreziado o caso. Dessas condicionantes, diante dessas informações novas, para que possa o judiciário nos dar uma liminar dizendo que o que a gente precisa agora é que parem as obras da hidrelétrica de Belo Monte. Até que sejam cumpridas todas as condicionantes, porque senão o aumento da violência, o caos social vai imperar naquela região.

Joelma: Maria do Rosário, disse que todas as questões relacionadas a Belo Monte serão encaminhadas ao comitê gestor que acompanha a construção da usina, mas não tem tido atuação nenhuma na região. Relatório da Terra do Meio terá seguimento, porém com outro relator, pois o atual pediu para sair da função. Porém antes, Sakamoto solicitou que a comissão acolha os relatos e a as reivindicações da sociedade civil, bem como encaminhe as violações de direitos humanos que acontecem nas regiões afetadas pela construção de Belo Monte. Alguns conselheiros apesar de votarem pela aprovação parcial do relatório, se posicionaram dizendo que a Terra do Meio será afetada pela construção da usina. Sobretudo nos aspectos sociais, tais contradições aparecem em vários episódios envolvendo Belo Monte, quando o presidente da Fundação Nacional do Índio, Márcio Meira, assinou laudo dizendo que a obra não afetaria as comunidades indígenas, contrariou o parecer técnico do próprio órgão. Truculência e despotismo

movimentam a usina antes mesmo das águas do rio Xingu. No entanto, cabe ressaltar que Maria do Rosário, é apenas mais um brinquete controlado pela mão de ferro da presidente Dilma Rousseff, que de forma inescrupulosa transforma a máquina estatal num rolo compressor sobre comunidades indígenas, ribeirinhas e camponesas afetadas pela obra e que disseram não para Belo Monte. (20/03/2012).

No dia 23 de abril de 2012 a manchete foi: OPERÁRIOS DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE PARALISAM ATIVIDADES EM MENOS DE TRÊS MESES. Reportagem de Vilson Reis.

Vilson Reis: Os operários da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Altamira, no oeste do Pará, pararam as atividades desde as cinco horas da manhã desta segunda-feira, nos cinco canteiros da obra instalados as margens do rio Xingu. A decisão foi tomada na semana passada em assembleia. Esta é a terceira paralização em menos de seis meses do empreendimento, que é considerado a maior obra do PAC. Entre as reivindicações, os operários pedem o aumento do vale alimentação de 95 reais para 300 reais por mês, mas a empresa propõe apenas um reajuste de 15 reais. Aumentando o benefício para 110 reais, outro pedido da classe trabalhadora é a redução do intervalo entre as chamadas baixadas que é o período de folga que o consórcio dá aos trabalhadores para visitar a família. Atualmente, para cada período de seis meses de trabalho, os funcionários de Belo Monte ganham nove dias de licença. O consórcio sinalizou apenas a possibilidade de ampliar o período de folga para 19 dias com antecipação de dez dias das férias. O que para Geovanni Resende Silva, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Pesada do Estado do Pará é uma proposta que não pode ser aceita, porque as férias já são direito assegurado por lei. Geovanni lembra ainda, que a esperança era de que o consórcio construtor de Belo Monte apresentasse uma nova proposta aos operários, o que segundo ele, não aconteceu. Vilson Reis, da Rádio Nazaré FM de Belém do Pará, a Rede de Notícias da Amazônia. (23/04/2012).

Durante o mês de maio de 2012 não ocorreram matérias sobre Belo Monte. No dia 13 de junho de 2012 a manchete foi: PARALELO A RIO +20. ALTAMIRA, NO PARÁ É SEDE DA XINGU +23, reportagem de Vilson Reis.

Vilson: Várias entidades e movimentos sociais contrários à construção da hidrelétrica de Belo Monte participam desde essa quarta-feira, em Altamira, sudoeste do Pará, do evento denominado Xingu +23, coordenado pelo movimento Xingu Vivo para Sempre. A programação prossegue até o próximo domingo e contará com a participação da população ribeirinha, além de acadêmicos, ambientalistas, trabalhadores rurais e urbanos. O encontro foi batizado de Xingu +23 em referência ao primeiro encontro dos povos indígenas do Xingu realizado em 1989 que marcou o início da resistência a Belo Monte. O cenário é a comunidade de Santo Antônio, situada a 50 km de Altamira, que já está parcialmente desocupada pelas obras da usina. Para o procurador federal Felício Pontes, uma das lideranças contrárias ao empreendimento, além da desocupação, mais impactos estão por vir.

Felício Pontes: Nessa região, nós temos impactando diretamente três terras indígenas e mais de 20 mil famílias de ribeirinhos.

Ainda de acordo com o magistrado estão previstos o alagamento de 640 km², a desocupação de 486 hectares no perímetro urbano da cidade de Altamira. Além da inundação de cerca de mil imóveis rurais, é o que detalha o procurador.

Vilson: Além do Xingu +23 realizado no Pará. O Movimento Xingu Vivo organizará duas atividades na cúpula dos povos a primeira será na próxima terça-feira, com o objetivo de debater as usinas hidrelétricas, que segundo os organizadores é uma falsa solução para a crise ambiental do planeta. Dos estúdios da rádio Nazaré FM, em Belém do Pará, Vilson Reis para a rede de notícias da Amazônia. (13/06/2012).

Em 25 de junho de 2012 a manchete foi: **INDÍGENAS OCUPAM BARRAGEM EM ALTAMIRA, PA**, reportagem de Keliane Tomé, de Santarém, PA.

Keliane Tomé: Desde quinta-feira, os índios afetados pela hidrelétrica de Belo Monte ocupam o terreno de construção da barragem. Eles decidiram pela ocupação para manifestar sua insatisfação com o desrespeito de seus direitos e o não cumprimento das condicionantes, em especial aquelas relativas aos indígenas. Com organização própria e contando apenas com os seus recursos, eles ocuparam a enseadeira, que está sendo construída no sítio Pimental, que visa permitir a construção da obra. A manifestação é pacífica, e eles exigem a presença de representantes do governo e da Norte Energia Sociedade Anônima. Ontem, o xicrim da terra indígena Trincheira Abacajás Juruna do Paquisamba chegaram a enseadeira, por rio, vindos de suas terras indígenas na região que sofrerá com a seca. Em área chamada pelo empreendimento de vazão reduzida do Xingu. Embarcações partiram também de Altamira, onde alguns indígenas chegaram por estrada, vindos das aldeias mais distantes e de onde partiram indígenas que permaneciam ou residem na cidade. São esperados os Arara da Volta Grande do Xingu e representantes de todas as terras indígenas na região, vindos dos rios Iriri e do Xingu. A montante de Altamira, além dos cidadãos. Hoje pela manhã, lideranças Paracaná partiram para se reunir aos que já se encontram acampados na enseadeira. Os índios estão insatisfeitos com a situação, já que as condicionantes que deveriam anteceder as obras, não estão sendo devidamente cumpridas em suas terras e em Altamira. Da rádio Rural de Santarém, Keliane Tomé, para a Rede de Notícias da Amazônia. (25/06/2012).

Cabe avaliar os reais motivos que levarão esses indígenas a deixarem suas comunidades para sobreviverem nos grandes centros. E o grande questionamento é: qual o futuro das próximas gerações? Melià (1979, p. 75) adverte: “A perda de identidade étnica geralmente vem precedida da perda da cultura e da língua. E a perda da identidade étnica é causa de perda de meios de subsistência como a terra”.

Em julho não teve registro de matéria sobre Belo Monte. No dia 14 de agosto de 2012 a manchete foi: **TRF PARALISA OBRAS DE BELO MONTE**.

Joelma: Em um julgamento histórico na noite dessa segunda-feira, a quinta turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, determinou por unanimidade a paralização das obras do complexo hidrelétrico de Belo Monte. A medida foi tomada pelo TRF ao julgar um recurso de embargo promovido pelo Ministério Público Federal. A decisão da quinta turma foi baseada no artigo primeiro item 2 da Organização Internacional do Trabalho – OIT. Esse artigo determina uma consulta prévia aos principais atingidos pela obra. As comunidades indígenas que vivem no local. A consulta deve ser realizada unicamente pelo Congresso Nacional. O que, segundo o desembargador Souza Prudente, não ocorreu. O desembargador ressaltou que a consulta aos índios é imprescindível em se tratando de construção de um complexo como esse. Além disso, a medida é apoiada no artigo 231 e parágrafos da constituição brasileira que estabelece uma proteção especial para terras indígenas, suas histórias e costumes. O procurador da república no Pará, Felício Pontes Jr, disse que a obra deve ser paralisada imediatamente.

Felício Pontes: Representa que as obras tem que estar paralisadas imediatamente. Essa é uma decisão que nós já esperávamos desde 2005. Esse processo vem desde 2005. Exatamente, ele foi proposto por conta da falta de respeito aos direitos dos povos indígenas que serão afetados com a obra de Belo Monte no rio Xingu. Todos os movimentos sociais e movimentos ambientais sabiam que o Governo Federal tinha desrespeitado os povos indígenas desde o início. E desde o início significa, desde o momento em que não ouve a consulta prévia a esses povos, ou seja, muitos deles não tiveram o direito de saber o que a obra impactaria. Não tiveram o direito de serem ouvidos pelo Governo Federal e pela sociedade brasileira sobre o que pensam, sobre isso. E esse é um direito que é mundialmente consagrado através da convenção da Organização Internacional do Trabalho da qual o Brasil é um dos signatários. Então, essa violação dos direitos indígenas era muito grave, era a primeira de todas as violações que nós temos ao longo desse processo de Belo Monte e por isso que nós entramos com essa ação em 2005 e agora o tribunal avisa que nós tínhamos razão desde o início e que o Governo Federal violou, portanto, os direitos dos povos indígenas. E não só dos povos indígenas, mas também de toda a população ribeirinha que vive do Xingu e será completamente afetada com a obra de Belo Monte.

Joelma: A multa prevista, caso a determinação não seja cumprida, é de 500 mil reais por dia.

No dia 28 de agosto de 2012 e manchete foi: STF AUTORIZA RETORNO DAS OBRAS DE BELO MONTE E MPF REFORÇA DIREITO DOS POVOS INDÍGENAS, reportagem de Romildo Rosa, de Belém, PA.

Romildo Rosa: Com ordem do Presidente do Supremo Tribunal Federal, o ministro Ayres Britto, de retomar as obras da usina hidrelétrica de Belo Monte no Pará, o Ministério Público Federal reforça o seu parecer contrário a Belo Monte e defende os direitos dos povos indígenas. O parecer que foi assinado pelo procurador geral da república, Roberto Gurgel e pela vice-procuradora-geral, Débora Duprat, afirma que o congresso ainda poderia realizar a consulta aos povos indígenas. Para o Procurador da Justiça do Ministério Público Federal, Alan Mansur, enquanto a obra continua, as populações indígenas sofrem as consequências pelo não cumprimento das garantias básicas de qualidade de vida.

Alan Mansur: Já foi demonstrado pelo Ministério Público Federal em várias oportunidades, de que existe um descumprimento reiterando as condicionantes. Quer dizer, existe dinheiro para fazer a obra, só que não

existe dinheiro para fazer as condicionantes ambientais e sociais. Quer dizer, a obra vai sendo tocada só que a população paga o preço da obra. Quer dizer, fica sem condições, sem acesso a saúde, meio ambiente prejudicado, por conta de que dinheiro para fazer a obra tem, mas para condicionantes ambientais e sociais acaba sendo um dinheiro minguado.

Romildo Rosa: O parecer do Ministério Público Federal cita ainda estudos que apontam prejuízos aos povos da região, que afirma que a obra afeta de forma tão significativa os povos indígenas localizados em especial na Volta Grande do Xingu. O Ministério Público Federal questiona também as medidas que deveriam diminuir os impactos ambientais, situação que não vem ocorrendo. Como ressalta o magistrado.

Alan Mansur: O MPF questiona também a aplicação correta de condicionantes. O que são condicionantes? São medidas que possam mitigar, que possam diminuir o impacto ambiental e também o impacto social. Por exemplo, levar mais segurança pública, levar mais educação, levar mais saúde, porque são milhares de pessoas que vão para aquela área dependendo do estado.

Romildo Rosa: As obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, que irão custar 25 bilhões de reais estavam paralisadas, desde o dia 14 de agosto, pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região. Romildo Rosa, da rádio Nazaré FM de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia. (28/08/2012).

Durante o mês de setembro, não há registro de matérias sobre Belo Monte. No dia 2 de outubro, ocorre a última manchete e notícia de 2012 do JAN sobre Belo Monte. Manchete: EIA RIMA DE BELO MONTE DEVE SER ENTREGUE ESSE MÊS AO IBAMA.

Joelma: O EIA (Estudo de Impacto Ambiental) documento exigido pelo órgão ambiental (federal, estadual ou municipal) durante o processo de licenciamento ambiental para emissão da Licença Prévia (LP) para grandes empreendimentos com potencial de impacto e o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) de Belo Monte deve ser entregue ainda esse mês ao Ibama. O estudo de caso diz respeito a prováveis danos ambientais causado pela instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no estado do Pará, obstruindo o fluxo natural do Rio Xingu pela construção de uma barragem. (02/10/2012).

5.6 O ANO DE 2013: OCUPAÇÕES, PARALIZAÇÕES E CONTINUAÇÃO DAS OBRAS

Quadro 16: Ano: 2013 – 174 Programas sobre meio ambiente

Temas recorrentes	Quantidade	Conteúdo mais recorrente
Belo Monte	24	Ver tabela a seguir: “Notícias sobre Belo Monte 2013”
Utilidade Pública	75	Mudanças climáticas; enchentes; meteorologia

Preservação Meio Ambiente: educativos	69	Reaproveitamento de material reciclável; impactos ambientais; desenvolvimento sustentável; política de resíduos sólidos
Preservação Meio Ambiente: projetos	65	Preservação de áreas indígenas; impactos ambientais
Sobre atuação do governo	75	Saneamento básico; estudo de projetos; questões indígenas; hidrelétricas
Fiscalização: IBAMA e Polícia federal	20	Atuação do IBAMA e da Polícia Federal: apreensões, multas
Brasil/Bolívia	6	Mudanças climáticas; questões indígenas; reflorestamento
Questões Indígenas	23	Desmatamento; conflitos com madeireiros e garimpeiros; ocupação de Belo Monte

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 17: Ano 2013 – Repórteres

Repórter	Quantidade de reportagens em 2013
Joelma Viana	39
Eanes Silva	31
Jota Sousa	18
Vilson Rei	18
Suelem Pinho	13
Rose Moraes	10
Walter Correa	10
Aroldo Bruce	7
Nils Vazquez Toro	7
Raik Pereira	7
Sirlene de Paula	7
Janaína Souza	6

Fernanda Azevedo	4
Leandro Castro	3

Fonte: Elaborado pela autora

Quadro 18: Notícias sobre Belo Monte - 2013

MANCHETE	REPÓRTER	FONTES
EMPRESA CANADENSE PRETENDE EXTRAIR OURO EM ALTAMIRA (14.01.2013)	Joelma Viana	
JUSTIÇA REJEITA PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E LIBERA LICENÇA DE BELO MONTE (22.01.2013)	Joelma Viana	Procurador da República do Estado do Pará, Felício Pontes Júnior
LOC. PROCURADOR DA REPÚBLICA NO PARÁ FALA SOBRE LIBERAÇÃO DE LICENÇA DE BELO MONTE E AFIRMA QUE O MPF VAI RECORRER DA DECISÃO (23.01.2013)	Vilson Reis de Belém, PA	Procurador da República do Estado do Pará, Felício Pontes Júnior
JUIZ FEDERAL CRITICA MINISTÉRIO PÚBLICO POR EXCESSO DE AÇÕES CONTRA BELO MONTE E PROCURADOR FEDERAL,/DIZ QUE O ABRA NÃO TRÁS BENEFÍCIO PARA A AMAZÔNIA (28.01.2013)	Vilson Reis de Belém, PA	Procurador da República do Estado do Pará, Felício Pontes Júnior
ADOLESCENTE É RESGATADA EM PROSTÍBULO EM BELO MONTE (14.02.2013)	Joelma Viana	
MINISTÉRIO PÚBLICO VAI INVESTIGAR DENÚNCIA DE	Joelma Viana	

ESPIONAGEM CONTRA MOVIMENTO XINGU VIVO (26.02.2013)		
FORÇA NACIONAL REFORÇA SEGURANÇA NAS OBRAS DE BELO MONTE (23.03.2014)	Joelma Viana	
BISPO DO XINGU RECEBE TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA (26.03.2013)	Joelma Viana	
OPERÁRIOS DE BELO MONTE INICIAM NOVA GREVE (05.04.2013)	Joelma Viana	
TRABALHADORES DE BELO MONTE CONTINUAM COM ATIVIDADES PARALIZADAS (10.04.2013)	Vilson Reis, de Belém, PA	Vozes ambiente, trabalhadores falando na manifestação/denunciando a situação, sem identificação de nomes.
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FISCALIZA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES NA OBRA DE BELO MONTE (22.04.2013)	Vilson Reis, de Belém, PA	Procurador da República do Ministério Público Federal, Ubiritan e Vozes da população/sem identificar nomes, som ambiente
LOC. INDIGENAS AFIRMAM QUE SÓ DESOCUPAM BELO MONTE APÓS DIALOGO COM GOVERNO (06.05.2013)	Raik Pereira, de Santarém, PA	Pres. da Assoc. dos Indígenas , Índigena MUNDURUKU Cândido

PRESIDÊNCIA CRÍTICA OCUPAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS POR ÍNDIOS E RIBEIRINHOS (08.05.2013)	Jota Sousa, de Santarém, PA	Pres. da Assoc. dos Indígenas MUNDURUKU , Indígena Cândido Posuruku e Dep. do PT, Padre Tom
MPF QUER CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES COM ÍNDIOS EM BELO MONTE (09.05.2013)	Joelma Viana	
INDÍGENAS DESOCUPAM CANTEIRO DE OBRAS DE BELO MONTE, MAS AFIRMAM QUE LUTA CONTINUA (10.05.2013)	Joelma Viana	
INDÍGENAS VOLTAM A OCUPAR CANTEIRO DE BELO MONTE (27.05.2013)	Joelma Viana	
INDÍGENAS ACEITAM NEGOCIAR COM GOVERNO FEDERAL EM BRASÍLIA, MAS ACAMPAMENTO CONTINUA (30.05.2013)	Joelma Viana	
LÍDER INDÍGENA DIZ QUE GRUPO MUNDURUKU PODE VOLTAR A OCUPAR CANTEIRO DE BELO MONTE (07.06.2013)	Vanessa Pereira	
INSATISFEITOS MUNDURUKU DEVEM RETORNAR NESTA QUINTA-FEIRA AO PARÁ (12.06.2013)	Joelma Viana	Líder do grupo, Valdenir Munduruku
COMITIVA DO PARLAMENTO EUROPEU ESTÁ NO BRASIL PARA	Joelma Viana	

DEBATER BELO MONTE (10.07.2013)		
JUSTIÇA CONSIDERA VÁLIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE BELO MONTE, MAS CIMI IRÁ RECORRER (16.07.2013)	Joelma Viana	
BELO SUN AGUARDA LICENÇA AMBIENTAL (09.10.2013).	Joelma Viana	
PROCURADOR DIZ QUE AÇÕES CONTRA BELO MONTE VÃO CONTINUAR (31.10.2013)	Raik Pereira, de Santarém, PA	
RETOMADAS AS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, EM ALTAMIRA (20.12.2013)	Joelma Viana	

Fonte: Elaborado pela autora

Depois de três meses com matérias ausentes, o JAN retorna com manchete sobre o assunto em 2013, no dia 14 de janeiro: EMPRESA CANADENSE PRETENDE EXTRAIR OURO EM ALTAMIRA. Quase no final da edição, a apresentadora lê uma nota:

Um projeto bilionário de uma empresa canadense prevê a exploração de ouro no entorno da usina de Belo Monte.
O assunto foi debatido em audiência pública na semana passada no município vizinho de Senador José Porfírio, a 50 quilômetros de Altamira. Esse foi o segundo encontro sobre o assunto marcado pela Secretaria do Meio Ambiente (Sema) do Pará e a empresa canadense Belo Sun Mining. A primeira audiência ocorreu em setembro do ano passado.
O objetivo do encontro foi debater com as populações e técnicos, informações do relatório de impacto ambiental (Rima) elaborado pela empresa e dar subsídios à Sema para definir a viabilidade do licenciamento ambiental do empreendimento.
A Belo Sun, que pertence ao grupo canadense Forbes & Manhattan, um banco de capital fechado que desenvolve projetos internacionais de mineração, pretende investir US\$ 1,076 bilhão na extração e beneficiamento de ouro.
A produção média prevista para a unidade de beneficiamento, segundo o relatório de impacto ambiental da empresa, é de 4 quilos 684 gramas de ouro por ano, o que significa um faturamento anual de aproximadamente R\$ 540 milhões.

Para lavar o ouro do Xingu, a empresa pretende mexer com 37 milhões e 80 mil de toneladas de minério tratado nos 11 primeiros anos de exploração da mina. As previsões são de que a exploração avance por até 20 anos.

Segundo a Belo Sun, seu projeto não terá nenhum impacto sobre as obras ou infraestrutura da hidrelétrica de Belo Monte, usina que está sendo erguida na Volta Grande do Xingu pelo consórcio Norte Energia. A mineração também não teria impacto direto no leito do rio.

O cronograma inicialmente desenhado pela Belo Sun já está comprometido. A empresa canadense tinha a previsão de obter a licença prévia do empreendimento até o fim do ano passado, com a consequente licença de instalação do projeto emitida neste semestre e início das operações em junho.

Atualmente, quatro companhias canadenses estão entre os cinco maiores exploradores de ouro industrial no Brasil. Do Canadá, atuam no país a Kinross, Yamana, Jaguar Mining e Aura Gold. A lista inclui ainda a AngloGold Ashanti, da África do Sul. Juntas, essas empresas detêm cerca de 90% da extração industrial. (Nota JAN 14/01/2013).

Pinto (2008) já descreve que a Usina de Belo Monte é um elemento estranho e agressivo ao modo de vida deles e à própria região que habitam. Como um alerta ainda relata:

Na simulação que fez recentemente, através de um poderoso software de computador, o “SimAmazônia”, o LBA (Programa de Grande Esfera-Atmosfera da Amazônia, o maior empreendimento científico sobre a região) chegou à conclusão de que, mantida a tendência atual de desmatamento, em 2050 a bacia do Xingu terá perdido dois terços da sua vegetação. Isto é, sem considerar o efeito Belo Monte, que poderá incrementar ainda mais essa tendência, mas traz consigo também a possibilidade de se examinar e reenquadrar a questão, que as outras fontes não oferecem. (PINTO, 2008, p. 362).

No dia 22 de janeiro, manchete: JUSTIÇA REJEITA PEDIDO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E LIBERA LICENÇA DE BELO MONTE. A apresentadora narra e no meio da matéria entra sonora com procurador da República, gravada via telefone. Ela não cita a fonte das informações, mas conforme o procurador da República declarou em entrevista para a pesquisadora, em setembro de 2014, o Ministério Público sempre elabora release e envia para os meios de comunicação.

A Justiça Federal rejeitou pedido do Ministério Público para que fosse declarada a nulidade de licença prévia emitida pelo Ibama, que permitiu o início da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Ainda cabe recurso ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. Numa sentença de 42 laudas, assinada ontem, o juiz federal Arthur Pinheiro Chaves, da 9ª Vara, especializada no julgamento de ações de natureza ambiental, considerou inconsistentes os argumentos do Ministério Público Federal e critica o excesso de ações judiciais.

O procurador da República do Estado do Pará, Felício Pontes Júnior, disse que o MPF vai continuar ajuizando ação, enquanto irregularidades forem encontradas...

Felício Pontes: Nós ainda vamos recorrer dessa decisão, não há como se conformar com ela, mas a principal crítica dessa decisão é no sentido que no processo de licenciamento de Belo Monte é um processo muito longo, muito complicado em todos os sentidos de ilegalidade, já foi comprovada pela Justiça Federal, e só não está parada essa obra porque sempre tem um presidente de um tribunal que determinada a suspensão dessa decisão. Mas tem que ter no caso de Belo Monte muitas ações judiciais, porque houve ilegalidades em todas as fases do licenciamento. Então, o MPF representante do Governo Federal jamais dormiria tranquilos se estivesse percebendo as ilegalidades dessas ações e acho que é isso. Todas essas questões são extremamente relevantes de respeito á vida a ribeirinhos, povos indígenas, são dezenas e milhares de pessoas que ficarão com suas vidas comprometidas para sempre e a ilegalidade desse processo só pode mesmo requerer mesmo número muito grande de ações e o MPF vai continuar com essas ações a cada nova fase que seja constatada ilegalidade.

Na ação civil pública, o MPF alegou que a hidrelétrica afetará diretamente as terras indígenas de Paquiçamba, Arara da Volta Grande e Juruna.

A redução da vazão do rio Xingu, num trecho de 100 quilômetros, por meio da construção de canais de derivação, trará considerável diminuição da possibilidade de navegação, pesca e realização de rituais por parte das comunidades indígenas e ribeirinhas, modificando negativamente seu modo de vida tradicional.

Para reforçar a tese de que o empreendimento afetará áreas ocupadas por índios, o MPF lembrou que o Decreto Legislativo 788/2005.

O decreto prevê estudo antropológico na área e consulta às comunidades afetadas, bem como o conteúdo do EIA/Rima apresentado pela Eletrobrás.

O EIA/RIMA reconhece, explicitamente, a alteração no modo de vida das populações indígenas e ribeirinhas (JAN 22/01/2013).

Conforme alerta Girardi, no artigo “Jornalismo ambiental e a paz na natureza”, o Jornalismo deve descolar-se dos interesses econômicos que comprometem a qualidade do exercício profissional e essa utopia possível pode iniciar na formação universitária:

O Jornalismo ambiental, nessa perspectiva, tem o potencial de divulgar informações que contribuam com a educação ambiental da população. As matérias produzidas devem ser contextualizadas, incorporar a visão sistêmica, mostrar a inter-relação de todos os elementos que formam a teia da vida e dar voz para as diferentes fontes de informação sem privilegiar fontes oficiais, empresariais e até mesmo científicas, que muitas vezes defendem interesses escusos. (GIRARDI, 2011, p. 1).

Dia 23 de janeiro de 2013 a manchete foi: PROCURADOR DA REPÚBLICA NO PARÁ FALA SOBRE LIBERAÇÃO DE LICENÇA DE BELO MONTE E AFIRMA QUE O MPF VAI RECORRER DA DECISÃO. No segundo bloco da edição, a apresentadora repete a manchete e convida o repórter Vilson Reis que entrevista o procurador da República, Felício Pontes.

Vilson: Esse assunto eu conversei com procurador do ministério público federal no Pará Felício Pontes. Procurador Felício com essa decisão que o Ministério Público Federal no Pará pretende fazer agora?

Felício: Nós vamos recorrer, não nos conformamos com a decisão, ela é apenas mais uma das 15 ações que nós já propusemos contra Belo Monte e algumas delas com êxito e foram suspensas pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, tivemos alguns êxitos, mas infelizmente tem sempre alguém que suspende a execução e uma decisão, nesse caso específico um revés na primeira instância, mas isso fazer a gente recorra ao Tribunal que em termo tem atacado os nossos argumentos contra Belo Monte.

Vilson: Procurador o senhor mencionou já são mais de 15 ações emitidas pelo MPF contra o empreendimento; mas a Justiça Federal sempre concede decisão favorável a Belo Monte. Como o senhor avalia essa situação?

Procurador: O MPF tem feito sua parte, os procuradores têm em cada ação, são muitas ações, em cada fase do licenciamento houve ilegalidades e muito graves e eu acho que está para nós é um problema do próprio sistema de Justiça brasileira que ainda precisa ser aprimorado, porque ele requer. Ele permite um número muito grande de recurso e isso acaba uma hora uma pessoa encontrando um desembargador, algum ministro que suspende uma decisão já tomada.

Vilson: Mas doutor Felício, o andamento desta obra já mudou a vida das pessoas que moram nas redondezas de Belo Monte e diante desta realidade o que você espera que aconteça.

Felício: Na região de Belo Monte são pelo menos dezenas e milhares de pessoas que estão com a vida completamente mudada já, por conta das ilegalidades que estão sendo ainda cometidas no processo de licenciamento de Belo Monte. Espero que a gente consiga que a Justiça decida de forma definitiva dessas questões que der direito a essas populações que até foram espoliadas.

Vilson: Obrigado pela sua participação. Eu conversei com o Procurador do MPF do Pará, Felício Pontes. Vilson Reis, da Rádio Nazaré de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia. 23/01/2013

O JAN traz em suas edições entrevistas especiais e como diz Fábio Altman (1995, p. XV), a entrevista é “a essência do jornalismo.” Nilson Lage (2003, p. 73) define como “Procedimento clássico de apuração de informação em jornalismo. É uma expansão da consulta, objetivando, geralmente, a coleta de interpretações e a reconstituição de fatos”.

No dia 28 de janeiro de 2013 a manchete: JUIZ FEDERAL CRITICA MINISTÉRIO PÚBLICO POR EXCESSO DE AÇÕES CONTRA BELO MONTE E PROCURADOR FEDERAL DIZ QUE O ABRA NÃO TRAZ BENEFÍCIO PARA A AMAZÔNIA. VILSON REIS TEM AS INFORMAÇÕES.

Vilson: O juiz federal Arthur Pinheiro Chaves da 9ª vara judiciária do Pará criticou nesta semana Ministério Público Federal pelo excesso de ações judiciais para impedir a continuidade das obras de Belo Monte no rio Xingu no Pará uma sentença de 42 páginas, o magistrado afirma que as medidas judiciais sucessivas possuem efeito contrário ao de proteção dos povos indígenas e do meio ambiente. O que segundo o juiz só estimula permanência de conflito social na região para procurador do ministério público federal no Pará Felício Pontes Belo Monte não passará de um elefante branco devido à sua baixa capacidade de geração de energia.

Felício Pontes: Eu acho que Belo Monte vai se tornar um elefante branco, ela é uma obra que é do governo militar, que foi tirada do papel agora, no momento em que a gente vive em plena democracia, que é uma grande contradição, que não é uma obra feita para os amazônidas, para as pessoas da Amazônia, para progresso da Amazônia, mesmo porque nós não precisamos, mesmo porque nós não precisamos, olha o exemplo, Tucuruí nos dá 8 mil megawatt de energia o Pará precisa pouco mais de mil desse oito mil, não é falta de energia que faz o progresso dessa nossa energia.

Vilson: Em defesa da obra a agência nacional de energia elétrica segura que Belo Monte não atingirá e nem se desenvolverá em terras indígenas; para o magistrado análise dessa natureza reforça a convicção de o projeto não foi pensado para o povo da Amazônia.

Felício: O que eu acho que o resto do Brasil precisa saber em relação a Amazônia é que esses projetos todos que se dizem de beneficiamento e de desenvolvimento da Amazônia não foram feitos pelos amazônidas, eles foram concebidos pelo gabinete refrigerados fora da Amazônia, geralmente em Brasília ou em outros lugares que não são Amazônia e não foram feitos por nós e por isso, tanto dinheiro foi jogado fora, na Sudam, pelo banco da Amazônia, até mesmo pelo Banco do Brasil, projetos que não deram certos na Amazônia que acabaram devastando a Amazônia.

Vilson: De acordo com consórcio responsável pela obra, a usina de Belo Monte entrou em 2013 com 20 por cento das obras concluídas. Vilson Reis, da Rádio Nazaré de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 28/01/2013.

No artigo “Impactos Regionais de Grandes Projetos e as possibilidades de reorganização do espaço na periferia amazônica”, Gerd Kohlhepp¹⁰² (1991, p. 253) relata que os grandes projetos instalados na região de planejamento “Amazônia Legal” brasileira, sem levar em consideração as necessidades da maior parte da população local através do “desenvolvimento de cima para baixo”, resultaram em muitas consequências negativas. A cidade de Altamira sofreu uma mudança brusca tal e qual aconteceu com Tucuruí nos anos de 1980.¹⁰³

Hohlhepp (1991, p. 257-263) alerta:

Durante muito tempo – particularmente até hoje – a Amazônia foi considerada – neste país e no exterior – como fonte de exploração de recursos naturais, tantas vezes erradamente chamadas “ilimitados”, vista como uma região que exporta estes mesmos recursos naturais sob os mais desfavoráveis para fins do abastecimento nacional e internacional com matérias-primas [...]. O tempo dos procedimentos “cosméticos” precisa ser definitivamente superado. A natureza e o homem na Amazônia já não podem suportar o “status quo” e, ainda menos, o adiamento de medidas necessárias.

¹⁰² Geógrafo, professor e diretor do Instituto da Universidade Tubingen, Alemanha.

¹⁰³ A construção de Tucuruí igualmente acarretou uma enorme imigração e levou a uma extrema segregação, entre a bem equipada “company-town” e o antigo povoado de Tucuruí, cujo número de habitantes cresceu de 800 em 1974 para 110.000 em 1986.

Dia 14 de fevereiro de 2013 a manchete foi: **ADOLESCENTE É RESGATADA EM PROSTÍBULO EM BELO MONTE**, essa manchete começa a mostrar as questões sociais fluindo na região, após o início das obras da hidrelétrica.

A Polícia Civil de Altamira, no Pará, encontrou 14 mulheres e uma travesti em regime de escravidão e cárcere privado em um prostíbulo localizado em área limite de um dos canteiros de obras da hidrelétrica de Belo Monte.

A operação foi realizada na noite desta quarta-feira, 13, após denúncia de uma garota de 16 anos, que conseguiu fugir. A adolescente procurou a conselheira do Conselho Tutelar, Lucenilda Lima, que acionou a polícia.

De acordo com o delegado Rodrigo Spessato, que comandou a operação, as mulheres, de idade entre 18 e 20 anos – além da jovem de 16, todas provenientes dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – eram confinadas em pequenos quartos sem janelas e ventilação, com apenas uma cama de casal, e havia cadeados do lado de fora das portas.

Em depoimentos ao delegado, as vítimas afirmaram que podiam ir à cidade de Altamira uma vez por semana, por uma hora, mas eram vigiadas pelos funcionários da boate.

Além da situação de cárcere privado, a polícia encontrou no local um caderno onde eram anotadas as dívidas das meninas, como gastos com passagens, alimentos e vestimentas, além de “multas” por motivos diversos. Após a ação, a polícia civil resgatou, além da adolescente, quatro meninas e uma travesti. Segundo Lucenilda, do Conselho Tutelar, as demais disseram ter muito medo de retaliações, uma vez que o dono da boate teria ameaçado seus familiares que moram no Sul.

Em entrevista à reportagem, uma das jovens resgatadas contou que, assim que a adolescente de 16 anos conseguiu fugir, o gerente a seguiu com uma arma.

Sobre as condições às quais foram submetidas na boate, ela conta que morava com outras três meninas em um pequeno quarto muito quente, e que realmente não tinha permissão de sair do local. Sobre os clientes, ela conta que eram exclusivamente trabalhadores de Belo Monte.

O delegado Rodrigo Spessato diz não saber se o prostíbulo está dentro ou fora dos limites do canteiro de obras. A conselheira Lucenilda Lima relata, no entanto, que para chegar à boate foi preciso atravessar o canteiro de Pimental, um dos principais da usina.

Na ação, a polícia civil efetou a prisão de dois funcionários da boate, mas não encontrou o proprietário. Segundo Spessato, além de exploração sexual de adolescente, cárcere privado e regime de escravidão, o caso poderá ser caracterizado como tráfico de pessoas, e os responsáveis pelo prostíbulo, processados por estes crimes.

Como o canteiro de Pimental fica no município de Vitória do Xingu, o caso está sendo apurado pela delegacia dessa cidade.

O delegado local chegou a Altamira na manhã desta quinta-feira para tomar os depoimentos das vítimas e dos dois funcionários presos, e uma nova ação voltará à boate ainda esta tarde, para fechar o estabelecimento e resgatar mulheres que permaneceram no local. (Nota JAN, 14/02/2013).

Com o início das obras de Belo Monte, a cidade de Altamira se transformou da noite para o dia. Conforme dados do IBGE, desde 2009 Altamira atrai atenções por ser a cidade mais próxima da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, cujo impacto divide opiniões. Os cidadãos locais no geral aprovam a obra, apesar de admitirem que o inchaço populacional trouxe problemas. O empreendimento de R\$ 30 bilhões

fez a população altamirense saltar de 100 mil segundo o Censo de 2010, para mais de 140 mil, na avaliação da prefeitura. Na entrevista de Antônia Melo concedida no dia 12 de setembro de 2014, ela denuncia:

Antonia Melo : [...] esse saneamento não vai prestar, assim como não prestou lá em Porto Velho, então assim, nem o que fizeram pela metade mau feito, tudo mau feito, nós a população desses empreendimentos somos tratados como lixo, é desse material descartável que não serve pra nada [...]

Relembro as recomendações dos funcionários do hotel em que fiquei hospedada durante a pesquisa de campo, em setembro de 2014, com a questão da violência que assolava a cidade de Altamira após a chegada do empreendimento na região, bem como de pessoas da cidade. Fui à estação rodoviária, na primeira tarde em que cheguei na cidade, pedir informações sobre como chegar até o canteiro de obras e, na rua, um senhor de idade pediu para que eu cuidasse bem da minha bolsa. Quando o questionei sobre os motivos, ele me disse: “minha senhora, essa obra trouxe muitas desgraças para a nossa pacata Altamira, tome cuidado na rua”.

Dia 26 de fevereiro de 2013, manchete: **MINISTÉRIO PÚBLICO VAI INVESTIGAR DENÚNCIA DE ESPIONAGEM CONTRA MOVIMENTO XINGU VIVO.**

O Ministério Público Federal do Pará recebeu representação do Movimento Xingu Vivo para Sempre informando a descoberta de um agente contratado pelo Consórcio Construtor de Belo Monte.

Segundo as informações, o homem atuava infiltrado no movimento, gravando reuniões, fotografando pessoas e repassando informações para a empresa.

A representação deu origem a um procedimento de apuração que será conduzido pela unidade do MPF em Altamira.

A descoberta foi feita durante reunião de planejamento do movimento em Altamira, no último final de semana, quando o funcionário gravava, com uma caneta espiã, tudo que se falava no recinto.

De acordo com a representação, assinada pelo advogado do Xingu Vivo, Marco Apolo Santana Leão e pela liderança do movimento Antônia Melo da Silva, depois de flagrado, o próprio funcionário se dispôs a gravar em vídeo um depoimento sobre a natureza de seu trabalho para o Consórcio Belo Monte.

“Num impressionante relato, revelou um esquema de espionagem que chega a ser inacreditável em pleno estado democrático de direito”, diz o pedido de investigação.

Ele disse ter sido contatado pela equipe de segurança do Consórcio com uma proposta de receber R\$ 3 mil por mês para repassar informações sobre o Xingu Vivo. Negociou e aceitou fazer a espionagem por R\$ 5 mil. Acompanhe um dos trechos do vídeo gravado, que foi postado no Youtube...

Ele disse que estava desempregado, nunca tinha visto tanto dinheiro e por isso aceitou a proposta.

Um dos principais alvos da espionagem seria Antônia Melo, uma das coordenadoras do Xingu Vivo para Sempre e a quem ele conhece pessoalmente desde a infância, por ser morador antigo de Altamira.

De acordo com o depoimento em vídeo, ele repassaria tudo que descobrisse para o Consórcio, mas, nos próximos dias, uma pessoa da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) iria até Altamira para ver as informações.

Ainda de acordo com o depoimento gravado, era esperado do funcionário que espionasse também os trabalhadores nos canteiros de obras de Belo Monte, para descobrir e apontar possíveis lideranças que buscassem melhorias para os trabalhadores. Ficou nos alojamentos dos operários, fez o mapeamento das lideranças, informou ao Consórcio, que demitiu cerca de 80 trabalhadores graças a essas informações.

A representação informa o temor pela segurança dos integrantes do Xingu Vivo e pede ainda providências para a proteção do próprio funcionário.

A investigação do MPF sobre as denúncias será conduzida pela procuradora da República Meliza Alves Barbosa. (JAN, 26/02/2013).

Dia 23 de março de 2013 a manchete foi: FORÇA NACIONAL REFORÇA SEGURANÇA NAS OBRAS DE BELO MONTE.

O ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, pediu, para que fosse reforçada a segurança nas obras e serviços realizados no âmbito do ministério no Pará, pelas Tropas da Força Nacional de Segurança Pública.

Os militares ficarão até 90 dias nas regiões das obras, mas esse prazo poderá ser estendido, se necessário. O Ministério da Justiça destaca a portaria publicada nesta segunda-feira (25) no Diário Oficial.

Segundo a portaria, o emprego do efetivo da Força Nacional no Pará tem o objetivo de "garantir incolumidade das pessoas, do patrimônio e a manutenção da ordem pública nos locais em que se desenvolvem as obras, demarcações, serviços e demais atividades atinentes ao Ministério de Minas e Energia".

No Estado do Pará, está sendo construída a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, na cidade de Altamira. A usina teve suas obras civis iniciadas em 2011, sob a gestão da Norte Energia, consórcio vencedor da licitação.

Belo Monte tem sido recorrentemente alvo de manifestações e protestos de movimentos sociais, indígenas e moradores locais. Em muitas ocasiões, há invasões de canteiros e interrupção das obras.

No mais recente caso, que ocorreu na semana passada, ribeirinhos e indígenas ocuparam o canteiro de obras de Pimental, um do quatro de Belo Monte.

Eles denunciaram as condições da comunidade de Jericoá, que já não consegue pescar; a falta de cumprimento da Norte Energia com os acordos assinados com as comunidades indígenas; e a indefinição sobre a situação fundiária; e fornecimento de energia.

A empresa afirmou que os indígenas ribeirinhos e das aldeias Muratu e Paquiçamba apresentaram reivindicações que já vêm sendo analisadas pela Norte Energia desde o início do ano. Os manifestantes já desocuparam o canteiro de obras. (Nota JAN 23/03/2013).

Dia 26 de março de 2013 a manchete foi: BISPO DO XINGU RECEBE TÍTULO DE DOUTOR HONORIS CAUSA.

Por uma história de vida marcada por lutas em favor de causas sociais e ambientais na Amazônia, o bispo da prelazia do Xingu, dom Erwin Kräutler, recebeu da Universidade Federal do Pará (UFPA) a maior honraria existente no meio acadêmico: o título de doutor honoris causa.

A solenidade de entrega do diploma ao bispo foi realizada nesta quinta-feira, 21 de março, no auditório do Sesi, no município de Altamira.

Professores, alunos, autoridades municipais e religiosas acompanharam as homenagens a dom Erwin.

O diploma foi entregue pelo reitor da UFPA, Carlos Maneschy, que destacou o significado da homenagem ao bispo.

“Dom Erwin é um doutor no sentido mais pleno da palavra. Doctor, aquele que excede em competência e talento aquilo que faz e causa. E a UFPA, por estar intrinsecamente ligada às questões sociais, à defesa de direitos e à transformação de vidas para melhor, tem esses valores associados a dom Erwin”.

O título é atribuído à personalidade que se destacou pelo saber ou pela atuação em prol das artes, das ciências, da filosofia, das letras, da promoção da paz, de causas humanitárias ou ações de serviço que transcendam família, pessoas ou instituições, servindo de exemplo para a comunidade acadêmica e para a sociedade em geral.

A trajetória de luta do bispo foi lembrada por amigos, ex-alunos e admiradores. Cada um relatou a experiência que teve ao lado de dom Erwin, como a coordenadora do Campus de Altamira, Maria Ivonete Coutinho.

Reconhecimento nacional e internacional - A professora Ana Tancredi, do Instituto de Ciências da Educação (ICED/UFPA), apresentou em seu discurso o histórico de lutas e do reconhecimento nacional e internacional do trabalho de dom Erwin.

O procurador da República, Felício Pontes Junior, também destacou as lutas do bispo em defesa dos direitos dos povos indígenas e da Amazônia. Ele lembrou a atuação do bispo quando este assumiu o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e passou a ser um dos mais importantes defensores das causas indígenas, sobretudo na defesa do território, tão cobiçado por madeireiros, grileiros e empresas.

Sua atuação à frente do Cimi colaborou para a inclusão dos direitos dos povos indígenas na Constituição Brasileira em 1988 e para elevar a consciência dentro da Igreja sobre esses direitos. A atuação do bispo também se fez presente na luta por melhorias nas condições de vida de moradores da região do Xingu e contra a construção da barragem de Belo Monte.

Diante de tantas declarações e homenagens sobre sua atuação, dom Erwin Kräutler se emocionou e falou da honra de estar recebendo o título da UFPA. “Não é um prêmio ou um título a mais. É um reconhecimento único porque é do meu Pará. Receber esta homenagem da UFPA significa que esta instituição de peso acompanha e apoia o meu engajamento, a minha luta em defesa dos excluídos. Agradeço em nome de todas as pessoas que deram o melhor de si e que lutaram comigo, como homens, mulheres, jovens, crianças, enfim, compartilho com eles essa homenagem”, finalizou. (Nota JAN, 26/03/2013).

Dia 5 de abril de 2013 a manchete foi: OPERÁRIOS DE BELO MONTE INICIAM NOVA GREVE.

E no início da tarde desta sexta-feira, cerca de 5 mil operários do canteiro de obras de Pimental, em Belo Monte, decidiram paralisar os trabalhos. De acordo com os trabalhadores, entre os 21 itens da pauta de reivindicação estão o pagamento de adicional de 40% para operários

alojados no canteiro (o chamado adicional de confinamento, previsto, mas não efetuado pelo Consórcio Construtor Belo Monte – CCBM), equiparação salarial em funções iguais para todos os canteiros de obra da usina, e fim do sistema 5 por 1, no qual as folgas ocorrem em dias aleatórios e não há adicional de horas extras nos finais de semana.

Os trabalhadores também reclamam do não pagamento de adicional por insalubridade e periculosidade, da péssima qualidade da alimentação e da constante presença de policiais e homens da Força Nacional armados nos canteiros.

Segundo Maria Serafim, presidente do sindicato, na última demissão de 80 operários quem levou a lista de nomes foi a Força Nacional de Segurança.

Os 80 trabalhadores demitidos foram denunciados pelo espião contratado pelo CCBM para monitorar operários e, posteriormente, o Movimento Xingu Vivo para Sempre.

Depois de descoberto no final de fevereiro, o funcionário do CCBM, que recebia R\$ 5 mil pelos serviços de espionagem, afirmou que as informações colhidas por ele eram disponibilizadas para a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN). (Nota JAN 05/04/2013).

Dia 10 de abril de 2013 a manchete foi: TRABALHADORES DE BELO MONTE CONTINUAM COM ATIVIDADES PARALIZADAS. Após a primeira matéria do primeiro bloco dessa edição, a apresentadora repete a manchete e acrescenta: A PARALIZAÇÃO É EM PROTESTOS ÀS CONDIÇÕES DE TRABALHO. Vilson Reis tem as informações.

Vilson: Funcionários do consórcio construtor Belo Monte realiza desde a última sexta feira em frente ao canteiro de obras do sítio Pimental em Belo Monte greve iniciou com a ocasião da visita da comissão de senadores e deputados diante da falta da negociação, os trabalhadores afirmam que a greve vai continuar.

Funcionários: Nós estamos querendo, queremos cobrar, nós estamos perdendo, aqui estou ganhando mil e cem, aqui tá pegando fogo, então se não vierem conversar com a gente, a greve vai continuar.

Vilson: Os trabalhadores reivindicam pagamento de adicional de 40 por cento para os que são alojados no canteiro intervalo de baixada de 90 dias para todas as categorias o fim do sistema 5 por um, com folgas aleatórias e pagamento de hora extra para quem trabalha aos finais de semana como reforça o trabalhador que não quer se identificar por medo de represálias.

Funcionário: Nós estamos lutando pelos nossos direitos, nós chegando aqui no sítio Belo Monte, iludidos, chegou em nossa terra prometeram várias coisas e aqui não está sendo cumprindo, aumento de salário, baixado de três meses, aumento de hora extra, nós queremos o aumento no nosso cartão de alimentação, queremos afastamento das leis deles de cinco por um, não existe isso, nós trabalhamos dia de sábado.

Vilson: Operários também reclamam da presença da força nacional no ambiente de trabalho e da forma como são tratados pelos policiais segundo eles, os canteiros são vigiados desde o final de março por determinação da justiça, após a ocupação do canteiro por indígenas e ribeirinhos.

Funcionários: Nós somos vigiados 24 horas no ar, quando a gente vai na cidade e volta, nós é vigiado para entrar no ônibus, é vigiado aqui no posto rodoviário, quando chega aqui é baculejo também, tem um colega nosso que passou 15 dias na cadeia no meio de ladrões e estupradores e tudo que é ruim, o cara inocente, não fumava, não bebia, só porque foi pegar um netbook que foi pegar no alojamento que está pegando fogo e ele foi buscar.

Vilson: Sobre todas as denúncias feitas pelos trabalhadores a nossa reportagem informa apenas que a respeito das condições salariais e de trabalho, todos os pontos acordados entre o consórcio e o sindicato da categoria no último dissídio coletivo ainda em novembro de 2012 estão sendo integralmente comprimidos. Vilson Reis, da Rádio Nazaré de Belém do Pará, para a Rede de Notícias da Amazônia, 10/04/2013.

Dia 22 de abril de 2013 a manchete foi: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FISCALIZA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES NA OBRA DE BELO MONTE.** A manchete abre o primeiro bloco e, após repetir a manchete, a apresentadora acrescenta: **MESMO COM A VOLTA DAS OBRAS DE BELO MONTE, MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL FISCALIZA CUMPRIMENTO DAS CONDICIONANTES DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE PARA OS MORADORES DA REGIÃO.** E pede a participação do repórter da Rádio Nazaré, Vilson Reis.

Vilson: No início deste mês o Ministério Público Federal entrou com ação na justiça pedindo suspensão de licença da usina hidrelétrica de Belo Monte que está sendo construída no rio Xingu, nas proximidades do município de Altamira no Pará. Mesmo com retorno das obras, o procurador da república do Ministério Público Federal Ubiratan Cazetta explica que o MPF continua a fiscalização do cumprimento das condicionantes.

Ubiratan: O IBAMA fixou as condicionantes e é dele o primeiro papel de fazer essa fiscalização. Ele fez dois relatórios e nos dois relatórios apontou as irregularidades, mas não deu eficácia a isso, ele simplesmente aponta, aplicou uma multa, mas deixa a obra seguir e deixa que a empresa continue a atrasar nesses pontos. Então, é nosso papel do MP identificando isso, indo a juízo para cobrar no judiciário que ele faça o que o IBAMA já deveria ter feito, que é suspender a obra enquanto essas condicionantes não são implementadas.

Vilson: Na última audiência pública promovida pelo Ibama entre os representantes da Norte Energia a população aproveitou para falar.

População: Fique sabendo que minha mãe é dono da terra dela e ela está sem terra e sem dinheiro, tá, e isso, pode acontecer com todos vocês.

Vilson: O Ministério público federal presente na audiência disse que vai fiscalizar as ações da construtora.

Representante do MPF: Nós temos hoje, atualmente, três grandes preocupações com vocês. Primeiro: os locais aonde acontecerão esses assentamentos, até hoje nós a Norte Energia não tem influência. Seriam três locais, e nós quanto vocês tomamos conhecimento que um desses se localizaria próximo ao lixão.

Vilson: Mesmo com a volta das obras MPF cobra da empresa responsável pela obra operação da usina o cumprimento de diversos condicionantes previstas para as áreas de saneamento e meio ambiente.

Representante do MPF: Desde o início dos trabalhos que percebeu que os critérios adotados não correspondem a vontade da população, e da própria Legislação Internacional e Nacional, prevê para esse tipo de processo de indenizatório se migratórios. Vilson Reis da Rádio Nazaré de Belém do Pará para a Rede de Notícias da Amazônia, 22/04/2013.

Dia 6 de maio de 2013 a manchete foi: INDÍGENAS AFIRMAM QUE SÓ DESOCUPAM BELO MONTE APÓS DIÁLOGO COM GOVERNO. A manchete é repetida no início do segundo bloco dessa edição do JAN e a apresentadora solicita a participação especial do repórter Raik Pereira, de Santarém.

Raik: Depois de ter o primeiro pedido de liminar para reintegração de posse negado pela justiça de Altamira a norte energia informou que este domingo que vai entrar novamente na justiça para que os índios e ribeirinhos que ocupe o sítio de Belo Monte há 4 dias saiam da área, as obras no canteiro continuam suspensas segunda empresa, o acordo foi firmado com os índios e ribeirinhos no último sábado, para que eles elaborassem um documento com suas reivindicações; o presidente da Associação do Puçuru entidade dos índios Munduruku no alto Tapajós, o Cândido Munduruku informou por telefone hoje pela manhã a nossa reportagem que o documento será protocolado pelo advogado do movimento. Mas enquanto o Governo não compareça ao canteiro de obras ocupado pelos indígenas em ribeirinhos, ele garante que ninguém vai deixar o local e afirma que o Governo está desrespeitando os direitos dos Povos.

Cândido: O Governo não está respeitando os nossos direitos, por isso nós viemos aqui para procurar os nossos direitos porque Governo não ouviu população indígena, Governo fazendo isso sem ouvi e invadindo território indígena, sem ouvi caciques, Governo mandando Policia Federal para invadir Territórios indígenas e mandando pesquisadores sem ouvir os caciques. Nós estamos aqui no canteiro de obra, não estamos invadindo, estamos aqui para conversar com o Governo.

Raik: Os caciques decidiram que irão apresentar a pauta apenas para pessoas com poder de decisão, os indígenas exigem conversar diretamente com o ministro da casa civil, Gilberto Carvalho. Cândido Puçuru também informou que diferente do que o governo passa para a sociedade de que os manifestantes estariam invadindo tudo, quebrando depredando tudo, o movimento é pacífico e ninguém está sendo violentado.

Cândido: Enquanto o pessoal do Governo não chegar aqui, nós não vamos sair daqui. Esse é nós queria. Nós não estamos brincando com o Governo, apenas queremos os nossos direitos, nós estamos aqui na obra, nós não estamos quebrando tudo, a gente não está machucando ninguém aqui, agente está apenas buscando nossos direitos, nós somos pessoal de bem, de paz...

Raik: O deputado padre Tom, do PT de Rondônia foi impedido por policiais da força nacional de segurança de entrar no canteiro de obras para conversar com os índios. Dois fotógrafos e duas equipes de televisão também foram novamente impedidos de entrar no local; um dos jornalistas foi ameaçado de prisão por policiais, caso entrasse no canteiro. Um grupo de apoiadores do município de Altamira que levava frutas para os indígenas não foi liberado para entregar as doações aos manifestantes. Raik Pereira, da Rádio Rural de Santarém do Pará, para Rede de Notícias da Amazônia, 06/05/2013.

Conforme Pinto (2008), este é o marco de referência a considerar na hora de definir o que se pretende fazer com a energia já disponível e com aquela que precisa ser adicionada ao potencial instalado. A manifestação dos índios é um dos componentes nessa equação, de relevância, enquanto intérpretes autorizados e qualificados a falar sobre o mundo da natureza.

Mas não podem ser considerados como a única voz, a decisória. Eles próprios precisam ponderar sua vontade pela realidade maior, se não quiserem ficar sós ou criar elementos para uma negociação que acabará não servindo ao interesse coletivo, nem ao sentido do verdadeiro progresso da região. Precisamos obter informações, checá-las, aplicá-las ao seu mundo e encontrar um denominador comum, o que, evidentemente, pressupõe sua consulta e audição (PINTO, 2008, p. 362).

Dia 8 de maio de 2013, manchete: PRESIDÊNCIA CRITICA OCUPAÇÃO DE CANTEIRO DE OBRAS POR ÍNDIOS E RIBEIRINHOS. Ainda no primeiro bloco, essa manchete é repetida após a primeira matéria e a apresentadora chama o repórter Jota Sousa.

Jota: A Secretaria-Geral da Presidência da República publicou uma nota em que repudia a permanência dos indígenas no canteiro da Usina de Belo Monte em Vitória do Xingu. Lá cerca de 150 manifestantes que são contrários à construção da usina ocupam o local desde a semana passada. Eles cobram o direito constitucional de serem consultados, antes da implantação do empreendimento e também cobra a retirada de tropas militares da região. Para o Governo, a ocupação causa estranheza e que as reivindicações dos indígenas não são honestas, ainda acusa os índios de serem violentos. Essas alegações do Governo não condizem com a realidade. Jornalistas independentes que acompanham a manifestação não registraram até agora nenhum ato dos manifestantes que comprovassem essa acusação do Governo. O presidente da Associação Puçuru, Cândido Munduruku confirmou essa manifestação pacífica e sem agressão.

Índio Cândido Munduruku: Nós não estamos brigando com o Governo, Enquanto o pessoal do Governo não chegar aqui, nós não vamos sair daqui. Esse é nós queria. Nós não estamos brincando com o Governo, apenas queremos os nossos direitos, nós estamos aqui na obra, nós não estamos quebrando tudo, a gente não está machucando ninguém aqui, agente está apenas buscando nossos direitos, nós somos pessoal de bem, de paz...

Jota: O Deputado federal padre Tom do PT em Brasília, conversou com exclusividade com a nossa reportagem. Ele chegou de Altamira, onde foi dialogar com os índios e todos os atingidos pelo empreendimento. O deputado afirma que no domingo passado foi impedido pela Norte Energia e pela polícia do governo federal de ter acesso ao local onde os manifestantes estavam. Porém, foi chamado pelos manifestantes para uma conversa.

Padre TOM: "Ali no domingo, nós não podemos entrar pela manhã, fomos impedidos pela empresa, pelo Governo e própria Força Nacional por volta das 15 h, os índios nos chamaram de volta, e, depois de muita negociação, eu consegui entrar sozinho e ouvi a leitura da carta onde tem a pauta e reivindicação deles, da pauta principal seria a suspensão dos estudos para construção da Usina de Tapajós e a exigência que o Governo organizasse a consulta.

Jota: Sobre as acusações do governo aos índios, o deputado diz que a manifestação é legítima, por entender que a empresa não cumpre com a contrapartida que era construir casas, escolas que outros serviços básicos aos atingidos. O ministro da casa civil Gilberto Carvalho que fez as acusações ao povo Munduruku é criticado pelo deputado que considera as declarações como equívoco.

O padre Tom deputado do PT: Por isso fiz questão de me encontrar com os Munduruku, eles tem uma organização, eles são muito organizados e as lideranças dos Munduruku eu como base do Governo, ela é legítima, é uma organização. O que estão fazendo com os Munduruku? Eles querem se precaver do que aconteceu na construção e Girau de Santo Antonio em Rondônia que desrespeitou os direitos humanos e dos indígenas e do ser humano em si e a própria, eu vi ali em Belo Monte muitas truculências, muito autoritarismo e ficaria muito melhor por próprio do Governo se pelo menos as condicionantes fossem cumpridas. Acho que o Ministro se equivocou em considerar ilegítimas as lideranças, as lideranças Munduruku, e tinha ali dentro da empresa mais de 150 indígenas, não tinha só Munduruku, tinha também indígenas da região de Altamira, onde estão manifestando sobre essas condicionantes.

Jota: Na visão do deputado a população de Altamira juntamente com os indígenas do alto Tapajós está chateada com autoritarismo do Governo que não aceita sugestões, ou seja, tem que ser cumprida aquilo que está determinado. O Governo não reconhece como lideranças os indígenas que estão à frente das manifestações e recusa a conversar com os índios no local. Jota Sousa, para a Rede de Notícias da Amazônia, 08/05/2013.

Crítérios elementares para definir a importância de uma notícia podem ser listados respeitando, de acordo com Mário Erbolato: a originalidade, a proximidade e o marco geográfico; a importância; expectativa; o interesse ou impacto, especificando que quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é; apelo, ou seja, quanto maior a curiosidade que uma notícia possa despertar, mais peso ela tem; empatia e proximidade. Este é o fato que se pretende destacar, pois quanto maior a proximidade geográfica entre o fator gerador da notícia e o leitor, mais importante ela se torna (ERBOLATO, 2003, p. 60-65).

É sabido que a notícia, embora de difícil definição, é a matéria-prima do jornalismo. A publicação dos fatos é que tem o poder de visibilidade. E todos dependem deste produto, a notícia, para emitir valores, opiniões, definir planos de ação, investimentos, projetos de governo.

É particularmente evidente que o que sabemos sobre numerosos assuntos de interesse público depende enormemente do que nos dizem os veículos de comunicação. Somos sempre influenciados pelo jornalismo e incapazes de evitar esse fenômeno, afirmam William L. Rivers e Wilbur Schramm. (apud ERBOLATO, 2003, p. 51).

Em 9 de maio de 2013, manchete: MPF QUER CONTINUIDADE DAS NEGOCIAÇÕES COM ÍNDIOS EM BELO MONTE.

Ministério Público Federal foi notificado nesta quinta-feira da ordem de reintegração de posse do canteiro de obras de Belo Monte. A ordem, da desembargadora Selene Almeida, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) foi emitida na quarta-feira depois das 22h.

A Polícia Federal de Altamira se prepara para cumpri-la ainda hoje, mas a decisão pegou de surpresa os indígenas, o MPF e a Fundação Nacional do Índio, já que representantes do governo haviam estado no canteiro ontem negociando com os acampados.

A Funai informou ao MPF que os índios estavam debatendo contrapropostas para encaminhar ao governo federal, mas foram surpreendidos com a ordem de despejo já na madrugada de hoje.

O MPF vai pedir à Justiça Federal que suspenda a reintegração, porque considera que as negociações tinham sido iniciadas e a manifestação é pacífica.

A decisão da desembargadora Selene Almeida se baseou em grande parte em um relatório feito pela Polícia Federal de Altamira, que é datado do último domingo (5) e não está atualizado com as informações mais recentes, como a evolução das negociações. O relatório policial contradiz as informações da Funai e mostra uma situação de risco na ocupação.

Preocupa o MPF a possibilidade de a desembargadora ter decidido sem as informações atualizadas fornecidas pela Funai, que tinha sido designada pela própria Justiça Federal para acompanhar e relatar a situação nos canteiros. A presença de crianças no acampamento é outra razão para o máximo de cautela na operação.

O MPF também está preocupado com a condução da operação de reintegração de posse, já que a chefe da PF em Altamira, responsável pelo relatório feito à Justiça, é casada com o advogado da Norte Energia S.A Felipe Callegaro Pereira Fortes, autor do pedido de reintegração de posse. No agravo feito ao TRF1, o advogado chega a citar o relatório da PF, assinado pela sua esposa.

Militantes de entidades da sociedade civil organizada estão realizando uma campanha através das redes sociais para impedir a desocupação do canteiro de obras. Intitulado Belo Monte Agora, a campanha movimenta o país para que os direitos dos povos indígenas sejam respeitados. (Nota JAN 09/05/2013).

O movimento organizado dos povos indígenas tem na luta pela terra seu grande eixo mobilizador e unificador. Mata (2005) ainda lembra que a força política das organizações indígenas, a qual produziu importantes resultados na consolidação dos direitos indígenas, foi afetada fortemente, principalmente na Amazônia, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, pela assinatura de convênios envolvendo recursos financeiros, destinados à saúde. Cresceram as divergências internas no movimento, que dificultaram a continuidade de ações articuladas em assegurar as conquistas constitucionais. Mas, podemos considerar que ainda há muitas organizações reassumindo um papel mais político, buscando consolidar os direitos indígenas, ampliando as alianças e o controle social das políticas públicas.

Mata (2005) cita a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira-Coiab como uma das expressões do movimento indígena organizado. Ela reúne mais de 100 organizações indígenas locais (regionais), tendo se estruturado na Amazônia em 31 regiões.

São expressivas as conquistas indígenas nas últimas décadas na Amazônia, sobretudo com a demarcação de espaços territoriais de acordo com sua ocupação tradicional, criando condições objetivas para assegurar a existência futura dos projetos de vida dos povos indígenas [...]. O futuro dos povos indígenas também depende, em larga medida, de aliados que acreditem em seus projetos de vida e que sejam capazes de se deixar iluminar por eles. Por isso, é cada vez importante que o conjunto da sociedade conheça e compreenda a realidade socioeconômica, política e cultural desses povos (MATA, 2005, p. 172-173).

Dia 10 de maio de 2013 a manchete foi: INDÍGENAS DESOCUPAM CANTEIRO DE OBRAS DE BELO MONTE, MAS AFIRMAM QUE LUTA CONTINUA.

Com um prazo de 24 horas dado pela desembargadora Selene de Almeida, do TRF-1, Brasília (DF), os cerca de 180 indígenas decidiram se retirar do principal canteiro de obras da UHE Belo Monte.

A ação aconteceu na noite desta quinta-feira, 9. A ocupação era feita por nove povos dos rios Teles Pires, Tapajós e Xingu, afetados por projetos hidrelétricos,

Valdenir Munduruku, disse em entrevista que os indígenas entram de maneira pacífica, decidimos sair de maneira pacífica.

Ele destacou que essa foi uma forma de mostrar que não são bandidos e que respeitam a decisão da Justiça.

Os indígenas pediam pela consulta às comunidades afetadas pelas usinas hidrelétricas que o governo federal pretende construir na Amazônia – parte da pauta que motivou a ocupação.

Contrariando a Convenção 169 da OIT e a Constituição Federal, os governos Lula e Dilma passaram a executar grandes obras sem consultar as comunidades afetadas.

Os indígenas deixaram claro que não vão abandonar a agenda de luta contra as hidrelétricas na Amazônia e pela consulta prévia.

Os indígenas foram cerceados e impedidos de fazer contato com seus advogados, com a imprensa; agentes da Força Nacional chegaram a impedir a entrada de comida.

Entre 80 e 100 policiais da Força Nacional estiveram presentes no canteiro ocupado pelos indígenas. No final da tarde desta quinta, a procuradora Federal Thais Santi chegou ao canteiro e constatou que só ocorreria violência no local caso a reintegração ocorresse.

De acordo com relatório feito pela chefe da Polícia Federal em Altamira (PA), os indígenas estariam ameaçando cerca de 3 mil trabalhadores, o que justificaria a reintegração. Porém, em contradição, a imprensa noticiou atos de solidariedade dos funcionários da usina com o movimento dos indígenas. Após a saída do canteiro, os indígenas foram para Altamira, onde realizaram uma assembleia para avaliar os próximos passos. Ficou decidido que apenas parte do grupo voltará às aldeias, o restante continuará acampando nas dependências da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, no município. (Nota JAN 10/05/2013).

Na trajetória da luta dos Povos Indígenas, há sempre o embate político entre o que se decide em assembleia e a lei do Governo que impõe sempre a decisão final, mas a história comprova que nem sempre a “força maior” vence, exemplo disso é a participação dos Povos Indígenas na Cúpula, que vinha sendo preparada há um bom tempo, e segundo as leituras que realizamos nos sites ligados à causa

indígena, já havia uma prévia desconfiança de que a Rio+20 não corresponderia aos anseios dos Povos Indígenas. E o questionamento crítico saiu nas páginas desses sites.

A princípio, já não acreditamos que o diálogo com o governo brasileiro e a ONU seja transparente. Ele é prejudicado pela falta de clareza nos processo de organização do próprio evento. As pessoas que estão à frente do Comitê que organiza a RIO 20, no que diz respeito aos povos indígenas, não foram escolhidas com a participação do movimento indígena. Foi necessária muita intervenção das organizações indígenas, para colocar um representante legítimo no comitê organizador do evento, mesmo assim, somos prejudicados. (www.coiab.org.br, publicado em 09/02/2012).

Dia 27 de maio de 2013 a manchete foi: INDÍGENAS VOLTAM A OCUPAR CANTEIRO DE BELO MONTE.

Cerca de 150 indígenas de várias etnias voltaram a ocupar, na madrugada desta segunda-feira (27), o principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Belo Monte.

O grupo reivindica a consulta prévia dos impactos ambientais que serão provocados pela construção do empreendimento.

Os indígenas afirmaram que, desta vez, nenhuma liminar ou decisão da Justiça irá retirá-los do sítio Belo Monte. Os manifestantes dizem que irão resistir e que, na última ocupação, decidiram sair pacificamente porque o Governo Federal garantiu que haveria uma negociação, que segundo eles, não aconteceu.

O grupo exige uma mesa de negociação direta com o Governo Federal, por meio de Gilberto Carvalho, ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República. Os indígenas reclamaram da ausência do representante federal, com quem reivindicavam a negociação na ocupação do início do mês de maio.

De acordo com informações da coordenação do Movimento Xingu Vivo, o grupo é formado por indígenas da região de Volta Grande, local onde ficam as aldeias às margens do rio Xingu. A área possui mais de 100 quilômetros de rio, que secariam caso a obra venha a ser concluída.

No dia 2 de maio, cerca de 150 indígenas de diversas etnias ocuparam o sítio Belo Monte, em Vitória do Xingu, sudoeste do Pará. Eles voltaram a ocupar o canteiro de obras para reivindicar a presença do Governo Federal nas negociações.

Os índios criticam a presença de tropas federais na região, que estariam dando suporte de segurança para estudos de impacto ambiental voltando para projetos de desenvolvimento sem que as tribos fossem consultadas. (Nota JAN 27/05/2013).

Conforme Laraia (1986), cada povo tem seu modo de viver, de se expressar, de educar, de produzir, de lutar, de cultuar, de aprender, de discriminar e de evoluir. A nota no JAN reforça a luta dos Povos Indígenas da região do Xingu e, embora não tenha sonora, a apresentadora é interlocutora da posição deles frente ao problema vivido.

Dia 31 de maio de 2013, manchete: INDÍGENAS ACEITAM NEGOCIAR COM GOVERNO FEDERAL EM BRASÍLIA, MAS ACAMPAMENTO CONTINUA.

Após quatro dias de ocupação do principal canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, as lideranças do protesto indígena aceitaram a proposta feita pelo Governo Federal.

Um grupo de indígenas viajará na terça-feira a Brasília, onde na quarta-feira (5) reúnem com representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República e dos ministérios da Justiça e de Minas e Energia.

Os indígenas, no entanto, permanecerão no interior do canteiro até, pelo menos, o dia do encontro. A decisão de deixar ou não o local vai depender do resultado da conversa com os representantes do governo.

O acordo está acertado deste a noite desta quinta-feira (30), ao fim de uma reunião de mais de cinco horas.

A proposta, que já havia sido apresentada às lideranças em carta, pelo ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, voltou a ser submetida nesta quinta-feira pelo coordenador-geral de Movimentos do Campo e Territórios da secretaria, Nilton Tubino.

O transporte dos índios entre Jacareacanga e Brasília vai ser custeado pelo Governo Federal. Desde o início da ocupação, os índios exigiam que um representante do Executivo fosse ao canteiro negociar as reivindicações.

Entre outras medidas, eles querem a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia até que o processo de consulta prévia aos povos tradicionais, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), seja regulamentado.

O governo, contudo, argumenta que será mais fácil negociar em Brasília, após o canteiro ser desocupado, pois na capital federal há como consultar outros ministros e membros da equipe.

Ao contrário da vez anterior, os índios ontem aceitaram a proposta com a condição de poderem permanecer no escritório central do canteiro Sítio Belo Monte até o fim da reunião com o Governo Federal. Com isso, a ordem de reintegração de posse concedida pela subseção da Justiça Federal em Altamira na terça-feira (28) não será cumprida até segunda ordem.

O acordo entre indígenas e governo foi fechado horas depois de um indígena terena morrer a tiros durante a desocupação de uma fazenda localizada na cidade de Sidrolândia, em Mato Grosso do Sul.

A operação teve coordenada da Polícia Federal e contou com apoio de policiais militares sul-mato-grossenses. Um inquérito foi instaurado para apurar se houve abuso dos policiais. O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, prometeu rigor na apuração. (Nota JAN 31/05/2013).

A luta dos Povos Indígenas no Brasil vem sendo travada há muitos anos, basta lembrar que em 2012, durante as discussões ocorridas no Acampamento Terra Livre, na Cúpula dos Povos¹⁰⁴, os indígenas repudiaram as causas estruturais e as falsas soluções para as crises que se abatem sobre nosso planeta. Pelo conteúdo do documento oficial entregue pelos Povos Indígenas, há um firme posicionamento diante da situação e ao mesmo tempo demonstra que o Povo da Floresta¹⁰⁵ ainda

¹⁰⁴ Assembleia indígena do Brasil. Um espaço político de deliberação de suas causas por ocasião da Cúpula dos Povos, encontro paralelo de organizações e movimentos sociais, face à Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20)., ocorrido em junho 2012)

¹⁰⁵ Entre as lideranças indígenas presentes no Aterro do Flamengo estava Davi Yanomami, figura conhecida mundialmente pela sua posição e articulação política em defesa dos Povos da Floresta. Apesar de terem seu território demarcado há 20 anos, há falta de políticas de proteção efetiva, pois são constantes as invasões de garimpeiros ao território Yanomami. Davi Yanomami participou da entrega do documento dos Povos Indígenas na Cúpula dos Povos e deixou registrado o seu

acredita na possibilidade de salvar o planeta:

Defendemos formas de vidas plurais e autônomas, inspiradas pelo modelo do Bom Viver/Vida Plena, onde a Mãe Terra é respeitada e cuidada, onde os seres humanos representam apenas mais uma espécie entre todas as demais que compõem a pluridiversidade do planeta. Nesse modelo, não há espaço para o chamado capitalismo verde, nem para suas novas formas de apropriação de nossa biodiversidade e de nossos conhecimentos tradicionais associados. Considerando a relevante importância da Cúpula dos Povos, elaboramos esta declaração, fazendo constar nela os principais problemas que hoje nos afetam, mas principalmente indicando formas de superação que apontam para o estabelecimento de novas relações entre os Estados e os povos indígenas, tendo em vista a construção de um novo projeto de sociedade. (parte do Documento entregue na Cúpula dos Povos). (CIMI, 2012, s/p).

Toda essa desconfiança se dá porque as lideranças indígenas há tempos vêm denunciando e elas dizem não serem ouvidas, mas, nem por isso deixam de registrá-las nos seus meios próprios:

São inúmeras as grandes obras que invadem os nossos territórios no galope do desenvolvimento insustentável. As hidrelétricas nos rios da Amazônia, a Transposição do São Francisco, o agronegócio no Centro-Oeste, as Pequenas Centrais Hidrelétricas no sul do país, a criminalização das nossas lideranças que lutam por justiça, o Projeto TIPNIS na Bolívia, o Plano Puebla-Panamá, aliados à truculência dos governos e seus aparatos militares, vem perpetuando o sofrimento aos povos indígenas. É preciso denunciar essa violência, bem como construir alternativas que provoquem mudanças. Os governantes precisam de uma nova mentalidade para salvar o planeta. (COIAB, 2012, s/p).

Dia 7 de junho de 2013, manchete: LÍDER INDÍGENA DIZ QUE GRUPO MUNDURUKU PODE VOLTAR A OCUPAR CANTEIRO DE BELO MONTE.

Em Brasília desde terça-feira, dia 4, para pedir a suspensão de empreendimentos energéticos na região amazônica, um grupo de índios munduruku disse que poderá voltar a ocupar o Canteiro Belo Monte, principal local de obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, caso as obras não sejam paralisadas.

O principal pedido dos índios é a suspensão de todos os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia até que haja processo de consulta prévia aos povos tradicionais da região, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), internalizada pelo país em 2004.

O grupo passou oito dias ocupando o Canteiro Belo Monte e chegou a Brasília em um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), após acordo com o governo para desocupar o local.

Valdenir Munduruku, liderança da Aldeia Teles Pires, em Jacareacanga

depoimento com certa decepção, por não terem sido ouvidos pelas autoridades: é um pingão d'água. Um pingão apenas, mas importante. Na Eco 92 vieram autoridades ouvir nossos problemas, mas aqui nem isso aconteceu.

(PA), disse hoje em entrevista ao programa Amazônia Brasileira, que se as obras não pararem eles irão fazer novas ocupações e não irão aceitar as consultas, que deveriam ter sido feitas.

Valdenir Munduruku enfatizou que a mobilização e os protestos vão continuar mesmo diante do risco de novos conflitos que podem levar à morte de índios. A estimativa, segundo Valdenir Munduruku, é que pelo menos 80 das 118 aldeias existentes na região sejam inundadas.

Os indígenas esperam se reunir com Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria-Geral da Presidência mais uma vez. Na terça-feira, aproximadamente 140 indígenas mundurucus foram recebidos por ele e por representantes de outros órgãos do governo para discutir a suspensão de empreendimentos energéticos na Amazônia, além de outras reivindicações. Gilberto Carvalho, já sinalizou que as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte não vão parar, embora o governo vá aceitar "todas as formas de protesto democrático".

A Secretaria-Geral reafirmou a disposição do governo federal de dialogar com os Mundurucu, conforme carta assinada pelo ministro Gilberto Carvalho, apresentada ontem. No texto, Carvalho ressalta a intenção de "fazer um processo participativo de consulta", com base na Convenção 169 e na Constituição Federal, para que os mundurucu e outras etnias afetadas pelos projetos possam se manifestar. (Nota JAN 07/06/2013).

A insegurança em que vivem os povos indígenas põe em risco sua vida física e cultural. Um povo que mal sobrevive, que precisa fugir e que luta constantemente só para assegurar seu pedaço de chão, deixa de transmitir seus valores, suas histórias, suas danças e seus ritos. Esse argumento pode ser também refletido a partir do que diz SEMPRINI (1999, p. 13):

O massacre físico se prolongaria ao longo do século XX por uma política sistemática de assimilação forçada e de desenraizamento cultural: deslocamento de populações, misturas de tribos diferentes, proibição de práticas rituais tradicionais de culto e do ensino da língua indígena.

A luta pela sobrevivência da sua cultura está mais do que ativada:

Descobrimos que a presença indígena, diminuída ou mesmo apagada pela cultura oficial e pelos livros de história, está estreitamente inserida na história americana, tanto mais porque os processos de mestiçagem, sobretudo no século XVII, contribuíram para a mistura de sangue e transformaram o índio num componente fundamental da "raça" americana (SEMPRINI, 1999, p. 14).

Dia 12 de junho de 2013 a manchete foi: INSATISFEITOS MUNDURUKU DEVEM RETORNAR NESTA QUINTA-FEIRA AO PARÁ.

Os 150 índios Munduruku devem retornar ao Estado do Pará nesta quinta-feira, dia 13. O retorno acontecer após mais de uma semana em Brasília (DF).

Eles reuniram com representantes do governo federal e, insatisfeitos com o resultado da conversa, ocuparam o prédio da Funai e protestaram contra empreendimentos hidrelétricos na Amazônia.

Nesta quarta-feira o grupo aceitou a proposta de retornar ao estado. O acordo permitiu que os servidores da Funai voltassem hoje ao expediente normal.

Em contrapartida, a fundação providenciará o transporte de volta, o que está tentando viabilizar juntamente com o Ministério da Defesa.

Um dos líderes do grupo, Valdenir Munduruku, sugeriu que, apesar do convite feito pelo governo federal para que os índios viessem a Brasília negociar, as conversas não avançaram.

Valdenir lembrou que após se reunir com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, o grupo ainda tentou, sem sucesso, ser recebido pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Valdenir disse ainda, que o índigenas vão retornar, mas não vão abrir mão do que querem...

Conforme Araújo (2006), no Brasil, hoje, é reconhecida oficialmente a existência de 215 povos indígenas, em média com uma população de 700 mil pessoas distribuídas em 582 terras identificadas indígenas, numa extensão de 108.430.000 hectares; isso corresponde 12,5% do território do País, porém, a sua distribuição pelas diferentes regiões e ecossistemas não tem uniformidade.

Na região Amazônica está concentrada uma grande parte desta população e de suas terras. Segundo HECK (2005), são 180 povos ocupando uma área de 103.480.000 hectares. Significa dizer que em média 70% destas terras estão localizadas na região Amazônica.

Os indígenas firmam-se enquanto povo sem perder a autonomia de determinar seus próprios rumos. As lideranças se propõem a construir um modelo de escola indígena diferenciada, com metodologia participativa, garantindo o saber tradicional. Segundo MELIÁ (1979, p. 91):

[...] os indígenas mantiveram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma é precisamente a ação pedagógica. Em outros termos: continuou havendo nesses povos uma educação indígena que permite que o modo de ser e a cultura enfrentem com relativo sucesso situações novas.

Dia 10 de julho de 2013, chamada: COMITIVA DO PARLAMENTO EUROPEU ESTÁ NO BRASIL PARA DEBATER BELO MONTE.

Uma comitiva de parlamentares da bancada verde do Parlamento Europeu está no Brasil para saber mais sobre o projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingú, em Altamira, no oeste do Pará.

Ulrike Lunacek (Áustria), Catherine Greze e Eva Joly (França) integram o grupo, que esteve em Brasília na segunda-feira, e em Belém ontem. Hoje elas seguem para Altamira.

Em Brasília, as deputadas foram recebidas pela Embaixada Europeia e tiveram encontros com os Ministérios de Minas e Energia, de Relações Exteriores, do Meio Ambiente e com os embaixadores da Alemanha, Reino Unido, França, Dinamarca, Suécia, Holanda e Portugal.

Também tiveram reuniões com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Instituto Socioambiental (ISA), o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e o Ministério Público Federal.

Em Belém, a comitiva se reuniu com Arthur Pinheiro Chaves, juiz federal, responsável pelas ações envolvendo Belo Monte, e com pesquisadores da Universidade Federal do Pará, integrantes do Painel de Especialistas sobre a usina.

Em Altamira, as deputadas têm novas reuniões com o Ministério Público Federal, com o bispo da Prelazia do Xingu, Dom Erwin Krautler, e com o Movimento Xingu Vivo. Também irão visitar as comunidades afetadas e falar com representantes da Norte Energia, empresa responsável por Belo Monte.

Além das preocupações com a questão social e ambiental na Amazônia, o interesse das parlamentares em Belo Monte é reforçado pela participação de várias empresas europeias no projeto, seja como fornecedoras de equipamento, seja nos processos de seguro e resseguro seja como acionistas indiretas da Norte Energia. (Nota JAN 10/07/2013).

A globalização vem difundir a padronização da cultura e ao mesmo tempo fragmentar as identidades nacionais por meio de várias ferramentas entre elas, os sistemas de comunicação interligados. Segundo Stuart Hall (2006, p. 74):

Os fluxos culturais entre as nações, e o consumismo global criam possibilidades de “identidades partilhadas” como consumidores para os mesmos bens, clientes para os mesmos serviços, públicos para as mesmas mensagens e imagens- entre pessoas que estão bastantes distantes umas das outras no espaço e no tempo. Na medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influencias externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural.

Para o autor, o indivíduo não tem uma identidade fixa ou permanente. Quanto mais ele fica exposto à informação e ao mercado global mais acolhe diferentes identidades, “as diferenças e as distinções culturais ficam reduzidas a uma espécie de língua franca internacional ou de moeda global” (Hall, 2006, p. 75).

Então, pode-se pressupor que a globalização tem interesse pelo local.

A globalização (na forma da especialização flexível e da estratégia de criação de “nichos” de mercado), na verdade, explora a diferenciação local. Assim, ao invés de pensar no global como substituindo o local seria mais acurado pensar numa nova articulação entre “o global” e “o local” (HALL, 2006, p. 77).

A cultura abre potencialidade para o conhecimento. No entanto com o surgimento do fenômeno da indústria cultural, que possui suporte nos meios de comunicação de massa, a cultura é vista com produto a ser consumido. Como afirma Teixeira Coelho, “a cultura passa a ser vista não como instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento, mas como produto trocável por dinheiro e que deve ser consumido como se consome qualquer outra coisa” (COELHO, 1996, p. 11).

Para Edgar Morin (1998, p. 23):

A cultura, que caracteriza a sociedade humana, é organizada/organizadora via o veículo cognitivo da linguagem, a partir do capital cognitivo coletivo dos conhecimentos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade.

A cultura constitui a riqueza popular. Ela possui papel de fixação e autoconhecimento do indivíduo dentro do grupo. Ainda conforme Morin (1998, p. 24): “[...] a cultura de uma sociedade é como uma espécie de megacomputador complexo que memoriza todos os dados cognitivos e, portadora de quase programas, prescreve as normas práticas, éticas, políticas dessa sociedade”.

Dia 16 de julho de 2013, manchete: JUSTIÇA CONSIDERA VÁLIDO LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE BELO MONTE, MAS CIMI IRÁ RECORRER.

A Justiça considerou legais os procedimentos usados para o licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

A decisão da 9ª Vara da Seção Judiciária do Pará julgou improcedente o pedido do Conselho Indigenista Missionário – CIMI, para paralisar as obras.

O CIMI utilizou o argumento de que seria necessário aguardar a elaboração de uma lei específica sobre exploração de potenciais projetos energéticos dentro de terras indígenas, conforme determina o Artigo 176 da Constituição Federal.

O juiz Marcelo Honorato considerou que a paralisação da obra atenta contra a ordem e a economia pública.

Segundo o CIMI a obra afeta as terras indígenas de Paquiçamba e Arara da Volta Grande, prejudicando a navegação, a pesca e a realização de rituais das comunidades indígenas e ribeirinhas da região.

A entidade também argumenta a insuficiência dos estudos e das medidas mitigadoras sobre a qualidade e vazão da água do reservatório e do leito do rio.

A decisão, expedida na última quarta-feira, dia 10 de julho, considerou a argumentação da Advocacia-Geral da União - AGU.

O órgão explica que o empreendimento será construído fora de território indígena e por isso não precisa de nova legislação.

Segundo a AGU, os estudos de licenciamento estabeleceram diversas medidas mitigatórias e compensatórias voltadas a minimizar os impactos

sobre o modo de vida tradicional das populações locais e garantir equilíbrio às terras indígenas que estão próximas da usina.

Adelar Cupsinski, advogado do CIMI, disse que a entidade vai recorrer da decisão até a próxima semana. (Nota JAN 16/07/2013).

O CIMI está muito presente nas lutas dos Povos Indígenas nos últimos 40 anos no Brasil.¹⁰⁶ Exemplo disso, é o documento elaborado e entregue durante a participação dos Povos Indígenas na Cúpula dos Povos:

É graças a nossa capacidade de resistência que mantemos vivos os nossos povos e o nosso rico, milenar e complexo sistema de conhecimento e experiência de vida que garante a existência, na atualidade, da tão propagada biodiversidade brasileira, o que justifica ser o Brasil o anfitrião de duas grandes conferências mundiais sobre meio ambiente. Portanto, o Acampamento Terra Livre é de fundamental importância na Cúpula dos Povos, o espaço que nos possibilita refletir, partilhar e construir alianças com outros povos, organizações e movimentos sociais do Brasil e do mundo, que assim como nós, acreditam em outras formas de viver que não a imposta pelo modelo desenvolvimentista capitalista e neoliberal. (Trecho do Documento entregue pelo Acampamento Terra Livre na Cúpula dos Povos na Rio + 20, CIMI, 2012).

Não existem manchetes sobre Belo Monte, no JAN, nos meses de agosto e setembro de 2013. Dia 9 de outubro de 2013, manchete: BELO SUN AGUARDA LICENÇA AMBIENTAL.

A pouco mais de 10 km da usina de Belo Monte, o maior projeto de mineração de ouro do Brasil, da empresa canadense Belo Sun, está prestes a receber licença ambiental.

Mais de 40 organizações do Brasil, Canadá, Estados Unidos e Europa que atuam na defesa do meio ambiente e dos direitos humanos iniciaram uma campanha pública na internet, nesta semana, para arrecadar assinaturas contra o licenciamento do projeto da Belo Sun.

As organizações também publicaram uma carta (leia aqui) alertando para os riscos socioambientais e irregularidades do licenciamento. Um vídeo independente também circula na internet.

O chamado "Projeto Volta Grande" fica no Rio Xingu, em um trecho logo abaixo da barragem de Belo Monte. A Belo Sun pertence ao grupo canadense Forbes e Manhattan e aguarda a licença da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Pará (Sema-PA) para iniciar a obra. Veja no mapa abaixo e clique para ampliar.

O Instituto Socioambiental (ISA) assina a carta. Em janeiro, uma análise técnica do ISA foi enviada à Sema com um alerta sobre os impactos cumulativos de Belo Sun e Belo Monte, podendo gerar graves riscos socioambientais à região. (Saiba mais).

O Ministério Público Federal identificou várias irregularidades no licenciamento e recomendou à Secretaria Estadual do Meio Ambiente

¹⁰⁶ O CIMI é um organismo vinculado à CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil que, em sua atuação missionária, conferiu um novo sentido ao trabalho da Igreja Católica junto aos povos indígenas. Criado em 1972, quando o Estado brasileiro assumia abertamente a integração à sociedade majoritária como única perspectiva.

(Sema) em setembro de 2013 que não dê licença ao projeto. (Nota JAN 09/10/2013).

Dia 31 de outubro de 2013, manchete: PROCURADOR DIZ QUE AÇÕES CONTRA BELO MONTE VÃO CONTINUAR. A entrevista se dá no segundo bloco dessa edição, quando a apresentadora repete a manchete e chama o repórter para entrevistar o Procurador da República, Felício Pontes. PROCURADOR DIZ QUE AÇÕES CONTRA BELO MONTE VÃO CONTINUAR. OS DETALHES COM ANTÔNIO BARRETO.

Na realidade, a edição do dia 31/10/2013 não foi ao ar. Em e-mail enviado para os repórteres das emissoras associadas, a produção enviou o seguinte recado:

Olá gente, bom dia! Devido um problema com a nossa conexão com a internet aqui na Rádio Rural não consegui finalizar o Jornal Amazônia é Notícia. Espero compreensão de todos. Os materiais recebidos ontem (31) serão utilizados hoje (01). Abraços! Vanessa Pereira.

O JAN do dia 31/10/2013 foi repetido no dia 01/11/2013. A manchete foi chamada, entretanto, o repórter faz um texto corrido, sem a entrevista com o procurador da República, Felício Pontes, mas no relato, o repórter é o interlocutor da fala do procurador.

Antônio Barreto: O Procurador da república, Felício Pontes que atua em processo sobre a hidrelétrica de Belo Monte há mais de 10 anos afirmou que vai continuar questionando a atuação do Governo Federal em relação à obra realizada no rio Xingu no estado do Pará. Neste sentido, o desembargador do Tribunal Federal Regional da Primeira Região, Souza Prudente atendeu o pedido do Ministério Público e decidiu suspender as obras do empreendimento iniciado no ano de 2011. Depois o Presidente do trf1 desembargador Mário César Ribeiro reverteu a decisão por entender que o caso não deveria ser analisado por Souza Prudente em razão de outros processos que aguardam decisão em instâncias superiores A Procuradoria regional da república da 1ª região deve recorrer, mas ainda vai discutir em qual tribunal e com quais argumentos. Felício Pontes integra o Ministério Público Federal do Pará já protocolou cerca de 20 processos na justiça contra a hidrelétrica afirma que recebeu Tomada da obra com indignação o principal problema em relação à obra, é a ausência de consulta os índios da região sobre o empreendimento. A usina hidrelétrica de Belo Monte está sendo construída no rio Xingu no estado do Pará. Segundo a Norte Energia, o custo total do empreendimento deve atingir 29 milhões de reais. O projeto sofre oposições de ambientalistas que consideram irreversíveis para o meio ambiente e para as comunidades tradicionais da região, como índios e ribeirinhos. A obra também enfrentou posição do Ministério Público Federal que alega que as compensações as comunidades atingidas pela hidrelétrica não está sendo feito de forma devida. Para os Procuradores da República, Belo Monte pode ser o problema social na região do Xingú.

Nessa reportagem, do dia 01/11/2013, o repórter Antônio Barreto não assina, ou melhor, não se identifica no final. Logo a apresentadora entra com outra chamada. Durante o mês de novembro de 2013 não há registros de matérias sobre Belo Monte no JAN. Dia 20 de dezembro de 2013 ocorre a última manchete do ano, bem como a última do período do nosso recorte de pesquisa (2008 a 2013), e tem por manchete: RETOMADA AS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE, EM ALTAMIRA.

O Consórcio Construtor Belo Monte retomou no início da manhã Desta sexta-feira as obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA). A Corte Especial do Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região autorizou o retorno das atividades em todos os canteiros.

Decisão anterior, que tinha por base agravo regimental do Ministério Público Federal, determinou a suspensão das obras.

No recurso apresentado, o MPF questionou a emissão de licença parcial para os canteiros de obras da usina, sob o argumento de que a construção contraria pareceres técnicos do Ibama.

Com o licenciamento anulado, as obras tiveram de ser paralisadas até que as condicionantes fossem cumpridas. O bloqueio impedia, inclusive, o repasse de recursos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

De acordo com o MPF, foram descumpridas condições relacionadas à qualidade da água, educação e saneamento, navegabilidade do Rio Xingu e condicionantes indígenas como a demarcação de terras e retirada de não índios de terras demarcadas.

A Norte Energia, empresa responsável pela construção e operação da usina, foi notificada formalmente ontem (19) e, de imediato, determinou ao Consórcio Construtor Belo Monte a paralisação das obras. Atualmente, mais de 20 mil pessoas trabalham na construção.

De acordo com o consórcio, a comunicação foi feita por volta das 10h. Perto das 16h, cerca de 90% das atividades haviam sido paralisadas. No mesmo dia, a Norte Energia divulgou nota informando que as obras seriam retomadas e que não havia mais qualquer obstáculo para a continuidade das obras, após o agravo regimental do MPF ter sido rejeitado por 11 votos a 1 pela corte especial. (Nota JAN 20/12/2013)

A escolha pelo período do recorte se deu porque foi a partir de 2008 que a RNA foi efetivada pelo JAN. Foi finalizado em 2013, por ser o ano anterior ao início de desenvolvimento desse trabalho. Coincidentemente, a última manchete de 2013 trata da retomada das obras da Usina de Belo Monte. Pelas observações em campo e pelas inúmeras notícias lidas e compreendidas durante o período de recorte, posso enfatizar o pensamento do jornalista Lúcio Flávio Pinto (2008), de que a Usina de Belo Monte é um elemento estranho e agressivo ao modo de vida dos moradores locais e à própria região que habitam.

Quanto à questão das fontes, nos quadros específicos relativos à Belo Monte (2008-2013) observei que há um vácuo em muitas edições. Todas as edições (102) referentes ao assunto foram ouvidas, eram narrações da apresentadora Joelma Viana com participação dos repórteres da RNA. Uma das fontes oficiais registrada foi a do ex-presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva. A da atual Presidenta, Dilma Rousseff, não foi registrada em nenhum momento do período analisado. Dos representantes indígenas foram registradas cinco sonoras no JAN no período de 2008-2013.

Ao escutar as gravações das edições desse jornal, principalmente nas matérias referentes a Belo Monte, percebi que os indígenas, os ribeirinhos e algumas fontes ouvidas nas reportagens repudiaram as causas estruturais e as falsas soluções para a crise do setor energético que sofre o país. Percebi, também, um firme posicionamento contrário diante da situação, o que demonstra que o Povo da Floresta ainda acredita na possibilidade de salvar o planeta.

Lembro que Morin (2002) sugere a possibilidade de unir Estados para superar a crise ecológica e outros problemas planetários, como o tráfico de drogas, ecologia, êxodo rural. No entanto, se depender apenas das decisões do Governo, que em certos momentos desconsideram os “possíveis impactos ambientais”, quando alvarás e licenças ambientais para a construção do canteiro de Belo Monte foram expedidos, a usina sendo considerada por muitos como algo seguro, a pergunta é: que futuro garantido teremos?

Quadro 19 - Resumo das manchetes, com temas e conteúdos mais recorrentes:

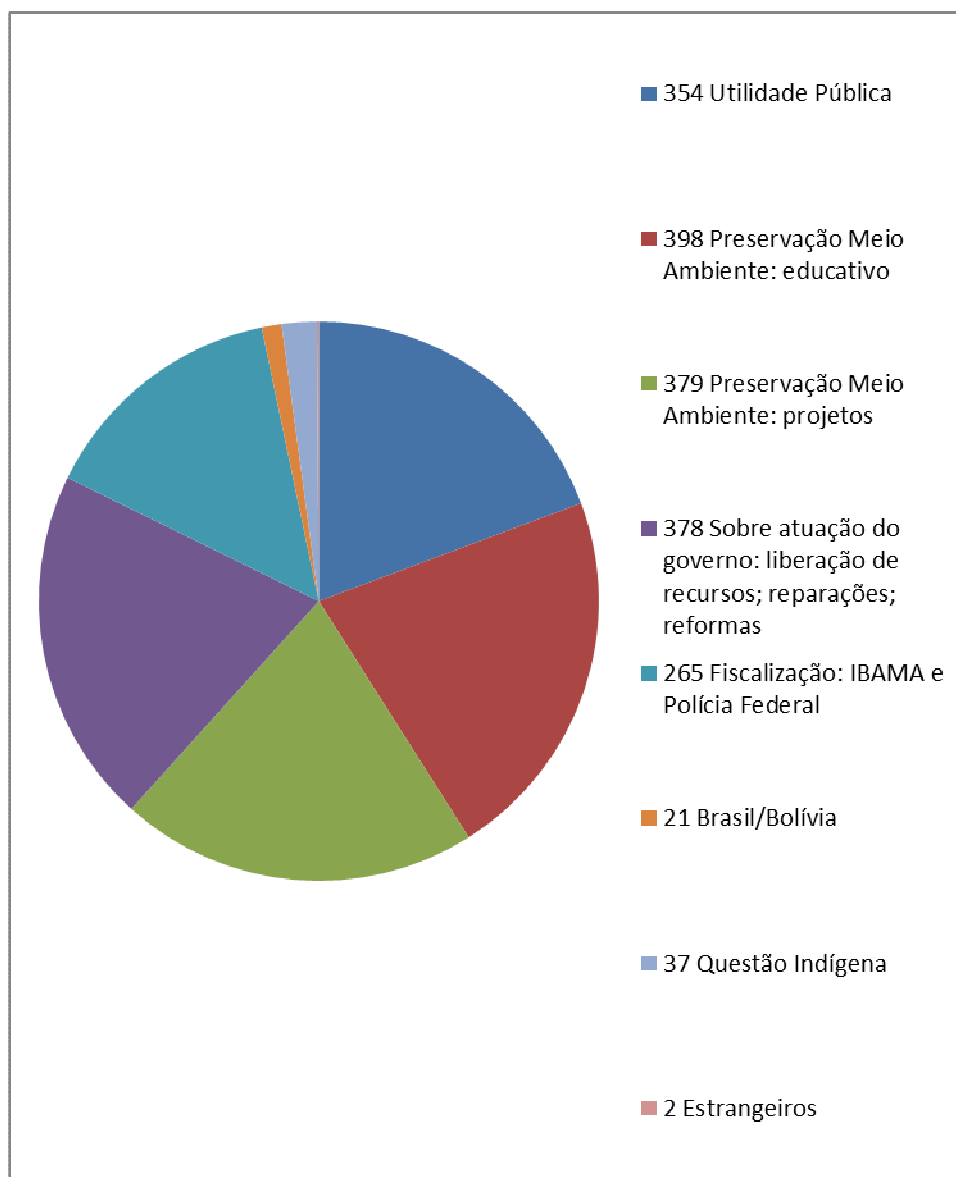
Temas recorrentes	Quantidade	Conteúdo mais recorrente
Belo Monte	102	Todas as manchetes e conteúdos nas tabelas anteriores sobre Belo Monte.
Utilidade Pública	354	Anúncios sobre falta d'água; alerta sobre malária; meteorologia; queimadas; romaria das águas; nível do rio; mudanças climáticas; enchentes.
Preservação Meio Ambiente: educativos	398	Seminários; desenvolvimento sustentável; Campanhas sobre impacto ambiental; desenvolvimento sustentável; Licenciamentos ambientais; licitações; desenvolvimento sustentável; pesquisas em andamento (purificação da água; biodiesel; pesca); cursos, treinamentos para liderança; consumo consciente; campanhas com crianças para conscientização; atividades ecológicas com a população; Reaproveitamento de material reciclável; impactos ambientais; desenvolvimento

		sustentável; política de resíduos sólidos.
Preservação Meio Ambiente: projetos	379	Licenciamentos ambientais; promoção de desenvolvimento sustentável; formação de lideranças; Regulamentações; incentivo a pequenas hidrelétricas; Desenvolvimento sustentável: mochila do educador ambiental; preservação da fauna, flora, da arte e da cultura; projetos de reciclagem; projetos hidrelétricos; recuperação de fauna e flora; projeto de hidrovía.
Estrangeiros	2	Compra e imóveis e cadastramento de imóveis de estrangeiros
Sobre atuação do governo: liberação de recursos; reparações; reformas	378	Liberação de recursos para reparações, ou reconstruções devido á inundações; Regulamentações; debate de medida provisória sobre redução da área de preservação; Decretos emergenciais contra enchente; investimento no mapeamento da Amazônia; Bolsa verde.
Fiscalização: IBAMA e Polícia federal	69	Atuação do IBAMA e da Polícia Federal: apreensões, multas; debates educativos
Brasil/Bolívia	21	Construção de hidrelétrica; construção de rodovia; debates acerca de questões climáticas; questões indígenas; reflorestamento
Questões indígenas	37	Preservação de área; contra hidrelétricas; Desmatamento; conflitos com madeireiros e garimpeiros; ocupação de Belo Monte;

Fonte: Elaborado pela autora

Os dados acima podem ser mais visualizados na sequência:

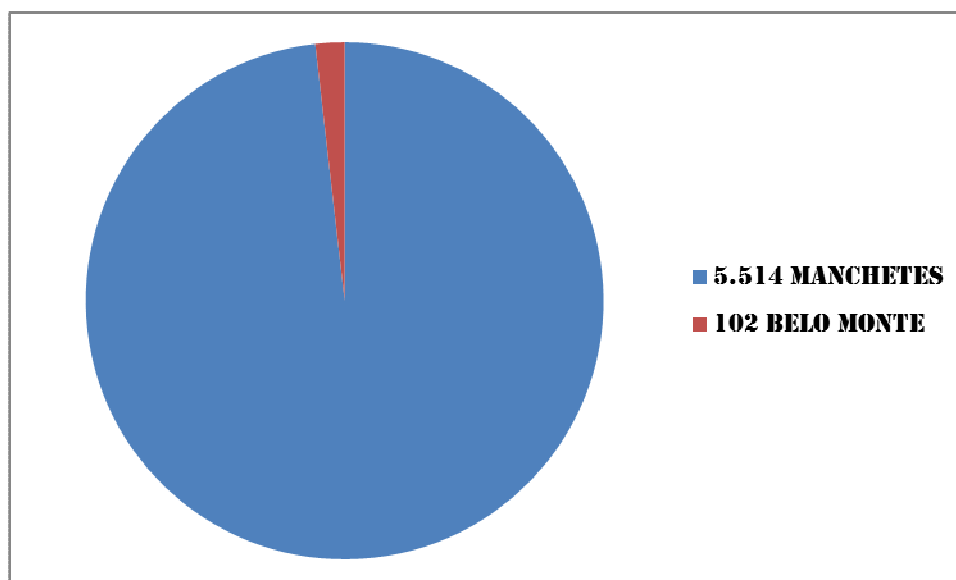
Figura 4 - Manchetes recorrentes



Fonte: Elaborado pela autora

A leitura das manchetes levou a uma divisão por temas mais recorrentes. As 102 manchetes sobre Belo Monte estão inseridas num universo de 5.616, num total de 1.404 edições, de 19 de maio de 2008 a 31 de dezembro de 2013 (período de nosso recorte). Ver figura na sequência:

Figura 5 – Edições e manchetes sobre Belo Monte



Fonte: Elaborado pela autora

Uma justificativa apresentada por Joelma Viana no trajeto da pesquisa, é que há falta de repórter da Rede na cidade de Altamira, local da obra do canteiro de Belo Monte. Podemos destacar duas fontes bem presentes nesse período (2008-2013): a do Procurador da República, Felício Pontes Júnior e da representante do Movimento Xingu Vivo para Sempre, Antônia Melo. Porém, mesmo que nem todas as matérias tivessem uma fonte para averiguações de sua validade, vale ressaltar a importância da cobertura da RNA em um acontecimento que marca a história energética do Brasil, quando o assunto do momento é a questão da sustentabilidade. Nesse sentido, a RNA fornece um grande exemplo de como se deve lidar com esse tipo de questão, demonstrando a força das fontes alternativas que, como ela, se manifestam em momento oportuno conforme tomamos ciência em várias reportagens veiculadas pela rede.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cobertura da Rede de Notícias da Amazônia é de fundamental importância ante um acontecimento que marca a história energética no Brasil – a construção da Hidrelétrica de Belo Monte –, sobretudo quando o assunto do momento é a questão da Sustentabilidade. A RNA propicia raro exemplo de como é possível noticiar e alertar mesmo não sendo a “voz” oficial, mas veículo de “vozes” alternativas que se manifestam em momento oportuno, como foi registrado em várias reportagens veiculadas na RNA no JAN.

A RNA expõe a temática da sustentabilidade, da preservação do meio ambiente, dos indígenas e ribeirinhos. Durante a escuta dos áudios das edições deste jornal, principalmente nas matérias referentes à Belo Monte, os indígenas, os ribeirinhos e algumas fontes/vozes ouvidas nas reportagens repudiaram as causas estruturais e as falsas soluções para a crise do setor energético que sofre o país. São firmes em seu posicionamento diante da situação e legitimam a máxima de que o “Povo da Floresta” acredita na possibilidade de salvar o planeta.

Como bem clama Morin (2002) quando trata da questão da agonia planetária. Estaria ele preconizando o teor das discussões durante várias manifestações contrárias a construção de Belo Monte? Isto, principalmente, quando enfatiza que é a relação com o não econômico que falta à ciência econômica? Com isso há outros problemas interligados, como a explosão demográfica, o desregramento ecológico e a crise do desenvolvimento.

No entanto, a sugestão de Morin (2002) de unir Estados para superar a crise ecológica e outros problemas planetários como o tráfico de drogas e o êxodo rural é bastante atraente, mas, ao mesmo tempo, ingênua, visto que depender de decisões governamentais remete a se dobrar a politicagem e à morosidade das decisões. O Estado e seus governantes têm demonstrado, em certos momentos, uma desconsideração para com “possíveis impactos ambientais”, emitindo alvarás e licenças ambientais de forma leviana, como para a construção do canteiro de Belo Monte.

Por isso, o trabalho da RNA, por meio do JAN, apresenta-se como caminho para o entendimento no que se refere à Hidrelétrica de Belo Monte. Ao alertar seus ouvintes dos possíveis perigos ambientais, caso venham ser construídas mais

hidrelétricas na região amazônica, cumpre com a sua função social de denúncia e abertura para o debate.

A partir dos relatos de ecologistas, por exemplo, vislumbra-se que as devastações não atingirão apenas os habitantes da região, mas o mundo, uma vez que é nessa região que ainda se encontra uma grande reserva natural de fauna e floresta. Sem esquecermos de que ainda temos a maior bacia de água doce do mundo. Desta forma, como garantir um futuro sem problemas concernentes ao abastecimento de água, se aos poucos se instalam obras do porte da Belo Monte? O rio Xingu está sendo sangrado, retirado do seu leito natural, como afirmam muitos dos entrevistados pela RNA.

Assim como o empreendimento da RNA, também este trabalho acadêmico quer cumprir com a função social de denunciar e debater a problemática de Belo Monte. Embora a RNA, por meio do JAN, tenha alertado os ouvintes sobre a problemática da construção de hidrelétricas, especificamente, a de Belo Monte, cabe à população em geral, aos cidadãos brasileiros, participar do debate acerca do ecossistema dos nossos rios e das nossas florestas.

Há outras soluções para a questão energética, a saber, as fontes alternativas de energia que preservam nossos recursos hídricos, tal como a energia eólica e a solar. Por que os governantes, a fim de garantir energia para todos, não se dedicam a mais pesquisas e ao implante de uma política efetiva de novas fontes energéticas sustentáveis?

Acredito que há necessidade de se quebrar o paradigma de que no Brasil o meio mais adequado para se obter energia limpa seja somente por meio de usinas hidrelétricas.

A luta não pode ficar restrita aos ambientalistas, pois deve ser uma batalha de toda a população brasileira e mundial. A construção de grandes usinas no Brasil pode dar lugar a novas políticas públicas para atender as necessidades básicas do cidadão, que precisa de energia elétrica em suas residências. Para mim ficou claro que Belo Monte atenderá à demanda das multinacionais que entram no país para extrair o nosso minério e o levar para fora de nossas divisas com um baixo custo e, para isso, precisam de energia. No entanto, quem pagará por isso no futuro? Como bem disse o papa Francisco em sua encíclica sobre Meio Ambiente, publicada em 19 de junho de 2015: “Qual o futuro das nossas crianças?”.

Cito Quéré (2005, p. 70): “O acontecimento só pode ser compreendido a partir do seu futuro e da sua posteridade”. Portanto, o tempo nos dirá qual a real compreensão que teremos a respeito da efetivação desta megausina hidrelétrica, a partir de seus benefícios e suas consequências. Eu pressinto que, em relação aos prejuízos aos povos da floresta e à mãe-natureza, será tarde demais.

Não podendo aguardar o futuro para compreender o iminente desastre, o rádio vem cumprir a sua função ao ser o meio de comunicação de grande alcance para as comunidades. É um eterno companheiro dos ouvintes, especialmente na Amazônia Brasileira. Sou radialista e sei perfeitamente disso, o quanto é importante o papel de uma comunicação diferenciada, profética, cidadã. Não basta apenas informar, mas também dar abertura para que o cidadão mais pobre e excluído tenha voz ativa nos programas radiofônicos. O rádio nos permite isso. Defendo que as emissoras tenham nas suas grades de programação programa do nível dos do JAN.

Porém, ainda que o JAN faça um relevante trabalho, percebi que tem necessidade de resolver algumas fragilidades que foram apresentadas, como, por exemplo: há uma rotatividade de repórteres muito grande no quadro das emissoras parceiras e isso dificulta que haja estruturação de um JAN mais dinâmico, mais forte, com jornalistas espalhados pela Amazônia, que possam informar o que ocorre nas várias localidades. Constatei que nas edições aqui estudadas, a apresentadora elaborou muitas notas por falta de profissionais qualificados que pudessem ir ao local e trazer as informações em formato de reportagem. A ausência de repórteres da RNA em Altamira se mostrou um ponto frágil. Os áudios transmitidos via telefone nem sempre ficavam com uma boa qualidade, dificultando, por vezes, o entendimento.

A minha participação nas primeiras discussões da criação da RNA, bem como na oficina de capacitação dos radialistas das emissoras parceiras, em maio de 2014, na cidade de Manaus, permite fazer essas observações. Vivenciei e presenciei o desempenho e a preocupação dos gestores da RNA e a vontade dos profissionais em querer aprender mais. Demonstraram sede na busca de conhecimento sobre as questões ambientais pertinentes à região amazônica, com responsabilidade de estar no processo de formação para contribuir com o jornalismo mais comprometido com o meio ambiente, que possibilitasse segurança nas produções e repasses das notícias.

Numa visão macro, o Jornalismo Ambiental no Brasil ainda necessita de certa

edificação no processo de apuração e divulgação das informações. De acordo com Bueno (2005), o jornalismo ambiental passa por um processo de amadurecimento. Acredita que o conceito tem que ter seu próprio significado, nem que para isto necessite integrar com outros tipos de jornalismo especializado.

Nessa tese tratei de jornalismo e da importância do rádio ainda nos dias de hoje, tratei dos movimentos sociais e da organização de pessoas para a condução de um projeto de comunicação alternativa, tendo como referencia os conceitos do Jornalismo Ambiental e as práticas comunicativas de defesa do meio ambiente.

Espero ter escrito algo pertinente ao presente e ao futuro. Apesar de todos os acontecimentos noticiados e todas as lutas relatadas apontarem para a desesperança, acredito na possibilidade de mudança. Creio que nossos governantes terão a capacidade de refletir e reconhecer quando devem mudar o rumo de suas decisões, que as pessoas serão capazes de se conscientizar da necessidade de preservar a natureza, e que nossas crianças aprenderão a respeitar nossos rios, nossas matas, nossos mares, enfim, o meio ambiente do qual fazemos parte.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ALTMAN, Fábio. **A arte da entrevista**. Uma antologia de 1983 anos nossos dias. São Paulo: Scrita, 1995.
- ÂNGELO, Fabrício Fonseca; CARVALHO, Cecília do Nascimento. A informação ambiental como instrumento para a conscientização do cidadão: um estudo sobre as matérias de temática ambiental produzidas por cinco das principais revistas semanais de notícias. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Orgs). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexão**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 303-317.
- ANDRADE, Thales de. **Ecológicas manhãs de sábado: o espetáculo da natureza na televisão brasileira**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1998.
- ANTONIO, Adalberto Carim (org.) **Legislação Ambiental Brasileira**. Vara Especializada em Meio Ambiente e Questões Agrárias (VEMAQA) 5 edição. Manaus: Legislação Ambiental, 2008.
- ARAÚJO, Ana Valéria et al. **Povos Indígenas e a lei dos “brancos”**: o direito à diferença. Brasília: MEC; Laced/Museu Nacional, 2006.
- BACCHETTA, Víctor L. **Ciudadania planetaria: temas y desafíos del periodismo ambiental**. Federación Internacional de Periodistas Ambientales/Fundación Friedrich Ebert, 2000.
- BAHIA, Juarez. **Jornal, História e Técnica**: história da imprensa brasileira. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- BARBERO, Jesus Martín. **América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social**. In: SOUZA, Mauro Wilton de. **Sujeito**: o lado oculto do receptor. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BENETTI, Marcia. **O jornalismo como gênero discursivo**. SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 5º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO Universidade Federal de Sergipe – 15 a 17 de novembro de 2007 acessado em 28/05/2012
- BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: teoria e metodologia. São Bernardo do Campo: UESP, 2004.
- BELTRÃO, Antônio F. G. **Manual de Direito Ambiental**. São Paulo: Editora Método, 2008.
- BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. Desafios para a comunicação ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Orgs). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexão**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 89-104.

BORDENAVE, J. E.D. **O que é Comunicação**. São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 2003.

BRUM, Eliane. Belo Monte, empreiteiras e espelinhos. **El País**, opinião, 7 de julho de 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/06/opinion/1436195768_857181.html. Acesso em: 15 jul. 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica Uma abordagem integrada dos problemas do Meio Ambiente**. São Paulo: 2ª Edição, Editora Edgard Blucher Ltda, 1999.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, Jornalismo e Meio Ambiente: teoria e pesquisa**. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

_____. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito**. In: **Desenvolvimento e meio ambiente**, UFPR, n.15, p. 33-44, jan/jun 2007.

_____. **Jornalismo ambiental: navegando por um conceito e por uma prática**. S/d. Disponível em: <http://jornalismoambiental.org.br/1148/jornalismo-ambiental-navegando-por-um-conceito-e-por-uma-pratica.html>. Acesso em 01 jun. 2014.

BUENO, Wilson da Costa. **Jornalismo ambiental: explorando além do conceito**. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Orgs). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexão**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 105-118.

CALDAS, Waldenyr. **Cultura de Massa e Política de Comunicações**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Global, 1991.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Gênero de discurso**. In: CHARAUDEAU, Patrick; MAIN-GUENEAU, Dominique (orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004

CHAPARRO, Manuel Carlos, **Pragmática do Jornalismo Buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**, São Paulo: Summus, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

CIMI. www.cimi.org.br, acesso em 9 fev. 2012.

COIAB. Disponível em: www.coiab.org.br, acesso em 9 fev. 2012.

CORDEIRO, Tiago, VERSIGNASSI, Alexandre, steffen, Renata, gama, Horácio. **Quais são as vantagens e desvantagens de Belo Monte?** 2011. Disponível em: <http://super.abril.com.br/ecologia/quais-sao-vantagens-desvantagens-belo-monte-667389.shtml>. Acesso em 08 jul. 2013

COSTA, Luciana Miranda. **Comunicação & Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém/PA: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2006

COSTELA, Antônio. **Comunicação, do grito ao satélite: História dos meios de comunicação**. Editora Mantiqueira, 2002

CUNHA, Luiz Cláudio. *A Entrevista: 1 Fundamento, 2 Perguntas, 3 Condições*. Entrevista na prática jornalística e na pesquisa. Organização. Beatriz Marocco. Porto Alegre. Liretos. 2012

CUNHA, Maria Jandyra Cavalcanti. *A Entrevista Contada: Estratégias, procedimentos e formatos*. Entrevista na prática jornalística e na pesquisa. Organização. Beatriz Marocco. Porto Alegre. Liretos. 2012.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 4 ed., Campinas: Autores Associados, 2000. (Coleção Educação Contemporânea)

DENCKER, Ada de Freitas e KUNSCH, Margarida M. Krohling (Orgs.). **Comunicação e Meio Ambiente**. São Paulo: Intercom, 1996.

DUARTE, Jorge & BARROS, Antônio. **Métodos e Técnicas da Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Atlas, 2005.

DUTRA, Manuel Sena. *A Natureza da Mídia: Os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta*. São Paulo: Annablume, 2009.

ERBOLATO, Mário L.. **Técnicas de Codificação em jornalismo, redação, captação e edição de jornal diário**. São Paulo: Editora Ática, 2008.

FERNANDES, Cleudemar. **Análise do Discurso: reflexões introdutórias**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FERRARETTO, Luiz Artur. **Rádio: o veículo, a história e a técnica**. 2ª Ed. São Paulo: Sagra Luzzatto, 2001.

FERREIRA, Paulo Roberto. **Após o regatão, o rádio e a televisão**. 2005. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/3o-encontro-2005-1>. Acesso em 10 nov. 2014

FRANCO, Maria Laura P.B. **Análise de Conteúdo**. 3ª Ed. Brasília: Liber Livros, 2008

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, coleção Leitura, 2004.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a Terra: um guia para quem lê e escreve sobre meio ambiente**. Lisboa/Portugal: Público Comunicação Social, 2006.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: GASKELL, George; BAUER, Martin W. (Edits). **Pesquisa Qualitativa com Texto, Imagem e Som: um manual prático**. 3. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Jornalismo ambiental e a paz na natureza. Disponível em: <http://noticiasvariadasjornaldomunicipio.blogspot.com>. Acesso em 30 jul. 2013.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Editora DP&A, 1992. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro

HECK, Egon. LOEBENS, Francissco. CARVALHO, Priscila D. Amazônia indígena: conquistas e desafios. *Estud. Av.* vol.19, n.53, São Paulo, 2005.

HOBSBAWN, Eric J. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das **Letras**, 2007.

HOHLHEPP, Gerd: Impactos Regionais de “Grandes Projetos” e as possibilidades de reorganização do espaço na periferia amazônica. Organização. Luiz E. Aragón. Belém. Unamaz/UFPA, 1991.

HORTA, José Silvério Baía. Histórico do Rádio Educativo no Brasil (1922-1970). *Cadernos da PUC-Rio. Tópicos em Educação/Série Letras e Artes*, n. 10, set. 1972, p.73-123.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em: 20 jul. 2014

KOTSCHO, Ricardo. **A prática da Reportagem**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LAGE, Nilson L. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

LARAIA, Roques de Barros. *Cultura: Um conceito Antropológico*, Rio de Janeiro, 1986.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LIRIO, Flávio Corsini. **Avaliação da implantação das ações de enfrentamento ao abuso sexual contra criança e adolescentes em escolas públicas de ensino fundamental do bairro Guamá-Belém/PA**. Tese de Doutorado pelo programa de Pós-Graduação em Educação pela UFPA. 2013. Disponível em:

http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/biststream/2013/3642/1/Tese_AvaliacaoImplementacaoAcoes.pdf. Acesso em 13 abr. 2015

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia: os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2005.

MACQUAIL, Denis. **Teoria da Comunicação de Massas**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

MAGALHÃES, Manuel Vilela de. **Produção e difusão da notícia**. São Paulo: Editora Atlas, 1979

MANUAL DE PRODUÇÃO da Rede de Notícias da Amazônia. Disponível em: www.rna.com.br. Acesso em 20 dez. 2013.

MATA, Raimundo Possidônio C. e TADA Cecília (Orgs): **Amazônia, Desafios e Perspectivas para a Missão**. Edições Paulinas, São Paulo, 2005.

MATOSO, Filipi; OLIVEIRA, Mariana. **Justiça federal determina a suspensão das obras de Belo Monte**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2013/10/justica-federal-determina-suspensao-das-obras-de-belo-monte.html>. Acesso em: 04 nov. 2014

MATTOZO, Vânia; CAMARGO, C. Celso de Brasil. **Energia, ambiente & mídia: qual é a questão?** Florianópolis: Editora da UFSC, 2005.

MAZZARINO, Jane. A investigação participativa nas práticas de jornalismo popular ambiental: relatos sobre a construção da cidadania ambiental. In: GIRARDI, Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (Orgs). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexão**. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 318-334.

MELIÁ, Bartomeu - Educação Indígena e Alfabetização. Edições Loyola, São Paulo, 1979.

MENDONÇA, Valéria Márcia. **Educação nas Ondas do Rádio: Uma análise de programas radiofônicos de educação para a cidadania**. UFF Faculdade de educação Programa de Pós-Graduação em Educação. Niterói, 2008.

MILANEZ, Liana. (Org.). **Rádio MEC Herança de um sonho**. Rio de Janeiro: Acerp MEC, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 8ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MORIN, Edgar. **Método 2: A vida da vida**. Porto Alegre: Edições Sulina, 2002.

_____. **O método 4: As ideias-Habitat, vida, costumes, organização**. Porto Alegre: Sulina, 1998.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. 3. Ed. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MOVIMENTO XINGU VIVO. 2010. Disponível em:
<http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>. Acesso em 13 jul. 2013.

NATALI, João Batista: **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2007

NAVARRO-BARBOSA, Pedro Luis. O acontecimento discursivo e a construção da identidade na História. In: SARGENTINI, V.; NAVARRO-BARBOSA, P (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividades**. São Carlos: Claraluz, 2004, p.97-130.

NELSON, Peter. **Dez dicas práticas para reportagens sobre o meio ambiente**. Brasília: WWF/CFJ, 1994.

NETO, Ricardo Bonalume. Desmatamento pode reduzir capacidade da Usina de Belo Monte. **Folha de São Paulo**, 15 de maio de 2013. Disponível em:
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cienciasaude/108760-desmatamento-pode-reduzir-capacidade-da-usina-de-belo-monte.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2015.

NOGUEIRA, Luís Eugênio. **O Rádio no país das Amazonas**. Manaus: Valer, 1999.

NORTE ENGENHARIA. **Usina de Belo Monte**. Disponível em:
<http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte/> acesso. Acesso em: 04 nov. 2014.

ORTIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. 4ª Ed. São Paulo: Summus Editorial, 1985.

PADRÓS, Enrique Serra. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. In: **Tempo e Argumento**, Florianópolis, UDESC, Revista do Programa em Pós-Graduação em História, v. 1, n. 1, p. 30 – 45, jan./jun. 2009. Disponível em:
<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/tempo/article/viewFile/708/599>, acesso em 30 nov. 2014.

PANDOLFO, Clara. **A Desordem ecológica na Amazônia**. Organização. Luiz E. Aragón. Belém. Unamaz/UFPA, 1991.

PASSOS, Deusa Maria de Souza-Pinheiro. **Linguagem, política e ecologia: uma análise do discurso de Partidos Verdes**. Campinas: Pontes, 2006.

PERUZZO, Cecília M. Krohling. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. In: OLIVEIRA, Maria José da Costa (org). **Comunicação Pública**. Campinas: Alínea, 2004.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia Sangrada** (de FHC a Lula). Belém: Ed. Smith Produções Gráfica Ltda, 2008.

PORTAL QUINARI. Disponível em:

http://www.portalquinari.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3741:breves-olhares-a-introducao-do-radio-no-brasil-e-no-acre&catid=72:entre-figuracoes-e-representacoes-de-outros-olhares&Itemid=182. Acesso em: 10 nov. 2014.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Revista de Comunicação Trajectos**. Lisboa, nº 8-9, 2006, p.17-27.

REBIA. Código de ética da REBIA. **Portal REBIA**. Disponível em:

<http://portal.rebia.org.br/comunicacao-ambiental/437-codigo-de-etica-da-rebia-rede-brasileira-de-informacao-ambiental?device=desktop>. Acesso em: 15 jun. 2015.

RESENDE, Fernando. **O Jornalismo e suas Narrativas: as Brechas do Discurso e as Possibilidades do Encontro**. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.31-43, dez. 2009. O jornalismo e suas narrativas: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. Acessado em 28/05/2015

RNA. **Rede de Notícias da Amazônia**. Disponível em:

<http://www.rededenoticiasdaamazonia.com.br>. Acesso em 13 jul. 2013.

ROSTAN, Benedito. **Alô, alô, Amazônia: a Linguagem da Floresta no Rádio**. São Paulo: Limiar, 2005.

PINHEIRO DO NASCIMENTO, Elimar e VIANNA, João Nildo de Souza (Orgs.). **Economia, meio ambiente e comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização na Agenda 21 local**. Vitória/ES: EDUFES/FACITEC, 2003.

RAMOS, Luís Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 1995.

ROSSI, Clóvis. **O Que é jornalismo**. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SCHWAAB, Reges Toni. **O discurso jornalístico da sustentabilidade em programas de rádio sobre meio ambiente: uma análise do quadro mundo sustentável e do programa Guaíba ecologia**. 2007. 149 f. Dissertação (de mestrado). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SCHWAAB, Reges Toni. **Uma ecologia do jornalismo: o valor do verde no saber dizer das revistas da Abril**. 2011. 214 f. Tese (de doutorado). Faculdade de

Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

SEMPRINI, Andrea. **Multiculturalismo**. Bauru: EDUSC, 1999.

SILVA, Antonia Costa, Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal do Amazonas: Educação Indígena Makuxi pelas Ondas da Fm Monte Roraima (2003-2008) Manaus: UFAM, 2009

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Loyola, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são – Vol I**. Insular: Florianópolis, 2005, 2 ed. 224 p.

TRIGUEIRO, André. **Quando o Mundo Sustentável é Notícia:**

<http://www.mundosustentavel.com.br/2006/05/quando-o-mundo-sustentavel-e-noticia/> Acessado em 26/07/2011.

_____. **Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. São Paulo: Globo, 2005.

UNGER, Nancy Mangabeira. **O Encantamento do Humano**. Ecologia e Espiritualidade. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

VIEIRA, Paulo Freire. Introdução. In: LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

VILLAS-BOAS, André et al. (Orgs.). **Dossiê Belo Monte: não há condições para a licença de operação**. Instituto Socioambiental, Programa Xingu, junho de 2015.

Disponível em:

<http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/dossie-belo-monte-site.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2015.

WOLF, Mauro. **Teorias das Comunicações de Massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ANEXO 1 – ENTREVISTA COM JOELMA VIANA

Antonia: Joelma, conta pra mim tudo o que você lembra-se da sua participação do início, como começou essa história da RNA.

Joelma: Bom, eu comecei a trabalhar com a rede de notícias em 2008, a convite do Padre Gilberto, para assumir a responsabilidade de gerir o projeto, estava no início, nós estávamos com 5 emissoras e a ideia era dá um direcionamento para o trabalho, que naquela época estava sendo implementado com um jornal de 15 minutos inicialmente e começamos a trabalhar em 2008 com essas cinco 5 emissoras, 2009 nós chegamos a 10, em 2011 nós chegamos a 12 fechando a 13ª em 2012 que foi o Maranhão que entrou, foi o último estado a entrar com a gente na Rede de Notícias e agora já caminhando pra mais duas emissoras sócias, uma no Amapá e outra dentro do Pará mesmo, mas no município de Bragança.

Antonia: Você é responsável para reunir todas as matérias das parceiras faz a edição, grava, como é que é quais as dificuldades encontradas e também os avanços nesses digamos seis anos de emissora ou de programa, principalmente do jornal Amazônia e Notícia.

Joelma: Bom, a gente começou assim enfrentando muitas dificuldades, a ideia inicial era fazer uma transmissão via satélite, com o apoio da ALER a gente recebeu alguns receptores de satélites e nós tínhamos um espaço no satélite da ALER para fazer essa produção, produzir o jornal e transmitir via satélite, mas por conta de dificuldades técnicas mesmo, de técnicos das emissoras que não conseguiram adaptar os receptores, nós tivemos que optar por outro método, que foi então o e-mail, então produzir o jornal e enviava por e-mail, assim da mesma forma as matérias eram produzidas e enviadas por e-mail para Santarém, como e feito até hoje né, uma das dificuldades é a questão da internet, a internet na região amazônica é uma precariedade só, agente enfrenta muitas dificuldades por conta da internet, a outra quando agente começou nós tínhamos uns produtores de notícias eram muito crus, não tinham formação na área de jornalismo, a maioria vinha de trabalho de radio comunitária mesmo e não tinha experiência com a produção e então nós pensamos em como capacitar esse grupo e como a parceria com a AITIVELE que é a Radio da Alemanha, nós conseguimos então por seis anos fazer essa capacitação dos nossos radio produtores e também durante esse período alguns optaram em fazer o curso de jornalismo e hoje já são formados, então hoje já tem um grupo bem grande de jornalistas, por exemplo, Roraima a gente tem um grupo todo de jornalistas, Manaus todos os produtores são jornalistas, a Rádio Castanho infelizmente as produtoras tem curso superior, mas não é na área de jornalismo, assim como Balsas também não é na área de jornalismo, mas em outras emissoras, por exemplo, Parintins também todo o grupo é um grupo de jornalistas formados com especialização já, quer dizer agente conseguiu avançar, né, além de oferecer um curso, eles também buscaram, foram atrás de outra formação pra ter

mesmo o curso superior e melhora cada vez mais as produções, então agente encontra hoje umas produções mais. Qualificadas do que antes né, com mais pesquisa, com mais entrevistas né, mais elaboradas, quer dizer então foi melhorando foi um avanço que agente percebeu durante o tempo, durante esses seis anos já de produção, esse avanço também profissional e pessoal também de cada um dos que fazem parte da rede.

Antonia: A Rede também tem uma temática muito forte, a questão do meio ambiente, como que você pauta ou como que vem recebe essas pautas para a Amazônia e Notícias.

Joelma: Nós geralmente, nós em 2012, foi 2012, nós tivemos (interrompeu telefone), em 2012 nós começamos a elaborar é uma espécie de, eu não gosto de chamar de Manual de Produção, né, eu gosto de dizer um Guia de Produção para que facilitasse ainda mais esse trabalho com a rede, que um dos nossos objetivos é justamente está falando da Amazônia do jeito que a Amazônia é, como as comunidades trabalham sem agredir o meio ambiente né, então a ideia é mostrar isso né, mas nem todos tem essa consciência de como fazer, então nós tivemos as capacitações também e o esse Guia de Produção também ajudou a está produzindo cada vez mais matérias, e agente conversa através do facebook, nosso canal de conversa é o facebook, agente também tem os bate-papos MSN, agente ainda usa o Gmail como canal de bate-papos, Scape muito raramente, não se usa porque ele é um mecanismo mais pesado, então demora muito carregar na internet, então agente opta por esse Gmail, MSN e Facebook, e agente troca informações, olha tal coisa vai acontecer por exemplo recente agora em Roraima, que aconteceu a, uma campanha, uma caminhada contra a hidrelétrica do Bem Querido, então esse é um tema que agente já vinha discutindo, já colocando, então a ideia, agente acaba discutindo de que forma trazer esses temas ambientais para dentro do jornal também, porque além do jornal agente tem o programa caminhos da Amazônia, a ideia é trazer pra dentro do jornal esses temas mais ambientais, então temos notícias sobre desmatamento, sobre a questão do lixo, sobre a questão das hidrelétricas, poluição dos rios né, projetos inovadores pra gerar energia né, agente tem um projeto que foi desenvolvido também em Roraima pelos indígenas né, com a utilização da energia solar pra mostrar que é viável, no Amazonas nós já tivemos o projeto também que fala da utilização do caroço de babaçu pra gerar energia, quer dizer então agente tem alternativas e a ideia é trazendo essas alternativas ao meio ambiente dentro do jornal também.

Antonia: Falando de hidrelétricas, a questão, eu fiz um levantamento de 2008 até 2013 a questão de Belo Monte, como trazer essas notícias, vocês não tem a rádio parceira lá em Altamira, então como produz, como é feito essas reportagens e a produção, e eu percebi que algumas vem de Belém e outras daqui de Santarém, como se faz para que de fato traga o real, que está acontecendo lá, que não tem esse repórter ao vivo lá.

Joelma: Bom, o quê que a gente tem feito em relação a Belo Monte, Belo Monte pra gente sempre foi um problema grande né, e que agente tenta trazer a tona pra que outras regiões da Amazônia também conheçam essa é, o que está acontecendo naquela região, como fazer isso? Né, agente tem dois grandes parceiros, três alias, três grandes parceiros nessa empreita dada de divulgar o que acontece em Belo Monte, que é o Ministério Público Federal, que envia as informações eles estão sempre lá, tem sempre ações, tem sempre pesquisa, então eles estão sempre lá dentro e sempre estão trazendo informações pra gente do que, que está acontecendo em Belo Monte e isso numa visão mais jurídica, numa visão mais social agente tem o Movimento Xingu Vivo para Sempre, agente tem a Antonia, tem os jornalista que trabalham com o Movimento que também mandam informações e agora mais recente o instituto Sócio Ambiental também que está trabalhando lá dentro de Belo Monte também enviando informações pra gente e o próprio Bispo da prelazia que é dom Herbe, então agente criou um canal de comunicação com eles através de e-mails, de telefones, então quando tem uma informação agente liga pra eles passa um e-mail ou vai atrás, por exemplo, às vezes recebe uma noticia de outro jornal né, pra confirmar se aquilo é realmente é verídico, então agente liga pra um deles pra confirmar, pra pegar uma sonora, às vezes grava por telefone com eles pra ter um depoimento de quem está lá vivendo e que possa falar com mais, digamos, com mais verdade aquilo que está passando na região.

Antonia: E dentro dessa questão de vocês repassarem tudo o que acontece está sempre atenta ao Movimento, agente percebe nas matérias que quando tem as manifestações vocês cobrem assim praticamente todos os dias aquela situação, aí quando não tem normalmente dá uma sumida, isso é por falta tu acredita de ter um repórter direto lá.

Joelma: É justamente isso né, a ausência ter alguém mais lá, que esteja dentro da realidade, dificulta que agente tenha outras informações fora as mobilizações.

Antonia: Você sempre coloca também notas e reporta, onde você busca essas fontes, e como tu te sentes como apresentadora, em ser essa porta voz, interlocutora até de pessoas que deram depoimentos, como tu cria essa confiança de que de fato ali ele disse aquilo, que está naquele *relese* ou nas fontes que você buscou impressa.

Joelma: Então, geralmente as notas que eu uso são de fontes com quem agente trabalha e tem uma parceria, então agente trabalha com a parceria com o Greenpeace, que geralmente agente tira noticia do site deles, o próprio HU que pra mim é uma fonte confiável de informação, é, o movimento porque eles tem o site também, então eles trazem essa informação dentro do movimento, o ISE que é o Instituto Sócio Ambiental também traz, traz notas, então outros sites divulgam essas informações que são repassadas pelo movimento, pelo Greenpeace, pelo Instituto Sócio Ambiental ou por algum outro jornalista por exemplo a agencia pública que também vem trabalhando aqui na região, é uma organização que vem trabalhando

aqui na região pra falar sobre a questão das hidrelétricas, é o impacto das hidrelétricas na Amazônia, então agente confia nessas informações né, tem uma confiança, eles sempre tem alguém lá dentro dessas organizações que nos ajudam, que nos passam essas informações pra que agente possa está divulgando, e quando agente está divulgando através dessas notas, agente sempre diz assim, as vezes daqueles que pouco são ouvidos né, agente se sente com uma responsabilidade muito grande, primeiro porque agente porta a voz de quem está sendo excluído, de quem está sendo expulso de sua terra, de quem está vivendo ali ameaçado por um projeto, e que não está trazendo coisa boa pra sua vivencia, então é assim uma responsabilidade muito grande pra gente, então quanto mais confiável for aquela informação, melhor, porque agente tem que passar essa confiança também pro nosso ouvinte né, eu não posso apenas ter a informação e divulgar como sendo uma informação a mais, mas trazer uma informação que também gere uma consciência naquele está ouvindo, então pra que outros, outros projetos que estão sendo pensados em outras regiões pra que as pessoas também saibam que esses projetos pouco deixam pra nós, sempre levam mais pra quem está fora pras empresas, pras industrias, pouco deixa pro povo.

Antonia: Esta, vou te fazer uma pergunta bem obvia como pesquisadora, como que você como jornalista avalia essa grande obra Belo Monte e as demais hidrelétricas, mas especificamente Belo Monte, o que poderia trazer de positivo dessa hidrelétrica para o Brasil, como que você vê isso, uma vez que agente tem a questão muito, se fala muito hoje na questão da energia que precisa, Manaus falta energia, Santarém, todas as cidades tem esse problema muito serio, e está se construindo hoje a terceira hidrelétrica maior do mundo na região amazônica, o que você de beneficio e os males que essa hidrelétrica está mostrando, e apresenta a trazer inclusive para o futuro, já no presente e para o futuro.

Joelma: Beneficio a hidrelétrica de Belo Monte ela vai beneficiar a quem, beneficiar as indústrias, as indústrias do sul do Brasil, ela é pensada pra beneficiar as exploradoras de minério que agente tem na região, então agente tem a vale, a mineração Rio do Norte, tem a Alcoa, que são empresas grandes multinacionais, que exploram grande quantidade de minério aqui na região né, e agora pensando-se também na extração de petróleo, porque tem vários municípios na região que já tem pesquisa pra extração também do petróleo, quer dizer então são, a hidrelétrica vem pra supri a necessidade de energia pra essas empresas, por exemplo, antigamente a mineração Rio do Norte, ela extraia o minério e enviava o minério pra Europa, pro Japão, pra que ele fosse beneficiado lá, então as placas de alumínio elas eram feitas lá, e quando vinham pras industrias as placas de alumínio pra produção de panela, e outras coisas que é feito com o alumínio é, tinham um prejuízo maior né, pra essas empresas, hoje não, a placa de alumínio ela já é feita dentro da própria mineração, e pra produzir uma placa de alumínio precisa de muita energia, então pra supri essa necessidade e como o Brasil quer chegar a ser a quinta potencia mundial, então precisa avançar ainda mais em tecnologia, em beneficiamento de minério e tudo

mais, e acaba construindo essas hidrelétricas. Prejuízos, agente vê que são bem maiores que os benefícios, agente, eu até dizia outro dia né, quanto é que custa uma árvore, um peixe, e um rio né, o peixe agente compra, pode compra no mercado né, mais agente não consegue pagar um rio, agente não compra um rio, agente não compra uma árvore né, agente compra uma área de terra que já tem várias árvores, mas agente não consegue comprar uma árvore, que vai dá frutos, que vai dá sombra, que vai, digamos produzir folhas que serve como adubo, quer dizer tem ali uma, como é que eu digo, que traz vários benefícios pra uma pessoa, uma árvore só, então agente não consegue medir, calcular quanto custa tudo isso pra uma pessoa né, e quando agente destrói ali centenas de árvores pra dá lugar as hidrelétricas, quando agente barra um rio, coloca ali um monte de areia barrando um rio, matando peixes, matando algas, matando os nutrientes que tem no rio agente perde muito, então agente acaba perdendo mais do que ganhando, fora os moradores que estão ali na região que vão perder o seu alimento, que vão deixar de viver sua cultura, agente tem um exemplo ali de Telles Pires, onde os indígenas tinham como tradição comer apenas o peixe, que era uma tradição cultural, hoje eles compram o peixe pra comer, porque a hidrelétrica, por conta da construção da hidrelétrica os peixes foram diminuindo e não tem peixe suficiente pra comunidade, então é uma destruição da cultura, do meio ambiente, das tradições dos povos, do próprio povo que acaba vivendo em condições sub humanas, aumento da violência, a prostituição, quer dizer uma serie de problemas por trás de um projeto que vai beneficiar um grupo bem menor de pessoas.

Antonia: E você acredita que o que a RNA vem noticiando durante esse período todo é, chega a atingir inclusive a região, as pessoas tomar consciência do que vem acontecendo, com isso tu te sentes contentes, tu te sentes com consciência limpa que está contribuindo de fato com essa informação, esse contra ponto até, que outras emissoras não falam isso, elas só mostram mais os benefícios do capitalismo em cima dessa grande construção.

Joelma: Eu acredito que sim, agente busca trazer essas informações sobre a hidrelétrica, e agente consegue perceber através dessas informações que vem de outros estados de que agente está conseguindo atingir o nosso objetivo né, de que as pessoas param e dizem assim, olha tal projeto de hidrelétrica não vai funcionar, olha o exemplo de Belo Monte, hoje agente tem essas informações, eu ouvia semana passada um membro do ISA que falava sobre a hidrelétrica do Bem Querer, ele dizia assim, olha agente tem o exemplo de Belo Monte, agente tem o exemplo de Santo Antonio, que também é uma outra hidrelétrica que agente fala bastante, agente tem os exemplos dessas hidrelétricas que já estão sendo construídas ou que estão funcionando que não geram coisas boas, pra nossa população, pro meio ambiente, que não gera coisa boa pro rio, então agente acredita que vai começando, claro que somos um, como é que posso dizer, um beija flor no meio da floresta, enquanto tem as grandes mídias aí né, que tem todo um monopólio de informação, que poderiam está levando essa informação mais longe, mas acabam divulgando

uma informação que não é a realidade que é vivida realmente no local, então eu acredito que quando agente começa a repassar essas informações através de um pequeno jornal produzido na Amazônia né, como diz o outro, no meio da floresta, agente acredita que está fazendo o nosso papel de abrir a consciência, de ajudar a melhorar a consciência de cada um.

Antonia: E a questão do rádio, já que agente está tratando de um veículo que é o rádio, que hoje com toda essa informação que tem com internet, com TV's, as ultimas pesquisas do IBGE dizem que na Amazônia a TV superou o rádio, como é que você vê ainda essa questão do rádio na Amazônia, e com programas da espécie que a RNA esta levando.

Joelma: O rádio, por mais que diga o rádio vai acabar porque agente tem o avanço da televisão, agente tem o avanço da internet, agente tem o avanço tecnológico tai, então não tem mais lugar para o rádio, na Amazônia o rádio ele é fundamental, sem o rádio, agente não consegue chegar a comunidades no interior, do interior, do interior da Amazônia, onde não tem energia elétrica, onde agente tem só aquele radinho de pilha, agente não tem um canal de televisão né, então é o rádio que leva informação ainda, então ele ainda tem um papel fundamental na vida das pessoas, das pessoas que moram na Amazônia, então eu acredito que dizer que o rádio está com os dias contados não é bem verdade né.

ANEXO 2 – ENTREVISTA COM EDILBERTO SENA

Antônia: Padre Gilberto conta-se da sua experiência nesses anos desde 2008 mais antes de 2008 antes que a RNA viesse a funcionar de fato teve todo um projeto por de trás toda uma discussão assim conte com detalhes o que o senhor lembra de como foi tratado e o motivo da criação da RNA.

Padre Edillberto: O sonho começou em 2003, agente imaginou que nós devíamos sair do isolamento cada emissora fazendo sua produção localizada, enquanto que no mundo estava já em andamento as redes, as redes de televisão, as redes de emissora, por aí pelo o mundo a fora. Então nós tentamos convencer os vizinhos nossos, começamos por Parintins, de organizar uma rede de emissoras independentes que coloca-se a Amazônia falando para a própria Amazônia, daí nós fomos fazendo os seminários, eram 5 emissoras iniciais e depois passou para 8 emissoras, agente foi conseguindo na base da boa vontade, discutindo as ideias construindo o projeto, tivemos o apoio da organização católica alemã chamada adveniates que nos forneceu recursos para poder agente se juntar para discutir, tivemos em Manaus praticamente fizemos a concentração da ideias 2003,2004,2005. Em 2005 um alemão de uma consultoria de diocese alemães chamada CAMECO, o Christopher Dites, ele tomou conhecimento de nossas ideias que estava mais que um sonho, já se projetando, gestando a rede, ele então se entusiasmou com o conhecimento, e a experiência que ele tem na América latina, ele sugeriu que agente fizesse contato com a associação latino americana de educação radiofônica, em 2005 ele mesmo conseguiu uma passagem para agente ir lá e partilhar o sonho e o projeto com a ALER (Associação Latino Americana de Educação Radiofônica), que nos recebeu com muito entusiasmo, porque eles mesmos já também estavam pensando na necessidade de formar a rede eles trabalhavam com mais de 100 emissoras de radio na América latina, mas assim isoladas, daí como nossa redes estavam em gestação eles começaram a nos dá apoio, daí nos deram treinamento. Quando chegou em 2008 com 5 emissoras, porque as outras desistiram no primeiro momento, com 5 emissoras nós passamos a gerar 15 minutos de notícia, para isso tivemos todo um trabalho de montar um estatuto, de legalizar a associação, de ajustar nas grades de todas as emissoras um horário possível para a transmissão do noticiário em cadeia e em um horário comum, conseguimos isso em primeiros 15 minutos, em 2008, depois de 6 meses sentimos que dava pra da um avanço, avançamos 30 minutos de noticia de 2008, pra cá outras emissoras foram aderindo ao projeto. Hoje somos 13 emissoras rede de noticias da Amazônia, essas 13 emissoras estão passando para 15, com graça de Deus, porque Macapá está interessada, Bragança está interessada de também fazer parte da nossa rede, a nossa rede se expandiu na Amazônia até o Maranhão, Balsas que no Maranhão Amazônico faz parte de nossa rede e ela tem sido assim nos passamos de noticiário de 30 minutos para o terceiro programa ou melhor para o segundo programa, chamado Caminhos da Amazônia que é o Educação Ambiental, qual é a peculiaridade de nossa rede de noticias são geradas na

emissoras, elas transmitem pra a cabeça de rede que é aqui na Rádio Rural de Santarém, elas transmitem as notícias já prontas, com a sonora e tudo, por internet, o papel da gestora que na cabeça de rede é juntar as notícias e fazer só a ligação entre uma e outra, e construindo 30 minutos de notícias. O programa de educação ambiental Caminhos da Amazônia ele, o acordo nosso é que cada semana ele é produzido e gerado numa emissora sócia, nem todas elas estão capazes de fazer isto, no momento são 4 emissoras que assumem essa responsabilidade de uma vez por mês gerar o Caminhos da Amazônia criado com as músicas as rádios novelas, temas da sua própria região e assim nossa rede vem sustentando desde 2008 essa responsabilidade, agora nós já sonhamos com um passo adiante, o passo adiante será composto de dois passos, um é agente gerar um debate quinzenal ou mensal sobre questões amazônicas, gerado numa emissora sócia e as outras emissoras participando partilhando do debate via Scape ou via a outra tecnologia que vai aparecendo para fazer a comunicação, e o segundo passo é nós ampliarmos o serviço da rede de notícias da Amazônia para não ser apenas gerador de notícia, nós estamos pensando de construir uma equipe de formação de comunicadores não só da rede, mas da igreja, de sindicatos, agente aqui se tornar uma agência de educação em comunicação, esse é um próximo passo, um desafio que nós temos pela frente de um futuro próximo.

Antônia: O senhor também comentava a questão de possibilidade de se expandir até uma Pan Amazônica, uma rede não somente da Amazônia Legal Brasileira.

Padre Edilberto: Neste momento quem se interessou de usufruir da nossa produção é a rede católica de rádio, que tem sede lá no Curitiba, me parece, eles tiveram em contato conosco em Maldonado no último encontro Pan Amazônico, que também nós estamos participando da Pan Amazônia como eles chamam os espanhóis, né, então nós estamos tentando enfrentar esse desafio de intercambiar informações nas diversas nações amazônicas que são, são a Bolívia, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, o Equador, o Suriname e nós aqui do Brasil, então esse é um passo, e o outro é a rede Católica de rádio que tem em sua responsabilidade uma rede que gera notícia para especialmente para todo o Brasil, mas especialmente para o sul e nordeste, mas agora eles querem ampliar com a Amazônia, negociando conosco que nós ofereçamos a nossa produção para eles transmitirem também, estamos nesse processo, em novembro nós vamos ter uma assembleia da Rede de Notícias da Amazônia em Manaus e uma equipe da Rede Católica de Rádio vai está lá conosco para negociar uma forma de nós negociarmos uma forma de agente expandir para o Brasil as notícias geradas na Amazônia.

Antonia: Esta, uma pergunta bem básica assim que eu gostaria que o senhor reforçasse o porque desse sonho de uma rede de notícia da Amazônia no rádio, o porque do rádio, para que fique bem claro esse sonho já realizado.

Padre Edilberto: Na Amazônia o rádio continua ainda sendo muito mais importante do que televisão, e até do que a internet, né (interrompeu ligação). Na Amazônia o

rádio continua sendo muito mais importante como não apenas como veículo de comunicação, mas também de formação de consciência crítica na medida em que se tem uma opção ideológica e aí que surgiu a Rede de Notícia da Amazônia, nós resolvemos fazer um contraponto as notícias que são feitas sobre a Amazônia em geral produzidas nas redes nacionais, passadas pelo filtros deles e que portanto muitas notícias elas são, são defeituosas ou até que diminuem as coisas boas que tem na Amazônia, então a rede de Notícia quer trazer exatamente a valoração das culturas, a valoração das lutas sociais, dos sujeitos sociais desta Amazônia, essa então é a nossa rumo de geração de notícia, não é qualquer notícia que agente bota, ela tem que ter uma relevância amazônica, levando em conta as culturas, as lutas sociais e as conquistas dos povos da Amazônia.

Antônia: Eu estou vendo analisando todos os programas do jornal Amazônia e notícia de 2008 a 2013, to fechando o meu doutorado nessa, com esse período, e a questão de belo monte, como que o senhor acompanha como o senhor tem feito, o senhor também elabora os editoriais da rede, não só o senhor, como outros também de outras emissoras parceiras, mas como o senhor vê esse quadro, essa questão de como que a rede vem dando ponto, valorizando essa questão de ta noticiando o que acontece lá em Altamira.

Padre Edilberto: olha lá em Belo Monte, no tele pires, no Rio Madeira, no rio tapajós, aonde o governo está impondo o Programa de Aceleração do Crescimento, que para nós é um programa de assassinato das nossas comunidades a rede de notícia da Amazônia se sente obrigada por uma responsabilidade ética de denunciar esses grandes projetos não só os do governo das hidrelétricas como Belo Monte, mas os madeireiros, o agronegócio, as grandes fazendas que vem destruindo as florestas, os rios, os garimpos as mineradoras, tudo isso são matérias de nossas notícias, agora a forma de como nós damos a notícia é sempre do ponto de vista do que sofre as conseqüências desses grandes projetos, então nos não damos guarita para esses projetos que destroem a Amazônia, daí e que ta a nossa fidelidade, do nosso compromisso da rede de notícia da Amazônia, a ética na comunicação, do nosso compromisso com as culturas dos povos da Amazônia, nos não temos compromisso com o jogo de governo, de políticos, de empresários, pelo contrario, nos somos bastante críticos em relação a esse projetos.

Antônia: O senhor como Ex diretor da radio rural tem toda uma experiência, hoje também como presidente da RNA bem mais dedicado a essa questão, quais as dificuldades em apontar um programa numa emissora, e agora não so na radio rural mas nas demais parceiras através da RNA, é quais as ameaças, ou o que o senhor já tem assim de dificuldades, para levar a frente esse projeto.

Padre Edilberto: Olha, quando nós pensamos em construir a rede de notícia da Amazônia, nós procuramos emissoras ligadas a ser independentes, daí fomos pela igreja católica na Amazônia para porque nós confiamos de que a emissora da igreja católica seriam mais independentes descomprometidas com as empresas, com os

governos, e até agora estamos acertando, as dificuldades que eles tem enfrentado é mais no sentido de auto sustento, nós ainda não temos ainda uma experiência de mercadológico, de mercadologia, daí nós estamos agora até agora depois de tantos anos estamos com um patrocínio só, e precisamos de auto sustento porque nós dependemos muito das outras emissoras que acabam carregando na costa a produção, cada jornalista, radio jornalista da emissora, ele produz ou ela produz a noticia, mas ele é pago pela própria emissora, mas nós temos que chegar a um ponto de ter auto sustento da própria rede, e a primeira dificuldade é essa, nós não temos tido ameaças até agora, pelo fato de sermos emissoras independentes, pelo fato de a rede ser também independente das emissoras é uma coisa curiosa a rede de noticia da Amazônia ela é composta de emissoras, mas ela tem o CNPJ próprio, ela tem uma identidade própria, então agente mantêm constantes debates de encontros, seminários, para afinar as ideias e a ideologia, daí que até agora nós não temos tido dificuldades das direções das emissoras para contrapondo a nossa linha, até agora não tivemos, temos tido bastante independência e não temos tido pressão do das empresas e do governo até agora, nossa esperança é que eles continuem com essa democracia na comunicação aqui da Amazônia.

Antonia: ok. O senhor quer acrescentar algo que agente não conversou que é de relevância sobre a Rede Noticia da Amazônia.

Padre Edilberto: Olha uma, faltou dizer que uma dificuldade é ver que agente sente o seguinte, que tem uma equipe de sonhadores e os diretores na sua maior parte eles compreendem da importância da rede, mas ainda falta as emissoras sócias assumirem com garra a rede como sua, eles aparecem mais como colaboradores do que como donos da rede, isso eu sinto um pouco isso, tanto que nós estamos agora, to no segundo mandato, devo sair da presidência em novembro, e nós estamos enfrentando quem vai assumir a presidência da rede, quem vai assumir a gestão da rede, a gerencia da rede, porque até agora nós carregamos nesse aspecto eles são colaboradores, são animados, mas pra pegar a peteca na mão ainda tão assim meio reticentes se vai acontecer é um desafio pra nós, qual é a duração que a rede vai ter, ela vai depender muito das emissoras sócias abraçarem e não apenas colaborarem com a rede.

Antonia: E o senhor não pode ser mais reeleito.

Padre Edilberto: Pelo estatuto não, a não ser que eles façam uma reforma estatutária até aonde fico brincando que vão falar eu disse olha isso aconteceu na Venezuela com Hugo Chaves agora vocês vão fazer aqui também o Chavismo na Rede de Noticia da Amazônia né, mas se a turma achar necessário eu aceito pelo menos um mandato mais, nós temos que trabalhar uma transição para que a rede não dependa do Gilberto ou da Joelma, mas que ela seja um conjunto realmente.

ANEXO 3 – ENTREVISTA COM MIGUEL DE OLIVEIRA

Antonia: Miguel, por favor, dê uma breve biografia.

Miguel: Miguel Nogueira de Oliveira , sou jornalista tenho 53 anos, natural de Santarém, trabalho há 35 anos em jornalismo; sou ouvinte de rádio desde criança sou de uma família bem grande, que tem costume de ouvir muito rádio, é muito comum isso até porque nascido e vivido sua infância e adolescência em cidades onde tem rádio e televisão apesar de ser por tanto tenho relação ate hoje que apesar de ser um dinossauro ao jornalismo por isso acabei me tornando multimídia ao mercado devido assim esta exigindo porque nós dirigindo o jornal expresso e há um ano e meio imigrou para internet que jornal tapajós.

Antonia: Miguel já você começou falando a respeito do rádio ter vindo família e cultura do radio como que o radio attingir a Amazônia principalmente ?

Miguel: eu tenho uma visão muito real do radio , eu acho que na comunicação globalizada ti que mundo vive hoje ainda há barreira geográficas que as transmissões de sons de sinais não e tão perfeita e não ficara tão cedo portanto mesmo com desempenho da televisão o radio não perdeu a sua qualidade e sua utilidade porque o radio na verdade ele tem um linguagem própria e meio físico e aquele te faz não só no sentido da audição ,oque você imagina no radio do que está acontecendo você transporta uma e mesma coisa você ler no livro já televisão ela te dar a som e imagem e de certa forma ela acaba cadastrando e visão ela por isso quando se trabalha com televisão , eu acho assim que na Amazônia o radio ele muito importante ele desempenha um papel muito importante e claro q radio ele vaio ter se adaptar a novas ferramentas pela geração , internet mais tem locais por exemplo uma possibilidade de televisão então o radio ainda e para algumas populações o único meio de acesso a informações ,a musica ,esporte e o entretenimento e Amazônia como e peculiar ela ainda carece ela depende muito do radio por mais das televisão afilhada com curso do satélite mais eu acho também o radio ele meio próprio eu sou um apaixonado acho que radio ele e uma companhia basta a elisão você desliga o radio as população na região ela careces informações por causa da distancia o radio ele tem papel de unir pessoa uma coisa você ter uma sociedade urbana concentrada onde você tem um vizinho do lado ou você mora aparentando onde tudo mundo mora um do lado outro sem ser conhecer e já na Amazônia tem pessoa que mora local e vizinho mora 1 km dele . Ele não tem vigilância na sociedade urbana as pessoais e encontrar na rua e através do radio para se reunião eles marcam partida de futebol , eles marcam a reunião da comunidade eles marcam para ajudar uns os outros no plantio na colheita isso de certa forma o radio se está perdendo essa característica de dar apoia eu acho que e erro mais sinto que ainda há experiências que tentam resgata isso algumas rádios matem uma programação um espaço para que as comunidades se comuniquem então o radio na verdade também usa como telefone .

Antonia: as ultimas pesquisa do IBGE dizem que televisão esta superando radio na Amazônia! , a gente sabe que existe a margem de erro tem locais que IBGE os pesquisadores nem chegam ,como você ver esse paralelo dessa pesquisa em

relação a questão que você acabou de relatar que na Amazônia ainda existe lugares realmente que não se tenha tv?

Miguel: e eu acho que a pesquisa do IBGE teve ter sido feita em números de emissora porque há uma realidade tem Santarém por exemplo que uma cidade na faixa de 300 mil habitantes uma cidade media , o IBGE você tem 5 emissoras de radio e 7 de televisão .

Antonia: ela tem ao respeito do números de aparelhos no números de residências fazem a pesquisa quem tem tv e radio?

Miguel: Ai que vem uma questão: eu acho que ou essa pesquisa ela não bem certa porque quando você busca aparelhos você deixa de fora as outras formas que as pessoas podem ter radio no carro um detalhe não sei se a pesquisa do IBGE ela pega os aparelhos dos carros teria frota de automóveis no brasil a maioria tem carro acho muito difícil você acha um carro que não tenha radio.

ANEXO 4 – ENTREVISTA COM ANTONIA MELO

ENTREVISTA (BATE-PAPO) entre Antonia Costa, Antonia Melo, Raquel e Ir. Inês.

Antonia Costa: A cidade de Altamira está cheia de obras, como isso é avaliado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre?

Antônia Melo: [...] dependente, esse saneamento não vai prestar, assim como não prestou lá em Porto Velho, então assim, nem o que fizeram pela metade foi bem feito, nós a população desses empreendimentos somos tratados como lixo, é desse material descartável que não serve pra nada. Outra coisa, acesso à justiça nenhuma.

Antonia Costa: E a Defensoria Pública?

Antonia Melo: Desmantelaram a defensoria pública. Haram...

Dois meses de defensoria fechada e juízes, por mais que a defensoria, no caso a Dr. Andreia, [...] o telefone se quiser falar com ela. Dr. Andreia que atendia, 11 municípios era defensora agrária, a situação fundiária aqui é uma coisa horrível né? Então uma defensora somente, pra atender, mesmo assim, ela atendia todos os casos que chegavam lá, de violação dos direitos humanos como Belo Monte. Ela andava na base.

Antonia Costa: Mas por que afastaram ela? Ela foi afastada? Ela saiu?

Antonia Melo: Não sei. Tiraram [...] nesses órgãos, eles pedem é, promoção né, justo, quem tá aqui quer [...] subir. Mas, numa realidade que nós estamos vivendo, aqui em Altamira e na região, alias, em todo esse tempo tinha apenas um defensor titular daqui, ela não era titular daqui.

Antonia Costa: Ela não era titular? Quem era titular não ficava aqui?

Antonia Melo: Ela era titular de Ruerá (sic). O titular ficava, mas também eles têm que atender os outros municípios. Pra fazer nada.

Antonia Costa: Não. Eles trabalham

Antonia Melo: Há. Né, a demanda é muito grande.

Antonia Costa: É uma defensoria parceira da demanda social.

Antonia Melo: Com certeza. Isso aí foi uma luta nossa, isso não veio de graça não, isso foi luta de nós, no decorrer desses tempos, fomos (n) vezes a Belém, denunciar e cobrar lá nos outros, é competentes né, com tudo isso que a gente tem hoje aqui, e se quer com essa monstruosidade desse projeto, o Governo Federal Estadual e o Municipal também, se quer melhoraram uma vírgula e estrutura de nenhum órgão aqui, de nenhum, mandaram, mas policia, mas sem ter as condições de trabalhar

né, sem ter a infraestrutura também, não adianta. Então assim, um derrame de dinheiro, que teve aqui, e como ele disse na pública né, na entrevista [...] questões de milhões que eles colocaram aqui, o governo, aquela Juliana também lá, ninguém suporta ela aqui.

1 Pois eu não entendi por que.

Antonia Melo: O judiciário também, quase não funciona, são poucos juízes com essa demanda. A justiça federal idem, o juiz não para aqui, senta em cima dos processos, já são centenas de pessoas que foram expulsas de suas terras, de suas casas, que num aceitaram a baixa indenização, porque indenização é uma coisa e comprar a casa, ninguém tá vendendo sua casa, sua terra, eles tem que indenizar, são eles que tão mandando as pessoas sair. Isso como indenização foi muito pouquinha pra alguns, só.

Antonia Costa: E foram ameaçados? Teve ameaças?

Antonia Melo: Ameaças [...] Isso. Se vocês não sair a polícia vem derrubar vocês, então assim. Ou vocês não ganham nada. Centenas tão lá. No processo aí, da Justiça Federal, como também na justiça estadual através do Ministério da Defensoria Pública e sequer essas pessoas são atendidas. Tem pessoas, uma senhora viúva negra, (que é um exemplo assim), muito trágico, também, tem vários exemplos trágicos, mas essa senhora negra, viúva, tinha dois, morava em dois lote dela, suor dela né, aqui na Volta Grande. Ela saiu de casa veio aqui com a neta doente, quando voltou a casa dela tava no chão, até hoje não pagaram um centavo, ela teve que vim aqui, pra a periferia de cidade, colocar os netos e tudo mais, e mora num quartinho assim, da periferia, aqui na cidade e acho até que ela anda catando latinha na orla do cais, né pra vender. Então, são dessas situações trágicas assim da violação dos direitos humanos, da falta de respeito desse governo, dessas empresas, que esse projeto é do governo poderia ter responsabilidade, ter o olhar, ela veio aqui dia dois de agosto, escondida passou direto, para dentro das obras de destruição.

(risos) [...]

Antonia Melo: Até um jornalista colocou e disse obras de destruição. É se quer teve a responsabilidade de dizer, olha, quero falar com os movimentos sócias para saber como estão sendo tratadas esses projetos, se quer, né. Então é isso que ninguém espera, de maneira nenhuma, nunca nem atendeu nem Brasília, imagina aqui né, então assim e depois veio ela e Lobão não é, depois que eles saíram lá dos canteiros no final da tarde é que deu uma tempestade, nunca acontecida, e o diretor disse olha, é a tempestade da Dilma.

(risos)

Antonia Melo: Meu Deus.

Antonia Melo: E Lobão num disse que as forças demoníacas não queriam Belo Monte, só puxavam Belo Monte pra baixo, então a natureza é espontânea.

Antonia Melo: Ela perguntou, só pra dar uma a ajudar ela, por que os defensores que estão aí, não funcionam?.

Antonia Costa: É que eles foram ameaçados, foram afastados, largaram a causa?

Antonia Melo: Então é assim, que segundo Andreia, que é muito parceira nossa né, ela é militante, ela foi militante do Xingu Vivo quando veio fazer o doutorado dela aqui né. Ela é considerada até, teve até um artigo de uma jornalista que colocou, a Defensora da Amazônia, é.

Antonia Costa: Como é o nome dela?

Antonia Melo: Andreia Barreto. Ela encarou a luta. Ela nos disse assim: É claro que todos os defensores pediram remoção daqui né.

Antonia Costa: Transferência ?

Antonia Melo: Transferência, que dizer, na segunda entrasse ou coisa assim né? Tudo bem a gente até entende, tem que ter mesmo, mas como diz ela, não no momento desses, arrancaram todos os defensores daqui, porque eles pediram, eu não queria ir embora disse ela, se vocês conseguirem que eu volte, eu volto, não me importo com isso e sem colocar aqui ninguém.

Antonia Costa: Levaram para outro lugar e não mandou ninguém, pra cá?

Antonia Melo: Não mandou ninguém pra cá, isso faz dois meses, mesmo assim eu não podendo muita coisa, fui lá na defensoria semana passada, falei com várias pessoas que foram lá procurar os defensores né, e nesse dia tinha um defensor de Belém da corregedoria, porque o Ministério Público Estadual, entrou com uma ação contra né. Nós mandamos também um documento, mas se quer eles responderam uma vírgula, desse documento, aí esse defensor estava lá, nesse dia, na corregedoria. Eu conheço ele e falei com ele, mas doutor como é que a defensoria faz um papel desse, total irresponsabilidade, tirar daqui. Não ver que nos estamos numa situação tão drástica aqui, de multidão de pessoas sem defesa, se batendo de porta e porta fechada. Então, como é que a defensoria faz? O que ele me disse: Antônia eu sou contra isso, mas tudo isso é falta de planejamento da chefia, chefe da Defensoria Pública.

Antonia Costa: Quem que é o Defensor Geral?

Antonia Melo: Não sei bem o nome dele. E aí então, nessa situação, segundo ele me disse: “Olha teve dia 22, tá vindo um defensor pra cá.” Aí a Andreia tinha nos dito, mas um sistema de itinerância, vem três passa dez dias, empurra com a barriga vai embora, aí vem mais três ou cinco, empurra com a barriga vai embora; pô gente! É pra não vim mesmo!

Antonia Costa: E a comissão dos direitos humanos do Pará?

Antonia Melo: Aqui?

É. Nada funciona. Nada faz. Não os defensores dos direitos humanos, olha Raquel e Antônia, nós aqui somos testemunhas de que esse governo é contra os direitos humanos, nesse projeto o governo é o principal opositor dos direitos humanos, tô dizendo aqui mas se tivesse tempo iria provar, a mais b mostrar todos os exemplos como nós concluímos isso.

Raquel: Tem razão.

Antonia Melo: Se vem um grupo aqui do estado do Pará, fica lá no gabinete que não funciona pra nada. A presidente aí, você sabe, que o *lobby* foi grande que esse projeto na oposição quase 30 anos, dos movimentos sociais indígenas, então eles fizeram uma montagem do *lobby* muito bem feito. Inclusive eles vieram com esse PDRS, se vocês quiserem ver é só clicar lá, no que é o PDRS. 500 milhões e vinte anos para melhorar a região. Plano de sustentabilidade do Xingu. Mentira não é? Então, melhora a vida de poucos, é projetinho pra prefeito, não sei mais pra quem lá, mas a população em geral fica a ver navios. Tem também, para os índios foi assim, um massacre de benesses. Dividiram os indígenas, criaram um monte de aldeias.

Raquel: É porque eles começaram a dar benefícios por aldeia. Aí, opa! Que forma uma aldeia, que forma uma Antonia Melo: Não pode abrir aldeia? “Ah eu sou cacique, eu abri uma aldeia recentemente, não sei o que.” Ah vocês podem me explicar?

Antonia Melo: A Norte Energia... Se você for lá no fundo das aldeias, vão estar mais pobres do que antes, muitos deixaram de fazer suas roças, a maioria deles. Poucas aldeias conseguiram fazer a roça, a maioria não fez porque recebeu de benesses 30 mil reais por mês de bagulho.

Raquel: Como é que é? As aldeias?

Antonia Melo: 30 mil reais por aldeia, não era o dinheiro entregue na mão deles. A Norte Energia enchia caminhões e caminhões, barcos e barcos, de arroz, feijão, coisas... café, açúcar, tudo. Hoje no Casai conheço todo o resultado, tem mais de 300 pessoas na casa de saúde indígena. Um doente que vem com suas famílias, soube semana passada, que tem mais de 300 pessoas na Casai. Então assim, o *lobby* foi grande, foi esse PDRS. O governo disse assim: “Belo Monte vai ser exemplo.” Tá sendo exemplo de falcatura de tudo que não presta. “Vamos criar aqui, uma Secretaria dos Direitos Humanos, vamos criar aqui, uma Secretaria da Presidência da República aqui.” Tudo isso tem, mas não funciona, então foi só como legitimação da ilegalidade do projeto.

Raquel: Fazer de conta que tá funcionando.

Antonia Melo: Aí os índios ocuparam a FUNAI, uma casinha que é dentro da Universidade Federal do Pará, aqui no campos universitário. Ocuparam, porque desde Belo Monte chegou aí, que os índios começou essa troca de benesses. Troca de benesses mesmo, pela consciência deles. Optação. Esses índios começaram a ocupar essa cidade. Então, tem muito indígena que antes estavam na aldeia.

Antonia Costa: E eles preferem ficar na cidade, do que ficar na aldeia?

Raquel: Já não tem mais nada.

Antonia Melo: Sim, pra receber as coisas, porque a empresa promete. A casa deles era umas das condicionantes que estava lá embaixo caindo aos pedaços. Condicionante a empresa construiu, mas eles foram olhar e não aceitaram, porque os quatinhos bem pequenininhos, não cabe. Eles vêm com família, né. Então não cabe e então se arranjam junto a casa da FUNAI, dentro da universidade e dormem ao relento pela universidade. Não tem banheiro. Não tem nada. Uma confusão agora que tá com a universidade e eles. Porque suspenderam as aulas e fecharam a universidade desde ontem. O índio rasgou a carta da coordenadora da universidade.

Antonia Costa: Qual a universidade que eles ocuparam?

Antonia Melo: O campus da UFPA em Altamira.

Raquel: Colocaram suas redes.

Antonia Melo: Aí eles vivem muito mal mesmo. Muito mal. Principalmente as crianças. Indignidade, então se juntaram aí e fizeram isso. Então, eles estão reivindicando a saída da chefe da Funai. O que eu gostei que o jornalista da Pública colocou. Eu disse que a Funai é inimiga dos índios. Eu adorei. Então a saída da chefe da Funai, porque a Funai quer assinar tudo contra os direitos deles. Tudo, em todos os lugares. E também eles querem urgente a entrega da casa do índio. Nas condições que eles pediram antes. E se eles não fizerem isso, eles vão ocupar Belo Monte novamente. Segundo eles, né. Então assim, esse caos total onde você se vira. Então se você for no banco. Você já foi no banco Antônio?

Raquel: Sim.

Antonia Melo: Você conseguiu entrar? Muito mal.

Antonia Costa: Fiquei com medo até.

Antonia Melo: Fica com medo é. Então, a multidão de gente em todos os lugares. Nos bancos.

Antonia Costa: E você olha para a multidão e você não encontra ninguém que você conhece.

Antonia Melo: As pessoas, os violentados de Belo Monte, não tem acesso a justiça. Não tem assim, atendimento digno em canto nenhum. Tá um desastre total. Mas, aí

o governo já assinou uma nova portaria agora em agosto e a Força Nacional tem que ficar mais seis meses aqui dentro dos canteiros. Não pra guardar nada, mas pra reprimir o trabalhador.

Antonia Costa: Pra reprimir o trabalhador?

Antonia Melo: Reprimir o trabalhador, se alguém falar que a comida tá ruim, já é motivo de mandar embora. É uma ditadura.

Antonia Costa: Eles estão recebendo salário?

Antonia Melo: Recebem, essa miséria de salário de 1.300 reais. O povo, a mão de obra barata, escravizaram nesse projeto de Belo Monte.

Raquel: Tem é filha da Raimunda com Antônia.

Antonia Melo: As mulheres, o assédio já mataram uma. Faz um mês que mataram.

Antonia Melo: Femicídio (Femicídio) tá num nível altíssimo.

Antonia Melo: Mas a gente tem que fazer algum coisa. Os direitos humanos, as entidades de direitos humanos, as entidades de mulheres denunciar isso. Esse segundo semestre, já mataram duas mulheres que trabalhavam lá. Estuprada dentro do canteiro de obras. Uma mataram aqui na cidade, mas trabalhava lá. Foi gente de lá. Foi vista à noite com dois caras que trabalhavam na obra.

Antonia Melo: Uma foi encontrada morta sem a cabeça. Não acharam a cabeça.

Antonia Melo: As duas foram estupradas?

Antonia Melo: E uma filha de uma colega nossa saiu, porque não aceitou o assédio. Essas mulheres tem que se sujeitar.

Raquel: É homem de mais. E a Dilma publica que a maior realização dela que é 30% dos trabalhadores são mulheres. Por que?

Antonia Melo: Não é tudo isso tudo não.

Raquel: Mas mesmo se fosse, para que são essas mulheres lá dentro?

Antonia Melo: Para servir sexualmente. Se quer ver homem vai no dia do pagamento na cidade.

Raquel: Cheguei no dia do pagamento na rodoviária fiquei horrizada. Bêbados e mais bêbados. De mochila, nossa foi um assédio. Fiquei apavorada, cheguei duas horas da manhã na rodoviária. Um perigo, fiquei apavorada.

Antonia Melo: Você foi pra onde é perto?

Raquel: Não fiquei lá. O Isa ia me mandar um transfer pra me levar para o Betânia. E eles não apareceram, simplesmente não apareceram. Cheguei de madrugada e fiquei ligando, ligando, ligando. Só oito horas da manhã que foram me pegar. E eu fiquei lá na rodoviária. Gente, eu que não sou daqui já imaginava que a rodoviária devia ser cabulosa. Quem mora aqui então. Chegando uma mulher de madrugada. Passei um sufoco.

Raquel: E aí você passou, viu ali o barramento do rio. Alguém sabe sobre aquela obra o sistema de enganação?

Antonia Melo: Bom não sei.

Antonia Melo: Cheio de mato do lado direito, aquela passagem do rio, são 600 metros que ainda estão livres do rio e da barragem. Então, ali eles fizeram aquele empreendimento chamado sistema de transposição de barcos. Pra mim foi para ganhar licenças e tudo. (sic). Não serve pra nada, aliás serve para dar essas licenças criminosas né.

Raquel: Foi na época da Marina não foi?

Antonia Melo: Marina foi no início das obras de Santo Antônio em Giral em Porto Velho. Aqui, depois que a Marina saiu. 2008, quando aconteceu o grande encontro dos povos indígenas e dos movimentos sociais. Encontro Xingu Vivo Para Sempre, Marina já tinha saído. Até essa data, o projeto Belo Monte bem guardado, como resposta a essa movimentação desse evento dos índios, dos movimentos sociais, o governo entrou no Judiciário e fez desembargar o projeto, em corrida assim veloz. Pra nós, viu Raquel e Antônia, mesmo que o paredão saia com o sistema de encanação. Aquilo ali foi uma das exigências de como os ribeirinhos me passaram. Como os índios vão passar no rio. Não, vamos fazer um projeto de transposição/sistema, levaram os índios lá pro Rio de Janeiro, num sei o que lá, Aparecida.

Raquel: Lá onde é a hípica. Onde treinam os cavalos.

Antonia Melo: Ouve algo parecido e fizeram aquilo lá. Mas não funcionou, aquilo dali foi bilhões e bilhões. Tirando no celular para fazer uma experiência se o barco da gente ia passar. Quase meia hora pra passar daí arrebatando o barco do homem. Aí, lá se vem um engenheiro todo de capacete. Quando tá chegando na beira o piloto liga para algum empregado. Olha a Antônia Neves tá chegando aqui com a equipe dela. Aí, nós bem chegamos lá, saímos lá na frente. Lá vem o engenheiro: "Olá, dona Antônia. Eu queria lhe chamar, queria que a senhora fosse ver as dependências aqui do projeto. Não tá tudo pronto, mas estamos terminando. Tem sala de merenda, onde os ribeirinhos atravessam aqui, a sua canoa, o seu barco. Os ribeirinhos, os indígenas fazem seu lanche. Tem a assistente social, pra ajudar." Falei: "Não tenho nenhum interesse de ver isso aqui, porque isso aqui é um elefante branco. Vocês estão usando o dinheiro público, jogando no ralo, no bolso não sei de

quem. Menos para a população. Vocês chamaram os ribeirinhos desse rio para saber se eles queriam isso? Não! Tá certo! Não tem nada a ver. Tô vendo que isso aqui é um elefante branco e não vai funcionar, que é só derrame de dinheiro público aqui. E a nação legitimar esse projeto faraônico.” Ele não falou nada. Então assim sabe, tudo que fizeram, até hoje, não inauguraram. O governo não está nem aí, não quer nem saber se está certo se está errado. O BNDS libera tudo.

Raquel: Eu queria chegar nesse ponto com a senhora, sobre o BNDS. Que eu acho que é um ponto que a gente pode encher um pouco o saco deles, porque a sede do BNDS é lá. Eu queria saber o que a senhora pensa disso, obviamente a gente não vai fazer nada se não tiver uma articulação com o movimento aqui e com a demanda daqui, mas eu penso que é uma coisa imaginar o tipo de pressão que a gente pode fazer. Mas, eu teria que ser orientada pelo movimento daqui, uma parceria mesmo.

Antonia Melo: Nós fizemos um tempo em 2012, mas só que tinha uma frente jurídica, os advogados que se juntam na luta de Belo Monte. Uma frente de mobilização, que nós temos que ir pelas bases, tem uma frente de comunicação, que tem a tem a Verena, em São Paulo, e outros jornalistas se juntam também para esse trabalho da comunicação foi como a gente conseguiu avançar bem. E tem a frente e tinha também a frente dos bancos. E nós fizemos até aquele panfleto ali de 50 reais: “Belo Monte com meu dinheiro não”, que foi a opressão aos bancos. Eu vou te dar o endereço, o telefone de Maíra. Maíra é uma militante. Ela está na Amazon Watch. Ela tá lá no Rio de Janeiro e foi ela que liderou, coordenou essa ação a frente dos bancos contra Belo Monte. Sempre a gente diz: “Tem que votar porque o BNDS espalha dinheiro a torto e a direito, com toda essa situação.” E agora se sabe que a Norte Energia pediu um ano de atraso das obras.

Antonia Melo: Pediu?

Raquel: Sim um ano de atraso. Graças a Deus!

Antonia Melo: Mas é por causa que nós que impedimos eles de trabalhar!

Raquel: E aí, falta de responsabilidade deles mesmo, esses projetos eles não estão nem aí pra nada.

Antonia Costa: Então, esse prazo de inaugurar em 2015 não vai acontecer!

Antonia Melo: Aí então isso daí é uma forma, mas vá saber se o BNDS não está mandando dinheiro, viu. Aí tem toda uma história, as pessoas especialistas que trabalham conosco entraram com uma ação para que a Norte Energia seja penalizada para pagar tudo isso. Então, tem uma série de coisas sendo feitas. Segundo informação e a ANEL não aceitou a dispensa. Tudo com a pressão das entidades. Então, inclusive tem um grupo mesmo lá do Rio não sei se você conhece o Gabriel? Eles são da Justiça Global, nos ajudam também. Tem a Sandra. Então, eles fazem também esse embate. Eles estão mais por dentro, mas aí tem que encher o saco do BNDS. Já tivemos a reunião no BNDS eu fui, muito boa. Nesse

momento agora de eleição seria muito importante para dar visibilidade as maracutaias do BNDS. Aí vou lhe dar um ato, alguma coisa que lhe desse visibilidade provavelmente.

Antonia Melo: Qual a linha de vocês? Vocês são mais de enfrentamento mesmo, ou vocês preferem estender faixa, fazer uma coisa mais pacífica?

Raquel: A gente vai para o enfrentamento, temos ido... Temos vários probitórios (sic), processos na justiça, somos 11, processos contra nós. Então assim, é a forma que vocês quiserem fazer, com faixas... Aí você pode falar com Maíra. Que ela tá bem acostumada já.

Raquel: Tenho que buscar articulações. A Justiça Global é um grande parceiro. Tem sua equipe toda lá. Inclusive usa o espaço da Justiça Global ali pra poder fazer as nossas reuniões. Enfim, trabalhando juntos e inclusive me indicaram entrar em contato com os Munduruku. E eu tive lá em Tapajós e a gente volta agora dia 27 de novembro, vai ter a caravana de resistência deles. Mas, como eu vinha pra cá também queria me articular. Eles mandaram um convite, algum representante vem, com certeza.

Raquel: Pois é, acho muito bom. Nós apoiamos eles. Uma colega que mora em Belém, a Naide. Tá chegando. Ela chega hoje ou amanhã e já vai pra lá, porque dia 24 e 25 eles tem reunião sobre o 169.

Antonia Melo: É isso aí, eles estão estudando né?

Antonia Melo: Como foi a canoagem?

Raquel: Então falando com a Antônia. Eu fiquei frustrada, porque como sou de luta de movimento social. Eu vinha na expectativa de encontrar uma resistência e não teve isso. Eu senti falta de um protagonismo também da população que é diretamente atingida. Eles estavam mais como um *staff* para vir os ativistas do Rio, São Paulo. O número de gente de fora que veio não chegava a 150, 130 pessoas assim mais ou menos. 130 só de fora?

Antonia Melo: Só de fora. Tinha uma equipe enorme do ISA. Uma grande parte do evento era de próprios funcionários do ISA. E a população ribeirinha/indígena que tava lá. Estava mais no sentido de ser guias, remadores, preparar comida, na hora dos debates, as rodas de fogueira e discursão eles não tavam. Eu fiquei puta, puta mesmo.

Antonia Melo: Você não colocou eles na hora não? Cadê esse povo?

Raquel: Coloquei. Só no segundo dia que o Giliardi foi falar o que é ser índio, como é a cultura deles. Mas, o pessoal envolvimento zero com a luta. Tudo bem, pessoas que querem se conscientizar que querem curar sua dor de consciência pequeno

burguesa, basicamente isso. Não foi uma organização pra construir um fortalecimento, um enfretoamento, um propósito de ação. Eliane Brum veio?

Raquel: Não, não tava aí não. Então aí todo mundo meio que turismo político, entendeu? Foi mais um me faz rir.

Raquel: Não, acho que não deram dinheiro pra eles não. Inclusive falaram lá que tiveram prejuízo. Uma puta estrutura. Como eles já tinham divulgado, divulgado pra imprensa lá bacaram de fazer. Mas, tiveram prejuízo. Mas, eu fiquei frustrada assim com isso. Eu imaginava que era uma construção, um chamado dos movimentos sociais e não foi né.

Antonia Melo: Mas, olha Raquel. Quando você ver uma propaganda em que envolve um povo que está esporadicamente a favor, e ao mesmo tempo contra, e ao mesmo tempo na luta. Eles estão um pouco perdidos, se você olhar eles estão um pouco perdidos. Quando vem o PDRS com o projeto pra eles é o cala-a-boca. O cara tá vendo o rio ali na frente da casa dele, da aldeia dele. Ele vai faltar aquilo que é o bem maior pra ele. Que sem aquele rio, não vai ter terra. E aí vem o ISA, mesmo que seja junto com o indígena, que ela tem tudo pra mudar isso. Então, Bye-bye Xingu. Dá licença. Então só de ouvir a propaganda Bye-bye Xingu. Que negócio é esse? Bye-bye Xingu! Cadê a resistência desse povo? Cadê a luta? Então foi por isso aqui que eu enquanto movimento social, enquanto Xingu Vivo, disse mesmo, colocando a minha ideia. Eu me contrapusi. Falei até com os advogados, isso é uma puta sacanagem. Juíza tem uma luta toda e diz que é contra o modelo de desenvolvimento que o Governo Federal tá fazendo e vem com um protagonismo desse.

Raquel: O ISA se ele é apoio, ele não pode ser tão protagonista disso aí. Fizeram um ato na frente da barragem. Isso é pouco, mas não foram os indígenas que foram protagonistas do ato. Eu fiquei bem incomodada mesmo, deles estarem num papel de servidão. Eu fiquei bem incomodada, não tô gostando, se as pessoas são ativistas tem que tomar a causa pra si e não vir aqui como clientes/pagantes fazer turismo no Xingu. Fiquei assim bem incomodada. “Ah primeira vez a gente não sabia como ia acontecer.” Eu senti falta. Cadê os movimentos sociais a tá aqui a Muratur. Aí eu percebi que era pra dar legitimidade, mas que não era realmente um povo de luta.

Irmã Inês: É porque na verdade não houve uma articulação dos movimentos sociais. Não ouve.

Raquel: Por isso que eu vim atrás de vocês aqui. Eu não quero ir embora sem entender direito, porque eu percebi lá que isso não era um ato de resistência. E eu vim aqui com a ideia de resistência.

Antonia Melo: Mas o ato mesmo não era de resistência. Eles disseram, como já te falei, que foi uma ideia dos indígenas como se fosse uma festa.

Raquel: E a gente de longe não tem como entender todas essas relações. Como que as coisas estão colocadas. Perguntei diversas vezes para várias pessoas diferentes dos ribeirinhos e dos indígenas. “Mas e a luta?” “Ah não dá mais já desistimos!” Eu falei: “Não é possível que é isso!” Eu faço questão de se a Antônia poder me receber, eu vou lá que eu quero entender isso melhor. Eu vim aqui com uma ideia de articular pra continuar lutando. E não consegui fazer esse link lá, com ninguém. Todo mundo assim já entregando os pontos.

Antonia Melo: Olha, quando vocês estavam decendo uma colega nossa, que tem um irmão dela que trabalha lá na empresa, falou assim: “É vocês já estavam lá com aquele Xingu Vivo, querendo fazer ação. Vocês iam fazer o que mesmo?” Olha pra você ver, até o povo do lado de lá não tá entendendo o que tá realmente acontecendo. “Lá vem a Antonia Melo com o povo dela, Xingu Vivo fazer a ação. Não dessa vez não foi nós não, se fosse nós tínhamos quebrado mesmo.” Aí no sábado, começou no domingo. No sábado, estávamos no Encontro de Mulheres, nós fomos pra lá. Melo não pôde subir. Aí nós subimos lá, um rapaz encostou a voadeira (sic) e foi uma galera. Você é do Rio?

Raquel: Ah, ram!

Antonia Melo: Você conhece a Rogéria? Rogéria Peixinho?

Raquel: Não. Não conheço.

Antonia Melo: Vou te dar o endereço da Rogéria. Aí fomos com as meninas. “Galera, vamos nos esconder e depois a gente se espalha na rua lá.” Tem uma rua lá.

Antonia Melo: Você chegaram a entrar na onda?

Raquel: Fomos, não entramos lá dentro, porque a gente não ia dar conta. Nós queríamos tirar foto da construção, tiramos foto da Ecoti (sic) com as mulheres, com uma faixa lá. Com poucas horas lá vem um carro. “Corre!” Foi perna pra quem te quero. Que eles vão chamar a Força Nacional.

Raquel: Veio um helicoptero todos os dias acompanhando a gente, da Força Nacional. Todos os dias.

Antonia Melo: Dizem que estão dando ajuda a olhar. Pois é mas aí a gente vai reverter esse quadro.

Raquel: Assessoria.

Antonia Melo: Mas, eles fizeram autocrítica? Eles se desculparam com os movimentos sociais, ISA?

Antonia Melo: Desculpou no dia que veio aqui o advogado Leonardo.

Raquel: O Leonardo foi, inclusive ele vai para o Rio para um fórum do BNDS, uma coisa assim.

Antonia Melo: Tem o Brendt (sic), tem uma equipe que te falei, que tem umas ações/reuniões. É [...] disseram que quando ele veio aqui foi criticado. Foi um lapso assim dele. Foi a pedido dos indígenas. Assim raquel, eles (os indígenas) foram tão bem orientados pela empresa a não se misturar com movimento social e nada, porque se misturasse com movimento social, Xingu Vivo, Cine (sic), ou outros, era motivo de não ganhar as benesses. Então eles ficaram muito com isso na cabeça. No início, nos deu a ideia assim, de que eles ficaram nossos inimigos. Nem vem pra cá Xingu Vivo, nem vem pra cá Cine (sic). Nesse ponto de rejeitar a nossa presença. Eles não querem mesmo fazer assistência.

Raquel: Isso está colocado até hoje esse afastamento?

Antonia Melo: Agora, já se aproxima. Já viram que foram enganados, que estão só perdendo. Nós estamos fazendo uma aproximação com as mulheres indígenas. Elas trazem artesanato, a gente vende pra elas e a proposta de articular, com uma delas, a liderança é o Encontro das Mulheres Indígenas, se não der esse ano, vamos no próximo ano. A gente está trabalhando as aldeias, elas participaram de encontro que teve aqui. A Helena convidou, elas vieram, então estamos fazendo essa articulação com as mulheres indígenas do Xingu e de lá do Tapajós. As mulheres de lá são porreta.

Raquel: Aqui eles conseguiram isolar as mulheres e lá não. Lá é o povo, que tá conseguindo acesso as políticas públicas há muito tempo. Agora, aqui não. É tudo isolado, principalmente a mulher é excluída de todas as coisas.

Antonia Costa: E a resistência que vocês fazem aqui é mais a população que vai ser atingida na cidade, então?

Antonia Melo: Nós já lutamos muito na área rural, foram três anos de muita batalha de muita presença nossa lá nas comunidades, em todo lugar da Volta Grande nós estávamos presentes. Levamos o pessoal do painel de especialista, pra falar pra eles o que era o projeto. O procurador da república Felício Pontes foi várias vezes, outros procuradores, a Andrea defensora pública. Nossa foram muitos encontros, de formação, de tentar que eles se organizassem lutassem. Não deixassem, mas eles conseguiram tirar toda a liderança. Então ameaçando esse tipo de coisa. Ou dando mais dinheiro pra uns do que pra outros.

Raquel: É mesma dinâmica que eles estão fazendo para remover as comunidades no Rio de Janeiro, as favelas estão no mesmo processo. É o mesmo processo é igualzinho. Racha a resistência dá dinheiro pra um, dá dinheiro pra outro. A pessoa vai pro trabalho quando volta não tem mais casa. É exatamente assim que tá acontecendo lá. E agora quem é o protagonista da gentrificação que é o processo de remoção pelo encarecimento do serviço. Eles não conseguem mais viver no seu território. Eu moro na favela também, sou do movimento de favela lá. Não conseguem mais viver no território, porque os serviços vão ficando muito caros. Agora, por causa dessa especulação que vai ter uma pane, que não vai ter mais luz

na região Sudeste que é o argumento da Dilma. “Ou a gente faz ou vocês vão ficar sem luz!” Só essa especulação já fez o preço da luz subir aos picos e agora a luz está removendo as pessoas desses territórios. Eles não conseguem mais pagar a luz e vão se mudando para territórios ainda sem Upp, que faz essa fiscalização, que se encontram um ‘gato’ eles levam presos. Tem que estar com tudo regularizado. Só que estão instalando chip que gera uma medição de luz, totalmente diferente do asfalto que é o relógio. Então vem contas de 600, 700, 1000 reais. É isso aí, e a cada mês é um novo grupo que é atingido. A gente fica correndo atrás de organizar as pessoas, entrar na justiça com causas coletivas. Já conseguimos provar que é uma estratégia de expulsão da Light, isso só acontece em território de favela com Upp. A cada mês é um novo grupo a gente fica só apagando um incêndio.

ANEXO 5 – ENTREVISTA COM FELÍCIO PONTES

Antonia Costa: Qual a visão do senhor sobre a Rede de Notícias da Amazônia?

Felício Ponte: Do ponto de vista da comunicação, tem uma coisa que foi muito importante ao período anterior 2008, era que nós não tínhamos uma repercussão das ações que fazíamos a respeito de Belo Monte, a primeira ação feita a respeito de Belo Monte foi feita em 2001, em que eu estava no grupo que fez desse a primeira ação até a última e eu me lembro a respeito da ação de 2001, 2004 e 2007 eram ações feitas, mas que não tinham repercussões geral, por quê? Porque não eram de interesse da imprensa de modo geral no Brasil para dizer porque o Ministério Público estava contra Belo Monte, quais aqueles motivos, eu tive muitas, mas muitas vezes repórteres aqui comigo, passam a tarde toda, eu explicando as ações para eles, e eles achavam aquele material estava ótimo e no dia seguinte, ligavam dizendo que tinha sido vetado porque o editor censurou a reportagem, que ela não ia pro ar, então, a gente não tinha um canal..... que publicasse dizendo o porque que nós contra a construção de Belo, uma ação que explicasse para a sociedade os motivos, aí depois de 2008, principalmente com a internet, a Rede de Notícias da Amazônia, a questão mudou. Ela muda completamente, a Rádio Rural sempre foi uma Rádio parceira, era uma Rádio que dava a notícia, então era uma coisa impressionante, tinha por exemplo no interior de Santarém (PA), lá em Itaituba (PA), aonde chegava a Rádio Rural, quando chegávamos numa comunidade, era impressionante, como essas pessoas tinham conhecimento do que estávamos fazendo, mais do que em Belém, que é a capital do Estado. Então, isso sempre me chamou muita atenção, como é que eles sabem disso. Se não estava em nenhum jornal de grande porte. Eles sabiam porque ouviam a Rádio Rural e quando chega a Rede de Notícias da Amazônia, quando ela é ampliada, a RNA, essa coisa que era restrita só de âmbito de difusão da Rádio Rural de Santarém, ela se estenda para a Amazônia toda, então, quando eu chegava no local, as pessoas já sabiam do que se tratavam; como eu sou chamado para palestra, encontro, bastava divulgar que a informação ia na frente e isso não só a respeito de Belo Monte, mas sobre outras questões, como as comunidades quilombolas, questões estrategistas, assuntos de Santarém, até aqui mesmo em Belém, Ilha de Marajó. Essa tem sido a resposta, a gente tem feito o que a RNA tem divulgado e isso foi naturalmente, sem que a gente soubesse, quando a gente chegava na comunidade, a comunidade já sabia o que a gente ia fazer, qual a função do Ministério Público e isso ajudou imensamente o nosso trabalho, então, aí o que aconteceu? Os grandes veículos de Comunicação invertem a coisa, ao invés deles pautarem coisas de interesse (sic), começaram a pautar o que a gente estava dando, o que a Rádio (Rural), através da RNA estava divulgando, pois lá a gente não tinha censura, era um local em nós lidos, eles ligavam para que o MPF passassem a notícia ou aproveitavam quando a gente estava passando por uns desses lugares para fazer entrevista, aprofundar o assunto, isso foi com fosse feita a inversão da coisa, isso foi reforçado com o acesso à internet, a partir do momento, principalmente quando a gente chegou alcançar mais de cinquenta por cento da população brasileira com telefone, com internet, aí a coisa mudou, então hoje, essas notícias pautam a grande mídia, os grandes jornais... (Intervalo para atender telefone). Naquele momento, a criação da RNA deu um espaço muito interessante

para todos nós e acabou revertendo uma situação que vinha desde 2008 que tratava de Belo Monte, onde a grande imprensa não dava a devido valor, não pautava aquilo que deveria ir ao conhecimento público e depois acabou invertendo, porque, a partir da Rede, a Rede Notícias da Amazônia acabou repercutindo também nas Redes Sociais e os jornais vinham a reboque, os grandes jornais, ou eles davam a notícia ou eles ficavam para trás, então, preste atenção, vai ser muito grande o número de informações que a Rede de Notícias da Amazônia vai dá sobre Belo Monte, depois de sua criação, porque também esse foi o período de maior número de ações que fizemos contra Belo Monte, porque uma época em que avançou muito o processo de licenciamento e muitas ilegalidades cometidas e cada vez que isso acontecia a gente entrava com outra ação e isso aumentava a divulgação, eu ainda não contei, mas provalmente, é possível que a quantidade de notícias feitas através da RNA seja até mais do que o que foi feito aqui através de release pela assessoria do MPF.

ANTONIA COSTA: Então, a Assessoria está sempre enviando notícia. E a RNA está sempre checando essas informações?

FELÍCIO PONTES: É, exatamente. Quando a gente está com um processo investigando Belo Monte, um ato ilegal do Governo, preparo a ação e quando dou entrada nessa ação, eu mando para a Comunicação do MPF, o daqui e a Comunicação prepara um release e ao mesmo tempo, no dia que é dada a entrada da ação na Justiça Federal, o release sai. Normalmente antes de dá entrada, uns três, quatro dias antes, a agente já passa para a Comunicação para que ela estude o caso, veja, porque as vezes são ações completas com 40, 50 páginas, ela tem que reduzir numa página! Você imagina, um trabalho muito difícil. Então, a gente fica em comunicação para vê se aquilo que é mais importante foi extraído e de deixar uma abertura par que aqueles veículos de comunicação que quiserem aprofundar da questão que possam conversar com os Procuradores disponíveis, normalmente quem iria aprofundar sempre era a Rede de Notícias da Amazônia.

ANTONIA COSTA: Há então uma confiança estabelecida entre a RNA e a fonte?

FELÍCIO PONTES: Total! Só em saber que com eles não terá nenhum problema de retirar uma palavra minha porque um anunciante não será prejudicado. Eu sei que eles devem até sofrer muito com isso, porque trata-se de performance de uma Rádio que precisa pagar seus impostos, seus funcionários e essa Rádio (Rural), precisa de dinheiro. E muitas vezes nessas ações há interesses exatamente daqueles que pagam a propaganda nesses lugares. Então, isso me faz ter uma confiança muito grande até porque quando eu fui Procurador na cidade de Santarém, lá na Rádio Rural e depois da criação da Rede, porque eu atuei no caso da CAGIL, eó único espaço que nós tínhamos, em Meio de Comunicação em Santarém, era na Rádio Rural. Lá eles davam dados, sem riscar nenhuma palavra, sem restringir quem estava nos acusando, e era estava sempre conosco, era a Rádio Rural.

ANTONIA COSTA: E falando em Rádio, especificamente aqui na Amazônia, embora o senhor sendo tão jovem, ela está ainda cumprindo seu papel na região, ou foi superada pela TV? As últimas pesquisas do IBGE dizem que a TV superou a Rádio?

FELÍCIO PONTES: Eu sou sim, da geração de Rádio, tenho uma ligação muito forte com o veículo, ainda mesmo com a internet ainda acho, o melhor veículo de Comunicação que traz notícias, ainda acho que ainda é a Rádio e eu sempre foi muito ligado à Rádio desde criança, eu dormia com um radinho de pilha, eu dormia muito tarde e acabei me acostumando a trabalhar de madrugada por causa disso e aqui em Belém, pois eu sou daqui de Belém, ainda não tinham Fm era só AM, então, vinham as notícias, as músicas todas, tudo muito popular e ainda hoje, eu acho ainda que o veículo de Comunicação, mais ágil, ainda hoje é a Rádio e porque ser também de um interior do Estado,, minha família é de Itaiatuba, todo mundo na família, meu pai, quando queríamos saber de notícias, era pelo Rádio (ligávamos), então, isso ficou muito forte e depois trabalhando, quando me tornei Procurador, isso ainda ficou mais forte porque , eu trabalhava, minha área específica, é a defesa dos Povos Tradicionais, dos Povos da Floresta, os Indígenas, os Quilombolas e ainda hoje, nos lugares em que o MP atua, em muitos lugares, o único veículo de Comunicação que chegará, ainda é o Rádio. Então, eu usei muito a Rádio. Usei muito a Rádio, para avisar por exemplo: Dia tal, em comunidade tal, vai ter reunião com o Procurador da República, Felício Pontes, poxa, a comunidade toda se mobiliza, e isso. Talvez no ponto de vista quantitativo, o IBGE tenha razão, mas no ponto de vista do qualitativo, aonde a gente atua, onde as pessoas buscam a música, a informação, a Tv ainda não substitui o Rádio. Então, você pode até ter mais aparelho de televisão do que rádio nesses lugares, mas que a função da Rádio não foi substituída pela tv, para você ter uma ideia, olha só, eu trabalho com o pessoal aonde foi marta a Irmã Doroty quando eles chegaram lá, junto com a Ir. Doroty, as pessoas em geral, nem tinham calça comprida, para você vê o nível econômica que era, porém, depois de cinco anos depois, os meninos já compram moto com a produção do cacau e tudo e quem melhorou mais tem carro, e mesmo hoje as pessoas comprando parabólicas, quando eles saem para trabalhar na moto ou no carro, eles levam o rádio e é exatamente na hora de notícias, que era a hora de ouvir rádio, acho que a tv ficou muito restrita ao entretenimento, em casa à noite, eu não vejo a tv ligada nesses lugares durante o dia.

ANTONIA COSTA: Estive em Belo Monte esta semana, conversei com as pessoas e ouvi muitas pessoas , conversa informal. Como é que fica as questões Ambientais e Sociais de Altamira, na região?

FELÍCIO PONTES: Saiu na defesa de dom Erwin e Antonia Melo dizendo que hoje a população começa a enxergar o que esses dois já anunciavam, das mazelas que iriam acontecer com a região, com as pessoas que lá habitam, bem como a degradação do meio ambiente. Hoje a população enxerga que uma grande obra como é Belo Monte, ela não trouxe para a comunidade local os benefícios, mas foi exatamente, o contrário, o que vem acontecendo. Eram pregados por eles, como profeta naquele deserto. O problema é que o Governo fez com que a área econômica de Altamira, do clube dos lojistas, desta área ficasse do lado dele dizendo que os 30 bi ou mi (sic) que ia entrar ali seria uma oportunidade de todo mundo se tornar rico e aconteceu na verdade, o que já se previa e com a chegada desse dinheiro também chegaram grandes redes de varejistas que eliminaram o

comércio local (vi até Americanas lá). O mercado local não teve fôlego para aguentar e trabalhar assim, quem ficou com algum dinheiro nisso, no primeiro momento, foram as pessoas que eram donas de imóveis, que alugaram suas casas, porque não tinha lugar em Altamira para acolher o fluxo migratório que dobrou em dois anos, qual é o município que em dois anos tem num período curto desse que dobrou sua população, tem casa, educação, segurança para tanta gente? A população local hoje, se deu conta, professora, de que malefícios são maiores em relação a população local. A gente que conhece mais a fundo a questão de Belo Monte, por dever de ofício, sabe que todo processo de construção é , desse tamanho, desse modelo, não é para beneficiar a população local. Em nenhum momento, houve esclarecimento de que aquela energia seria para beneficiar a região, que a energia seria mais barata, de incentivo de fábrica de comércio, isso não teve e eles pagam energia cara, o Estado todo paga caro por isso. Então, são geradores de energia e vão pagar um dos preços mais caros do país. Até maior do que aqueles que ficam só com os benefícios! E que ficam sem danos ambientais, o que poderia ter de bom, se você não tem teve desde o começo no projeto o desenvolvimento local? Pelo contrário, a população local sempre foi vista pelo Governo federal como um entrave! O que melhorou de qualidade de vida? Não melhorou nada, aumentou o número de caso de violência. Antes era uma comunidade tranquila [...] Agora, o leite está derramado [...] Não sei o que vai ser... mas vamos até o fim, mostrar que o processo estava todo errado. São 21 ações contra um só projeto. Deve ser um recorde nacional. Não existe nenhuma obra do Governo Federal que tenha tantas ações judiciais e ainda vai ter mais ações ainda, porque o projeto ainda não terminou.

ANTONIA COSTA: A questão dos Povos Indígenas?

FELÍCIO PONTES: Eles conseguiram fazer uma coisa muito perversa com os povos indígenas, eles iludiram os povos com esses benefícios (promessas), talvez hoje é.... A gente tem uma característica muito forte que deve ser também levada em consideração, aquela comunidade mais próxima de Altamira, eles foram mais vulneráveis, eles não eram tão fortes na esfera organizacional, como é a comunidade dos caiapós, que estão mais ao sul, um pouco longe de Altamira, como os kumurucus (sic) do Tapaajós, não estavam tão organizados assim, então, foi muito fácil assim, trocar direitos básicos até com direitos a educação, saúde pela usina. Eles fizeram isso, mas acho que eles cometeram um erro mais grave em relação a isso. Eles dividiram a aldeia, fizeram com que as aldeias brigassem entre si por causa dos recursos. Eles introduziram alimentos fora da dieta dos indígenas e isso tem causado problema de saúde muito forte n essa região, então, causaram uma série de malefícios aos indígenas que enfraqueceu de uma forte tão forte a resistência indígena que hoje talvez, se eles eram a parte mais forte da organização, hoje são fragilizados.

ANTONIA COSTA: Em relação ao rio Xingu. Eu já era apaixonada por esse rio sem conhece-lo e agora retorno mais apaixonada com seu encanto, suas águas verdes e limpas. Questão de inundação e seca?

FELÍCIO PONTES: O rio é lindo! Existe sim, ações. No site do MPF você pode acessar. Ele ensina. Todas as 21 ações, é só clicar que vc pode baixar a ação inteira [...] No futuro haverá trauma.

ANTONIA COSTA: Belo Monte vai servir para a comunidade local? Como fica a questão da mineradora Belo San que está chegando?

FELÍCIO PONTES: A gente já tinha sido anunciado desde que esses projetos estão ligados com projetos de mineração, a Norte Energia e o Governo Federal sempre negou isso; e nós tomamos um susto quando em meio a construção de Belo Monte, aparece uma das maiores mineradoras do mundo para explorar na região do Xingu onde é a maior mineradora de ouro do mundo (sic) e sem respeitar o direito da população indígena, pois existem muitos indígenas naquela região, isso fez com que fizesse a gente formalizasse uma ação contra a mineradora para que parasse isso; mas no ponto de vista político eu sinto que aquelas pessoas que eram tidas como arauto da conspiração internacional, agora tem sentido dizer que todo projeto elétrico está ligado a grande projeto mineral.

ANTONIA COSTA: Conversando com os operários da obra, eles estão convictos de que se a Presidente Dilma for reeleita, eles estarão certos que terminando a obra de Belo Monte, de lá sairão para outras obras de construção de hidrelétricas na Amazônia, inclusive para a de Tapajós. O que o senhor comenta sobre o assunto?

FELÍCIO PONTES: É, é,... a gente viu isso acontecendo no início de Belo Monte, muitos trabalhadores foram retrucados na usina de Madeira (Rondônia), foram terminando as obras, principalmente a de São Antônio, os da hidrelétricas de São Antonio foram para Belo Monte; portanto, há essa possibilidade, aproveitar os operários de Belo Monte para Tapajós, isso é... a gente não pode perder de vista que são as empresas que no período de eleições elas financiam as campanhas em época de eleições, é tanto que gente vê e não só para Presidente, mas deputados federais, senadores, elas tem sido os apoios tops nessas campanhas e essas são as obras mais caras no Brasil; então, acho que existe uma relação muito forte entre essas empreiteiras e essas empresas que constroem as hidrelétricas e o Governo Federal, essa manutenção de quem está no Poder e se manter no poder. É tanto, que quem está mais recebendo dinheiro, é quem está no poder, quem mais recebe dinheiro desses empreiteiros.

ANTONIA COSTA: Minha pesquisa não é muito na área da esfera judiciária, mas sobre as questões ambientais, como o senhor resume essas questões?

FELÍCIO PONTES: Questão do Bioma, Peru, Brasil.... Tem a previsão de 153 hidrelétricas e a grande maioria construída, mesmo as fora do Brasil tem financiamento do BNES, isso mostra uma indústria barragista na Amazônia, muito forte e dessas das maiores empresas, até mesmo das empresas que doam contribuição para as campanhas políticas. Há de se perceber que tudo estão bem interligados; isso, você não vê em nenhum grande veículo de Comunicação discutindo a energia no Brasil, no sentido de que a gente precisa de mais energia, pra quem? Pra onde precisa mais de energia? Como gerar essa energia? Que é uma coisa básica

ANEXO 6 - LINHA DE TEMPO DESENVOLVIDA PELA NORTE ENERGIA S.A

Fonte: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/usina-belo-monte/>

1975 – Início dos estudos para o aproveitamento hidrelétrico da Bacia do Rio Xingu.
1980 – Conclusão dos Estudos de Inventário e início dos Estudos de Viabilidade Técnica da Usina Hidrelétrica Kararaô (primeiro nome proposto para a usina).
1988 – 02/08 – Portaria DNAEE nº. 43, de 2 de agosto, aprova os Estudos de Inventário do Rio Xingu. 30/08 – Portaria MME nº. 1077 autoriza a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) a realizar estudos de viabilidade para o AHE Belo Monte.
1989 – Conclusão dos primeiros Estudos de Viabilidade do AHE Belo Monte.
1994 - Revisão dos Estudos de Viabilidade com diminuição da área inundada e não inundação das áreas indígenas.
1998 - A Eletrobrás solicita à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) autorização para realizar, em conjunto com a Eletronorte, novos Estudos de Viabilidade do AHE Belo Monte.
2000 - Em dezembro, Eletrobrás e Eletronorte firmam acordo para conclusão conjunta dos Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica e Ambiental da UHE Belo Monte.
2002 - Os estudos são apresentados à ANEEL, mas não são concluídos por decisão judicial.
2005 Julho - O Congresso Nacional autoriza a Eletrobrás a completar os estudos por meio do Decreto Legislativo nº. 75/2008. Agosto – A Eletrobrás e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht assinam Acordo de Cooperação Técnica para a conclusão dos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Socioambiental do AHE de Belo Monte.
2006 Janeiro - A Eletrobrás solicita ao Ibama a abertura de processo de licenciamento ambiental prévio. Começa a ser feito o Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Março – O Ibama realiza a primeira vistoria técnica na área do projeto.
2007 Agosto – O Ibama realiza vistoria técnica e reuniões públicas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu para discutir o Termo de Referência para o EIA. Dezembro - O Ibama emite o Termo de Referência para o EIA.
2008 Julho – O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no Rio Xingu será o AHE Belo Monte. A ANEEL aprova a Atualização do Inventário com apenas o AHE Belo Monte na bacia do Rio Xingu. Novembro – O Ibama realiza nova vistoria técnica na área do projeto.
2009 Fevereiro - A Eletrobrás entrega a versão preliminar do EIA e do Rima. Março – A Eletrobrás solicita a Licença Prévia.

<p>Abril – O Ibama realiza nova vistoria técnica na área do projeto.</p> <p>Maio – O EIA e o Rima são entregues no IBAMA.</p> <p>Setembro – CNPE publica portaria que indica o projeto do AHE de Belo Monte como prioritário para licitação e implantação.</p> <p>Outubro – MME publica portaria com as diretrizes para o leilão de energia da UHE Belo Monte.</p> <p>Novembro – ANEEL coloca em audiência pública a minuta do edital de Belo Monte e MME publica portaria com a sistemática do leilão de energia da UHE de Belo Monte.</p>
<p>2010</p> <p>Janeiro – Portaria MME nº.14 de 6 de janeiro de 2010 que define prazo para Declarações de Necessidade para os Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração e da Usina Hidrelétrica denominada UHE Belo Monte.</p> <p>Fevereiro</p> <p>1º – Ibama concede Licença Prévia da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.</p> <p>5 – Aneel aprova estudos de viabilidade da UHE Belo Monte.</p> <p>12 – Portaria nº. 2 da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do MME, que torna públicos os montantes de garantia física de Belo Monte.</p> <p>Março</p> <p>17 – TCU aprova previsão de custos para construção da UHE Belo Monte.</p> <p>18 – Ministério de Minas e Energia publica portaria que define a data do leilão para 20 de abril de 2010.</p> <p>18 – Diretoria colegiada da ANEEL aprova o Edital do Leilão nº. 06/2009 destinado à contratação de energia elétrica proveniente da Usina Hidrelétrica Belo Monte – UHE Belo Monte.</p> <p>Abril</p> <p>20 – Realizado leilão para decidir qual grupo de empresas é responsável pela construção da usina, com a vitória do consórcio Norte Energia.</p> <p>Julho</p> <p>21 – Constituição da empresa Norte Energia S.A.</p> <p>Agosto</p> <p>26 – Assinatura do contrato de concessão da Usina Belo Monte, que será a terceira maior hidrelétrica do mundo.</p>
<p>2011</p> <p>Janeiro</p> <p>26 – Concedida Licença de Instalação (LI) para as instalações provisórias da UHE Belo Monte</p> <p>Junho</p> <p>1º – Concedida Licença de Instalação (LI) para UHE Belo Monte</p> <p>23 – Início das obras civis</p>

ANEXO 7 – CRONOGRAMA CONSTRUÇÃO DA USINA DE BELO MONTE

Fonte: As informações constantes no quadro a seguir foram extraídas do site oficial do Xingu Vivo (<http://www.xinguvivo.org.br/2010/10/14/historico/>). Decidimos por deixar exatamente como consta na fonte pela completude histórica registrada.

<p>1975 – O aproveitamento hidrelétrico da Amazônia, cujo potencial representa 60% do total do país, figura entre as prioridades do projeto desenvolvimentista de industrialização brasileira e começa a ser diagnosticado na década de 70. A recém-criada Eletronorte, subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras na Amazônia Legal, inicia os Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. O trabalho de mapear o rio e seus afluentes e definir os pontos mais favoráveis para barramentos ficou sob a responsabilidade do Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., integrante do grupo Camargo Córrea.</p>
<p>1980 – Finalizado o relatório dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu. Para o aproveitamento integral da Bacia do Rio Xingu, foram previstos sete barramentos, que gerariam 19 mil megawatts (MW), metade da capacidade instalada nas hidrelétricas brasileiras à época. Essas usinas representariam o alagamento de mais de 18 mil km² e atingiriam sete mil índios, de 12 Terras Indígenas, além dos grupos isolados da região.</p>
<p>1980 – A partir das recomendações do relatório final do estudo, a Eletronorte inicia os estudos de viabilidade técnica e econômica do chamado Complexo Hidrelétrico de Altamira, que reunia as Usinas de Babaquara (6,6 mil MW) e Kararaô (11 mil MW).</p>
<p>1986 – Concluído o Plano 2010 – Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010. Propõe a construção de 165 usinas hidrelétricas até 2010, 40 delas na Amazônia Legal, com o aumento da potência instalada de 43 mil MW para 160 mil MW, e destaca: “pela sua dimensão, o aproveitamento do Rio Xingu se constituirá, possivelmente, no maior projeto nacional no final deste século e começo do próximo”. Os estudos do Plano indicam Kararaô como a melhor opção para iniciar a integração das usinas do Rio Xingu ao Sistema Interligado Brasileiro. Até então, os estudos de Babaquara eram a prioridade.</p>
<p>1988 – O Relatório Final dos Estudos de Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu é aprovado pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), extinto órgão regulador do setor elétrico.</p>
<p>1988 – Paulinho Paikan, líder Kaiapó, Kube-I Kaiapó e o etnobiólogo Darrel Posey, do Museu Emílio Goeldi do Pará, participam, em janeiro, na Universidade da Flórida, em Miami (EUA), de um simpósio sobre manejo adequado de florestas tropicais. Ali, relatam indignados que o Banco Mundial (BIRD) iria financiar um projeto de hidrelétricas no Xingu que inundaria sete milhões de hectares e desalojaria 13 grupos indígenas. Apesar de serem diretamente atingidos, os índios não tinham sido consultados. Foram convidados a repetir o relato em Washington.</p>
<p>1988 – Em março, pelas declarações em Washington, Paiakan e Kube-I são processados e enquadrados na Lei dos Estrangeiros. Quando voltam ao Brasil, recebem o apoio do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), uma das organizações que originou o Instituto Socioambiental (ISA), que faz campanha mobilizando a opinião pública contra a arbitrariedade. Somente em 16/02/1989, o Tribunal Federal de Recursos decidiria pela concessão de habeas corpus aos dois e também pelo trancamento da ação penal.</p>
<p>Em novembro, lideranças Kaiapó se reúnem na aldeia Gorotire para discutir as barragens projetadas para o Rio Xingu, ocasião em que decidem convidar autoridades brasileiras para um grande encontro com os povos indígenas que seriam afetados pelas usinas. A convite de Paiakan, uma equipe do Cedi participa da reunião na aldeia Gorotire, assessorando os Kaiapó na formalização, documentação e encaminhamento do convite às autoridades.</p>
<p>1989 – Realizado o 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro, em Altamira (PA). Patrocinado pelos Kaiapó, conta com a participação da equipe do Cedi desde o</p>

<p>início dos preparativos até a implantação, realização e avaliação do encontro. Seu objetivo é protestar contra as decisões tomadas na Amazônia sem a participação dos índios e contra a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu.</p>
<p>O encontro acaba ganhando imprevista notoriedade, com a maciça presença da mídia nacional e estrangeira, de movimentos ambientalistas e sociais. Reúne cerca de três mil pessoas. Entre elas: 650 índios de diversas partes do país e de fora, lideranças como Paulo Paiakan, Raoni, Marcos Terena e Ailton Krenak; autoridades como o então diretor e durante o governo FHC, presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Fernando César Mesquita, o então prefeito de Altamira, Armindo Denadin; deputados federais; 300 ambientalistas, em torno de 150 jornalistas e o cantor inglês Sting. Durante a exposição de Muniz Lopes sobre a construção da usina Kararaô, a índia Tuíra, prima de Paiakan, levanta-se da platéia e encosta a lâmina de seu facão no rosto do diretor da estatal num gesto de advertência, expressando sua indignação. A cena é reproduzida em jornais de diversos países e torna-se histórica. Na ocasião, Muniz Lopes anuncia que, por significar uma agressão cultural aos índios, a usina Kararaô – nome que significa grito de guerra em Kaiapó – receberia um outro nome e não seriam mais adotados nomes indígenas em usinas hidrelétricas. O evento é encerrado com o lançamento da Campanha Nacional em Defesa dos Povos e da Floresta Amazônica, exigindo a revisão dos projetos de desenvolvimento da região, a Declaração Indígena de Altamira e uma mensagem de saudação do cantor Milton Nascimento. O encontro de Altamira é considerado um marco do socioambientalismo no Brasil.</p>
<p>1990 – A Eletronorte envia ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) o Relatório Final dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte, antiga Kararaô, solicitando sua aprovação e outorga de concessão.</p>
<p>1994 – Novo projeto, remodelado para se mostrar mais palatável aos ambientalistas e investidores estrangeiros, é apresentado ao DNAEE e à Eletrobras. O reservatório da usina, por exemplo, é reduzido de 1.225 km² para 400 km², evitando a inundação da Área Indígena Paquçamba.</p>
<p>1996 – A Eletrobrás solicita autorização à Aneel para, em conjunto com a Eletronorte, desenvolver o complemento dos Estudos de Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.</p>
<p>2000 – Acordo de Cooperação Técnica é celebrado entre a Eletrobrás e Eletronorte com o objetivo de realizar os Estudos de Complementação da Viabilidade do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.</p>
<p>2000 – O Plano Plurianual de 2000-2003 – instrumento de planejamento de médio prazo das ações do Governo Brasileiro apresentado ao Congresso -, nomeado Avança Brasil, contempla Belo Monte não apenas como uma obra estratégica para elevar a oferta de energia do país, mas também como um projeto estruturante do Eixo de Desenvolvimento – Madeira/Amazonas.</p>
<p>2000 – A Fundação de Amparo e Desenvolvimento de Pesquisas (Fadesp), vinculada à Universidade Federal do Pará (UFPA), é contratada para elaborar os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.</p>
<p>2001 – O Ministério das Minas e Energia anuncia, em maio, um plano de emergência de US\$ 30 bilhões para aumentar a oferta de energia no país. Inclui a construção de 15 usinas hidrelétricas, entre as quais o Complexo Hidrelétrico de Belo Monte, que seria avaliada pelo Conselho Nacional de Política Energética – órgão criado em 1997, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, voltado à formulação de políticas e diretrizes de energia – em junho do mesmo ano.</p>
<p>2001- Ainda em maio, o Ministério Público move ação civil pública para suspender os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte, cujo pedido é atendido por uma liminar da 4.^a Vara Federal de Belém, porque não houve licitação para a Fadesp, acusada, entre outros, de elaborar o EIA/RIMA das Hidrovia Araguaia-Tocantins e Teles-Tapajós com uma metodologia questionável sob o ponto de vista científico e técnico; a obra deve ser licenciada</p>

<p>pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e não pelo governo do Pará, já que o Xingu é um rio da União; e os EIA devem examinar toda a Bacia do Xingu e não apenas uma parte dela.</p>
<p>2001 – Governo edita a Medida Provisória 2.152-2, em junho, conhecida como MP do Apagão, que, entre outras medidas, determina que o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) estabeleça licenciamento simplificado de empreendimentos do setor elétrico de “baixo impacto ambiental”. Estabelece também o Relatório Ambiental Simplificado, aplicável às hipóteses de obras em que não se exigirá o Estudo de Impacto Ambiental.</p>
<p>2001 – O Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), que reúne 113 organizações sociais, elabora, em agosto, um documento intitulado SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia.</p>
<p>2001 – Em setembro, Resolução do Conselho Nacional de Política Energética reconhece Belo Monte como de interesse estratégico no planejamento de expansão de hidreletricidade até 2010.</p>
<p>2001 – A Justiça Federal concede, em setembro, liminar à ação civil pública que pede a suspensão dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte</p>
<p>2002 – Em janeiro, a Eletrobrás aprova a contratação de uma consultoria para definir a modelagem de venda do projeto de Belo Monte.</p>
<p>2002 – Em março, uma Resolução do Conselho Nacional de Política Energética cria um Grupo de Trabalho (GT) com o objetivo de estudar e apresentar um plano de viabilização para a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. O GT, formado por representantes da Casa Civil da Presidência da República, dos ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Eletrobrás, da Eletronorte, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), da Furnas Centrais Elétricas S.A, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Governo do Estado do Pará, deveria envolver também dois representantes da sociedade civil. Wilson Quintella, presidente da Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná, parceira da Eletronorte, entretanto, é o único representante nomeado.</p>
<p>2002 – Em março, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Transamazônica promove debate em Altamira (PA) com a participação de representantes indígenas, igreja, políticos locais, ONGs, confederações e federações de agricultores como a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Ministério Público, entre outros.</p>
<p>2002 – A Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri/Regional) e o Conselho Indigenista Missionário – Cimi Norte II enviam, em março, carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedindo a suspensão de todas as obras de grande impacto na Amazônia, até que haja uma discussão exemplar e a construção de um consenso com a sociedade local.</p>
<p>2002 – Em abril, a Comissão de Minas e Energia realiza audiência pública sobre a construção de Belo Monte, apenas com participantes totalmente favoráveis à obra, entre eles, os deputados federais Nicias Ribeiro (PSDB-PA), Antônio Feijão (PSDB-AP), Josué Bengtson (PTB-PA), Juquinha (PSDB-GO), Marcos Lima (PMDB-MG), Fernando Ferro (PT-PE) e Asdrubal Bentes (PMDB-PA).</p>
<p>2002 – Ainda em abril, o presidente Fernando Henrique Cardoso afirma que a birra de ambientalistas atrapalha o país, referindo-se à oposição e construção de usinas hidrelétricas. “Além do respeito ao meio ambiente, é preciso que haja também respeito às necessidades do povo brasileiro, para que a ‘birra’ entre os diferentes setores não prejudique as obras, porque elas representarão mais emprego.” Ele menciona que o projeto de Belo Monte foi refeito diversas vezes e que tem um “grau de racionalidade” bastante razoável.</p>
<p>2002 – Encontro das Comunidades da Volta Grande do Rio Xingu, em maio. Participantes produzem carta com diversos pedidos às autoridades que estudam e discutem sobre o setor elétrico brasileiro.</p>
<p>2002 – Realizado o 1o Encontro dos Povos Indígenas da Região da Volta Grande do</p>

<p>Rio Xingu, em maio, que reúne cerca de 250 representantes da sociedade civil e povos indígenas, para reafirmar posição contrária à construção de Belo Monte.</p>
<p>2002 – Em junho, cópias dos Estudos sobre a Viabilidade de Implantação do Complexo Hidrelétrico Belo Monte são colocadas à disposição dos interessados na sede da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).</p>
<p>2002 – Em agosto, resolução do Conselho Nacional de Política Energética prorroga para 30 de novembro o prazo para a apresentação do plano de viabilidade para a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.</p>
<p>2002 – Em setembro, MDTX, Fundação Viver, Produzir e Preservar, Prelazia do Xingu, Comissão Pastoral da Terra e Arikafú – Associação dos Povos Xipaya da Aldeia Tukamã enviam carta aos membros do Conselho Nacional de Política Energética exigindo que o órgão tome as providências cabíveis, começando por ouvir todas as partes envolvidas nesse projeto, em especial, os povos indígenas, que nunca tiveram suas proposições consideradas pelo governo.</p>
<p>2002 – O candidato à presidência, Luiz Inácio Lula da Silva lança em setembro, O Lugar da Amazônia no Desenvolvimento do Brasil, quinto caderno temático de seu programa de governo. Além de citar Belo Monte como um dos projetos de intensos debates na região, o documento também afirma que “a matriz energética brasileira, que se apóia basicamente na hidroeletricidade, com megaobras de represamento de rios, tem afetado a Bacia Amazônica. Considerando as especificidades da Amazônia, o conhecimento fragmentado e insuficiente que se acumulou sobre as diversas formas de reação da natureza em relação ao represamento em suas bacias, não é recomendável a reprodução cega da receita de barragens que vem sendo colocada em prática pela Eletronorte”.</p>
<p>2002 – O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, nega, em novembro, pedido da União e mantém suspensos os Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte. Segundo o ministro, o artigo 231 da Constituição Federal prevê que é nulo e extinto “todo e qualquer ato” que tenha por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes. Embora a União tenha argumentado que a Constituição Federal não cita o EIA, o presidente do STF considera que a única ressalva do artigo 231 é a existência de “relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar” e, tal lei, ainda não existe. Também contou o fato de a Fadesp ter sido contratada sem licitação, o que poderia pesar sobre o patrimônio público. A defesa da União de que Belo Monte está voltada ao desenvolvimento do potencial energético nacional foi rebatida pelo presidente do STF pela necessidade de se “proceder com segurança, visando-se a elucidar os parâmetros que devem nortear o almejado progresso” e princípios constitucionais respeitados.</p>
<p>2002 – Ainda em novembro, advogados da Eletronorte analisam com a Advocacia Geral da União (AGU) a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).</p>
<p>2002 – A Eletronorte e o Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB) promovem, em novembro, o seminário Dinamismo Econômico e Conservação Ambiental: um Desafio para Belo Monte ...e para todos. O objetivo é discutir textos preliminares da pesquisa Dinamismo econômico e conservação ambiental: o caso de Belo Monte, Pará, encomendada pela Eletronorte à UnB, e submeter a críticas os Planos de Desenvolvimento Sustentável da Região de Belo Monte (PDSBM) e o Plano de Inserção Regional (PIR). Entretanto nenhum representante da região, do Ministério Público ou especialista em energia está entre os expositores e debatedores do evento.</p>
<p>2003 – O físico Luiz Pinguelli Rosa assume a presidência da Eletrobrás e declara à imprensa que o projeto de construção de Belo Monte será discutido e opções de desenvolvimento econômico e social para o entorno da barragem estarão na pauta, assim como a possibilidade de reduzir a potência instalada.</p>
<p>2003 (maio) – O governo federal anuncia que vai retomar os estudos de impacto ambiental para a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, obedecendo às recomendações do Ibama e do Ministério do Meio Ambiente.</p>
<p>2004 (fevereiro) – O novo Presidente da Eletrobrás, Luis Pinguelli Rosa, afirma pela</p>

<p>imprensa que a Hidrelétrica de Belo Monte deve ser considerada um “projeto nacional” e se compromete a realizar consultas e de negociações em relação à obra.</p>
<p>2005</p>
<p>Julho – O Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 1.785/05, que autoriza a implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) de Belo Monte (PA), é aprovado pela Câmara, no dia 6 de julho. Comunidades locais atingidas não foram ouvidas, conforme determina a Constituição Federal, que afirma que o aproveitamento dos recursos hídricos em Terras Indígenas só pode ser efetivado com “autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas”.</p>
<p>Uma semana depois, o Senado também aprova o projeto (agora denominado PDS nº 343/05) que autoriza implantação de Belo Monte. Segue para promulgação sem que tenham sido ouvidos os nove povos indígenas que poderão ser atingidos seriamente pelo empreendimento.</p>
<p>- De 13 a 15 de julho, em Altamira, um seminário com a presença de vários especialistas discute com a comunidade todas as implicações da construção da usina.</p>
<p>- No dia 14 de julho, é lançado o livro Tenotã-Mõ, Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu, que tem a participação do ISA. Em artigo na publicação, o professor Oswaldo Sevá, da Unicamp, aponta que, por simulações feitas para o período de 1931 a 1996, a usina só seria capaz de garantir uma potência de 1.356 MW ao longo do ano, com picos de 5 mil MW durante apenas três meses, diferentemente do divulgado pelo governo federal.</p>
<p>- No dia 21/7, ISA, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), Greenpeace e Centro dos Direitos das Populações da região do Carajás entram com representação na Procuradoria Geral da República contra a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Pará, aprovada pelo Congresso Nacional. A representação ao procurador-geral da República se baseia no fato de que o Congresso Nacional autorizou os estudos sem ouvir as populações que serão afetadas.</p>
<p>Agosto – Com base na representação encaminhada pelas organizações da sociedade civil, a Procuradoria Geral da República ingressa, no dia 26 de agosto, com Ação Direta de Inconstitucionalidade(Adin) no STF, contra o decreto que autoriza a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e a realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) sobre a obra. O procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, pede o deferimento de medida liminar para suspender os efeitos do decreto.</p>
<p>Outubro – Depois de ter apresentado representação ao Procurador Geral da República denunciando irregularidades no Decreto Legislativo 788/05, que autoriza a implantação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu, na região de Altamira (PA), o Instituto Socioambiental, em conjunto com o Greenpeace, o Fórum Carajás e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), ingressa, no dia 10 de outubro, com um pedido de Amicus Curiae(amigo da causa, em português) junto ao Supremo Tribunal Federal para que possa participar da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3573 e demonstrar os problemas existentes com a usina e com o processo que pretende autorizar sua implantação. Na petição apresentada, as organizações trazem ao STF uma série de informações relevantes sobre o projeto e suas consequências socioambientais, para que o tribunal possa contextualizar a questão.</p>
<p>Dezembro – Por sete votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal (STF) julga inapropriado o meio utilizado, isto é, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), para questionar a constitucionalidade do Decreto Legislativo nº 788/05, que autorizou a implantação de Belo Monte, na região de Altamira, no Pará. A decisão contraria o relator do processo, ministro Carlos Britto, que havia julgado pela aceitação da ação.</p>
<p>2006</p>
<p>Março – O processo de licenciamento ambiental da usina hidrelétrica de Belo Monte é suspenso por liminar concedida no dia 28 de março. Decisão impede que os estudos sobre os impactos ambientais da hidrelétrica prossigam antes que os povos indígenas que seriam afetados pelo empreendimento sejam ouvidos pelo Congresso Nacional.</p>

<p>Outubro – No primeiro debate televisivo dos candidatos à Presidência da República, no dia 8 de outubro, Luis Inácio Lula da Silva (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB) citam os polêmicos projetos de construção das hidrelétricas de Tijuco Alto, no rio Ribeira de Iguape, na divisa entre São Paulo e Paraná, e de Belo Monte, no rio Xingu, no Pará.</p>
<p>2007</p>
<p>Março – Um ano após a Justiça Federal de Altamira paralisar liminarmente o licenciamento ambiental da usina, ela mesma volta atrás e julga improcedente o pedido do Ministério Público Federal (MPF) de anular o licenciamento ambiental feito pelo Ibama. A decisão abre precedente negativo ao afirmar que o Congresso Nacional pode autorizar a implantação de usinas hidrelétricas em terras indígenas sem necessidade de lei específica e tampouco de consulta aos povos afetados. No dia 16, o Supremo Tribunal Federal já havia autorizado a continuidade do licenciamento ambiental ao derrubar liminar que havia sido proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Com a sentença, a decisão do tribunal superior perde eficácia, já que se referia a uma decisão preliminar.</p>
<p>Outubro – Em encontro promovido pelo Ministério Público Federal (MPF) no Pará, reunindo especialistas na questão energética e representantes de comunidades do rio Xingu para discutir os empreendimentos hidrelétricos na Amazônia, o especialista Glenn Switkes, diretor na América Latina da International Rivers Network, revela os planos da Eletrobrás para barragens no rio Xingu. A informação, contida na revisão do inventário energético do rio, é de que pelo menos cinco barramentos foram considerados possíveis e importantes pela estatal. Se todas virarem realidade, o alagamento total pode chegar a 12 mil km².</p>
<p>2008</p>
<p>Maio – Encontro Xingu Vivo para Sempre reúne representantes de populações indígenas e ribeirinhas, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, pesquisadores e especialistas, para debater impactos de projetos de hidrelétricas na Bacia do Rio Xingu: a construção prevista da usina de Belo Monte, que faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). A mobilização ocorre 19 anos depois do I Encontro de Povos Indígenas, realizado em Altamira, que reuniu três mil pessoas – 650 índios – para protestar contra a construção já prevista de cinco hidrelétricas no Rio Xingu, Belo Monte entre elas. Durante o encontro de 2008, índios entram em confronto com responsável pelos estudos ambientais da hidrelétrica de Belo Monte e, no meio da confusão, o funcionário da Eletrobrás e coordenador do estudo de inventário da usina, Paulo Fernando Rezende, fica ferido, com um corte no braço. Após o evento, o Movimento divulga a Carta Xingu Vivo para Sempre, documento final que avalia as ameaças ao Rio Xingu, apresenta à sociedade brasileira um projeto de desenvolvimento para a região e exige das autoridades públicas sua implementação.</p>
<p>- O Tribunal Regional Federal da 1ª. Região, de Brasília, suspende uma liminar da Justiça Federal de Altamira e autoriza a participação das empreiteiras Camargo Corrêa, Norberto Odebrecht e Andrade Gutierrez nos Estudos de Impacto Ambiental da hidrelétrica de Belo Monte. MPF do Pará recorre contra privilégios para empreiteiras e defende necessidade de licitação para escolher os responsáveis pelo EIA-Rima.</p>
<p>2009</p>
<p>Maio – Xingu Vivo para Sempre exige diálogo sobre a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da Bacia do Rio Xingu em carta divulgada após evento ocorrido em Altamira, no Pará. O encontro, que não tem a participação de lideranças indígenas e ribeirinhas, as principais afetadas por obras como a construção de Belo Monte e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), deveria apresentar resultados preliminares da Avaliação Ambiental Integrada (AAI) da Bacia do Rio Xingu e gerar diretrizes para compor a versão final dos estudos. A carta apresentada pelo Movimento exige análise e consentimento dos povos atingidos pelos empreendimentos.</p>
<p>Julho – Xingu Vivo para Sempre divulga carta após declaração do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, de que ‘ambientalistas e ONGs atrapalham a construção das hidrelétricas, penalizando a sociedade com energia mais cara’. O Movimento questiona se os gastos justificam tal empreendimento, cujos estudos de viabilidade econômica ainda não</p>

havam sido entregues pelo consórcio à sociedade, impedindo definição sobre se a energia de Belo Monte será mais barata ou mais cara. No mesmo mês, em reunião com representantes de movimentos sociais do Xingu, procuradores da República, o bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Erwin Kraütler, e cientistas, o Presidente da República garante que Belo Monte só sai após ampla discussão e se for viável. Apesar disso, o leilão para concessão da hidrelétrica é anunciado para 2009. -Indígenas entregam requerimento pedindo a Lula realização de consulta livre, prévia e informada com os povos indígenas que serão atingidos pela construção da usina.

Setembro – São realizadas quatro audiências públicas sobre Belo Monte, em seis dias, nas cidades de Brasil Novo, Vitória do Xingu, Altamira e Belém, revelando as fragilidades dos estudos e diversas lacunas no processo de licenciamento. O EIA completo só é disponibilizado dois dias antes da primeira audiência, sem tempo para uma análise qualificada pelas comunidades atingidas. O Ministério Público Federal (MPF) apresenta recomendação ao Ibama para realização de pelo menos mais treze audiências, de forma a incluir mais regiões que serão atingidas. De acordo com estudos iniciais, a usina de Belo Monte afetará direta e indiretamente 66 municípios e 11 Terras Indígenas.

Outubro – Organizações e redes da sociedade civil divulgam moção contra Belo Monte durante o seminário “Clima e Floresta em debate: REDD e mecanismos de mercado como salvação para a Amazônia?”, realizado em Belém (PA). A ‘Moção de solidariedade aos povos originários e às populações tradicionais do Xingu, contra a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte’ afirma que a aliança entre os povos da floresta será capaz de barrar a ofensiva do grande capital sobre a Amazônia e que Belo Monte não passará. Um painel formado por 40 especialistas lança documento com análises do projeto hidrelétrico de Belo Monte. Os pareceres são entregues ao Ibama para servir como insumo da análise sobre a viabilidade ambiental do projeto, e ao MPF, para verificar se há violações da lei, dadas as graves consequências da obra. – Seminário realizado em 26 de outubro, em Altamira, apresenta e debate, com a sociedade, os resultados da análise do painel de especialistas sobre o Estudo de Impacto Ambiental da hidrelétrica de Belo Monte. – Lideranças Kayapó mandam carta a Lula, pedindo para serem ouvidos em audiência pública sobre Belo Monte. Entre as lideranças que assinam a carta está o cacique Raoni. – Funai libera construção de Belo Monte apesar de não saber quais serão seus impactos sobre os povos indígenas, contrariando seu próprio parecer técnico. Em ofício ao Ibama, o órgão oficial indigenista considera empreendimento “viável, observadas as condicionantes”, embora reconheça que o EIA/Rima de Belo Monte não dimensionou corretamente todos os impactos e tampouco apresentou propostas concretas de como evitar ou diminuir aqueles esperados sobre os povos indígenas da região.

Novembro

- Caso de Belo Monte é apresentado em audiência pública da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, capital dos Estados Unidos. O encontro trata do impacto causado pelas grandes barragens na América Latina no que se refere a direitos humanos e meio ambiente. A audiência é uma solicitação de mais de 40 organizações ambientalistas nacionais e internacionais, além de comunidades afetadas, que apresentam as conclusões do relatório “Grandes Barragens na América. É o remédio pior que a doença?”, preparado pela Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (AIDA), em coordenação com várias entidades.

- Indígenas dizem não a Belo Monte em reunião na aldeia Piaraçu, na Terra Indígena Capoto-Jarina (MT), com 284 representantes de 15 diferentes etnias. Motivados pelo fato de o projeto estar sendo levado adiante sem diálogo com as comunidades indígenas e por declaração do ministro Edson Lobão, das Minas e Energia, em setembro, sobre a existência de “forças demoníacas” contrárias aos projetos hidrelétricos, eles ameaçam ir à guerra caso as obras se iniciem.

- Representantes de povos indígenas, ribeirinhos, extrativistas, ONGs, agricultores e movimentos sociais analisam os impactos da construção de Belo Monte e produzem parecer próprio sobre o projeto, durante o II Encontro dos Povos da Volta Grande do Rio Xingu, na Vila

<p>da Ressaca. Em carta, os participantes manifestam indignação por que se sentem excluídos do processo e denunciam a falta de esclarecimentos às dúvidas que apresentaram às empresas que elaboraram o EIA e também nas audiências públicas realizadas em setembro.</p>
<p>- No dia 10, Justiça Federal suspende licenciamento e determina novas audiências para Belo Monte, acatando pedido do Ministério Público para que as comunidades atingidas sejam, de fato, ouvidas.</p>
<p>No dia 11, cai a liminar que suspendeu o licenciamento de Belo Monte e o Ibama volta a analisar o projeto. Sem a licença prévia do Ibama, o governo não pode realizar o leilão de concessão do projeto da hidrelétrica, previsto para dia 21 de dezembro.</p>
<p>- Belo Monte é tema de audiência pública no Senado no dia 19. A Comissão de Direitos Humanos de Legislação Participativa debate os termos do EIA com a presença do procurador da República em Altamira (PA), Rodrigo Timóteo.</p>
<p>O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Zimmerman, levanta a possibilidade de que o leilão para a concessão da hidrelétrica, previsto para 21 de dezembro, seja adiado para janeiro de 2010, tendo em vista que o prazo original foi afetado pela falta da licença prévia ambiental. O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, diz que a licença do Ibama sai quando todas as pendências estiverem solucionadas.</p>
<p>- Depois de 20 anos, o cantor britânico Sting e o cacique kayapó Raoni reúnem-se em São Paulo para conversar sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte, razão que os uniu pela primeira vez, em fevereiro de 1989, em Altamira, no Pará.</p>
<p>Dezembro – A 6ª Câmara de Coordenação e Revisão (Índios e Minorias) do Ministério Público Federal promove Audiência Pública sobre a construção da usina, dia 1º, em Brasília, com o objetivo de obter explicações definitivas sobre a insistência do governo federal em construir o empreendimento e seus reais impactos e conseqüências, com a presença das autoridades envolvidas na construção da usina. Entretanto, o governo não comparece. Funai, Ibama, Ministério de Minas e Energia, Eletrobrás e Eletronorte, órgãos diretamente relacionados à obra, nem mandam representantes.</p>
<p>- Diversos representantes de povos indígenas (Arara, Guarani, Juruna, Kaiapó, Xavante, Xipiaia, Xicrin e Yanomami) presentes lançam um manifesto, denunciando o descaso do governo federal. O texto fala de 20 anos de luta dos povos indígenas contra o projeto de Belo Monte e conclui com a mensagem de que o Rio Xingu pode virar um “Rio de sangue”.</p>
<p>- No dia 2, indígenas e ribeirinhos fazem ato na rampa do Senado contra hidrelétrica de Belo Monte, após audiência pública da Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal, na qual apenas o diretor de Assistência e presidente substituto da Funai, Aloysio Guapindaia, comparece. Eletrobrás e Ibama não enviam representantes e sequer justificam a ausência para a comissão. Durante o evento, a índia kayapó Tuíra – que, em 1989 empunhou um facão contra o atual presidente da Eletrobrás, José Antonio Muniz Lopes, então diretor da Eletronorte, em um protesto em defesa do Xingu – fica de pé em frente à mesa da Comissão de Direitos Humanos e aponta o dedo para o representante da Funai, dizendo que o governo os abandonou e agora ele mesmo os ameaça. – Os indígenas participam, ainda, de reuniões no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e no Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Ibama). Na mesma semana, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) envia ao relator da Organização das Nações Unidas (ONU), James Anaya, uma carta denunciando a violação do direito de consulta livre, prévia e informada, previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas. O documento descreve o processo unilateral e atropelado do licenciamento e a violação do direito de consulta prévia, confirmando o descaso do governo brasileiro e a falta de diálogo com os povos indígenas sobre Belo Monte. Coiab e ISA solicitam que o relator recomende ao Estado brasileiro que realize as devidas consultas antes do leilão da obra.</p>
<p>2010</p>
<p>Fevereiro – O Ministério do Meio Ambiente libera Belo Monte sem conhecer os impactos da obra. A licença ambiental para construção da usina, publicada no dia 1º de fevereiro de 2010, demonstra que questões centrais para avaliar o impacto da obra ainda não</p>

estão esclarecidas. Parecer Técnico do Ibama, do final de novembro de 2009 e que não foi disponibilizado na internet, denuncia pressão política da Presidência da República para liberar a obra e indica que os estudos, superficiais, não conseguem prever o que acontecerá com os peixes num trecho de mais de 100 km de rio, e conseqüentemente com as pessoas que deles sobrevivem, sobretudo as comunidades indígenas ribeirinhas.

APÊNDICE 1 – DIÁRIO FOTOGRÁFICO

PESQUISA DE CAMPO: 01 a 15 setembro de 2014

**VIAGEM DA MOBILIDADE PRODOUTORAL: com a orientadora profa. Dra.
Christa Berger de Porto Alegre (RS) para Boa Vista (RR).**

Período: 20 a 24 de outubro de 2014.

Todas as fotografias pertencem ao arquivo pessoal da autora

Dia 01/09/2014: chegada em Manaus/AM



Chegada em Manaus: 15h30. Enquanto o avião da TAM fazia sobrevoo para aterrissar no aeroporto internacional Eduardo Gomes veio em minha mente que ali iniciava a minha pesquisa de campo. Todas as vezes que chego a Manaus durante o dia, tenho uma sensação de liberdade e felicidade ao avistar aquele grande rio Negro e a mata muito verde. E pensei: O que seria o mundo sem as belezas da nossa rica Amazônia!

Na manhã do dia dois de setembro acordei cedo e fui para o campus da Universidade Federal do Amazonas- UFAM.



No dia seis de setembro tirei o dia para descanso e preparar a mala para seguir com meu roteiro de pesquisa de campo. Na madrugada do dia sete de setembro, três horas da madrugada, segui para aeroporto Eduardo Gomes rumo à cidade de Santarém no Pará.



Cheguei ao amanhecer do dia sete de setembro, fui hospedada na casa dos familiares da gestora da RNA, Joelma Viana, bem acolhida no seio dessa família maravilhosa, passei o domingo descansando. No dia oito de setembro, pela manhã, fui para o caís (porto) da cidade, acompanhada de dona Maria José, mulher que sabe tudo da cidade. Conheci o mercado do peixe, vi a enorme quantidade e qualidade do pescado que chega ao caís. Peixes enormes sendo comercializados. Sinceramente, nunca tinha visto tantos peixes grandes.



Na tarde desse dia, acompanhei Joelma Viana na produção, edição e apresentação do Jornal Amazônia é Notícia. Após esse trabalho, a entrevistei, uma conversa bem descontraída, onde ela faz um relato resumido da RNA. Em seguida, entrevistei o padre Edilberto Sena. Fala com propriedade cada passo que viu e que vê da realização da RNA e os projetos que pensa para o futuro. Essas entrevistas dão uma certeza que o objeto empírico é muito rico em conteúdo e sinto que fiz a escolha certa



Foto: Rádio Rural com Joelma e padre Edilberto

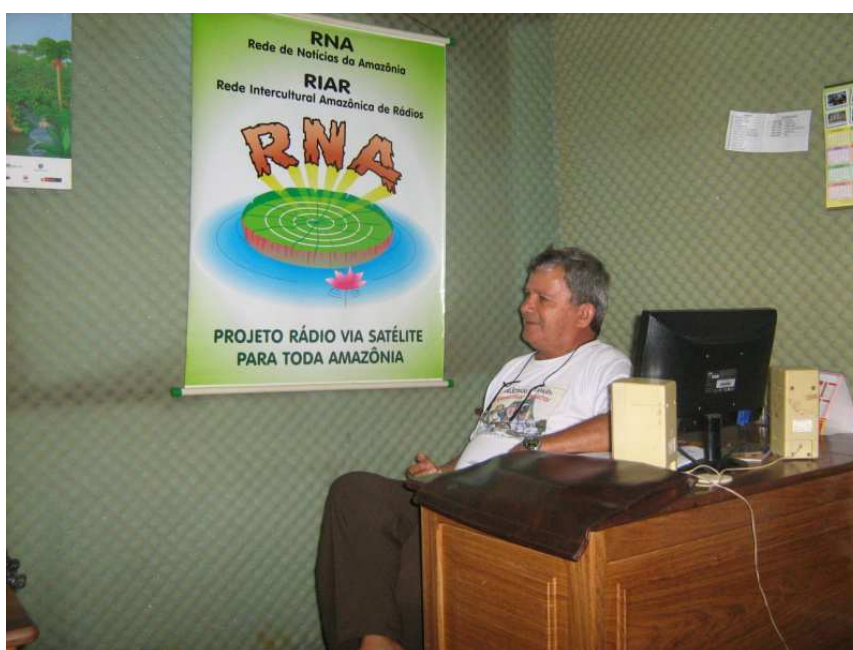


Foto: Entrevista com padre Edilberto

No dia nove de setembro, logo pela manhã, tive a oportunidade de entrevistar o jornalista Miguel de Oliveira, ouvinte da RNA e um apaixonado pelo Rádio. Entrevista essa que muito contribuirá nos argumentos desse meu trabalho.



Foto: Entrevista Jornalista Miguel N. Oliveira

No dia dez de setembro, antes de embarcar para a cidade de Altamira, passo no mercado do peixe. Sinto de perto o balançar das ondas do rio Tapajós que traz os barcos com passageiros de transitam nas águas dos rios da Amazônia e junto o pescado e frutas tropicais para serem comercializados em Santarém.



Às 8h30 chego ao pequeno aeroporto de Altamira. Emoção na descida: pela primeira vez vejo o Rio Xingu, uma exuberância, uma paisagem de encher os olhos. O que antes era apenas imaginário de ver em fotos, ali é uma emoção de ter uma vista privilegiada com aquele rio encantador que parece dá boas vindas.



Fotos: Rio Xingu

Sigo para o hotel no centro da cidade. No trajeto já percebi que a cidade de Altamira está bastante movimentada e com várias obras de infraestrutura



No dia 11 de setembro, cedinho, fui atrás de um transporte coletivo para conhecer a Usina.

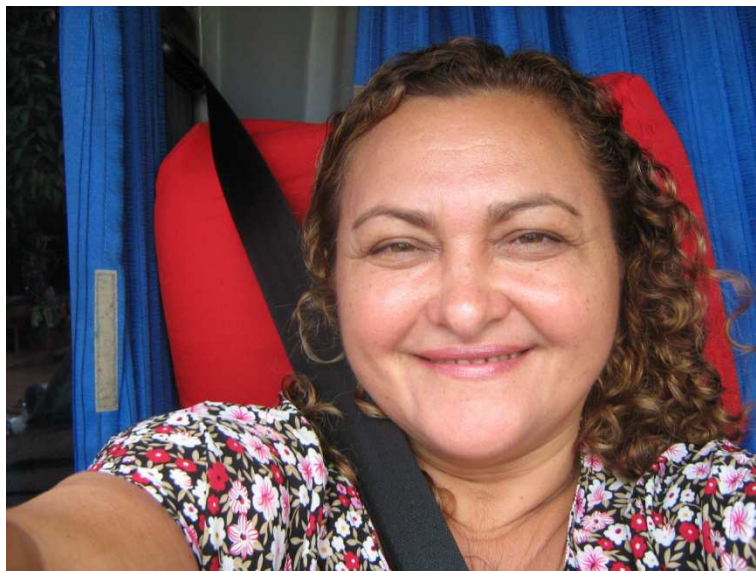


Foto: viagem para a Usina de Belo Monte

Abaixo, sequência de fotografias das obras da Usina Belo Monte.





Abaixo, travessia Balsa no Rio Xingu em Belo Monte.





No dia 12 de setembro fui contemplar o nascer do sol no caís e conversar com as pessoas que ali estavam.





Ao retornar, fui direto para a sede da ONG Xingu Vivo para Sempre para entrevistar a coordenadora Antônia Melo.



Na manhã do dia treze de setembro embarco para a cidade de Belém, capital do Pará. Ao sobrevoar, vejo novamente o rio Xingu e dou um até logo sem saber como ficará de fato aquela imagem alguns anos depois da concretização da obra de Belo Monte.



Na cidade de Belém fiquei hospedada em casas de familiares e, na tarde do dia quinze de setembro, fui muito ansiosa ao encontro com o procurador da República Felício Pontes Jr.



Foto: Entrevista com o procurador da República Felício Pontes Jr

Abaixo segue relato fotográfico da viagem da Mobilidade Prodoutoral com a orientadora profa. Dra. Christa Berger de Porto Alegre (RS) para Boa Vista (RR). Período: 20 a 24 de outubro de 2014.



Foto: Entrada da Comunidade Indígena São Marcos (RR)

Aula aberta destinada aos acadêmicos do curso de Comunicação Social da UFRR e profissionais da área, cujo tema foi: “As múltiplas faces do jornalismo contemporâneo”, no auditório do CCH da UFRR.





Profª Christa recebendo cocá da aluna indígena Wapixana, Mayra

Profa. Christa foi entrevistada na FM Monte Roraima em Boa Vista (RR)

